



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVIII – Nº 0; 6 – S WPVC-FEIRA, 42 DE LWPJ Q DE 2013 – BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1ª VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
**1º** - Magno Malta - (PR-ES)  
**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)  
**3ª** - João Durval - (PDT-BA)  
**4ª** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (62,70)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSD - 2</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PT - 12</b> <b>Wellington Dias</b> (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,67,97)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (69,98)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> (89,99)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 16</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (34,61)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,68)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC/PPL) - 12</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PR - 5</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,72)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;"><b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Ata <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
<b>1.1 – RESOLUÇÕES</b>	
Nºs 21 e 22, de 2013 .....	38298
<b>2 – ATA DA 99ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE JUNHO DE 2013</b>	
2.1 – ABERTURA .....	38300
2.2 – EXPEDIENTE .....	38300
<b>2.2.1 – Parecer</b>	
Nº 544, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 28, de 2013.....	38302
<b>2.2.2 – Discursos do Expediente</b>	
<i>SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN</i> – Considerações sobre o projeto de lei da Câmara que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros; e outros assuntos.....	38306
<i>SENADOR CÍCERO LUCENA</i> – Registro de entrevista do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso publicada no jornal <b>Correio da Paraíba</b> .....	38307
<i>SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ</i> – Reflexão sobre as manifestações ocorridas no País nos últimos dias... ..	38314
<i>SENADOR FRANCISCO DORNELLES</i> , como Líder – Elogios ao desempenho do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. ....	38317
<i>SENADOR PEDRO TAQUES</i> , como Líder – Considerações acerca da importância das atuais manifestações populares em todo o País.....	38318
<i>SENADOR ACIR GURGACZ</i> , como Líder – Defesa de melhorias na infraestrutura rodoviária do País com o objetivo melhorar o escoamento da produção agrícola da Região Norte.....	38318
<i>SENADOR CRISTOVAM BUARQUE</i> – Alerta para existência de crise na democracia brasileira causada pela falta de sintonia entre as classes políticas e as aspirações populares.....	38327
2.3 – ORDEM DO DIA .....	38329
<b>2.3.1 Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Requerimento nº 565, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 421, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem matéria correlata. <b>Aprovado</b> .....	38330
<b>2.3.2 Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Requerimento nº 572, de 2013, do Senador Lobão Filho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. <b>Aprovado</b> .....	38330
<b>2.3.3 Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Requerimento nº 577, de 2013, do Senador Clésio Andrade, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 157, 285 e 687, de 2007; e 215, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma. <b>Aprovado</b> .....	38330
<b>2.3.4 Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Requerimento nº 578, de 2013, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. <b>Aprovado</b> .....	38331
<b>2.3.5 Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Requerimento nº 579, de 2013, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 264 e 308, de 2012, por regularem matéria correlata. <b>Aprovado</b> .....	38331
<b>2.3.6 Item 15 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Requerimento nº 594, de 2013, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 244, de 2003; e 20, de 2013, por regularem matéria correlata. <b>Aprovado</b> .....	38331
<b>2.3.7 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Mensagem nº 32, de 2013 (nº 180/2013, na origem), da Presidente da República, que subme-	

te à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. <b>Aprovada</b> , nos termos do <b>Parecer nº 545, de 2013-CRE</b> , tendo usado da palavra os Senadores Mário Couto, José Agripino, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Romero Jucá e Lídice da Mata (votação nominal). ....	38331	Nº 661, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes. ....	38356
<b>2.3.8 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária</b>		Nº 662, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos. ....	38357
<b>2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA</b>		Nº 663, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. ....	38357
<b>2.4.1 – Pareceres</b>		Nº 664, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres. ....	38358
Nº 546 a 549, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre os Requerimentos nºs 548, 556, 587 e 588, de 2013, respectivamente. ....	38339	Nº 665, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos. ....	38358
<b>2.4.2 – Leitura de requerimentos</b>		Nº 666, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil. ....	38359
Nº 650, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência Social. ....	38351	Nº 667, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. ....	38359
Nº 651 de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. ....	38351	Nº 668, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. ....	38359
Nº 652, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação. ....	38352	Nº 669, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. ....	38360
Nº 653, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de congratulação ao Sr. Ruy Pinheiro. ....	38353	Nº 670, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado da Cultura. ....	38360
Nº 654, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. ....	38353	Nº 671, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ....	38361
Nº 655, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. ....	38354	Nº 672, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. ....	38361
Nº 656, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado do Esporte. ....	38354	Nº 673, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. ....	38362
Nº 657, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente. ....	38355	Nº 674, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil. ....	38362
Nº 658, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. ....	38355	Nº 675, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Advocacia-Geral da União. ....	38362
Nº 659, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. ....	38355	Nº 676, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. ....	38363
Nº 660, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado do Turismo. ....	38356		

Nº 677, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa. ....	38362
Nº 678, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União. ...	38364
Nº 679, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. ....	38364
Nº 680, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. ....	38365
Nº 681, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Micro e Pequena Empresa. ....	38365
Nº 682, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos. ....	38366
Nº 683, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia. ....	38366
Nº 684, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. ....	38366
Nº 685, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado das Cidades. ....	38367
Nº 686, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde. ....	38367
Nº 687, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência Social. ....	38368
Nº 688, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. ....	38368
Nº 689, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. ....	38369
Nº 690, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional. ....	38369
Nº 691, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. ....	38369
Nº 692, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação. ....	38370
<b>2.4.3 – Leitura de projeto</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2013, de autoria da Senadora Angela Portela, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem. ....	38370

**2.4.4 – Comunicação**

Do Senador Antonio Carlos Valadares, encaminhando relatório de viagem realizada para representar o Congresso Nacional em reuniões do Parlamento Latino-Americano - Parlatino, no período de 5 a 7 do corrente (Ofício nº 70/2013). ....	38371
---	-------

**2.4.5 – Ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**

Nº 698/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.098, de 2012, de autoria do Senador Aécio Neves. ....	38372
---	-------

**2.4.6 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados**

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2013, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010. ....	38372
--	-------

**2.4.7 – Comunicações da Presidência**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2013, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição. ....	38379
---	-------

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004; 663, de 2007; 102, 549 e 688, de 2011; 383 e 462, de 2012. ....	38379
---	-------

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010 (Ofício nº 163/2013-CCJ). ....	38379
---	-------

Encaminhamento do Projeto de Resolução nº 78, de 2007, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Especial da Reforma do Regimento Interno. ....	38379
--	-------

**2.4.8 – Discursos**

<b>SENADOR EDUARDO SUPPLY</b> – Comentários sobre o projeto de lei que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros; e outro assunto. ....	38380
---	-------

<b>SENADOR CYRO MIRANDA</b> – Considerações acerca dos motivos que levaram a eclosão de manifestações populares em todo País. ....	38381
--	-------

<b>SENADOR WALTER PINHEIRO</b> , como Líder – Reflexão sobre o acesso do cidadão ao Poder Judiciário; e outro assunto. ....	38382
---	-------

<i>SENADOR SÉRGIO SOUZA</i> – Defesa de maior diálogo entre as autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo e os manifestantes a fim de se atenderem as demandas da população.....	38385	<i>jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.....</i>	38398
<b>2.4.9 – Apreciação de matérias</b>		<b>2.4.14 – Discursos (continuação)</b>	
Requerimento nº 548, de 2013, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. <b>Aprovado.....</b>	38391	<i>SENADORA ANA AMÉLIA</i> , como Líder – Destaque para o papel das redes sociais na mobilização popular, bem como para as insatisfações do povo brasileiro trazidas à tona pelo movimento que vem tomando as ruas do País nos últimos dias.....	38428
Requerimento nº 556, de 2013, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. <b>Aprovado.....</b>	38391	<i>SENADORA LÍDICE DA MATA</i> – Registro do transcurso do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação, e defesa da implantação de uma política de enfrentamento da situação; e outro assunto.....	38431
Requerimento nº 587, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Petecão. <b>Aprovado.....</b>	38391	<i>SENADOR EDUARDO AMORIM</i> , como Líder – Reflexões sobre as manifestações populares que têm ocorrido no País.....	38434
Requerimento nº 588, de 2013, de autoria do Senador Luiz Henrique. <b>Aprovado.....</b>	38391	<i>SENADORA ANA RITA</i> – Congratulações ao Governo Federal pelo lançamento do Programa Minha Casa Melhor; e outro assunto.....	38436
<b>2.4.10 – Comunicações</b>		<i>SENADOR JOÃO CAPIBERIBE</i> – Considerações sobre as manifestações populares que têm ocorrido nas cidades brasileiras, destacando a necessidade de apresentação, pelo parlamento, de respostas às demandas sociais.....	38438
Da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 619, de 2013 ( <b>Ofício nº 225/2013</b> ). <i>Designação do Deputado João Carlos Bacelar, como titular, para compor a referida Comissão.....</i>	38392	<i>SENADOR MAGNO MALTA</i> – Apoio às manifestações populares que têm ocorrido no País; e outros assuntos.....	38441
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, de 2013 ( <b>Ofício nº 773/2013</b> ). <i>Designação do Deputado Diego Andrade, como titular, e do Deputado Ricardo Izar, como suplente, para comporem a referida Comissão.....</i>	38392	<i>SENADOR PAULO PAIM</i> – Manifestação de apoio aos protestos ocorridos em vários locais do País; e outro assunto.....	38445
Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 620, de 2013 ( <b>Ofício nº 294/2013</b> ). <i>Designação do Deputado Alex Canziani, como titular, e do Deputado Arnon Bezerra, como suplente, para comporem a referida Comissão.....</i>	38392	<i>SENADOR RANDOLFE RODRIGUES</i> – Comentários sobre os movimentos populares que vêm acontecendo no País.....	38450
<b>2.4.11 – Discursos (continuação)</b>		<b>2.4.15 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
<i>SENADOR VALDIR RAUPP</i> , como Líder – Apoio às manifestações populares ocorridas recentemente no Brasil, ressaltando a consolidação da democracia no País.....	38393	<i>SENADOR ALFREDO NASCIMENTO</i> – Cobrança de soluções para a atual situação do Hospital João Lúcio, na Cidade de Manaus-AM.....	38457
<i>SENADOR FLEXA RIBEIRO</i> – Satisfação pelo envio, pelo Governo Federal, da proposta de criação do Novo Marco Regulatório da Mineração, e defesa de modificações pontuais no seu texto; e outro assunto.....	38394	<i>SENADORA ANGELA PORTELA</i> – Satisfação com a aprovação, ontem, nesta Casa, de projeto que dispõe sobre as novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.....	38457
<b>2.4.12 – Leitura de requerimento</b>		<i>SENADOR EDUARDO AMORIM</i> – Anúncio da visita do Presidente da Conab ao município de Nossa Senhora da Glória, em Sergipe, a fim de apoiar os agricultores locais.....	38458
Nº 693, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Município de Santarém-PA.....	38397	<b>2.4.16 – Comunicação da Presidência</b>	
<b>2.4.13 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados</b>		Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	38460
Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2013 (nº 6.826/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidente da República, que <i>dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas</i>		<b>2.5 – ENCERRAMENTO.....</b>	38461
		<b>3 – EMENDAS</b>	
		Nºs 1 a 72, apresentadas à Medida Provisória nº 620, de 2013.....	38462

**4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 19.6.2013.** ..... 38571

**SENADO FEDERAL**

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação ..... 38572

Bancadas dos Partidos ..... 38573

Por ordem alfabética ..... 38574

**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**..... 38575

**7 – LIDERANÇAS** ..... 38576

**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**..... 38580

**9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** ..... 38581

**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos... 38594

CAS – Comissão de Assuntos Sociais ..... 38602

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ..... 38606

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte ..... 38612

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 38618

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ..... 38628

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ..... 38636

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.... 38645

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ..... 38652

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ..... 38658

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..... 38662

**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) ..... 38666

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 38667

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) ..... 38668

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) ..... 38669

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) ..... 38669

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) ..... 38670

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 38672

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)... 38674

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) ..... 38676

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 38678

**CONGRESSO NACIONAL**

**12 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) ..... 38680

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) ..... 38683

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 38685

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) .... 38686

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. 38687

Comissões Mistas Especiais ..... 38689

**13 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) ..... 38692

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) ..... 38693

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) ..... 38694

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2013

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine)”.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito referida no art. 1º são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – valor total: até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos);

IV – modalidade: empréstimo do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na Libor;

V – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da data de vigência do contrato;

VI – amortização: em parcela única, a ser paga no prazo de até 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos, contado da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais a margem (spread) para empréstimos do capital ordinário;

VIII – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo e exigida

semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato;

IX – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, sendo que, em um semestre determinado, se assim requerer o BID, o valor devido para atender a essas despesas não poderá ser superior ao referido 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

§ 2º É facultado ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, solicitar a conversão da taxa de juros do empréstimo, de variável para fixa e vice-versa, de parte ou da totalidade de seus saldos devedores, com pagamento de comissão ao BID.

§ 3º O cronograma de amortização poderá ser alterado, desde que o prazo final de até 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato, e a vida média ponderada do contrato, a ser estabelecida na data de sua assinatura, não sejam extrapolados.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2013

**Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor



de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no caput destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (Proinfur)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Ceará;

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: 3 (três) anos, contado a partir da vigência do contrato de empréstimo;

VI – amortização: 16 (dezesseis) parcelas semestrais e consecutivas, de valores preferencialmente iguais, vencendo-se a primeira aos 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor, com base na taxa de juros Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem (spread) anual de até 2,55% a.a. (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento ao ano), sendo admitido o financiamento pela CAF, nos primeiros 8 (oito) anos de vigência do contrato, de parcela correspondente a até 1% (um por cento) da taxa de juros, a critério da CAF;

VIII – comissão de compromisso: até 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura do contrato;

IX – comissão de financiamento (flat): 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

X – despesas relativas ao custo de avaliação: US\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil dólares norte-americanos), debitados do financiamento no momento do primeiro desembolso;

XI – juros de mora: 2,00% a.a. (dois por cento ao ano), acrescidos aos juros em caso de mora.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Ceará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

# Ata da 99ª Sessão, Deliberativa Ordinária, Em 19 de junho de 2013

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Callheiros, Flexa Ribeiro, Magno Malta e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se  
às 20 horas e 42 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

### Senado Federal 54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 99ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 19/06/13 07:00 até 19/06/13 20:47

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PTB	DF	GIM	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X

PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
DEM	GO	WILDER MORAIS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

### **Compareceram: 71 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

## **PARECER Nº 544, DE 2013**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 28, de 2013, de iniciativa da Presidência da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome de Cláudio Mascarenhas Brandão para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires.

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão a Mensagem Presidencial mencionada à ementa, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, *in fine*, da Constituição, a indicação pela Presidente da República do nome do Senhor **CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO**, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, TST, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires.

O art. 111-A, *caput*, da Constituição, em sua parte final, confere ao Presidente da República a competência para nomear os ministros do Tribunal Superior do Trabalho, após a sua aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal. Do mesmo artigo consta o inciso II, pelo qual, à exceção do chamado quinto constitucional, os ministros do TST são escolhidos entre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo próprio TST.

No Senado Federal, o art. 101, inciso II, alínea “i”, do Regimento Interno da Casa, em harmonia com o disposto na Constituição, ao tratar das competências do Senado Federal no art. 52, inciso III, “a”, confere a esta Comissão a atribuição de apreciar as indicações presidenciais de magistrados, nos casos em que a Lei Maior estabelecer.

Na espécie, o indicado, Senhor **CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO**, encaminhou seu currículo e demais documentos nos termos regimentais pertinentes. O rito é descrito no art. 383 do RISF.

Sua Excelência formou-se bacharel em direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, na cidade de Ilhéus, Bahia, em 1985. Cursou mestrado em direito pela Universidade Federal da Bahia, onde

concluiu o curso em 2005, com a defesa de dissertação sobre *A Responsabilidade Objetiva do Empregador decorrente de Acidente de Trabalho nas Atividades de Risco Acentuado*, orientado pelo professor Luiz de Pinho Pedreira da Silva.

Aprovado em concurso público, iniciou a carreira na magistratura trabalhista em 1986, como Juiz do Trabalho Substituto da 5ª Região da Justiça do Trabalho, cargo em que permaneceu até 1989, quando foi promovido, por merecimento, juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulo Afonso. A seguir, atuou em Estância, Sergipe, Santo Amaro e Itaberaba, Bahia, assim como nas 3ª e 15ª juntas, ambas em Salvador.

Com ampla experiência no magistério, foi professor de Direito do Trabalho no Curso Fórum, nos anos de 1998 até 2000. Em seguida, ministrou aulas da mesma disciplina na Escola de Preparação e Aperfeiçoamento da Magistratura Trabalhista da 5ª Região. Foi professor substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, no ano de 1989, ministrando a disciplina Legislação Social.

A seguir, foi professor de Direito Processual do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade Salvador, UNIFACS, professor convidado da Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes, da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, professor de Direito Empresarial na Faculdade de Tecnologia Empresarial, FTE, e de Direito do Trabalho, Direito Processual e Constitucional do Trabalho da Faculdade Ruy Barbosa, e, finalmente, professor de Direito do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito.

O indicado exerceu inúmeras outras atribuições, decorrentes da condição de juiz do trabalho, tais como o cargo de vice-diretor da Escola Judicial do TRT da 5ª Região, o de presidente do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, órgão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, além de diversas outras atividades de coordenação de grupos de trabalho voltados à informatização do funcionamento da Justiça do Trabalho.

O Desembargador CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO foi agraciado com diversos títulos, tais como o Prêmio “Dignidade do Trabalho”, concedido pela Frente Parlamentar Pelo Desenvolvimento e Valorização do Trabalho da Câmara dos Deputados, em 2012. Recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, e a Comenda da Ordem do Mérito *Jus et Labor*, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, também em 2012.

Antes, recebera a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, outorgada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região, AMATRA-V, e a Comenda Ministro Coqueijo Costa, da Ordem do Mérito Judiciário, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Bahia, além da Medalha comemorativa do Cinquentenário da Justiça do Trabalho, do TST.

O indicado participou de diversas bancas examinadoras de concursos públicos, especialmente para o cargo de juiz do trabalho substituto. É autor de amplas obras doutrinárias no campo do Direito do Trabalho, destacando-se os livros *Os Direitos Fundamentais, o Direito e o Processo do Trabalho*, de 2011; *Orientações Jurisprudenciais do TST comentadas*, 2009; *Acidente de Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador*, 2006; e *Direito do Trabalho – Apontamentos para Concurso*, 2000, além de inúmeros artigos, ensaios e capítulos de livros, enumerados em seu currículo, devidamente anexado, nos termos do Regimento.


Ampla, igualmente, é a sua participação em conferências, palestras, aulas e painéis sobre os mais variados temas do direito. O currículo enumera e descreve 138 (cento e trinta e oito) desses eventos. No plano acadêmico, participou igualmente de inúmeras bancas examinadoras de trabalhos de graduação em direito.

Finalmente, registre-se que o indicado encaminhou as declarações exigidas pelo inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, bem como a argumentação escrita, informando ter experiência profissional, formação técnica adequada, além de afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Desembargador CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2013.

*Senador Vital do Rêgo*, Presidente

 , Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/03/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Vital do Rêgo</i>	
RELATOR: <i>Senador Inácio Arruda</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)</b>	
JOSÉ PIMENTEL <i>[assinatura]</i>	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA <i>[assinatura]</i>	2. LÍDICE DA MATA <i>[assinatura]</i>
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. JORGE VIANA <i>[assinatura]</i>
ANIBAL DINIZ <i>[assinatura]</i>	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>	6. RODRIGO ROLLEMBERG <i>[assinatura]</i>
EDUARDO LOPES <i>[assinatura]</i>	7. HUMBERTO COSTA <i>[assinatura]</i>
RANDOLFE RODRIGUES <i>[assinatura]</i>	8. PAULO PAIM
EDUARDO SUPLYCY <i>[assinatura]</i>	9. VAGO
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)</b>	
EDUARDO BRAGA <i>[assinatura]</i>	1. ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>
VITAL DO RÊGO <i>[assinatura]</i>	2. ROBERTO REQUIÃO <i>[assinatura]</i>
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA <i>[assinatura]</i>	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. BENEDITO DE LIRA <i>[assinatura]</i>
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO <i>[assinatura]</i>	8. KÁTIA ABREU
VAGO	9. LOBÃO FILHO
<b>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES <i>[assinatura]</i>	1. LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>
CÁSSIO CUNHA LIMA <i>[assinatura]</i>	2. ATAÍDES OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. CÍCERO LUCENA <i>[assinatura]</i>
JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>	4. PAULO BAUER <i>[assinatura]</i>
ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	5. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
<b>BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)</b>	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES <i>[assinatura]</i>

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Pela ordem, Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Francisco Dornelles.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Cheguei aqui e já me inscrevi.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim.

Não, com certeza.

Em primeiro lugar, como Líder, o Senador Francisco Dornelles; em segundo lugar, como Líder, o Senador Pedro Taques.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Falar no período...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Vanessa, para uma comunicação parlamentar...

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – ... inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... conforme acordado, já,...

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... com o primeiro orador inscrito. Dessa forma, V. Ex<sup>a</sup> falará em primeiro lugar.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como todos nós estamos acelerando aqui o passo, V. Ex<sup>a</sup> está convidada, de imediato, a ir à tribuna. Em seguida, fala o Senador Ruben Figueiró; e, na sequência, o Senador Francisco Dornelles.

Vamos pedir que todos fiquem no tempo, já que muitos estão com outros compromissos em seguida.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é que vão ver o jogo, mas estão com outros compromissos.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, cinco minutos são cinco; dez são dez.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador.

Hoje, as coisas estão acontecendo pontualmente, até, pelo menos, as 16 horas, hora em que começa o jogo do Brasil.

Sr. Presidente, eu quero agradecer, antes de tudo, o Senador Ruben Figueiró por ter permutado o tempo comigo. É que, daqui a poucos instantes, Sr. Presidente, nós iniciaremos, no Plenário nº 7 da Ala Alexandre Costa, uma reunião importante, com a presença de algumas entidades representativas da sociedade civil, alguns parlamentares, Embaixadores, membros de Ministérios do governo brasileiro.

Trata-se de uma reunião que vai tratar da campanha – estou, inclusive, com um bóton aqui – cuja denominação é “Nossa Amazônia”. Ao ensejo dessa campanha, nós vamos lançar um *link* para um abaixo-assinado virtual, pela Internet, para que brasileiros e brasileiras possam se manifestar diante da pretensão de uma empresa privada, a empresa americana Amazon, de ter um direito de uso exclusivo do sufixo “.amazon” na Internet. Então, por isso, eu pedi a permuta com o Senador Ruben Figueiró, a quem eu agradeço.

E venho à tribuna, Sr. Presidente, para dar conta de que participamos, hoje, de duas audiências importantes aqui na Casa: a primeira delas, na Comissão de Infraestrutura, que debateu mobilidade urbana. A segunda delas, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que debateu o Projeto de Lei nº 310, de 2009, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho, cujo Relator, na Câmara, foi o Deputado Zarattini, e aqui, no Senado, é o próprio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias.

O Projeto de Lei nº 310, da Câmara dos Deputados, cria, Sr. Presidente, cria o REITUP, que vem a ser o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano no País. Trata, portanto, do transporte coletivo. É um projeto muito importante, aprovado há quase dois anos na Câmara dos Deputados.

Em decorrência dos fatos que vêm ocorrendo nas cidades brasileiras – e não só nas grandes cidades, mas nas médias e pequenas cidades, onde a juventude, o povo organiza manifestações –, é um projeto que assume não só uma relevância maior, mas uma urgência para que possa ser apreciado e votado.

O projeto, Sr. Presidente, é muito simples. Ao criar esse regime especial, garante incentivos, por parte da União, do Governo Federal, a partir do PIS/Cofins, não só para o faturamento das empresas, como já existe hoje – e a Presidenta Dilma já concedeu o incentivo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico



sobre a Importação e Comercialização de Combustíveis (CIDE) –, mas também prevê incentivos do PIS/Cofins para a compra de ônibus, insumos para o setor e incentivos a partir da energia.

O projeto ainda vincula esses incentivos federais, Sr. Presidente, a incentivos que devam ser dados pelos Estados e pelos Municípios, também de ICMS e de ISS. E o mais importante: estabelece, para os Municípios que aderirem voluntariamente ao REITUP, quando aprovada a lei, primeiro, a instituição do Conselho Municipal do Transporte Coletivo; segundo, uma transparência no custo e no valor da passagem do transporte coletivo, o que se dá mediante a publicação de uma planilha da composição de preços; assim como todos serão obrigados a fazer processos licitatórios.

O Prefeito de Porto Alegre mesmo relatou...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – ... que nunca a cidade de Porto Alegre realizou nenhuma licitação para a concessão de linhas no sistema de transporte coletivo.

E debatemos, obviamente, Sr. Presidente, como tem sido a tônica dos debates na Casa, as manifestações ocorridas Brasil a fora. O jornal *Folha de S. Paulo*, hoje, publica uma pesquisa relativa às manifestações: 67% das pessoas que participam das manifestações dizem que lá estão protestando contra o aumento das passagens de ônibus.

De fato, Sr. Presidente, a qualidade do transporte coletivo no Brasil, hoje, é péssima e o valor é acima daquilo que deveria ser. Não há dúvida nenhuma! Eu poderia pegar vários exemplos, mas tomo com exemplo a minha cidade de Manaus. A passagem, até março, custava R\$2,75; hoje, a passagem custa, Sr. Presidente, R\$3,00. Portanto, um aumento de R\$0,25 no dia 30 de março.

Com a Medida Provisória da Presidenta, a prefeitura baixou a passagem para R\$2,90, sendo que, de acordo com os próprios estudos do Governo Federal sobre o impacto dos incentivos dados na folha de pagamento e no PIS/Confins, poderia ter sido de, no mínimo, R\$0,20 a diminuição do valor da passagem em Manaus. Mas o fato é que R\$2,90, para Manaus, estão não só além da capacidade de pagamento da população, mas além daquilo que, de fato, custa o sistema, Sr. Presidente.

Então eu acredito que nós, do Parlamento brasileiro, precisamos fazer a nossa parte e contribuir para encontrar a solução. Não vejo que esse projeto seja a única forma de diminuir o valor das passagens. Acho que precisamos de outros mecanismos, como foi dito hoje na Comissão: transporte coletivo é parte da cesta

básica do trabalhador e, como tal, tem que ser tratado para que todos possam ter acesso ao serviço, mas um serviço com preço justo e com qualidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. V, Ex<sup>a</sup> ficou dentro do tempo.

Chamo à tribuna do Senador Ruben Figueiró, como orador inscrito.

Registro a presença do Senador Tomás Correia aqui entre nós.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cícero Lucena, pela ordem, enquanto o Senador Ruben chega à tribuna.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado Presidente.

Apenas para pedir a V. Ex<sup>a</sup> que possa ser transcrito nos *Anais* da Casa uma entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada no jornal *Correio da Paraíba*, o jornal de maior circulação do meu Estado, onde figura, como manchete da entrevista, a chamada "Fernando Henrique Cardoso discute o Brasil".

S. Ex<sup>a</sup> se reporta a vários temas, entre eles "Hoje, nós regredimos à Velha República", "Classe emergente exigirá qualidade". Enfim, são quatro páginas que eu peço a V. Ex<sup>a</sup> possa mandar transcrever nos *Anais* da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)*

O que pensa FHC

Astier Basílio

Julho de 1994, Santa Maria da Vitória, interior da Bahia. Afeito ao eleitorado urbano de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso debutava no Brasil profundo. Na ocasião, aos 63 anos, ex-Ministro da Fazenda de um plano exitoso, era postulante à presidência da República. "Senti que ia ganhar a eleição ali", escreveu anos depois. O povo pedia que o candidato autografasse as cédulas de 1 Real e durante o comício ergueu o dinheiro. Política também é símbolo.

Maio de 2013, bairro de Higienópolis, São Paulo. Em sua residência, o ex-presidente por dois mandatos, me recebe. Aos 82 anos, é entrevistado por um repórter que grava toda conversa em um celular. Outro símbolo. O senhor imaginou que, anos depois do processo de

privatização e modernização das teles, concederia uma entrevista por um aparelho de telefone? “Não, nunca imaginei”, contou. Reconhecendo a importância do seu governo, FHC acredita que o PSDB, em sua agenda propositiva para o eleitorado brasileiro, precisa ir além. “O passado passou”, diz.

A falha do esquecimento do gravador na Paraíba fez com que o imprevisto se transformasse em mote. Aquela foi a primeira pergunta de uma pauta que consumiu quase duas horas, nas quais Fernando Henrique Cardoso recebeu com exclusividade a reportagem do CORREIO. Conversamos sobre questões atuais como Comissão da Verdade, política compensatória de cotas, vinda dos médicos cubanos, reforma política, populismo na América Latina, legado de Hugo Chávez. Falou-se também da Primavera Árabe, das relações do Mercosul e a emergência da Aliança do Pacífico, além da atuação de China e Estados Unidos no cenário econômico mundial, bem como da sucessão presidencial.

Ao se referir à candidatura de Aécio Neves, FHC mais uma vez menciona a palavra “símbolo”. “Eu acho que a política fala por símbolos”, opina e acredita que o neto de Tancredo Neves encarna esse ideal de novidade, de linguagem contemporânea, necessários aos dias de hoje.

Sobre participar ou não da próxima campanha presidencial, FHC declarou: “Eu vou fazer o que for demandado para eu fazer na campanha, como eu fiz com o Serra também que não demandou; Aécio demanda mais, então, eu vou atender à demanda dele”.

#### Telefonia, novas tecnologias

A verdade é que, naquela ocasião, nós estávamos num aperto tremendo. Havia muita pressão diante da incapacidade do sistema telefônico brasileiro de oferecer telefone, telefone fixo. Havia fila. Telefone se alugava, se colocava na relação de bens. Nós sabíamos, obviamente, que estava em início a revolução do setor tecnológico, sobretudo, de acesso aos computadores, à internet, mas eu não imaginava que fosse tão rápida a evolução. Hoje, eu creio que tem, aproximadamente, mais de 200 milhões de celulares no Brasil, naquela época havia 2 (milhões). Então, você vê como também o país estava sedento de uma transformação profunda nisso aí.

#### Gravações presidenciais

De fato eu, no fim do dia, gravava as minhas impressões. Não todos os dias, mas sobre quase todos os dias. Isso eu só li o que foi degravado do primeiro ano de governo, 95. Agora, que eu estou com um pouquinho mais de folga, estou lendo o começo de 96. São mais de dez mil páginas do que já foi degravado. A minha assessora, que se chama Danielle Ardaillon, ela degravou tudo. E quanto mais eu leio, mas eu vejo

que não dá para publicar tão cedo. Por que? Porque quando você fala com toda franqueza, como eu falei para mim mesmo, você mexe com muita gente. E mexe com pessoas do seu círculo, de outros círculos, e eu não acho que convenha desatar uma série de interpretações. Eu vou deixar preparado para poder no futuro ser usado.

#### Médicos cubanos

No fundo é o mesmo problema que nós enfrentávamos naquela ocasião. Você tinha uma enorme camada da população não atendida. Pela inexistência de médicos, pelas dificuldades de você levar os médicos em condições precárias de trabalho. E aquele programa (PSF) foi muito importante porque ele ajudou muito na redução da mortalidade infantil. E deu acesso. Quando eu deixei o governo havia 80 milhões de pessoas atendidas pelo programa, que não parou mais, os programas continuam. Eu vejo que agora tem um debate com os médicos cubanos. É porque são cubanos, que fazem o debate. Se fossem médicos de outro país o debate seria menos caloroso. Mas eu acho que não procede. É claro que você não pode criar uma situação de competição em desfavor dos nacionais. Mas o caso não é de competição, o caso são de lugares vazios, não são ocupados.

A medicina cubana avançou muito, justamente, nessas práticas mais simples. A medicina de alta complexidade, certamente a do Brasil é melhor, isso sem falar na dos Estados Unidos. Mas o que precisamos para a população mais carente não é de tanta complexidade. Eu não vejo porquê dessa reação tão forte.

#### Revisão da ditadura

Foi um momento muito importante pra mim. A questão da tortura, não era algo abstrato, era concreto, e eu transmiti minha predisposição aos ministros militares todos logo no início do governo. Agora, eu fui paciente. Você não pode fazer estas coisas açodadamente. Meu objetivo era o de fazer uma reparação histórica. Inclusive, no discurso, assumi, em nome do estado brasileiro, a responsabilidade pelas violências praticadas. E criamos uma comissão para começarmos a fazer reparações.

Houve um dado momento em que esta comissão começou a atuar, enfim, teve de fazer muitas reparações, e se chegou ao tema do Lamarca, que era o caso delicado para as Forças Armadas, porque o Lamarca morreu em combate, desertou. E o representante militar, do Exército, nesta comissão me procurou. Eu o conhecia. Era um general muito correto. Ele me disse: olha presidente, eu vou ter que sair da comissão. Todas as minhas opiniões não são tomadas em consideração. Eu falei: se o senhor fizer isso vai criar um embaraço político para mim. Eu respeito. O caso do

Lamarca, especialmente, eu sei a sua posição. Pedi para que pudesse ponderar as suas razões. Eu disse que quando constitui a comissão, o resultado dela seria acatado por mim. Então, eu vou ter que acatar. Ele foi tão correto que não pediu demissão. Depois eu acho que houve um pouco relaxamento dos critérios. Deram muitas reparações talvez com um critério um pouco exagerado. Gente que não sofreu tanta coisa. Às vezes do setor privado. No Brasil sempre quem paga o ônus de tudo é o cofre, é a Viúva, não é?

Hoje nós regredimos à Velha República

Em 2006, quando publicou o livro *A Arte da Política* – a história que eu vivi, Fernando Henrique afirmou que era favorável a uma revisão da Lei da Anistia. Questionado sobre o assunto, o ex-presidente falou que acatava a decisão da Justiça sobre o assunto.

“Naquela ocasião não tinha a avaliação do Supremo. Agora não tem jeito. O Supremo tomou uma decisão, está tomada. O objetivo da Comissão da Verdade é parecido com o que aconteceu na África do Sul. E o que eles queriam lá? Era reconciliação. O objetivo na África não foi punição, foi de reconciliação. Eu acho que na medida em que a Comissão da Verdade expuser as questões e levar as pessoas a dizer: “olha, eu errei”, mesmo os que torturaram ou os que mataram estando na guerrilha, é aí que se cumpre o objetivo dela. Porque o objetivo é: não dá para repetir isso mais, chega. Não é o de punir. O Supremo deu lá a decisão dele, mas o que o Supremo não decidiu é como se reconcilia. E você não reconcilia sem o reconhecimento do erro. Eu acho que a Comissão deveria ir para esse lado”.

Cotas e racismo

Como é que você faz a compensação, como é que você não nega a discriminação que existe, portanto, você tem que dar alguma coisa em compensação, e não cria racismo. Isso é um ponto delicado. Recentemente reeditaram um livro que eu fiz chamado *Pensadores que inventaram o Brasil*, e eu reli algumas coisas que eu escrevi sobre Florestan (Fernandes), sobretudo, uns trabalhos sobre negros. Florestan sempre teve essa preocupação que negros, os dirigentes negros da época, também não recriassem o racismo, nem mesmo naquela coisa do Sartre, do racismo anti-racismo. Porque no Brasil o risco é você tentar aceitar como classificação a raça. Ora, a raça é um conceito antropológicamente muito complicado, pouco claro. Como é que você vai aceitar que a raça é critério de classificação? De autodefinição tudo bem. Quando você faz uma lei como essa (edito do Minc específico para negros) você está dizendo: tem brancos e tem pretos, que são duas qualidades diferentes, e isso aqui é só pra negro, aí você está aprontando uma coisa que pode levar ao

germe do racismo. Tanto faz se você disser que é só pra negro ou só pra branco.

Trânsito no Congresso

Eu fui líder do MDB, do PSDB, e era relator adjunto da Constituição. Então, isso me deu uma larga experiência em lidar com os partidos e autoridade moral também. Isso facilitava, efetivamente. Quantas vezes eu não ia ao Congresso como ministro? E você sabe que a linguagem parlamentar é agressiva. Se você não é parlamentar também se assusta; eu não me assustava, sabia como era e eu também era duro. Eu tinha muita noção de que no Brasil os políticos que não dão valor ao Congresso correm um risco grande. Porque ou eles têm força pra fechar o Congresso, e aí não são democratas, ou eles caem. O Congresso não pode ser posto como uma coisa subordinada permanentemente ao Executivo. É um jogo complicado. E se você tem noção desse jogo, tem que ao mesmo tempo exercer a liderança e respeitar. E isso é difícil. Quem tem experiência de vida no Congresso entende melhor isso.

Consulta popular

Eu sempre tive essa preocupação. É claro que quando você está em um governo com muita popularidade. Quando você entra num governo e tem prestígio e no caso o meu tinha o Real por trás, como no caso Lula, pela questão social, você tem sempre a tentação da possibilidade de uma ação plebiscitária. Eu sou profundamente democrata. Ou seja, eu acredito que temos que fazer as instituições funcionarem.

Democracia, plebiscito

O fascismo faz isso também. Eu não acho que a democracia direta, sob essa forma, seja a melhor maneira de governar. Faça uma pergunta se deve haver pena de morte. Vem imediatamente a resposta que sim. Não é por acaso que tem de ter filtros. O poder emana do povo, mas, em qualquer momento, o povo inflamado vai decidir? Não. Todo ditador se apoia nisso. Não todos. Mas os populistas se apoiam nisso. E é uma confusão. Democracia não é o governo da maioria. É o governo das leis. Feitas pela maioria. As leis são o limite do jogo, que é a Constituição. Senão, para quê serve a Constituição? Se consulta o povo a toda hora. E não é bem isso. Tem de se ter um pacto. Eu acho que é uma certa simplificação achar que a democracia é a consulta permanente à população. Em certas circunstâncias tem de consultar. O nosso Congresso, a Constituição, define quando se deve consultar. Quando se pode fazer plebiscito, quando não.

Regressão política

Nós chegamos a um ponto no Brasil em que a presidência imperial dissolveu aqui o que se chamava de presidencialismo de coalizão. Hoje não há mais coalizão de nada nós voltamos à Velha República: oposi-

ção e governo. Então, nós regredimos na nossa cultura política. Isso em função do presidencialismo imperial.

Sociedade imperial?

Em certa medida sim. É o negócio do (Raymundo) Faoro. Isso vem dos portugueses, espanhóis. Corporativista e monárquico. Isso pesou muito e pesa até hoje. Embora eu tenha tentado valorizar mais os partidos, hoje é difícil porque os partidos estão sumindo, na verdade. Só tem governo e oposição. Acho que estamos num momento em que a cultura política está precisando de uma reformulação. (Astier Basílio)

1978

O sociólogo entra na política. Candidata-se ao Senado pela sublegenda do MDB. Fernando Henrique teve apoio de Lula. Ficou na suplência e assumiu em 1982.

1992

Após o impeachment de Collor, Itamar Franco chama Fernando Henrique para atuar como Ministro de Relações Exteriores, que aceita o convite.

Partido há muito tempo no poder se acomoda

Defensor do parlamentarismo, ao ser perguntado se acredita neste modelo político para o Brasil, Fernando Henrique se mostrou cético.

“A esta altura eu duvido. Eu acreditava. Eu votei. Eu era presidencialista, pois, a opção brasileira era esta, a esquerda era presidencialista. Depois, eu pensei: quem sabe o amadurecimento da sociedade civil um desenvolvimento mais parlamentar. Eu acho difícil pelo desfazimento da estrutura político partidária, só com governo e oposição. Como é que se resolve isso? Talvez seja possível, não é fácil e não vai ser aprovado agora, mudar o sistema eleitoral para um sistema mais, digamos, distritalizado. Por que hoje o que acontece? Nós temos uma democracia de massa sem cidadãos. O deputado, o representante, ele não fala com o cidadão, ele fala com os setores intermediários que o elegem: a prefeitura, a empresa, o time de futebol, as igrejas. E lá eles funcionam por frentes parlamentares e não por partidos. E na hora do voto, eles vão buscar os votos através das organizações intermediárias e o representante não representa o cidadão, mas quem o elegeu. Eu vivi na Inglaterra. Em Cambrigde. De repente, quem batia a sua porta era o próprio candidato. Lá é um espaço menor, não dá pra fazer isso aqui. Mas se você estabelecer o distrito aqui o candidato vai saber pra quem está falando. Então, o que acontece? Tem a eleição, o parlamentar vai responder àqueles que o elegeram. E outra coisa. O povo não controla. Porque nem sabe em que votou, esquece. Não cobra do representante. Não se tem a ideia do “meu representante”. Nós temos uma democracia incompleta, na verdade. Nós temos liberdade e não é a mesma coisa que democracia”.

Chávez ligou no golpe

Foi muito curioso. E eu vou te contar um pequeno episódio. Eu era Ministro de Relações Exteriores quando o presidente da Venezuela era Carlos Andrés Perez. Eu telefonei para ele (quando do golpe dado por Chávez, em 1992). Ele me falou: “oiga, oiga, no te preocupes”. Falou que houve uns tiros. Bom, passou um tempo, eu já como presidente, dez anos depois, me telefona, sendo golpeado, o Chávez: “Mira qué pasa acá, Fernando”. Eu falei: olha, Hugo, a posição do Brasil é invariável nós não vamos apoiar isso não. E de fato não apoiamos. Atuei para evitar a consolidação daquela situação lá. Os americanos apoiaram imediatamente. Eu falei não. Havia uma reunião, acho que na Costa Rica, uma reunião com Ministros do Exterior da região, eu falei ao Celso (Lafer): ó, levanta aí a voz. O Brasil não apóia essa derrubada.

Legado chavista

Primeiro: o que eu acho de positivo. Chávez percebeu que havia uma situação de vazio de poder. Porque as elites venezuelanas nunca olhavam para baixo. E ele olhou. Disso daí derivou a popularidade dele. Ele veio do “lano”. Basicamente era um militar. Eu acho que a Venezuela tinha dois grandes problemas. Um ele tentou enfrentar que foi a pobreza; o outro ele não enfrentou, que foi a subordinação ao petróleo. Ele não fez. Ele olhou pro povo, mas não olhou pro país. A Venezuela está igual ao que estava antes. Sem perspectiva de futuro. Está pior. Desorganizou a produção petrolífera e tudo o mais. Eu sempre dizia, mesmo quando ele estava lá, o balanço da história de Chávez vai ser até que ponto ele vai, de fato, transformar a Venezuela. Agora, por outro lado, ele foi, progressivamente, manipulando as instituições com uma ideia um pouco plebiscitária e, mesmo, fascistizando, ameaçando a imprensa. Mas era muito curioso. Ele não prendia ninguém. Não houve perseguição no sentido de regime autoritário. Não era assim. E não é até hoje. E a oposição se deu muito mal porque em dado momento ela foi golpista. Depois foi abstencionista, se eximiu, não foi democrática também. Agora tem uma oposição democrática. O Capriles quase ganha lá.

Alternância de poder

Eu acho muito importante que haja alternância de poder. Mesmo quando é contra a gente. Eu sou muito amigo do ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos. Fomos vizinhos lá no Chile. Sou amigo dele antes de qualquer coisa, antes dele ser presidente. Ele foi meu colega na Brown University. Depois que ele deixou o governo e eu também. E conversamos muito sobre isso. Ele queria talvez se candidatar uma outra vez. E podia. Eu lhe falei: me parece que não vale a pena. Porque está na hora de mudar. Chega um momento em

que tem fadiga de material. E é bom que isso ocorra. A política é feita também de acomodações. Quando um partido está há muito tempo no poder fica acomodado. Você não muda mais nada. E é tão difícil mudar. É todo mundo ligado a não sei quê, a não sei quem, a interesses. Então, é muito importante haver a renovação. E o Chavez não teve essa visão. Como aqui também, setores do PT não têm isso.

#### Terceiro mandato

Acho isso muito negativo. E é uma herança do Chávez. E, diga-se de passagem, o Lula teve sabedoria e não caiu nessa. Porque isso é negativo pro país. A herança do Chávez é muito ambivalente, porque ele teve um papel importante na América Central e em Cuba. Ele manteve o petróleo abaixo do preço. Ele tinha uma noção de solidariedade entre os povos. Por outro lado, nunca houve alguém tão provocador na história como o Chávez. Porque o Fidel Castro nunca provocou ninguém, foi provocado. O Chávez não. E os americanos compravam petróleo sem parar. Ele provocou muito. Tudo o que ele podia fazer para provocar, ele provocou. Mesmo imaturamente.

#### Contra o Imperialismo

Aí está um ponto que convém esclarecer. O imperialismo acabou. Nós vivemos a fase pós-imperialismo. E o que era o imperialismo, pelo Lênin, por exemplo? Era o controle das fontes de matéria prima e de mercados pela via militar estatal, não é isso? Invadia, prendia. Com a globalização é o oposto. São as empresas que passam a ter primazia e se inter-relacionam. Então, o espectro da guerra imperial desaparece. Chávez pode ser tão anti-imperialista porque não havia mais imperialismo. Se fosse na Guerra Fria ele não poderia, os Estados Unidos teriam de intervir, fazer o diabo. A Guerra Fria acabou e acabou com o imperialismo como tal. Não é que não exista mais dominação, há, mas de outro tipo. (Astier Basílio)

1993

Com inflação beirando os 30%, assume o Ministério da Fazenda. Implanta o Plano Real que, por meio da URV, é uma preparação para mudança da moeda.

1994

Com a consolidação do Real e a estabilização da moeda Fernando Henrique deixa o ministério e derrota Lula vencendo a eleição presidencial no primeiro turno.

#### Classe emergente exigirá qualidade

Fernando Henrique acredita que o Mercosul ficou incompleto. Avalia que a instituição parou por ser apenas um acordo de livre comércio imperfeito. "Cada vez que tem reunião de presidentes e ministros da fazenda é para diminuir as transações comerciais, para se fazer exceções"

#### Integração latina

O Mercosul não caminhou no sentido de uma verdadeira integração. E por outro lado como o Brasil ficou muito amarrado ao Mercosul, ele não fez acordos comerciais com mais ninguém. Nós temos outro com o Egito, com Israel. E só. Nós estamos sem margem de manobra. Por outro lado, o Chavez introduziu um elemento novo na América Latina. Uma tentativa de se ter um outro modelo. Você pode acreditar ou não, mas a tentativa dele, até certo ponto, foi configurada. E este modelo arrastou muitos países. E o Brasil ficou um pouco assim na dúvida. Se ele se manifesta a favor do outro modelo ou contra.

#### Aliança do Pacífico

Estes países da Aliança do Arco do Pacífico não só estão olhando para a Ásia, que nós não estamos, eles têm uma economia muito mais liberal, mais aberta. Ou pelo menos retoricamente mais aberta. Eu acho que o Brasil tem que olhar para essa questão com atenção para saber o que vai acontecer com o futuro, qual vai ser a nossa posição. As crises capitalistas são devastadoras, mas acabam e elas não acabam com o sistema, não vão derrubá-lo. E nós fizemos a nossa política apostando muito como se o Sul fosse sair dessa crise à frente. Não vai.

#### EUA e China

Os chineses estão desenvolvendo a teoria do socialismo harmonioso. A ideia de que tem de se viver. E isso eles estão levando para o plano internacional. Ao invés de chocar, buscar áreas de convergência. Eu não acho que a China, não nas próximas décadas, tenha um projeto hegemônico em nível global. Não. Claro que um país que cresce como a China vai ter um maior peso. Mas eu não sei se eles vão ter a pretensão que os americanos, alemães e ingleses tiveram, de serem, realmente, o exemplo do mundo. Veja o Bush, no momento em que os Estados Unidos tiveram de entrar em retração e aceitar o mundo islâmico, ele fez o contrário, fez a guerra para botar a democracia lá. Eu não vejo os chineses fazendo isso. Vejo a China muito mais concentrada nos problemas dela do que num projeto hegemônico.

#### Primavera Árabe

Tem um livro, do Manuel Castells, até citei no meu último artigo no Estado de São Paulo, onde ele discute as várias experiências da Primavera Árabe, do Occupy nos Estados Unidos, desses movimentos que têm a ver com a internet, com o reforço da ideia de individualidade, e no final é uma conclusão curiosa; curiosa não, preocupante, enfim, ele diz: "até agora, esses movimentos foram capazes de em certas circunstâncias quebraram instituições, mas não criaram novas". Como estes movimentos não são movimentos agregadores são movimentos que não aceitam muitas

lideranças, são movimentos, não são estruturas, não são instituições, então, caíram num buraco. Tem outro autor de que gosto muito que chama-se Moisés Naím, um venezuelano que mora nos Estados Unidos, ele publicou um livro agora, *The End of Power – O Fim do Poder*. Na verdade, é o fim do poder como era antes. Esse é mais otimista quanto ao que você tenha hoje micropoderes, um pouco como o que Foucault falava, que você vai ter uma mudança institucional, e ele volta a falar em partidos. O Castells não acredita em partidos, mas em movimentos, ele acha que a realidade de hoje é de movimentos. Se você ficar só no movimento dá na Primavera Árabe. Pegue a Tunísia. A Tunísia avançou bastante, mas o Egito menos. Porque você tem um problema: não se tem como mudar, de repente, a cultura. Você tem que aceitar a diferenciação cultural.

#### Valores universais

Não dá pra pensar que não existem alguns valores universais. Esse é o limite: não à tortura, igualdade com a mulher, etc. Agora, fora daí, o resto vai ser diferente. Usar o véu, qual valor que há aí? Os franceses, por causa do seu republicanismo, não permitem. Acho que isso é um exagero. Como os americanos que querem impor a democracia representativa. Também acho um exagero. Houve uma certa ilusão sobre a possibilidade de um mundo homogêneo. Até por causa da globalização. Veja por exemplo o Japão. Era segunda maior economia do mundo. A terceira hoje. Ele não deixou de ser japonês. A cultura não mudou, mentalmente. Então, você tem que ter uma compreensão, utópica que seja, de que vamos limitar o máximo daquilo que você diz: isso é inaceitável, e vamos fazer armistícios vários sobre o que é aceitável pelo mundo afora. É o caso da cultura brasileira que sempre foi um tema para os sociólogos, e eu acho que isso tem de se valorizar porque aqui sempre houve uma certa cultura de valorização do outro. Por isso que acho que o negócio do racismo é perigoso, porque é contra a aceitação do outro. Aqui é mais fácil a aceitação sobre o outro. Aqui passam leis como casamento gay. Não tem movimento da sociedade contra. Tem gente contra. Mas você não tem, como lá na França, gente até hoje lá lutando. São mais resistentes à variabilidade.

#### E os evangélicos?

De onde é que vem isso? São seitas. Facções cuja origem é anglo-saxã, que foram assimiladas e estão crescendo muito aqui. Não é católico. É mais intolerante. A própria busca da identidade racial tal como ela se desenvolveu em certos setores vem dos Estados Unidos. Tem a Fundação Ford com muitos programas por aqui. Baseados na realidade deles lá. Então, isso é um problema. Eu acho que a gente deve abrir o jogo: olha, cuidado. A mesma coisa com

os protestantes. Tenham o Deus que vocês queiram, mas não me venham transformar isso aí numa forma de conduta generalizável. Porque isso não diz respeito mais à religião, diz respeito a comportamentos.

#### Fundamentalismo

Se essa representatividade fosse majoritária, seria um problema, mas não é. Ainda é muito pequena. O que não quer dizer que dar-se à luta pela democracia porque eles por instinto não são democráticos. E toca no fundamentalismo. O dilema todo é que são as religiões monoteístas. Eles só têm o Deus e aquele é o verdadeiro e o resto é falso. E eu tenho que converter você.

#### Religião e parlamento

Ah... aí, complica muito. É um rolo grande. Se o PT tivesse um pensamento democrático mais profundo estaria pensando nisso. Qual é o limite da democracia? Não tem que confrontar com eles – vocês preguem à vontade; aqui não, são instituições, democráticas. Se você apoia o meu governo eu não te dou a minha alma, a minha alma é democrática. Não dá para dividir entre bons e maus e somar. Isso é tomismo, não é dialética.

#### PT: social democrata?

O PT quando nasceu foi como um partido libertário, muito anti-institucional. O Lula dizia que a verdadeira anistia do trabalhador era acabar com a CLT. Porque ele achava que a CLT era fascista, corporativista. Eles tinham estas atitudes. Alguns setores foram evoluindo. Marxizaram o PT. Não de luta armada, que ele nunca foi. Enfim, uma visão mais de luta de classes. Eles não aceitavam a 'democracia burguesa'. Pouco a pouco, o que foi predominando no PT? Foi o sindicalismo. Houve o arrefecimento dos ardores revolucionários, a exemplo de Zé Dirceu e do Palocci. O que prevaleceu foi o sindicalismo. O PT passou a ser um partido muito mais social-democrata sem reconhecer. Ou seja, um partido que quer fazer reformas dentro dos quadros de uma economia que é capitalista. Deixou de propor o socialismo. Tudo bem não propor o socialismo, mas, então, que diga. Porque até hoje eles não aceitam dizer que são social-democratas. Até hoje eles não dizem que aceitam as economias de mercado. Eles continuam com uma subjetividade socialista, mas com uma praticidade que aí vale tudo.

#### PSDB com outro nome

Minha proposta era que fosse democrata popular. Fomos voto vencido, eu e o Montoro. A social-democracia foi outra coisa. Foram os trabalhadores organizados. Os sindicatos. Eles queriam o quê? Queriam obter aquilo que a sociedade já tinha obtido. É outra questão a nossa. A classe trabalhadora como tal, como força, minguiu. Então, o que é que fez? Virou um partido de assalariados. Que era o que eu pregava. Quando eles

diziam: vamos fazer um partido de trabalhadores. Eu dizia não. Tem que ser mais amplo do que isso.

#### Discurso do PSDB

Do que é que o Brasil precisa nesse momento? Acho que precisa de um novo aggiornamento. O que foi que o PSDB fez? O PSDB ajustou a economia brasileira à globalização. Tem nada de neoliberal. Isso é bobagem pura. Eu nem sabia o que era neoliberal naquela época. Consenso de Washington? Eu nem entendia o que era isso. O que o PSDB pode fazer de novo é dizer: olha aqui, minha gente, temos que dar um novo salto, porque a economia está se reestruturando de novo, com novos motores e nós estamos afastados deles. Temos uma visão estratégica, diferente da atual. E a coisa agora é em rede, não é Sul/Sul. Melhorou a quantidade, mas não melhorou a qualidade. As classes emergentes não vão querer só quantidade, vão querer qualidade. Melhor educação, melhor atendimento de saúde. Melhor tudo. E isso requer gestão.

#### Me vesti de vaqueiro

Aí você vai ter que ter gente, política não se faz só com ideias, e isso tem que se encarnar em pessoas. Pessoas que são capazes de traduzir isso em coisas que a população sinta. Porque eu acredito na candidatura do Aécio? Porque ele sozinho já simboliza isso. Ele é novo, contemporâneo, não é formal e já fala essa linguagem da atualidade. Eu acho que na política você fala também por símbolos. Política é símbolo. Outra coisa que eu fiz lá no Nordeste botei uma roupa de vaqueiro e montei a cavalo. Todo mundo gozou. Mas você tem que expressar simbolicamente. Eu acho que o problema nosso é que você tem que expressar essa contemporaneidade hoje.

#### Postura incisiva

Eu vou lhe falar de uma coisa que eu não posso subscrever porque é grave. Na reunião do PSDB, o governador de Goiás chamou o Lula de canalha. Foi fortíssimo. Eu não quero que se diga isso, eu não quero que se faça isso. Mas alguma coisa tem que ser feita. Porque se não você não marca. O Lula quando quer marcar, ele marca. Por isso que ele marca o amigo e o inimigo. Não tem jeito. Você tem que definir o inimigo.

#### Assumir legado

Isso mudou já. O PSDB já está assumindo. (Como será colocado para a população?) Isso não é para a população. Isso é mais uma briga entre políticos e jornalistas que ficam o tempo todo: olha não está assumindo. (Trabalho na campanha de Aécio?) Não. (Participação em horário político?). Se me chamarem, sim. (Comício?) Eu fui a comício do Serra. Mais no final. Mas acho que isso não seja o mais importante. Quem tem que ganhar a campanha não sou eu, é o candidato. O caso do Lula foi diferente porque ele estava no gover-

no, a Dilma era desconhecida, e o Lula não tem limite para usar a máquina pública para fazer campanha, nós não fazemos isso. Eu vou fazer o que for demandado para eu fazer na campanha, como eu fiz com o Serra também que não demandou; o Aécio demanda mais, então, eu vou atender à demanda dele. Mas sempre com um certo cuidado. A gente tem que entender qual é o momento da vida. Eu já tenho 82 anos.

#### Palanques

É importante, mas não é decisivo. Se fosse decisivo Lula não seria presidente na primeira vez. Eu acho que se os candidatos conseguirem uma mensagem que caía fundo, vai ter quem os apoie. É claro que Aécio tem predisposições favoráveis porque tem Minas. Bem ou mal, nós temos 7 governos estaduais. Isso também ajuda. E você vê o fato de Eduardo (Campos), de Pernambuco, ser candidato é importante. (Ele falou pro senhor que seria candidato?) Falou. ( ) Acredito. O que ele tem a perder? Se ele quiser ser gente... Eduardo pode pensar em 14, como pode pensar em 18. O que Serra constrói em 14 não serve para nada. Quando você pensa em termos históricos, não é só a primeira eleição. Por isso que eu acho que a candidatura do Aécio é boa pro PSDB e não faria sentido o Serra agora. Porque o Serra não tem 18. O que ele construir em 14 não serve pra nada. O Aécio, ainda que perca, ele constrói para 18. Com o Eduardo é a mesma coisa. (Sob esta perspectiva, a candidatura de Eduardo Campos é factível?) Acredito sim. Não sei qual será a postura, o discurso dele.

#### Aécio e oposição

A conjuntura favorece mais a uma candidatura do Aécio do que a dele. Porque ele tem Minas, é mais conhecido. E pode falar mais facilmente como oposição. (Prejudica o fato dele não ter tido uma postura mais incisiva na oposição?) Prejudicar não prejudica, mas teria ter sido positiva, mas não foi, mas prejudicar não prejudica, o povo não está nem aí, o povo vai saber da eleição, na eleição. (A economia tem peso?). Tem peso sim. Por que hoje o Eduardo se lança? Porque ele percebe que a economia já não é igual. O governo não é igual. A Dilma, ou melhor, o governo da Dilma, tem uma qualidade de desempenho abaixo da do governo do Lula.

#### Nova geração política

Tem muito prefeito novo. Veja lá o de Recife, Geraldo (Júlio, do PSB). (O que diferencia essa geração da sua?). Essa geração vem de uma experiência que não é a nossa, que confrontou o regime autoritário. (Beneficia?). Não sei se beneficia. Tem que olhar para outros temas. E isso é mais ou menos inevitável. Chega um momento em que você tem uma substituição de gerações. Nós estamos num momento de substituição.

Eu sou de outra ainda. Eu sou sobrevivente. Os meus estão lá embaixo. Ou lá em cima. Quem é que da minha geração que está ativo na política? Da minha geração? Não tem ninguém. Com 80 anos? (Sarney). É, o Sarney. Também chegou o momento dele. (Astier Basílio)  
1998

Aprovação da emenda da reeleição. Fernando Henrique concorre a um segundo mandato e novamente derrota o petista Lula, com vitória no primeiro turno.  
2011

Ao completar 80 anos, ex-presidente é cercado de homenagens, PSDB recupera o legado de seu governo. FHC lança o livro *A Soma e o Resto*, fazendo balanço da vida

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cícero Lucena, eu acato o seu encaminhamento e, ao mesmo tempo, aproveitando o ensejo, tenho certeza que em nome do Senado da República, desejar feliz aniversário ao Senador e ex-Presidente da república Fernando Henrique Cardoso, celebrado no dia de ontem.

Então, peço que remeta a S. Ex<sup>a</sup> os nossos votos de feliz aniversário, em nome do Senado da República.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Peço licença ao Senador Ruben Figueiró para anunciar a visita ao Senado dos Vereadores de Piraju Carlos Alberto Camargo Lima, do PT, José Carlos Brandini, Luciano Lopes Louzada, João Fernando José, Presidente da Câmara, e Sérgio Antonio Sanches.

Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sejam bem-vindos!

Fica registrada, nos *Anais da Casa*, a visita dos senhores.

Passamos a palavra de imediato ao Senador Ruben Figueiró, pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, quero registrar, com muito prazer, também a presença no plenário do Senador Tomás Correia, por quem tenho admiração pelas intervenções que fez quando aqui exerceu o mandato, sobretudo, na Presidência eventual desta Casa, sempre atencioso...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E presidiu muitas e muitas vezes.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – ... sempre tolerante com os oradores na questão do tempo, o que mostra o seu senso democrático. Eu também gostaria de saudar os Srs. Edis aqui presentes.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, há muitos anos, li um pensamento de um sociólogo americano que mantenho gravado na minha memória. Frank Crane afirmava: “Não se envelhece com o passar dos anos e sim com o abandono dos ideais”. Nesta fase de minha vida, mantenho aqueles ideais que, na juventude, traziam-me entusiasmo e fibra para lutar pelo que entendia como certo no meu direito de cidadania.

Confesso a V. Ex<sup>s</sup> que, nada obstante as travessias caudalosas que tive ao longo destes quase 82 anos de existência, mantenho-me fiel ao que entendi como fé naqueles anos venturosos da academia universitária.

Agora, ao observar, à distância, a movimentação dos mais jovens do meu País, volto no tempo para puxar da memória momentos marcantes de minha participação em movimentos que, guardados o tempo e as proporções, não são muito diferentes dos que motivam a rebeldia em jovens ante o que ocorre com as decisões de governo, não importa qual a sua esfera.

Hoje, a razão são vinte centavos. Naquela época, 1957, 30 de maio, lembrando a célebre noite do massacre também da juventude revoltada da Espanha, o famoso dia de São Bartolomeu, jovens universitários da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a famosa faculdade do Catete, se ergueram num brado que se tornou nacional, como esse que hoje acontece, porque o governo do então Distrito Federal determinou o aumento em vinte centavos – vejam a coincidência – do preço das passagens de bonde, o mais tradicional meio de transporte da população carioca à época.

A polícia especial, Sr. Presidente, a dos quepes vermelhos, grupo extremamente repressor dos movimentos populares, ainda vigente, por incrível que pareça, no governo democrático de Juscelino Kubitschek, e fruto do Estado Novo ditatorial de Getúlio Vargas, agia com rigor e violência, com os instrumentos típicos de um governo discricionário.

Eu, como tantos outros jovens, levei dela muitas cacetadas, cujos sinais ainda nesta idade tenho marcas. Daí porque compreendo como justas as manifestações de rebeldia dos jovens de hoje e espero que os governos tenham, como teve JK naqueles episódios, a compreensão e o respeito à legitimidade dos reclamos democráticos da juventude quando estabeleceu o direito de se reunir e manifestar, respeitada a ordem pública.

O grito dos universitários, Srs. Senadores, não é aquele que vem seguido pela ação criminosas de baderneiros e vândalos que tudo quebram com prejuízos aos bens públicos e privados.



Aos jovens idealistas, o respeito a suas ideias. Aos vândalos, a ação da polícia, inapelável.

É inadmissível que um grupo mínimo de arruaceiros, se comparados à grande massa que se manifesta pacificamente e de forma ordeira, continue a saquear e depredar os prédios públicos e privados, trazendo danos não só financeiros, mas ao patrimônio histórico, como no caso da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e de tantos outros.

Sr. Presidente Paulo Paim, lembro-me também da frase que o saudoso Ulysses Guimarães costumava dizer. Abro aspas: “Os políticos precisam escutar a voz rouca das ruas”. Fecho aspas. A voz das ruas já não é mais rouca, é altissonante! E parece que o Governo e os partidos políticos não a estão ouvindo.

Alguém me indagou: o que está acontecendo com os partidos? Somente aqueles de posição extremamente radical estão presentes nos movimentos dos jovens, e, assim mesmo, de uma forma muito discreta. A minha resposta àquele interlocutor foi a de que os jovens se sentem abandonados pelos partidos e a raiz desse distanciamento vem de longe, desde quando se extinguiram aquelas legendas tradicionais pelo Ato Institucional nº 2 do governo militar.

Até então, a mocidade, sobretudo universitária, estava integrada, pelas suas opções doutrinárias, a algum partido político cujas ações tinham acentuado reflexo nas entidades representativas do estudantado, como a UNE, em nível nacional, as UEEs, nos Estados, e as Umes, nas cidades.

A UNE, como entidade representativa e autêntica, teve uma curta sobrevida, com o último grito democrático no Congresso de Ibiúna, em São Paulo, em outubro de 1968. Hoje, embora reorganizada, com amplo apoio oficial de recursos, parece refletir o que se condenava no passado: a “pelegada”, graças às benesses governamentais, razão por que nem tem sido lembrada nesses atuais movimentos da juventude que se estouram por todo o País.

Outro aspecto que eu gostaria de ressaltar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que os partidos não têm conseguindo valer-se deste imenso potencial de mobilização que é a Internet por meio das mídias sociais.

Concedo, com muita honra, a palavra ao ilustre Senador Francisco Dornelles.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Francisco Dornelles vai falar em seguida a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> deixou o microfone levantado, mas considero um aparte valioso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Francisco Dornelles** (Bloco/PP – RJ) – Aproveito para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado.

Continuo, Sr. Presidente.

A revolta que levou milhares de brasileiros às ruas não é liderada por nenhuma grande personalidade. Não foi necessária a organização de nenhum partido, sindicato ou entidade. No entanto, esse inconformismo difuso pode ser mais bem organizado.

É o momento de buscar as novas cabeças: os futuros comandantes da Nação. As legendas estão envelhecendo. Há muitos anos não desponta, no País, uma verdadeira liderança estudantil.

Agora, creio que o eminente Senador Pedro Taques, que eu desejo seja o futuro governador do meu Estado querido de Mato Grosso, me honrará com o seu aparte.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró. V. Ex<sup>a</sup> honra o Estado de Mato Grosso do Sul. Eu concordo com parte do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, uma vez que o senhor é um homem cordial, um homem educado. Eu vejo que o sistema partidário no Brasil não está envelhecendo. Ele está podre! Podre! A prova é isso que nós estamos vivendo aqui. Parece que nós estamos no Palácio de Versalhes. Enquanto o cidadão, aí fora, está protestando, nós, aqui, estamos deitados em berço esplêndido. Lá fora, o cidadão está-se manifestando. Nós, da classe política, precisamos nos antenar nisso. O sistema político no Brasil, hoje, é uma farsa: partidos políticos sem ideologia, o Legislativo...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) –... se apequenando todos os dias, mais ou menos em obediência ao presidencialismo imperial, e a Presidência da República, com todo respeito à Presidente Dilma, vai a São Paulo para falar com o oráculo. Parece *O Quarto K*, do Mario Puzo. Ela vai falar com o oráculo para resolver a situação.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Realmente, as minhas palavras não têm o vigor das de V. Ex<sup>a</sup>, até porque V. Ex<sup>a</sup> é mais jovem. É isso que nós esperamos aqui.

A minha fase já está passando,...

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Não está!

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – ,mas a sua é a voz dos jovens que estão se rebelando nas ruas, numa justa manifestação.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – Discurso de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é mais jovem do que eu. Não é idade que é jovialidade, mas o espírito público que V. Ex<sup>a</sup> detém.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – Senador Pedro Taques, no início de meu discurso, V. Ex<sup>a</sup> deve ter ouvido que não se envelhece com o passar dos anos, mas, sim, pelo abandono dos ideais. Eu me considero, pelo menos em ideias,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – ...tão jovem quando V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, já estou concluindo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, boa parte dos políticos iniciou sua carreira, por assim dizer, no movimento estudantil.

A indignação nata é inerente da juventude, que quer mudar o mundo, que tem a esperança no futuro e em dias melhores.

Por isso, já passou da hora de os partidos, com pê maiúsculo, chamarem os jovens para que, efetivamente, participem do processo político. Está na hora de resgatar a credibilidade da classe política, tão necessária ao sistema representativo e democrático.

Chamou-me a atenção a falta de lideranças que despontem como reais interlocutores dos manifestantes. Parece-me que alguns dos jovens que têm se manifestado pela imprensa não perceberam a dimensão da grandiosidade deste movimento que se tornou nacional, organizado pelo Facebook.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Na capital do meu Estado, Campo Grande, a juventude fará coro às manifestações. Mais de 25 mil pessoas já confirmaram presença, pela mídia social, no ato desta quinta-feira. Prometem três dias de protestos. Agora, não só as capitais, mas as cidades de médio porte também participam do movimento. Pergunto: até quando ocorrerão tais manifestações Brasil afora? Impossível prever. Provavelmente, acabarão como começaram.

Infelizmente, Sr. Presidente, acho que não estão seguindo a recomendação do Dr. Ulysses Guimarães. Será que os governantes estão ouvindo a voz rouca – eu diria altissonante – das ruas?

A Presidente Dilma Rousseff disse, ontem, que está atenta à voz das ruas e dividiu o ônus da insatisfação popular com os governos estaduais, os Legislativos e o Judiciário.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fato, há uma queda...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – ...de credibilidade popular em relação às instituições da República e aos partidos políticos. Mas é preciso a Presidência admitir que por trás dos protestos estão a inflação e a carestia, consequências da política econômica do Governo Federal.

Para tentar apaziguar os ânimos, o Planalto sugeriu a desoneração de impostos no setor de transporte público de passageiros. Porém, medidas imediatistas e de sufoco são o mesmo que tapar o sol com a peneira, porque, afinal, o débito, de uma forma ou de outra, vai acabar no bolso do povo, eis que o Governo, como sempre faz, vai procurar meios para tapar o buraco das finanças públicas.

As medidas têm que ser de amplo espectro, especialmente no setor de transporte urbano, e é preciso, primeiro, desobstruir o sistema para, assim, permitir o barateamento dos custos. Disciplinar o trânsito, que está caótico até nas pequenas cidades do País, projetar e concluir, em caráter de urgência...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco/PSDB – MS) – ...vias expressas e garantir a fiscalização rígida para que os veículos particulares respeitem as normas de tráfego em horário comercial, além, é claro, de garantir um transporte de passageiros eficiente, integrado, limpo, de boa qualidade e a preços justos são apenas alguns dos exemplos.

Estou concluindo, Sr. Presidente, muito grato pela atenção que V. Ex<sup>a</sup> está me dispensando.

Especifico esta questão que é um dos motes mais prementes dos protestos que têm tomado as ruas do País nos últimos dias. Mas o clamor pelo passe livre é um dos pontos imersos nesta imensa e difusa pauta de reivindicações, que manifesta o repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público.

Ainda ontem, ressaltavam, com a ênfase democrática que possuem as duas maiores figuras e expressões do meu Partido, o PSDB: o seu Presidente de Honra, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente nacional, Senador Aécio Neves, que as manifestações que eclodem por todo o País têm a legitimidade da mais autêntica explosão de sentimentos, expressa num espetáculo democrático nas ruas e nas praças.

Reforçam que é preciso mudar; que os que têm o mando do poder político se despertem e tenham a consciência de que algo não vai bem.

Sr. Presidente Paulo Paim, no passado, dizia-se que, antes de tomar uma decisão, dever-se-ia ouvir os

mais velhos. Hoje, pela explosão das ruas, devemos ter a consciência de que é importante ouvir o brado da juventude.

Srs. Senadores, é o que penso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ruben Figueiró.

De imediato, como Líder, Senador Francisco Dornelles, Líder do PP.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu sempre fui um crítico muito veemente do funcionamento do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência. Entretanto, minha posição modificou-se plenamente após a edição da nova Lei de Defesa da Concorrência, em 2011.

O desempenho do Cade, Sr. Presidente, sob os auspícios da nova lei, foi reconhecido internacionalmente pela revista britânica *Global Competition Review*. Em sua mais recente edição, essa publicação anunciou que o Cade recebeu quatro estrelas, entrando para a categoria das agências “muito boas” e se aproximando de suas congêneres dos Estados Unidos, da União Europeia, da França, da Alemanha, do Reino Unido e do Japão.

Ao classificar o Cade com quatro estrelas, a revista destacou, entre outros pontos, em primeiro lugar, o sucesso na transição para a Lei nº 12.529, a instituição do regime de análise prévia de atos de concentração e a celeridade do órgão ao decidir casos simples em um prazo médio de 19 dias, um dos mais rápidos do mundo, implementação de critérios mais rígidos para notificação de fusões e aquisições, implementação de melhorias na política de combate a cartéis, aumento do orçamento da autarquia.

Sr. Presidente, eu repito que fui um crítico da atuação do Cade no passado, e, por esse motivo, quero cumprimentar o órgão, na pessoa de seu Presidente, Vinícius Carvalho, e na de seus diretores, pelo atual desempenho dessa autarquia, estando certo de que o Congresso Nacional estará sempre à disposição do Cade para considerar quaisquer outras iniciativas de aperfeiçoamento de seu marco legal julgadas necessárias para o contínuo fortalecimento da concorrência.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Eu solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> a publicação do meu pronunciamento na íntegra.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, o CADÊ foi constituído como

autarquia em 1994 pela Lei 8.884. O funcionamento do órgão sob essa lei mostrou a necessidade de aperfeiçoamentos de seu marco legal, visando a dar-lhe mais produtividade.

Para exemplificar, essa lei estabelecia que seriam submetidas ao CADÊ as operações cujos atos de concentração econômica envolvessem grupos em que um tivesse faturamento bruto de pelo menos 400 milhões e outro faturamento de 30 milhões de reais. Como os referidos valores nunca tinham sido corrigidos, o CADÊ destinava parte substancial de seus esforços para examinar casos de concentração pouco relevantes. Esses valores foram corrigidos em decorrência da nova Lei Brasileira de Defesa da Concorrência, de 2011, e de sua regulamentação, para 750 milhões e 75 milhões de reais, respectivamente.

A adoção de critérios mais rígidos para a notificação obrigatória de operações ao CADÊ permitiu o registro de notificações de 262 atos de concentração. Em 2011, o volume de notificações foi mais do que o dobro: 684 operações. Além das alterações na realidade econômica do país, a diminuição decorre do novo critério de notificação.

A maior celeridade do CADÊ na análise de atos de concentração decorre também das seguintes mudanças trazidas pela nova lei.

Em primeiro lugar, em razão da unificação de competências de instrução e julgamento dos processos em um único órgão – antes as atribuições eram compartilhadas entre a autarquia, a extinta Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, e a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Em segundo lugar, a criação da Superintendência-Geral, prevista na nova lei, somada à decisão gerencial do CADÊ de criar uma coordenação de triagem e outras especializadas por setor, conferiu maior agilidade na análise dos processos. De acordo com dados do CADÊ, das 250 operações julgadas sob a nova lei, 95% foram decididas pela Superintendência-Geral. Desse modo, o Tribunal do CADÊ pode se dedicar apenas aos casos mais relevantes concorrencialmente e também aos processos referentes a condutas anticompetitivas. Desde a vigência da Lei 12.529/11, o órgão julgou 23 processos administrativos referentes a infrações à ordem econômica, condenando 11 deles, números recordes em comparação com outros anos.

O desempenho do CADÊ sob os auspícios da nova lei foi reconhecido internacionalmente pela revista britânica *Global Competition Review*. Em sua mais recente edição, essa renomada publicação anunciou que o CADÊ recebeu quatro estrelas, entrando para a categoria das agências “muito boas” e se aproximando

de suas congêneres dos Estados Unidos, União Europeia, França, Alemanha, Reino Unido e Japão.

Ao classificar o Cadê com quatro estrelas, a revista destacou, entre outros pontos: (i) o sucesso na transição para a Lei 12.529/11; (ii) a instituição do regime de análise prévia de atos de concentração e a celeridade do órgão ao decidir casos simples em um prazo médio de 19 dias – um dos mais rápidos do mundo; (iii) implementação de critérios mais rígidos para notificação de fusões e aquisições, conferindo mais agilidade à atuação da autarquia; (iv) implementação de melhorias na política de combate a cartéis e no Programa de Leniência; e (v) o aumento do orçamento da autarquia, apontado como fator relevante para o seu crescimento.

Sr. Presidente, eu que fui um crítico da atuação do CADÊ no passado, quero cumprimentar o órgão, na pessoa de seu presidente Vinícius Carvalho, e na de seus diretores, pelo atual desempenho dessa autarquia, estando certo de que o Congresso Nacional estará à disposição do CADÊ para considerar quaisquer outras iniciativas de aperfeiçoamento de seu marco legal julgadas necessárias para seu contínuo fortalecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Francisco Dornelles, que agilizou sua fala.

Naturalmente, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento. E pode continuar com seu pronunciamento.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

Não, eu gostaria que fosse publicado na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será assegurada, na forma do Regimento, a publicação, na íntegra, do seu pronunciamento.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na ordem dos inscritos... Falou um líder, agora fala o Senador Pedro Taques, que permutou com o Senador Inácio Arruda.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Presidente, peço minha inscrição para falar em nome do PDT, pela Liderança do PDT.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, amigos das redes sociais, que também estão nas ruas, hoje não só nas redes sociais, estamos em época de competição de futebol. Este Plenário é a prova disso. Nosso povo tem

paixão por esse esporte, uma paixão coletiva. Sofre nas derrotas, mas se une, integra-se na alegria compartilhada das conquistas.

O futebol, Senador Cristovam, une pessoas, dá um sentido comum à sua emoção e às suas atitudes. Mas, nos últimos dias, o que uniu milhares de pessoas, que foram às ruas em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, no Brasil inteiro? Foram os R\$0,20 da passagem? Com certeza, não.

Precisamos reconhecer a nossa surpresa. Ninguém, nesta Casa, ninguém, dentro da classe política, pode chegar aqui e dizer que sabe o que o povo está querendo dizer quando se une e vai às ruas. Temos de reconhecer que ainda precisamos ouvir muito mais o que vem das ruas ou o que vem dessas pessoas, desses jovens. Precisamos pensar muito sobre o que eles querem comunicar.

Mas uma coisa é certa, Senador Eduardo Braga, a bronca é com a classe política, a bronca é com o que se faz com o poder que o povo confere nas urnas, ao menos pelo que penso.

Até ontem, o cidadão brasileiro aceitava o baixíssimo grau de legitimidade participativa nos atos do Poder Público e as consequências disso sobre a sua própria vida. Mas, agora, o que presenciamos foi uma implosão dessa falta de legitimidade. O povo quer mais!

Por dezenas de motivos, o cidadão foi e continua nas ruas para reclamar diretamente a sua soberania – ele é o titular do poder –, a titularidade do seu poder legítimo. Exige educação de qualidade e saúde pública. É contra o aumento das tarifas do transporte público; é contra o que é desumano, que é esse mesmo transporte público nas nossas cidades; é contra a corrupção; é contra os gastos exagerados com as obras da Copa do Mundo; é contra a PEC nº 37, que traz impunidade aos corruptos.

Senador Cristovam, eu me recordo de que, desde o ano passado, nós, desta tribuna, falamos várias vezes sobre corrupção e de que V. Ex<sup>a</sup> fala sobre a necessidade de educação. Muitos Senadores diziam o seguinte: esse discurso é udenista, esse discurso é lacerdista, esse discurso é moralista. Quero ver Senadores subirem à tribuna e dizerem isso diante do que está ocorrendo nas ruas. Ou as ruas mudaram, ou os políticos devem mudar.

O que vemos, Senador Cyro, é a multidão dos direitos invisíveis tentando ganhar visibilidade, tentando se fazer vista. É o cidadão cansado do mundo das desigualdades, do mundo das perseguições sociais, do atraso, do ódio e do preconceito. É o cidadão cansado do mundo onde a dignidade da pessoa humana é ofendida todos os dias.

Srs. Senadores, precisamos ler a história de acordo com o seu momento histórico. O que essa multidão ensina é que não existe uma única razão para mais de um milhão de pessoas já terem ido às ruas protestar. Alguns dizem 250 mil; outros, 500 mil. Não há de se falar em falta de causa. A causa é a indignação! Dizia um dos cartazes: “Tem tanta coisa errada que não cabe em um único cartaz!”.

Hoje, cada cidadão é um partido político. Os partidos políticos não mais representam entidades intermediárias entre o cidadão, o Estado e aquele que exerce o poder. Os partidos políticos estão desprovidos dessa legitimidade em razão do que ocorreu. Todos os partidos políticos não passam, com todo o respeito a eles, de instrumentos fisiológicos e clientelistas. E nós, políticos, precisamos nos aperceber disso. O cidadão, Senador Eduardo, não precisa mais de intermediários para manifestar sua indignação. É a chamada solidão na multidão.

O povo exige equipamentos públicos de qualidade, serviços públicos decentes – não quer esmola, não quer assistencialismo –, os valores universais do bom uso do dinheiro público!

O cidadão se exaltou e, em casos extremos, extrapolou o direito alheio, ao se cansar de ver o seu próprio direito desprezado e violado.

Para minha honra, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Braga, digno representante do Estado do Amazonas.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Senador Pedro Taques, V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna tratar de um tema absolutamente pertinente que toda a Nação brasileira, todo o povo brasileiro, todos nós, representantes do povo, estamos acompanhando e estamos, com muita humildade, querendo aprender e entender. Ilustre companheiro, Senador por quem tenho o maior respeito e admiração – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso –, eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, nos meus 32 anos de vida pública, acompanhei em movimentos estudantis a questão da anistia no País, o movimento das Diretas Já. Portanto, participei de inúmeros movimentos sociais e políticos no Brasil. Agora, estamos diante de algo novo, de algo diferente. No entanto, este novo momento de expressão da manifestação popular, da organização dos movimentos populares, não pode significar, a meu juízo, o entendimento de que a democracia – que, ao meu juízo, é a melhor forma de governo e a melhor forma de representação – é que é o problema. Veja, Senador Pedro Taques: questionar as questões partidárias e político-partidárias no Brasil é absolutamente natural em um processo de aprimoramento democrático. O Brasil, talvez, seja uma das democracias mais plurais nesse sentido. Nós temos partidos políticos de

todo gosto, de toda ordem e de toda natureza. Temos partidos políticos que são criados, inclusive, às vésperas de eleições, por razões eleitorais que não são ideológicas, muitas vezes, e com apoio tanto do Senado quanto da Câmara e até mesmo...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Do Judiciário.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – ...do Judiciário. Portanto, qual é a minha preocupação neste momento? É a banalização e a desqualificação absoluta dos fundamentos, da base da democracia. O Estado democrático de direito é que nos possibilita assistir ao que estamos assistindo, neste momento, no Brasil. Ditadura alguma, seja de direita, seja de esquerda, admite uma movimentação como essa a que aqui estamos assistindo. Mesmo países que são potências ou que se colocam como países de liberdade absoluta, muitas vezes, não praticam essas liberdades no nível em que estão. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que temos de ter a autocrítica e a consciência do momento que vivemos. No entanto, não podemos entender que há ilegitimidade na representação, porque, se partirmos desse posto ou desse entendimento, criaremos uma crise institucional na democracia e no nosso modelo democrático muito grave. A manifestação a que estamos assistindo na rua, Senador Pedro Taques – permita-me esta contribuição –, advém...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – ...de dois movimentos importantes que aconteceram, na última década, neste País: mobilidade econômica e mobilidade social. A mobilidade econômica que aconteceu neste País tem gerado uma mobilidade social que mostra que nós estamos em um País em transformação, que demanda mais políticas sociais, mais educação, mais saúde, uma política de mobilidade urbana que represente uma nação que quer e precisa ser moderna para ser competitiva, um transporte urbano que garanta a mobilidade da nossa população de forma digna, honrada, justa. Mas isso tudo não pode servir de pretexto para dizer que nada do que está posto é correto ou tem valor ou tem representatividade. Apenas quero reconhecer a pertinência, a preocupação que todos nós temos de ter, a humildade que todos temos de ter para ouvir, interpretar e responder as demandas da população, mas, ao mesmo tempo, para preservar a democracia, para lutar pela democracia, porque não conheço, Senador Pedro Taques, nenhum outro modelo que possa representar melhor a vontade popular do que a democracia. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Também entendo isso sobre democracia, Senador Eduardo Braga. Agora, democracia não é só exercício de direitos políticos. Democracia não pode ser confundida com eleição. Democracia é muito mais que eleição. Democracia é respeito à liberdade, à igualdade, à dignidade da pessoa humana.

O sistema, a representatividade está viciada, sim. Qual de nós Senadores tem a coragem para participar de debates como esse aí fora? Estou dizendo dos debates ocorridos aí fora, a poucos metros deste plenário. Qual de nós? Precisamos ter a humildade de reconhecer – e V. Ex<sup>a</sup> está correto nisso – que aqui não estamos a entender o que está a ocorrer aí fora. A prova disso é este Plenário hoje! Vamos fechar o Senado para assistir ao jogo da Seleção Brasileira hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não será fechado! Posso adiantar que não será fechado! O Plenário vai trabalhar normalmente.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Teremos votação nominal.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Teremos votação nominal.

Muito bem, a prova disso somos nós políticos. Tenho orgulho de ser político. Não há nada melhor que a democracia. Nada! Agora, a democracia não é só eleição. Se fosse assim, Hitler seria um grande democrata, porque ele foi eleito em 1933, como todos sabemos.

Mas, Senador Eduardo, a luta pelos direitos não pode ser resumida a uma guerra. Este é o problema das lutas: elas não podem ser resumidas a um vencedor ou a um perdedor. Isso é manter os limites, manter a guerra, e não podemos deslegitimar a manifestação da vontade popular, muito menos impor limites pela violência. Não podemos impor limites pela violência!

Para minha honra, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria também de apartear-lo, Senador.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Senador, refiro-me ao senhor para agradecer, mas eu queria me referir ao Senador Eduardo. Estou totalmente de acordo que lutamos demais pela democracia, que é o melhor regime, para, agora, relaxarmos. Mas ela está doente, Senador. Nossa democracia está muito doente. Se não entendermos isso – o povo está, inclusive, gritando na rua –, essa coisa tão importante deixará de ter legitimidade. E não há democracia que sobreviva quando os políticos se divorciam da alma do povo. Assim, ela não existe! O papel de um político ou de um conjunto deles está casado com a alma do povo, e, hoje, há um divórcio. Vou dar alguns exemplos das nossas doenças – enquanto o senhor falava, anotei: o custo das campanhas, a corrupção generalizada, as

alianças esdrúxulas – o povo fica irritado, perplexo, quando vê certas fotos nos jornais –, a compra de voto para se eleger, a venda de votos depois de eleito, a falta de diálogo, a cooptação dos movimentos sociais, de sindicatos.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Onde está a UNE, a CUT?

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Onde está a UNE? Eu me pergunto: o que é mais caro para o Brasil? A UNE não estar nas ruas, com sua voz da juventude, ou pagar à UNE para que ela não vá às ruas? Há os partidos de mentirinha – o Ministro, na sua posição, não devia tê-lo dito, mas é verdade. Nossa democracia está doente.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sim.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – É a primeira coisa para uma pessoa doente ficar boa é ter a modéstia de saber que está doente, senão não vai ao médico, considera-se um super-homem e não vai ao médico.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Nós precisamos ir ao médico, não só todos os políticos, mas, sobretudo, o Governo do Brasil, o Poder Executivo. A Presidenta não vê mais adiante, a Presidenta não ouve as pessoas. Eu pergunto ao próprio Senador Eduardo, que é o Líder aqui: quantas vezes a Presidenta da República parou para pedir a opinião dele sobre os assuntos que estão acontecendo no Brasil e no mundo? Quantas vezes pediu para ouvir a opinião até mesmo dos seus Ministros, que dizem que ela não os ouve? Quantas vezes ela pediu para ouvir a opinião da oposição? É fundamental ouvir, não para seguir ou não seguir! Mas é preciso ouvir, para saber o que estão pensando na rua. Eu acho que a democracia, sem dúvida alguma, custou muito caro para nós a conquistarmos. Não podemos abandoná-la, mas, para salvá-la, precisamos reconhecer...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sim.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – ...que ela está doente! E eu agradeço ao Senador Pedro Taques, porque é um dos que mostram, desde que aqui chegou, a doença da democracia brasileira.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – É preciso ser menos cético em relação a essas manifestações, menos pessimistas, sem frases como: não vai dar em nada. Esse sentimento apenas destrói, joga ao esquecimento, massifica, descarta e produz lixo. É necessário tornar isso discurso, colocar em palavras, fazer com que essas questões sejam lembradas!

Um único exemplo que ilustra bem a força do movimento diz respeito à PEC nº 37, apenas um exemplo, um exemplo!

O cidadão está atento, sabe que a proposta pode ser aprovada.

Vocês entendem que isso quebra qualquer argumento a respeito do chamado ativismo de sofá, que nós todos debatemos aqui? Esse ativismo de sofá está sendo mudado, está sendo mudado.

Muito bem! A Internet permite a autocomunicação e está retirando a mediação dos meios de comunicação. As manifestações nascem na rede e ganham as ruas. É um grande sinal de uma progressão participativa e emancipatória do povo, que avança em grau e em qualidade e que surpreende nós todos. Estamos surpreendidos.

Alguns dos amigos que nos assistem podem estar inquietos, pensando: mas os problemas reais que estão sendo denunciados na rua? O Senador Pedro Taques e nós todos vamos fingir que eles não existem? Eles existem, eles existem.

Vou enfrentar cada um deles nesta tribuna nos meus próximos pronunciamentos. Aliás, já venho fazendo isso há muito, mas, hoje, na semana em que os brasileiros tomaram em suas mãos a vida política – não a classe política, mas a vida política, porque política não é feita só aqui, dentro do Congresso Nacional; a política é feita aí fora –, cada cidadão sabe a sua importância. Cada cidadão.

A única coisa digna que podemos todos nós fazer, Senador Eduardo, é ouvir com humildade, com respeito, com atenção, com empenho. Ouvir de verdade e ouvir com alegria, pois é ouvir aquilo que resulta da liberdade em seu sentido mais amplo. Com este ouvido atento, vamos aprender muito, vamos corrigir muito, sem soberba, sem veleidade de saber tudo. Nós não estamos sabendo o que está acontecendo aí fora. Estar aberto às mudanças é a nossa maior necessidade, pois a mudança é a natureza da história da humanidade.

Mais uma vez, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, o Senador Eduardo Suplicy havia pedido antes, e aí eu passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> e já encerro, agradecendo a gentileza do Presidente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Taques, eu quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero dizer que estou sendo tolerante porque o tema, de fato, é um tema rico. O Brasil todo está vivendo este momento. Não há como não permitir que os Senadores façam os apertes.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Taques, V. Ex<sup>a</sup> tem se constituído numa pessoa de extraordinário valor, com a qual

todos nós temos aprendido. Eu quero cumprimentá-lo pela sua atitude. Em síntese, quando V. Ex<sup>a</sup> diz: “Eu quero ouvir. Eu quero ouvir o que está sendo dito por essas pessoas, inclusive quero estar à disposição para encontrá-los e falar olho no olho.” V. Ex<sup>a</sup>, a certa altura, perguntou qual de nós teria coragem de estar em meio à manifestação, dialogando com eles. Não é tão fácil, uma vez que, às vezes, ocorreram atos não tão recomendáveis ou até condenáveis, quando foi usada a violência, a depredação, seja dos próprios bens públicos, ou de ônibus, ou até dos vidros do Congresso Nacional. Na segunda-feira, à noite, quando aqui estávamos – os Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, eu próprio, depois se juntou a nós o Senador Rodrigo Rollemberg –, nossa primeira atitude foi a de ir próximo à Chapelaria para tentar um diálogo, mas inclusive os responsáveis pela segurança do Senado nos disseram: “É preciso tomar cuidado, porque, em virtude de reações às vezes não as mais civilizadas, quem sabe qualquer ida de um dos Srs. Senadores para o meio do povo possa gerar alguma ação inesperada, que pode colocar até mesmo o Senado num sentido de preocupação.” Contudo, tal como V. Ex<sup>a</sup>, eu também quero ouvi-los. Conversei com algumas das representantes que preferem se dizer não líderes e que muito têm atuado no Movimento Passe Livre, e esperamos poder compreender esse sentimento que acredito ser positivo e que fará bem à Nação, à democracia brasileira. Meus cumprimentos.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador.

Se alguém neste Senado, da classe política, tinha a arrogância de dizer que entendia tudo o que o povo queria foi desmentido. Foi desmoralizado. A humildade – aprendemos agora – não é só uma virtude cristã, mas também uma qualidade de sabedoria cívica e política. Sejamos humildes ao reconhecer que os brasileiros são muito mais do que o sistema político e governamental. Muito mais. Sejamos humildes para arregaçar as mangas e ouvir, analisar, pesquisar, interpretar. Sejamos humildes para trazer soluções para esses brasileiros que nos fazem o grande favor de alertar para o fato de que muita coisa não anda bem, ao contrário do discurso, ao contrário do que é propalado, do que é divulgado. Muita coisa não anda bem.

Para minha honra, concedo um aparte a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Eduardo Braga. Logo depois, ao Senador Cássio Cunha Lima e também a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Wellington.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Senador Pedro Taques, eu volto ao debate com V. Ex<sup>a</sup>, porque, neste momento, eu acabo de abrir o computador que nos é disponibilizado e, diante de mim, há

uma foto que diz assim: “Polícia e manifestantes entram em conflito em frente ao Castelão. Carro é incendiado.” E a foto, Senador Pedro Taques, é de um policial todo ensanguentado, agredido por alguém que fazia uma manifestação. Por que acho que é importante relatarmos isso hoje aqui? Porque V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quando coloca que estamos diante da necessidade de uma reforma política, porque o resumo desse cenário é o de que nós estamos diante da necessidade de uma reforma política. Reforma política que, se tentamos fazer em 2011, neste plenário, não conseguimos, porque não havia um entendimento sobre a necessidade da reforma política pela maioria dos seus membros desta Casa. Agora, diante do recado das ruas, está claro que é imperioso fazer uma reforma política. Agora, fazer reforma política não significa acreditar que nós não faremos uma democracia.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Ou que faremos uma democracia sem as estruturas políticas necessárias e inerentes à democracia.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sim. Precisamos dela.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Precisamos fazer. E a humildade que V. Ex<sup>a</sup> acabou de colocar é fundamental e central neste momento. Por quê? Porque nós estamos assistindo a uma manifestação legítima, a uma manifestação popular, infiltrada, lamentavelmente, por alguns poucos sem representatividade que tentam transformar a nossa democracia num confronto entre Estado democrático de direito e manifestação popular. E, Senador Pedro Taques, V. Ex<sup>a</sup> foi do Ministério Público. Está acostumado a lidar com situações de organizações criminosas para poder enfrentá-las, combatê-las. V. Ex<sup>a</sup> tem visto cenas pela televisão e pela Internet de pseudomanifestantes agindo contra a liberdade individual, agindo contra direitos da liberdade coletiva, agindo contra o patrimônio privado, particular, contra o patrimônio público, num desrespeito claro àqueles que estão fazendo uma manifestação legítima. Portanto, creio que nós precisamos fazer a nossa reflexão, e não generalizar. Eu tenho muito receio quando começamos a querer generalizar. A corrupção é um câncer que precisa ser combatido, mas quero dizer que me alinho àqueles que não têm medo de combatê-la, que não têm medo de botar o dedo na ferida e de ir buscar soluções modernas, tecnológicas para a transparência, para o controle e para a busca de uma sociedade cada vez mais equânime e cada vez mais comprometida com a probidade. Tenho muito receio de querermos criar um cenário que não seja o verdadeiro. E quero aqui dizer a V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, que é importante, sim, prestar muita atenção e ouvir com muita clareza o que o povo está dizendo, mas tão

importante quanto é entender que chegou a hora de fazermos a reforma política, e chegou a hora de nós, políticos, termos coragem de dizer: uma coisa é a manifestação legítima, correta, democrática; a outra é a ação criminosa que está sendo feita em nome desse movimento, sem a representação e sem a legitimidade do movimento, para desrespeitar as garantias individuais e coletivas da democracia brasileira.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sim. Quero expressar a V. Ex<sup>a</sup> uma concordância e uma discordância. A concordância respondendo com Max Weber: “O Estado precisa se utilizar da violência legítima”. Não podemos permitir baderna. Os direitos fundamentais não são absolutos. A polícia tem que agir, sim, para retirar aqueles radicais. Essa é a concordância. Agora, a discordância, Senador Braga, é que não acredito que o cidadão possa ser teleguiado. Ele não é bobó cheira-cheira, não é vaquinha de presépio. Já passamos do tempo de antanho. Não é possível isso hoje. O cidadão conhece os problemas do Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Cássio Cunha Lima.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, desde já agradeço pela gentileza do aparte e cumprimento o Presidente Paulo Paim pela compreensão da importância do debate. Mas, antes de dirigir-me a V. Ex<sup>a</sup>, em complemento à sua importante fala, eu gostaria de, humildemente, pedir desculpas por uma expressão e por um adjetivo equivocado de que me utilizei ontem, quando falava exatamente da votação do Fundo de Participação dos Estados. Fiz referências aos episódios marcantes da história brasileira, que ocorrem neste momento no Brasil, e, de maneira equivocada, e novamente humildemente peço desculpas, eu disse, na emoção do improviso – e daí o erro –, que este Plenário parecia um conjunto de autistas. Não quis ser pejorativo com os autistas. De forma nenhuma. Pelo contrário, tenho uma vida inteira de luta em defesa dos portadores de necessidades especiais.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco/PSDB – PB) – Tenho uma luta em defesa dos portadores de doenças raras. Portanto, de forma muito humilde, a todos os autistas, a seus familiares, minhas desculpas, porque não foi intenção nenhuma minha fazer qualquer tipo de comparação pejorativa. O que na verdade cometi foi um erro, fruto da fala de improviso. Fica registrado nos *Anais* desta Casa este meu pedido de desculpas, sem que eu possa reafirmar aquilo que manifestei ontem, Senador Pedro Taques, daquilo que nós precisamos compreender. Quando adentrava o plenário,



ouvi V. Ex<sup>a</sup> indagando ao Presidente se nós teríamos sessão. Nós estamos em sessão, acredito que dentro do horário normal. Entre 16h e 17h, teremos a Ordem do Dia, e as pequenas mudanças começam a partir de gestos como esse. O que há, no meu sentir, é uma completa obstrução dos canais formais de comunicação da nossa democracia representativa com a sociedade. Os canais formais de comunicação do Parlamento com a sociedade estão obstruídos, prestes a um enfarte – se é que já não enfartou; talvez nós não estejamos percebendo o enfarte, mas há uma obstrução grave. A representação da chamada sociedade civil organizada, essa também está com seus canais obstruídos, porque nós estamos vendo manifestações com milhares de pessoas, dezenas de milhares, sem a participação dos partidos políticos, sem a participação das centrais sindicais, sem a participação dos sindicatos, sem a participação da UNE. Ou seja, a nossa democracia precisa de um *check-up* para desobstruir esses canais que estão entupidos literalmente. O movimento que está ocorrendo, como bem definiu o meu querido e prezado amigo Irapuan Sobral, é “a história em estado bruto”. Em episódios outros, nós sabíamos para onde estávamos caminhando. Agora não sabemos bem para onde estamos indo. E é um movimento sem volta. O Brasil não será mais o mesmo depois de todos esses movimentos. Os que dão mais destaque aos atos de vandalismo, aos atos de saques, que devem ter um tratamento específico, não podem confundir com o vigor, a legitimidade, a força, a bravura, o civismo, o patriotismo desses que estão nas ruas, que têm uma pauta muito clara: os R\$0,20 foram apenas o símbolo dessa insatisfação com educação precária, saúde ineficiente, mobilidade inexistente, transporte público falido. Conquistamos, no primeiro lugar, a democracia, que nos projetava para dias melhores. Dias melhores do concreto, não apenas o direito ao voto, mas o direito à casa própria, a uma vida com melhor qualidade, com emprego, com renda, com todos esses elementos de saúde, educação, etc. Quando conquistamos a democracia, foi percebido pelo conjunto da sociedade que tudo isso, todos esses sonhos só poderiam ser alcançados com a estabilidade econômica. Veio a estabilidade econômica e alguns sinais positivos de avanços foram dados, mas, lamentavelmente – eu concluo o meu aparte, diante da generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, e eu já havia dito isso da tribuna que o senhor ocupa neste instante –, na busca daquilo que mais nós precisamos, de um país moderno que ofereça qualidade de vida a sua população. Os métodos da política fracassaram por falta talvez de um pouco mais de experiência da própria Presidenta Dilma, que não faz uma interlocução adequada com o Parlamen-

to, com a própria sociedade, que reproduz um modelo de ocupação do Governo, que é desnecessário. Isso não é coerente com a trajetória histórica do PT, não é compatível com a própria visão pública expressada pela Presidente, nesse verdadeiro leilão, nesses feudos que se criam, com 39 ministérios, para garantir uma sustentação política que poderia ser alcançada por outros caminhos. E a sociedade observa isso. São medidas provisórias que deixam de ser votadas aqui, porque estourou um prazo, ou medidas provisórias que somam um conjunto de temas. E a sociedade vai se enfartando, vai se cansando, até que um dia chega a gota d’água e as pessoas dizem: “Chega! Basta!”. E é o chega e o basta que estão na rua. Cabe a nós, dentro da democracia representativa, compreender bem tudo que está acontecendo e promover mudanças rápidas, urgentes...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco/PSDB – PB) – ... na forma de fazer a política da democracia representativa do nosso País. Do contrário, o caldeirão será aceso e todos que estamos nesse caldeirão vamos cozinhar dentro dele.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Senador Cássio, em nome da democracia, V. Ex<sup>a</sup> como Líder do PSDB, a democracia é feita da tese, da antítese e da síntese.

Eu concedo um aparte ao Líder do PT, o Senador Wellington, e encerro com o Senador Jarbas Vasconcelos, mais uma vez agradecendo ao Presidente desta Casa.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Senador Taques, que fez aqui, como âncora, uma fala...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Só não quero afundar.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – ... analisando esse tema. E aqui, praticamente, Parlamentares de diferentes partidos: PMDB, PSDB e, para mim é uma honra também, PT. V. Ex<sup>a</sup> é do PDT. Primeiro, eu quero concordar com V. Ex<sup>a</sup> quanto à necessidade da humildade. Segundo, quanto a ouvirmos. Nisso também concordo com a posição da Presidenta Dilma. É preciso ouvir, ouvir para valer mesmo, com uma forma de amplificação das vozes. Na semana passada, quando começou esse movimento, dialogando com o Senador Aloysio Nunes, quando a situação, naquele momento, era específica de São Paulo, eu já apontava algo que nós vivenciamos em Teresina, em 2011. Ali, eu tive o privilégio de dialogar com alguns membros dos movimentos tradicionais, que, sim, estão dentro. UNE, movimentos de bairros, movimentos de periferia,

enfim, estão dentro, mas, paralelamente a isso, uma coisa nova. Os sindicatos – eu fui sindicalista – não saíram, ainda, da idade do panfleto, do jornalzinho, e, hoje, um outro mundo acontece, as pautas, é preciso também reconhecer, o Brasil mudou. O Brasil mudou. Hoje, existe uma classe média que se aproxima de 85% das pessoas. As reivindicações são outras. O cidadão não aceita mais essa questão da passagem de ônibus, como se coloca, a qualidade dos ônibus, a qualidade nas cidades. Caiu a qualidade nas cidades. Caiu a qualidade. Hoje, é mais rápido andar a pé do que num transporte nas cidades. Então, muitas vezes, não há condições de interlocução. E aí eu quero colocar uma posição: o diálogo. Tem de haver diálogo. Lá também, em Teresina, nós cometemos o erro de, no primeiro momento, não haver diálogo. Tem de haver o diálogo. Que história é essa de não haver? Aí, estou com o presidente Lula: tem de dialogar, não só por coerência do meu Partido, mas de qualquer partido que esteja em qualquer lugar. Então, nesse ponto, eu acho que há uma necessidade. E quero aqui me somar aos que entendem que é importante – me parece que o Senador Randolfe e outros aqui – a ouvirmos no Parlamento, ver o que podemos extrair com a presença de líderes desse movimento. É interessante que eles não têm uma coordenação muito clara, muito definida. São vários movimentos que se unem numa coisa: no direito da manifestação. É claro, da mesma forma, o que for crime deve ser tratado como crime, mas a manifestação, em minha opinião, tem de ser tratada como algo libertário e bom para o País, e bom para a democracia. Que bom que a nossa juventude e alguns não tão jovens assim estão participando de movimentos reivindicatórios. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, pela forma como aborda. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Concedo, por fim, ao Senador Jarbas Vasconcelos.

**O Sr. Jarbas Vasconcelos** (Bloco/PMDB – PE. Com revisão do aparteante.) – Meu caro Senador Pedro Taques, V. Ex<sup>a</sup> sempre sabe a hora de se pronunciar. Essa postura é a que tem marcado o mandato de V. Ex<sup>a</sup> aqui, há mais de dois anos. O fato que V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna é o assunto do Brasil e do mundo, por isso tantos apartes ao seu discurso. O mundo olha para o Brasil. E a indagação que se faz é: “Quem ganha com isso?”. Eu não sei, mas é fato que a democracia ganha. A democracia ganhou no momento em que a população se articulou pela internet e foi às ruas, porque apenas a internet, isoladamente, não resolve, vimos isso diante da grande mobilização popular nas redes sociais quando da eleição para a Presidência do Senado, no começo deste ano. Desta vez, no entanto, o povo foi às ruas, a pretexto de combater o aumento da

tarifa de transporte público em São Paulo e hoje todo o Brasil está fervilhando. Então, a indagação é: V. Ex<sup>a</sup> me permita... Eu sei que já concedeu muitos apartes, mas me permita...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Por favor.

**O Sr. Jarbas Vasconcelos** (Bloco/PMDB – PE) – Quem ganha com tudo isso? A democracia. A democracia que estava esquecida, se acostumando, desgraçadamente, com a oposição chapa branca, a exemplo da UNE, dos sindicatos, das federações, das confederações, da CUT, todos chapas brancas, aplaudindo Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores. Agora, o brasileiro resolveu tomar as ruas e não quer saber de entidades, de políticos ou de seus partidos. Isso é importante porque depois, para materializar as reivindicações que hoje expõem ao mundo, vão ter que conversar com partidos, sejam eles quais forem e sejam os políticos também quais forem. Mas há que se explicitar, Senador, que se alguém perdeu com tudo isso, foi o Governo Federal que é a autoridade maior do País. Um dos assuntos predominantes, há mais de oito dias, nas várias manifestações que ocorrem no País inteiro, é a questão dos altos custos para se financiar a Copa do Mundo. Eu fui governador de Estado – V. Ex<sup>a</sup> ainda vai sê-lo, não o foi –, por duas vezes, e prefeito da capital pernambucana, Recife, por duas vezes também e digo a V. Ex<sup>a</sup>: o País não realiza um evento como esse sem fixar responsabilidades. Todos sabem que é preciso assumir compromissos com a FIFA e esses compromissos foram assumidos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A época, Lula foi à Suíça acompanhado de 17 governadores que subcreveram as exigências da FIFA para o Brasil sediar a Copa do Mundo. Ao contrário do que se esperava, posteriormente, o que se viu foram exageros, falta de planejamento e ausência de transparência em torno de todo o processo, por parte do Governo Federal. A Presidente Dilma, em vez de agir de forma transparente e democrática, empurrava pela goela abaixo medidas provisórias, enxertando em um mesmo documento vários assuntos distintos, – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso –, um absurdo, desrespeitando, indiscriminadamente, a norma legal. Vi vários Senadores como Aloysio Nunes, Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup>, Randolfe Rodrigues condenando essa prática. Em nenhum momento a presidente prestou contas à população.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Jarbas Vasconcelos** (Bloco/PMDB – PE) – ...O Brasil, para sediar a Copa do Mundo, tem custos, que serão bancados pelo Governo Federal, pelos Governos dos Estados e pelos Municípios, porque do

contrário não haveria Copa do Mundo em 2014. Isso tem que ser esclarecido e o processo tem de ser transparente. Mas não foi o que aconteceu. Resultado: dá no que deu. Além disso, uma das interrogações, das inquietações que todos têm é porque as escolas brasileiras e os hospitais não têm o mesmo padrão FIFA de qualidade. O padrão FIFA está sendo exigido hoje pela população brasileira. E, por fim, Senador Pedro Taques, queria dizer que a ida da Presidente Dilma, a São Paulo, ontem, foi uma verdadeira esculhambação: a Presidente da República, depois de promover ato eleitoral em torno da apresentação do novo Código da Mineração, lançado no Palácio do Planalto – mais um entre tantos outros –, vai a São Paulo para se encontrar com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o seu marqueteiro, para se aconselhar sobre como sair dessa encruzilhada, com preocupação meramente eleitoral! A postura correta era ter ficado aqui e entre outras medidas ter reunido o seu comando econômico, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a diretoria do Banco Central e discutir políticas para combater a inflação... É preciso esclarecer que as manifestações não são apenas por causa dos R\$0,20 de aumento da tarifa das passagens de ônibus, mas também pela carestia que aí está, é pela dona de casa que vai ao supermercado ou à feira e não tem mais dinheiro para comprar o que é necessário para o sustento da família. Daí o desespero. Em vez de comandar o Brasil e fazer um país positivo, melhor, a presidente Dilma vai a São Paulo encontrar-se com Lula e o marqueteiro do PT, o senhor João Santana, para saber, à luz da campanha eleitoral e do marketing, como contornar a situação e depois volta e se apresenta em atos públicos, com um casaco vermelho, a cor do seu partido, fazendo campanha eleitoral antecipada. Era isso que eu queria dizer, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que dessa manifestação o político não pode se adonar, se assenhorear. Essa manifestação pertence ao cidadão, que deve ser reintegrado do que lhe pertence, que é o poder.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Pedro Taques.

A Presidência foi tolerante, como teria de ser, pela importância do assunto.

Como Líder, vou passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer minha inscrição para falar pela Liderança da oposição ou minoria, como queiram.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada, Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Gostaria de saber de V. Ex<sup>a</sup> qual é a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há um, dois, três, quatro... O senhor é o quinto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Não, após a Ordem do Dia, meu chefe.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Após a Ordem do Dia...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Também gostaria de saber a minha.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Após a Ordem do Dia, qual é a minha posição? Sou o primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois da Ordem do Dia, Eduardo Braga, Petecão e Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Como Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como Líder.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, V. Ex<sup>a</sup> é o próximo após o Senador Acir, que falará como Líder.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma pequena e breve comunicação: nesta sexta-feira, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizará audiência pública no Município de Espigão do Oeste, em Rondônia, para discutir a infraestrutura de escoamento da produção agrícola do nosso Estado e da Região Norte de nosso País.

Esse é um assunto que tenho abordado, com frequência, em meus pronunciamentos e sobre o qual tenho conversado com os dirigentes dos órgãos responsáveis, como o DNIT, o Ministério dos Transportes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, que têm a grande responsabilidade de cuidar da infraestrutura do nosso País, principalmente com relação à Região Norte, que está em pleno crescimento, desenvolvimento.

Nós precisamos cuidar das nossas estradas – as estradas principais e as vicinais –, para que o escoamento da produção possa ser feito com tranquilidade pelos nossos agricultores.

Vamos realizar essa audiência pública em Espigão do Oeste, mas atendemos ao clamor dos agricultores e moradores de todo o Estado de Rondônia e da região noroeste do Estado do Mato Grosso, que sofrem com as condições das rodovias e estradas de terra dessa região, não só do Estado de Rondônia, mas também do Estado de Mato Grosso.

São estradas que, no período das chuvas, se transformam em grandes atoleiros e, no período da seca, quase sempre estão esburacadas e com muita poeira, dificultando o trânsito dos nossos agricultores.

As condições dessas estradas também impedem a chegada do técnico agrícola para prestar o serviço de assistência técnica e extensão rural, das novas tecnologias e do crédito. Enfim, condicionam regiões com enorme potencial de produção de alimentos ao atraso e abandono, sem conexão com os centros de abastecimento ou com os principais eixos de transporte rodoviário, como a BR-364 e a BR-174.

Essa audiência pública da Comissão de Agricultura contará com a participação de agricultores, autoridades políticas e diretores do Departamento de Estradas de Rodagem dos Estados de Rondônia e do Mato Grosso, além de representantes do DNIT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Rondônia.

O Prefeito de Espigão do Oeste, nosso amigo Célio Renato, o Vereador Darci Kischener e todos os vereadores do Município, que nos fizeram o pedido para a realização dessa audiência na cidade, também estarão presentes. Nosso objetivo é sair dessa audiência com alternativas concretas para melhorar a infraestrutura dessa região essencialmente agrícola do nosso Estado de Rondônia.

Uma das demandas que já nos foi apresentada pelos agricultores é a situação da rodovia estadual RO-387, de Espigão do Oeste até o distrito de Boa Vista do Pacarana, na divisa com o Mato Grosso, sua ligação com a MT-420, até o Município de Aripuanã, no Mato Grosso.

Nossa proposta é que essa ligação de aproximadamente 300km, que corta fazendas e terra indígena, seja transformada numa rodovia federal, pois ela não liga apenas dois Municípios e dois Estados, mas estabelece uma nova conexão da região produtora de soja do Mato Grosso com a BR-364, para escoamento da produção via Porto Velho, ou mesmo pela BR-174, cuja pavimentação do trecho de Aripuanã (MT) a Manicoré (AM) está nos planos do Governo Federal.

O Governo do Estado de Rondônia tem planos para investir na melhoria desta rodovia e faz a manutenção no trecho rondoniense. Mas precisamos estabelecer um acordo com o Governo do Mato Grosso, para

uma ação integrada entre os dois Estados, melhorando as condições da rodovia enquanto aguardamos uma ação definitiva do Governo Federal.

Atualmente, a maior parte deste trajeto é feito em estradas particulares que são mantidas através do consórcio Aprovale (Associação dos Produtores do Vale do Rio Alegre), responsável pela manutenção do trajeto de aproximadamente 250km.

Essa integração entre os dois Estados ou a federalização dessa rodovia trará benefícios para toda a Região Norte, propiciando mais qualidade e segurança no escoamento da safra, o desenvolvimento do turismo regional, a entrada de produtos com baixos preços, diminuindo assim o custo de vida da população dessa região e melhorando as condições de frete dos produtos dos dois Estados para o Sul do país, bem como para a exportação, via o porto de Porto Velho. Vamos ganhar muito, porque hoje os nossos agricultores e a nossa economia sofrem bastante pelo alto custo de produção e pelo valor excessivo do frete, que nos come praticamente toda a margem de lucro dos produtores do nosso Estado.

Portanto, contamos com a participação das lideranças e da população de Espigão do Oeste e de toda a região, para que possamos discutir essas questões.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Já estamos discutindo o tema com o Governo Federal, inclusive, para a implantação, através do MDA, de parceria com os Estados e Municípios, para a criação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais, em que, com baixo custo, essas estradas possam receber uma camada asfáltica e manutenção adequada.

Esses seriam os caminhos para o agricultor prosseguir produzindo, comercializando os alimentos na cidade, tendo mais renda e melhores condições de vida. Afinal, o produtor rural não pode chegar até uma rodovia asfaltada, ou até o centro de abastecimento, sem passar por uma estrada vicinal. Temos que assegurar o básico em infraestrutura para o nosso agricultor, mas também temos que levar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – ...assistência técnica, novas tecnologias e crédito, para que o produtor rural possa se manter no campo com qualidade de vida. Esse é o verdadeiro papel das políticas públicas para a agricultura e, principalmente, para o conforto de nosso agricultor. Se nós queremos, realmente, manter os nossos agricultores no campo, Senador Cristovam Buarque, nós temos que dar conforto para que ele possa viver no campo, produzir e, dessa produção, dar um conforto para sua família.

Eram essas minhas colocações.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Acir.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador José Agripino, pela ordem concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão à Mesa e a V. Ex<sup>a</sup>. Sei que V. Ex<sup>a</sup> quer dar início à Ordem do Dia, em pouco tempo, o que é favorável, é positivo, e eu queria fazer uma sugestão de inclusão de um item que é muito oportuno.

No próximo mês de julho, virá ao Brasil o Papa Francisco. Nós sabatinamos, ontem, o Embaixador do Brasil junto à Santa Sé. O nome do Embaixador Denis foi aprovado, pela unanimidade dos votos, e acho que seria conveniente, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, incluir, na pauta de votações de hoje, a votação do Embaixador Denis, para que haja tempo de S. Ex<sup>a</sup> se apresentar para a obtenção de credenciais e para poder acompanhar e receber Sua Santidade o Papa, no próximo mês, julho. Do contrário, o Brasil não terá embaixador na Santa Sé do Vaticano, e haverá, seguramente, um embaraço diplomático.

Então, eu gostaria de sugerir a V. Ex<sup>a</sup> e aos pares que, na pauta da Ordem do Dia de hoje, fosse incluída a apreciação do nome do indicado e aprovado pela CRE para ser o novo embaixador do Brasil junto à Santa Sé, o Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos, sinceramente, a recomendação do Senador José Agripino...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – ... e vamos priorizar a votação da indicação do Embaixador, no Vaticano, Denis Fontes de Souza Pinto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apoiar a solicitação do Senador Agripino. Nós apoiamos e sentimos a necessidade, Senador, de votar hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A nossa ideia, antes de concedermos

a palavra, pela ordem, ao Senador Blairo Maggi, é votarmos três ou quatro requerimentos de tramitação conjunta de diferentes matérias e votarmos o embaixador do Vaticano.

É evidente que o quórum é pequeno, e, por conta disso, e apenas disso, não vamos apreciar os nomes que exigem maioria absoluta. Mas faremos isso na próxima terça-feira, Senador Pedro Taques.

Senador Blairo Maggi, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero anunciar a presença e dar as boas-vindas a um grupo de estudantes que são convidados pelos Deputados, pela Câmara, para virem conhecer como funciona o Parlamento. São alunos, estudantes da área de Direito, de vários Estados da Federação. E aqui há alguns também do Estado de Mato Grosso, que estudam em uma escola vizinha da minha casa, em Rondonópolis. Portanto, estou recebendo aqui os meus vizinhos do dia a dia de lá.

Então, quero dar as boas-vindas a eles, que vêm conhecer como funciona o Parlamento, difundindo que aqui, neste Parlamento, as coisas são democráticas, são discutidas, e que há muito trabalho sendo feito aqui na Casa.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Obrigado também a V. Ex<sup>a</sup> e, realmente, é uma oportunidade podermos abrir, tanto a Câmara quanto o Senado, o Parlamento à sociedade brasileira. O aprimoramento que se quer depende, também, muito disso.

Senador Cristovam, se V. Ex<sup>a</sup> desejar falar antes da Ordem do Dia... (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quero retomar o assunto trazido aqui pelo Senador Pedro Taques – que está, neste momento, rodeado dos estudantes do Mato Grosso que nos visitam – e que permitiu um debate de quase uma hora com outros Senadores. É sobre o que vem acontecendo ultimamente nas cidades brasileiras.

O Brasil, de repente, caiu com uma grande surpresa das manifestações de rua. Quero dizer, sinceramente, que a minha surpresa é que as pessoas fiquem surpreendidas. Ninguém podia saber que isso aconteceria nesse fim de semana, mas era óbvio que todos os ingredientes estão dados para que isso acontecesse e para que continue a acontecer, mesmo depois que

haja uma parada por algumas semanas ou meses, ou anos, e voltar tudo de novo, porque o povo vai à rua para derrubar os regimes militares, ou para alertar os democratas de que a democracia está doente. E a nossa democracia está doente. Está doente pela corrupção, pelo distanciamento entre nós políticos e o povo, e o Poder Executivo ainda mais distante do povo e distante do Congresso. Está doente pelos partidos de mentirinha – como tem sido dito. A democracia está doente; mas, sobretudo, está doente porque deixou de oferecer expectativas para os jovens, divididos em dois tipos: os órfãos de propostas utópicas e os órfãos dos serviços públicos do imediato.

Vivemos em uma sociedade de orfandade, por falta de propostas, de sonhos, ou por falta dos serviços básicos essenciais nesse momento. O que está na rua é um debate entre o público e o privado. Quando as pessoas vão às ruas, por causa da passagem de ônibus, na verdade é uma reação a décadas e décadas de prioridade ao transporte privado, que já se esgotou como alternativa, pelo trânsito que nós temos, pelo custo que representa. Esgotou-se. Não investimos no transporte público de qualidade, como faz qualquer metrópole que queira funcionar bem.

A orfandade é entre a participação e o isolamento. Políticos em contato, em convivência, ouvindo, falando a linguagem do povo ou isolados, como a gente vê o Governo Federal feito de uma maneira cega e surda.

A Presidenta da República – eu já disse mais de uma vez aqui – precisa de um oculista e um oftalmologista para ver mais longe, em vez de o imediato, e para escutar o que a opinião pública está dizendo. Nós temos um divórcio, porque nós não estamos sintonizados com a alma do povo. E quando políticos, eleitos democraticamente, não estão sintonizados diretamente com a alma do povo, a democracia fica doente.

Nós estamos entre a honestidade e a corrupção. As pessoas estão nas ruas por um desses lados. Nós estamos entre a transparência ou o voto secreto. Nós estamos entre a busca de aumentar o consumo ou ampliar o bem-estar social. Essa é uma orfandade que nós vivemos. Nós estamos na orfandade entre estádios para fazer uma Copa, o que eu, há meses e meses e meses, digo aqui, que é um equívoco o Brasil ter assumido a responsabilidade de fazer essa Copa ...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – ... e, ao mesmo tempo, investimentos no setor público. Há uma orfandade entre o longo prazo e o curto prazo. Isso é que levou o povo às ruas. E se nós não entendemos isso, eu temo que daqui a algum tempo surjam faixas pedindo a renúncia de todos os políticos

no Brasil. Eu temo, porque, aí sim, é querer curar a democracia dando-lhe um choque tão radical que ela própria pode não sobreviver.

Ou nos adiantamos a entender a dimensão profunda da crise que nós estamos vivendo e da qual a rua é uma surpresa, porque foi ontem, mas não é uma surpresa para mim que isso tenha acontecido. Ou olhamos, não com surpresa, mas com a percepção de algo que estava sendo gerido, gestado ao longo de anos, no Brasil, por políticas equivocadas. Ou nós estamos caminhando para o que ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – ...Ou nós estaremos caminhando para aquilo que vem depois das doenças não curadas, que é a morte. Eu não digo a morte da vinda da ditadura; eu digo a morte de uma democracia que não tem sintonia com a opinião pública, com a alma do povo, com a exigência de futuro. Uma democracia doente, como a nossa.

Felizmente, a juventude brasileira despertou, sejam a daqueles que são conscientes e são órfãos de uma utopia, seja a daqueles que nem são conscientes, mas são órfãos dos serviços públicos que não lhes são oferecidos, porque são pobres.

Oxalá eles nos despertem! Oxalá despertem, sobretudo, o Poder Executivo! Oxalá despertem os partidos, especialmente o partido majoritário, que está no poder, para que deixe de ser cego e olhe o futuro, deixe de ser surdo e ouça todos, inclusive aqueles...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – ... que o criticam, aqueles que têm posições diferentes!

Por favor, Governo, nós todos, juntos, ouçamos a voz do povo e entendamos, sem surpresa, que a única surpresa seria ter demorado tanto o grito do povo na rua diante da nossa omissão, da nossa falta de sintonia, da nossa falta de compromisso com a alma do povo brasileiro, que, hoje, está na garganta dos jovens nas ruas.

Sr. Presidente, eu gostaria muito de que o Sr. Presidente falasse que o Senado precisa cumprir o seu papel. Há um momento oportuno para o Senado, de alguma maneira – o Sr. Presidente deveria pensar como –, participar disso, não ficar omissos, não ignorar, termos olhos e ouvidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão.

Vamos conversar com os Srs. Líderes no sentido de que, como sugere V. Ex<sup>a</sup>, nós possamos fazer uma conversa com o objetivo óbvio de recolher os sentimentos, de demonstrar humildade, de fazer o dever

de casa e de encaminhar soluções dentro dos limites da competência de cada Poder.

Eu vou priorizar esse encaminhamento que V. Ex<sup>a</sup> acaba de sugerir.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) –

### ORDEM DO DIA

Nós vamos iniciar a Ordem do Dia votando os requerimentos.

Há uma proposta para que nós façamos a votação da indicação do Embaixador do Brasil junto ao Vaticano.

Esse é um bom encaminhamento que está sendo proposto.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Suplicy, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a antecipação da Ordem do Dia, eu, que seria o segundo orador para uma comunicação inadiável, fiquei sem o direito à palavra para tanto.

Assim, queria ponderar que, se me for assegurado que, após a Ordem do Dia, eu tenha o direito a uma comunicação inadiável, creio que seria de bom senso, tendo em conta a antecipação da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

É a gentileza que eu peço seja considerada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu queria dizer que o encaminhamento que V. Ex<sup>a</sup> sugere é muito bom. Em função da antecipação, nós deixaremos os oradores inscritos para logo após a Ordem do Dia.

Se todos combinarem, nós apressaremos o passo.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Está muito bem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar este fato inusitado: são 15h33min e nós estamos iniciando a Ordem do Dia. Gostaria de fazer um apelo no sentido de que a Ordem do Dia, a partir de agora e, sobretudo depois do exemplo de hoje, possa ter início sempre rigorosamente às 16 horas.

É uma questão de disciplina e de ordem. Considero isso salutar e importante, inclusive, para o andamento dos trabalhos no Senado Federal.

Hoje se justifica. Nós teremos uma manifestação lá em Fortaleza e aqueles que quiserem assistir a essa manifestação pela televisão terão a oportunidade de fazê-lo depois das 16 horas. A manifestação já começou nas ruas de Fortaleza e, certamente, ganhará corpo até 16 horas, nas proximidades de um estádio de futebol, que foi construído por exigência da FIFA, no padrão FIFA, padrão que hoje, nas ruas do Brasil, assim o exigem os estudantes, tenham as escolas públicas do nosso País.

Parabéns, Presidente, por essa antecipação! Registro esta solicitação: que, a partir de agora, às 16 horas, seja realmente o horário para o início da Ordem do Dia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Queria cumprimentá-lo e fazer um registro especial sobre a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> nos recentes episódios dos manifestantes aqui no Congresso Nacional. Foi uma nota equilibrada.

Estava junto com outros colegas Senadores fora do Brasil, a trabalho, numa missão sem ônus para o Senado Federal, e acompanhamos atentamente os fatos.

Então, queria cumprimentá-lo pelo equilíbrio, pela serenidade e pelo respeito a esse movimento, que nós temos que ouvir, interpretar e ao qual temos de dar uma resposta adequada com o nosso comportamento.

Eu, por isso, gostaria, Presidente, de registrar uma visita para mim muito simbólica, notadamente nesta hora em que o Congresso perde credibilidade, é criticado, ora por algumas coisas que merece, ora por outras que não merece. Hoje, voltando dos Estados Unidos para cá, um comissário de bordo de uma empresa americana, que é brasileiro e não conhecia Brasília, quando desembarcou, disse-me o seguinte: “É a primeira vez que vou a Brasília; não conheço Brasília”. Então, imaginando que ele gostaria de conhecer algumas das coisas prazerosas de Brasília, eu lhe disse: “Olha, há vários lugares. Um lugar agradável é o Pontão, onde se está à beira do Lago Paranoá”. E ele, então, disse: “Eu queria conhecer o Congresso Nacional”.

Então eu queria registrar a visita do Maurício Henriques, um brasileiro que fez questão de nos visitar e está, uniformizado, aqui, assistindo ao funcionamento do nosso Senado Federal. E, justo nessa hora em que o Congresso é tão desprestigiado, uma pessoa quer vir aqui para conhecer o Senado e o Congresso brasileiro.

Era este o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos um esforço grande na Comissão de Relações Exteriores, onde sabatinamos ontem S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Denis Silva Pinto, e o processo encontra-se sobre a mesa. O que desejo é insistir junto a V. Ex<sup>a</sup> para que nós possamos votar a indicação dessa autoridade.

Estamos na antevéspera, na antessala da Jornada Mundial da Juventude, oportunidade em que todos nós, brasileiros, teremos o orgulho, a alegria de receber o Papa Francisco, o primeiro Papa latino-americano. E, após a deliberação do Plenário, existe um conjunto de procedimentos que precisam ser adotados por parte do Poder Executivo.

Então, reitero a V. Ex<sup>a</sup> a importância de deliberarmos sobre a indicação do Embaixador Denis Silva Pinto para chefiar a Missão brasileira junto ao Vaticano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós agradecemos a sugestão de pauta de V. Ex<sup>a</sup>, ao tempo em que o cumprimentamos pelo brilhante trabalho que V. Ex<sup>a</sup> tem feito à frente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Vamos fazer exatamente isso. Nós vamos votar alguns requerimentos e, em seguida, nós vamos votar a indicação do Embaixador do Brasil junto ao Vaticano.

E queria dizer também que nós concordamos com os argumentos da Senadora Ana Amélia, e, a exemplo do que falei aqui quando da intervenção do Senador Cristovam Buarque, eu entendo realmente que a palavra de ordem é humildade. Destarte, nós temos que aprender com as manifestações, com o que está acontecendo no nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) –

**Item 10:**

#### **REQUERIMENTO Nº 565, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 565, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 421, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem matéria correlata (progressão de regime penal).*

Em discussão o requerimento.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, considero encerrada a discussão do requerimento. Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovarem o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 11** da pauta:

#### **REQUERIMENTO Nº 572, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 572, de 2013, do Senador Lobão Filho, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (declara A Voz do Brasil Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil).*

Discussão do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado o requerimento.

A matéria vai ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seguindo, posteriormente, à de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 12** da pauta:

#### **REQUERIMENTO Nº 577, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 577 (nº 12, em função da Ordem do Dia que adotamos hoje, aqui, no Senado), do Senador Clésio Andrade, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 157, 285 e 687, de 2007; e 215, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (normas para as eleições).*

Discussão do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovado.

As matérias são desapensadas, voltam a ser tramitação autônoma e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 13** da pauta:

#### **REQUERIMENTO Nº 578, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 578, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (registro e disseminação da produção técnico-científica).*

Discussão do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo, posteriormente, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esse é o último requerimento...

Não; ainda temos mais um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 14:**

#### **REQUERIMENTO Nº 579, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 264 e 308, de 2012, por regularem matéria correlata. (ação regressiva previdenciária).*

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaramos encerrada a discussão

Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, seguindo, posteriormente, nos termos do art. 49, inciso

I, do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Último requerimento.

**Item 15:**

#### **REQUERIMENTO Nº 594, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 594, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 244, de 2003; e 20, de 2013, por regularem matéria correlata (benefícios previdenciários).*

Discussão do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2003, perde, por conta da votação e aprovação do requerimento, o caráter terminativo.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos.

Consulto o Plenário se podemos proceder à votação do Embaixador do Brasil junto ao Vaticano. (*Pausa.*)

Passamos à apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### **MENSAGEM Nº 32, DE 2013**

##### **Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Mensagem nº 32, de 2013 (nº 180/2013, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente. Para discutir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve como Relator o Senador José Agripino, que, inclusive, pediu para nós colocarmos a apreciação da indicação do Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto como

prioritária na pauta de hoje, juntamente com o Senador Ricardo Ferraço, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. **(Parecer nº 545, de 2013.)**

Discussão do parecer.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, para discutir o parecer.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna porque acho, Senador José Agripino, que V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz em poder propor a votação, tão importante, na tarde de hoje, em função da visita de Sua Santidade, o Papa, Senador José Agripino, a este País na Jornada Mundial da Juventude.

Vejo este como um momento muito delicado para a visita do Papa a este País. O Brasil, o povo brasileiro, neste momento, vive uma angústia que só agora pôde externar, uma angústia de tempos, uma angústia de uma vida ruim, uma angústia que não poderia mais ser contida, uma angústia que alguns de nós, Senadores... E eu cito aqui aqueles Senadores de oposição que sempre vieram a esta tribuna para alertar. E quero fazer justiça ao Senador Alvaro Dias, que, junto comigo, estava aqui, nesta tribuna, quase todas as tardes, reclamando a saúde, reclamando a educação, reclamando a inflação e a condição de vida do povo brasileiro.

O nosso País custa muito caro para o povo brasileiro. Nós pagamos, em impostos, mais de R\$1 trilhão a cada ano. O povo brasileiro é sugado de todas as formas.

Era preciso avaliar a visita do Papa a este País. Por isso, apressar a votação de hoje é importante.

O povo brasileiro é ordeiro, mas ele não aguenta mais.

Ora, Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> foi um dos primeiros a subir a esta tribuna e falar da exibição da construção dos estádios neste País. Aqui, em Brasília mesmo, V. Ex<sup>a</sup> perguntou como é que se faz um estádio no valor de R\$1 bilhão quando os hospitais estão caindo e não atendem o povo brasileiro. Como se faz um estádio no valor de R\$1 bilhão quando o povo brasileiro está nas filas, às 4 horas da manhã, para pegar uma ficha para o seu parente não morrer dentro de um hospital, Senador Alvaro Dias? E os estádios construídos, todos, por mais de R\$500 milhões! Quantos hospitais daria para fazer, meu nobre Senador? Quantos hospitais ganharíamos com R\$1 bilhão? É isso que revolta o povo brasileiro.

A Presidenta Dilma tenta, agora, minimizar. A Presidenta Dilma tenta, agora, se assessorar com o presidente Lula.

As coisas são somadas. As responsabilidades, Brasil, são somadas. Eu falei aqui várias vezes. Eu disse aqui várias vezes. Eu me preocupei várias vezes.

Presidente, o povo acordou. Das dimensões ninguém sabe, mas elas vão sendo esclarecidas aos poucos, vão ficando cristalinas. Elas começaram com R\$0,20.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Hoje, nós sabemos que o problema não é os R\$0,20. Hoje, nós sabemos que é a saúde. Hoje, nós sabemos que é a corrupção, que eu tanto combato aqui, nesta tribuna, que brincaram com o povo brasileiro, que escharcharam o povo brasileiro, que aqueles do mensalão... Ainda hoje, eu li, no jornal, que o Ministro Toffoli disse que só daqui a 2 anos os mensaleiros serão presos. Não serão presos nunca, Brasil!

Essa é a moralidade que o povo quer, a moralidade que não veio do Governo, um governo que protege os apadrinhados...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – ...um Governo que esconde os apadrinhados, um Governo que merece que o povo esteja nas ruas, sim *(Fora do microfone.)* fizemos para a sociedade, e que este Senador alertou muitas vezes aqui, desta tribuna, Sr. Presidente. Falta de alerta não foi. Estas mãos ficaram doídas de tanto eu bater aqui e falar contra a corrupção. Hoje, eles estão aí. Os brasileiros voltaram às ruas. E me parece que voltaram com mais força do que todos os tempos passados, Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Couto.

Discussão do Parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para emitir uma opinião. Claro que o voto é secreto, mas eu não poderia deixar de emitir uma opinião sobre o Embaixador Denis Fontes, uma figura altamente qualificada e com uma longa e competente carreira, levada a efeito no âmbito do Itamaraty.

Ele tem experiência no campo diplomático, no campo administrativo, é homem de grande sensibilidade, que vai ser fundamental para o desempenho da função dele, porque, Senador Casildo, ele é o primeiro Embaixador do Brasil indicado pelo Governo após a eleição do Papa Francisco, que foi eleito, o mundo inteiro sabe, após a renúncia do Papa Bento XVI. Depois de

séculos, um Papa renuncia, e sabem-se perfeitamente as razões pelas quais ele renunciou.

A Igreja vive momentos de conflito, vive um quadro de conflito intestino. As questões da homofobia, do aborto e do celibato dividem a Igreja, e o Papa Bento XVI, um homem de convicções, mas um homem já de idade avançada, se viu esmagado pelas pressões que administrava dentro da Igreja e que o levaram à renúncia, suponho eu, para que um novo Papa fosse eleito, em função das dificuldades a que a Igreja assistia, apresentando-se com um perfil para que, conhecido dos cardeais, votassem naquele que sintonizasse, de forma consensual ou majoritária, o pensamento da Igreja. E assim foi feita a escolha do Papa Francisco, apropriado para administrar o conflito que a Igreja vive hoje, dentro de ideias e teses modernas. Ele, que é um homem jovem ainda, vai, ao longo do tempo, tentar reunificar a Igreja e conquistar mais adeptos para o catolicismo no mundo inteiro, tendo em vista que a Igreja Católica, que é a minha igreja, vem perdendo adeptos no mundo inteiro, cedendo espaços a várias outras Igrejas, principalmente a evangélica, e vai, claro, percebendo isso, reagir.

A diplomacia do Vaticano é uma das diplomacias mais sofisticadas do mundo. Ela toma partido nas mais diversas questões que impressionam ou que causam preocupação à humanidade. O Vaticano é uma cidade-estado e é sede da Igreja Católica, mas tem opinião, tem assento na ONU. A diplomacia brasileira, que é representante da nação católica mais numerosa do mundo, tem importância fundamental, muito grande, para a Santa Sé.

O Embaixador do Brasil na Santa Sé precisava ser um homem qualificado, como o Embaixador Denis Fontes o é, para, conhecendo a intimidade da diplomacia e procurando, rapidamente, conhecer a diplomacia da Santa Sé, poder fazer um trabalho positivo para os interesses do Brasil, da Igreja do Brasil e para a Igreja universal.

A missão do Embaixador Denis Fontes junto ao Vaticano é, eu ousaria dizer, muito mais complicada, muito mais difícil do que foi a de antecessores a ele na Embaixada do Brasil no Vaticano, mas ele tem qualificação suficiente para desempenhar as funções com brilho, e, neste momento, eu quero, como Relator, desejar a S. Ex<sup>a</sup> pleno êxito no desempenho das funções que, se aprovado pelo Senado, haverá de desempenhar.

Era a minha palavra e a minha opinião, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos em processo de votação.

Nós estamos apreciando a indicação do nome do Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Vaticano, ao Estado da Cidade do Vaticano.

Pedimos aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos procedendo à votação do nome do Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> já está devidamente inscrito para falar logo após a Ordem do Dia.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Quero enaltecer também a indicação, feita pela Presidenta Dilma Rousseff, do Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, que, ainda ontem, ao expor as funções que exercerá ali, perante o Papa Francisco e o Vaticano, mostrou-se uma pessoa extremamente bem preparada, como costuma acontecer com todos os embaixadores do Itamaraty.

Quero aqui desejar ao Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto que contribua significativamente para as boas relações com o Papa Francisco, ainda mais se tendo em conta que o Papa Francisco visitará o Brasil, o Rio de Janeiro e Aparecida, em julho próximo.

Eu queria até aproveitar a oportunidade, Presidente Renan Calheiros, para perguntar em que medida haverá, da parte do Senado Federal...

Presidente Renan Calheiros, faço só uma indagação: está prevista, da parte do Senado Federal, uma eventual delegação de Senadores para acompanhar os eventos da visita do Papa no Rio de Janeiro e, depois, em Aparecida?

Ainda ontem, na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Ricardo Ferraço considerou a hipótese de uma delegação de Senadores ter a oportunidade de uma audiência com o Papa Francisco no Rio de Janeiro ou em Aparecida.

Acredito que, se isso acontecer, V. Ex<sup>a</sup>, certamente, ajudará nas providências acerca do que ontem o Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, externou na reunião em que foi arguido o Sr. Denis Fontes de Souza Pinto, nosso Embaixador.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, está prevista, sim, essa representação, que foi criada por sugestão do Senador Pedro Simon. Nós estamos ultimando os contatos para a definição, inclusive, da agenda tanto no Rio de Janeiro quanto em Aparecida.

Tem a palavra o Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)  
Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco/PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, na mesma linha do Senador Suplicy, neste momento em

que estamos votando aqui a indicação do nome do Embaixador do Vaticano, quero aproveitar para dar as boas-vindas ao Papa Francisco.

Teremos um evento católico na cidade do Rio de Janeiro que, com certeza, terá uma representatividade muito grande em nosso País, já que se estima a presença de mais de dois milhões de fiéis.

Assim, nesta oportunidade em que estamos votando a indicação de mais essa autoridade, quero aproveitar para saudar todos os católicos do nosso País e, em especial, o povo católico do meu Estado, o povo acreano, povo este que tem dado uma contribuição muito grande em prol principalmente dos menos favorecidos do nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, eu gostaria de fazer um registro, já que ontem foi um dia importante, com tantas votações e aprovações, o que me impossibilitou de fazer uso da palavra.

Eu gostaria de registrar a importância do ato de ontem da Presidenta Dilma Rousseff no que diz respeito ao envio ao Congresso do novo Código de Mineração, um Código que precisava ser modernizado, pois a estrutura minerária precisava ser profissionalizada e melhorada. A transformação do DNPM em agência de acompanhamento da mineração, sem dúvida alguma, vai possibilitar isso também.

Além disso, a Presidenta Dilma manda, na proposta, a ampliação da cobrança da CFEM, o que vai atender a Municípios e Estados brasileiros. E o mais importante é que a Presidenta a enviou em projeto de lei em regime de urgência constitucional, não em medida provisória, como nós vínhamos defendendo, exatamente para dar margem a um debate sem a popular faca no pescoço, com a data de edição e de expiração da medida provisória.

Então, nós queremos registrar a importância dessa matéria. Que a Câmara dos Deputados debata, discuta e melhore a proposta do Executivo! Aqui, no Senado também, nós iremos nos debruçar sobre essa matéria, porque é uma matéria muito importante para muitas regiões do País, inclusive para o meu Estado de Roraima e para a Região Norte.

Portanto, nós queremos louvar a iniciativa da Presidenta e parabenizar o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, que coordenou esse trabalho junto com a diretoria do DNPM, com o Presidente do DNPM.

Eu diria que o Governo dá mais um passo no sentido da modernização dos investimentos e do atendimento ao País no setor minerário. Existia um repasse dos investimentos do País quanto à mineração, e, agora, com esse novo Código, não tenho dúvidas de que haverá uma maciça onda de investimentos no setor de mineração, o que vai gerar empregos, novos impostos, desenvolvimento e divisas para o nosso País.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

Em seguida, nós vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero também registrar, já que nós estamos votando a indicação do nosso Embaixador do Vaticano, as nossas saudações a todos os católicos brasileiros e baianos, em especial, e, em particular, ao nosso Bispo Dom João Nilton, da cidade de Amargosa, já que, no dia de hoje, nós comemoramos o 122º aniversário de emancipação política dessa grande cidade, que fica entre o Recôncavo e o Sertão da Bahia, conhecida como Cidade Jardim. Tive a honra de ter recebido da Câmara de Vereadores o título de cidadã dessa cidade, que é também a cidade natal do nosso grande companheiro e homem público da Bahia, que muito honra a Bahia, Waldir Pires.

Quero mandar meu abraço para toda a população de Amargosa, em nome de Dom João Nilton, esse grande bispo e líder religioso daquela cidade.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que nunca ouviram falar em Amargosa que aquela é uma cidade linda, do interior da Bahia, e uma das que tem uma das melhores festas de São João da Bahia, de todo o Nordeste e, por que não dizer, do Brasil, já que o Nordeste é a única Região onde temos o vigor das festas juninas.

Portanto, quero, mais uma vez, deixar aqui o meu abraço para a população de Amargosa e, especialmente, para a nossa Prefeita Karina Silva, Prefeita do PSB.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

Consulto os Srs. Senadores se todos já votaram. (Pausa.)

Senador Capiberibe, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

**Senado Federal**  
**54ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**MENSAGEM Nº 32 DE 2013 ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA**

Sr. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO VATICANO E CUMULATIVAMENTE JUNTO À ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 1 Abertura: 19/06/13 15:56  
Data Sessão: 19/06/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 19/06/13 16:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
FSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PI	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MالدANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	VOTO
PTB	DF	GIM	VOTO
PP	RO	IVO CASSOL	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

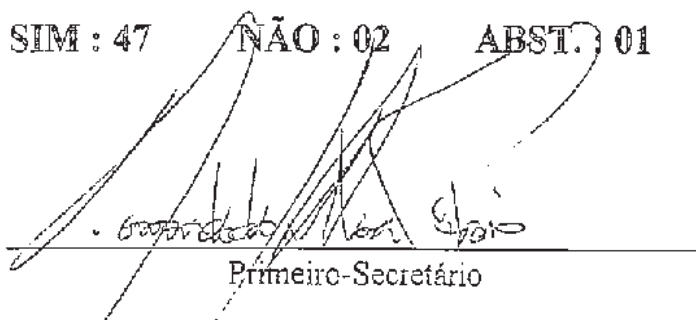
Gerente: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 19/06/13 16:10

Página: 1

PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO FAIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
FSB	DF	RÓDRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	VOTO
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECAO	VOTO
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO

SIM : 47 NÃO : 02 ABST. 01 TOTAL : 50

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Votaram SIM 47 Senadores; NÃO, 2.

Houve uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Sem dúvida alguma, a votação do Embaixador do Brasil junto ao Estado do Vaticano é uma demonstração do Senado do grande reconhecimento da importância da visita do Papa Francisco ao Brasil por ocasião da Jornada Mundial da Juventude.

Encerramos a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010  
(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 428, de 2013)**

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho*, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 89, DE 2011**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades*.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 86, DE 2011**

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
Requerimento nº 176, de 2013)**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda  
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima*. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 46, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda  
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais*

*ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2013**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 32, DE 2010**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:



## **PARECER Nº 546, DE 2013**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 548, de 2013, do Senador Anibal Diniz, que *“Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.”*

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

RELATOR “AD HOC”: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

### **I – RELATÓRIO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 548, de 2013**, do Senador **Anibal Diniz**, em atendimento ao convite do Presidente da CNI, Sr. Robson Braga de Andrade, para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho do corrente ano.

O Senador requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar Missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal. Sendo autorizada a participação no evento, comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País de 2 a 7 de julho, período da referida Missão, conforme convite anexado ao requerimento, do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

## II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 2 a 7 de julho de 2013. Sua Excelência, o Senador Anibal Diniz, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

## III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 548, de 2013.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2013.

Presidente,

Relator,



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**  
**REQUERIMENTO Nº 548, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 13/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

<b>Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Raulo Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)</b>	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amêlia (PP)
Francisco Domelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
<b>Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)</b>	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

## PARECER Nº 547, DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 556, de 2013, do Senador Cícero Lucena, que *"Requer, nos termos do disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013."*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

RELATOR "AD HOC": Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 556, de 2013**, do Senador **Cícero Lucena**, em atendimento ao convite do Presidente da CNI, Sr. Robson Braga de Andrade, para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho do corrente ano.

O Senador requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar Missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal. Sendo autorizada a participação no evento, comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País de 2 a 7 de julho, período da referida Missão, conforme convite anexado ao requerimento, do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

## II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 2 a 7 de julho de 2013. Sua Excelência, o Senador Cícero Lucena, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

## III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 556, de 2013.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2013.

Presidente,

Relator,



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**  
**REQUERIMENTO Nº 556, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 13/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Indice

RELATOR: [assinatura]

<b>Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT) <i>Wiah.</i>	5. Pedro Taques (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)</b>	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) <i>[assinatura]</i>
Jarbas Vasconcelos (PMDB) <i>[assinatura]</i>	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB) <i>[assinatura]</i>	3. Roberto Requião (PMDB) <i>[assinatura]</i>
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
<b>Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)</b>	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>[assinatura]</i>
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <i>[assinatura]</i>	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

## **PARECER**

### **Nº 548, DE 2013**

*Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 587, de 2013, do Senador Sérgio Petecão, que "Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 02 e 07 de julho de 2013, para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do País no referido período".*

RELATOR: Senador **EDUARDO SUPLICY**

#### **I – RELATÓRIO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 587, de 2013, do Senador Sérgio Petecão**, que "tendo sido convidado pelo Presidente da CNI, Sr. Robson Braga de Andrade, para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.

O Senador requer, nos termos do artigo 40, § 1º, do inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar a referida Missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal. Em sendo autorizada a participação no referido evento, comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 2 a 7 de julho, quando desempenhará a referida Missão, conforme convite anexo.

O Requerimento do Senador Sérgio Petecão se faz acompanhar do convite do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

## II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: "se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40".

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que "a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado", estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 2 a 7 de julho de 2013. Sua Excelência, o Senador Sérgio Petecão, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

## III - VOTO

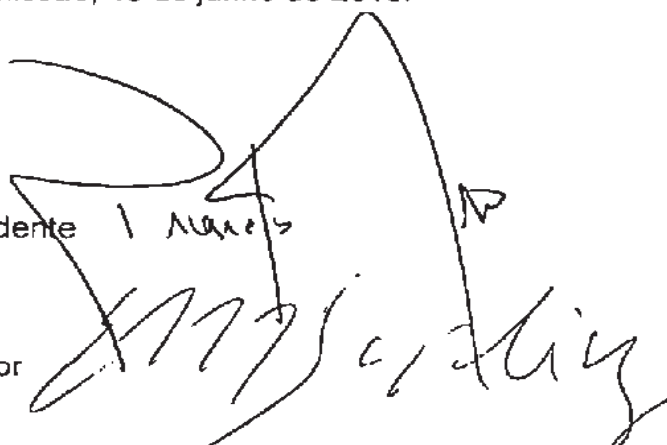
Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 587, de 2013.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2013.

Presidente

1 Junho 13

Relator

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is for the President, and the bottom signature is for the Reporter. The signatures are written in a cursive, somewhat stylized script. The date '1 Junho 13' is written in the middle of the page, between the two signatures.



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**  
**REQUERIMENTO Nº 587, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 13/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR: \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyrol Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

## PARECER Nº 549, DE 2013

*Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Requerimento nº 588, de 2013**, do Senador **Luiz Henrique**, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha, no período compreendido entre os dias 02 e 07 de julho de 2013. Comunica, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do País no período de 1º a 08 de julho de 2013.”*

RELATOR: Senador **EDUARDO SUPLICY**

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 588, de 2013**, do Senador **Luiz Henrique**, que “tendo sido convidado pelo Presidente da CNI, Sr. Robson Braga de Andrade, para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.

O Senador requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar a referida Missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal. Em sendo autorizada a participação no referido evento, comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 1 a 8 de julho, quando desempenhará a referida Missão, conforme convite anexo.

O Requerimento do Senador Luiz Henrique se faz acompanhar do convite do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

## II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 1 a 8 de julho de 2013. Sua Excelência, o Senador Luiz Henrique, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

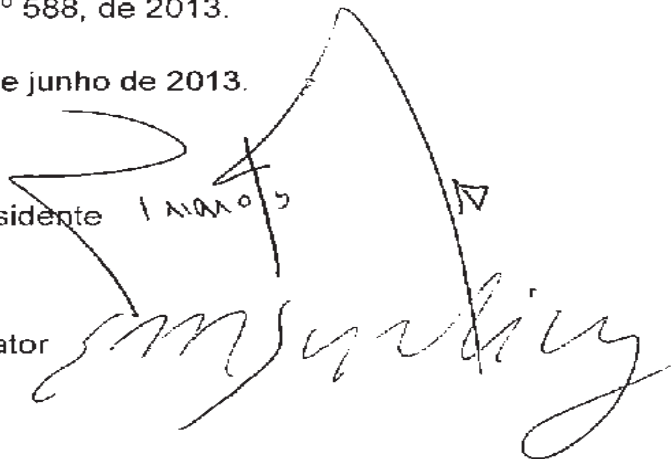
## III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 588, de 2013.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2013.

Presidente

Relator



The image shows two handwritten signatures. The top signature is for the President, and the bottom signature is for the Reporter. The Reporter's signature is significantly larger and more stylized, with a large loop at the end. There is a date stamp '13 JUN 2013' written in the background between the two signatures.

**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**

**REQUERIMENTO Nº 588, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 13/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Lidice da Mata

**RELATOR:** Vanessa Grazziotin

<b>Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)</b>	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
<b>Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)</b>	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 650, DE 2013**

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor **Ministro da Previdência da Previdência Social**, as seguintes informações acerca da arrecadação previdenciária do código 1600 referente aos empregados domésticos dos últimos cinco anos:

1. Qual o número de pedidos de inscrições de empregados domésticos dos últimos 5 anos para recolhimento de contribuição previdenciária?
2. Qual foi a arrecadação do INSS advindo do código 1600, o qual se refere aos empregados domésticos, nos últimos 5 anos? Divididos por:
  - 2.1 Por Região do País.
  - 2.2 Por estado.
  - 2.3 Por Ano.
  - 2.4 Por mês
  - 2.5 Por sexo.
3. Houve crescimento do número de inscrições no INSS após a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013?
4. Quantas foram às inscrições realizadas após a sua promulgação da referida Emenda Constitucional?
5. Qual foi a arrecadação mensal de 2013 após a promulgação da EC 72/2013?

#### **Justificação**

A Emenda Constitucional nº 72/2013, advinda da PEC das empregadas domésticas, votada e promulgada no ano corrente, é uma conquista da classe dos trabalhadores domésticos por melhores condições de trabalho e direitos iguais aos demais, extinguindo de forma definitiva as distinções previstas no texto anterior da Constituição Federal de 1988.

Porém, é válido mencionar que essa conquista dessa classe trabalhadora foi resultado de muita discussão acerca do tema, debates e propostas que culminaram com a promulgação da referida emenda.

Todavia, apesar dessa conquista, muitas dúvidas surgiram acerca das normas que regulamentarão e implementarão, de fato, os direitos dos empregados domésticos. Questionamentos esses que perpassam desde a forma de controle das horas trabalhadas e dos

demais direitos decorrentes até o estudo de instrumentos que sejam capazes de desonerar os empregadores e inibir que essa categoria venha a diminuir de forma abrupta em pouco tempo.

Por isso, são necessárias várias medidas políticas e econômicas capazes de assegurar tanto ao empregador condições melhores de recolhimento dos tributos a que são obrigados, bem como instrumentos eficazes que garantam ao trabalhador doméstico segurança jurídica para controlar e inibir possíveis abusos aos seus direitos constitucionalmente protegidos.

Diante de tais fatos, fica a preocupação com essa classe trabalhadora tão importante e essencial nos dias atuais e que vinha em uma crescente nos últimos anos no país, período em que se agregaram vários direitos sociais, crescimento econômico para fins de proteção dos direitos dos trabalhadores domésticos e que, também por isso, precisam de incentivos para fortalecer a classe trabalhadora e abrindo ainda mais oportunidades de trabalho.

Portanto, fica evidente que o governo brasileiro deve agir rapidamente para aplicar políticas públicas eficazes que assegurem ao trabalhador doméstico os seus direitos inerentes sem que possa onerar o empregador de forma a prejudicar esse mercado de trabalho.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 651, DE 2013**

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor **Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, as seguintes informações acerca da distribuição de embarcações aos municípios do estado do Amazonas:

1. Qual o valor de cada embarcação que será entregue aos municípios do interior do Amazonas?
2. Quais são as especificações dessas embarcações? Em relação ao número de lugares, tamanho e autonomia de combustível?
3. Qual o critério utilizado por este Ministério para escolher os municípios? E quais são esses municípios?
4. Haverá o repasse de outras embarcações aos outros estados da região norte?
5. Em caso positivo, quantas embarcações serão entregues a cada estado da região Norte do país?

### Justificação

A aplicação das políticas públicas nos estados componentes da região norte do país tem vários aspectos a serem considerados em razão da geografia, das longas distâncias, da floresta Amazônica dentre tantas outras dificuldades que são impostas aos governantes para a devida extensão dos serviços públicos até os locais mais longínquos deste país, proporcionando a cada cidadão brasileiro melhores condições de vida.

Nesse sentido, para que tais políticas públicas possam atingir um número cada vez maior de brasileiros, inclusive, aqueles ribeirinhos que moram e habitam as regiões mais longínquas deste país, levando as estruturas e programas públicos disponíveis a tais pessoas, é necessário fazer um esforço maior, organizando toda uma logística capaz de superar alguns aspectos que se impõe para o devido cumprimento das metas e deveres que o estado brasileiro tem para com os seus cidadãos.

E justamente para atingir tais objetivos o governo brasileiro investe em uma estrutura para que os governantes locais, prefeitos municipais, possam se encarregar de oferecer ao cidadão os serviços públicos e programas sociais.

Importante, então, destacar a iniciativa do governo brasileiro em repassar 31 embarcações aos municípios do estado do Amazonas para que os mesmo possam aplicar as estratégias traçadas no plano de Ação Brasil Sem Miséria, que tem por objetivo identificar, localizar e conceder aos ribeirinhos que vivem em situação de extrema pobreza o cadastro único do governo federal que dá acesso a diversos programas sociais necessários para proporcionar a estas pessoas melhores condições de vida.

Cabe ainda ressaltar que em conjunto a essa medida, será ainda repassado para cada município o valor de R\$ 7 mil reais mensais para a manutenção de toda a estrutura necessária para a realização deste trabalho.

No entanto, apesar desta salutar iniciativa, sabe-se ainda que não será o suficiente para identificar e atingir todos os ribeirinhos que vivem nessa situação de vulnerabilidade e que podem ter acesso aos programas federais de complementação de renda e demais benefícios.

Sendo necessário, assim, maiores investimentos para expandir tal iniciativa para outros municípios não contemplados, quais sejam, os demais 30 municípios do interior do estado.

Portanto, os investimentos no estado do Amazonas na área social são necessários e cruciais para a melhoria e desenvolvimento do estado como um todo, a fim de cumprir com as metas prometidas pelo governo federal até 2014, qual seja, a erradicação da miséria

ria neste país, devendo, desta forma, ser ampliadas as ações sociais corretas a destacada anteriormente.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/AM.

(À Mesa, para decisão.)

### REQUERIMENTO Nº 652, DE 2013

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao **Ministro da Educação**, as seguintes informações acerca da revalidação de diplomas de ensino superior obtidos em universidades estrangeiras:

1. Qual o número de pedidos registrados nos últimos 10 anos para revalidação de diplomas de ensino superior nas universidades públicas?
2. Quantos diplomas foram revalidados nos últimos 10 anos? Divididos por: universidade; curso; ano; país origem do diploma revalidado;
3. Quais os procedimentos para a revalidação de certificados de conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu* expedidos por universidades estrangeiras? Quantos foram revalidados no Brasil, no período acima referido.

### Justificação

A revalidação no Brasil de diplomas de ensino superior expedidos por universidades estrangeiras ganhou maior relevância após as discussões e debates no país como um todo acerca da revalidação de diplomas de médicos formados no exterior que atualmente pode ser conquistado através do programa federal unificado chamado REVALIDA, sobre o qual há diversos embates acerca dos procedimentos adotados para avaliação dos candidatos.

Esse procedimento de revalidação de diploma estrangeiro é necessário para que os profissionais formados no exterior possam atuar legalmente e com todos os direitos inerentes àquela profissão no Brasil, atestando se os componentes curriculares de determinada profissão são adequados à realidade brasileira, se há necessidade de complementação de matérias, se há compatibilidade entre as grades curriculares, dentre outras questões.

Tais questões devem ser inclusive atestadas por Universidades Públicas nacionais que formam comissões de avaliação dos critérios determinados através de Resoluções baixadas pelas próprias universidades que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, de acordo com as normas do Ministério da Educação, bem como da legislação federal vigente no país.

Por isso, fala-se da importância dos procedimentos de revalidação de diplomas expedidos por estrangeiros no país para fins de atestar a qualidade do profissional que adentrará no mercado de trabalho brasileiro, protegendo o cidadão de possíveis consequências danosas advindas de atos ou condutas de profissionais que não demonstrem ter as competências necessárias para exercer determinada atividade profissional.

Portanto, fica claro que a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras é de suma importância para a Nação brasileira, não somente como forma de atestar a compatibilidade dos ensinamentos ministrados por tais instituições de ensino superior com o que é ministrado no Brasil, mas também para atestar a proficiência do profissional que adentrará no mercado de trabalho e deverá demonstrar todas as competências necessárias para exercer determinada atividade profissional.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

*(À Mesa, para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 653, DE 2013**

Requerimento de voto de congratulação ao Desembargador Ruy Pinheiro pela sua posse como Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Requeiro, nos termos regimentais, sejam apresentadas congratulações ao ao Desembargador Ruy Pinheiro pela sua posse como Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe.

#### **Justificação**

O Juiz de Direito Ruy Pinheiro da Silva tomará posse como Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe nesta quarta-feira, dia 19 de junho, às 17h, no auditório do Palácio da Justiça, na Praça Fausto Cardoso. O magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade e ocupará a vaga deixada pelo Desembargador Netônio Machado, que se aposentou no mês de maio.

Nascido em Aracaju, Ruy Pinheiro da Silva concluiu o curso de Direito em 1976, pela Universidade Federal de Sergipe. Aprovado em concurso público, assumiu o cargo de Juiz de Direito no TJSE em 31 de

julho de 1980, tendo sido nomeado para a Comarca de Itabaianinha. Em outubro de 1989, foi removido para a Comarca de Frei Paulo e em 1991 para Aracaju, para o 2º Juizado de Pequenas Causas. Em junho de 1992, foi promovido, por antiguidade, para a 9ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju de 2ª Entrância, transformada para 2ª Vara Criminal através da Lei Complementar nº 84, de 27 de maio de 2003.

Compôs, como suplente, a Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Aracaju, tendo assumido a Presidência, no dia 20 de março de 2002, por 90 dias. Em fevereiro de 2005, foi designado para exercer as funções de Juiz Corregedor da Justiça do Estado de Sergipe, cargo que ocupou até novembro de 2007. Compôs a Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado de Sergipe (Ceja/SE), na qualidade de presidente, em 2006. Já em 2010, foi designado para compor a 1ª Turma Recursal do Estado de Sergipe, como 1º suplente.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 654, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em

suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

(À Mesa, para decisão)

#### **REQUERIMENTO Nº 655, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro das Comunicações, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de ser-

vidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

(À Mesa, para decisão)

#### **REQUERIMENTO Nº 656, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Esporte, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de



contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 657, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra do Meio Ambiente, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 658, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra do Planejamento Orçamento e Gestão, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO N° 659, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 660, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Turismo, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 661, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro dos Transportes, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de

vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 662, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 663, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de

profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

### **REQUERIMENTO Nº 664, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

### **REQUERIMENTO Nº 665, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**REQUERIMENTO Nº 666, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

**Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**REQUERIMENTO Nº 667, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, as

seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

**Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**REQUERIMENTO Nº 668, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 669, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano

a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

#### **REQUERIMENTO Nº 670, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra da Cultura, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

### Justificação

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 671, DE 2013

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

### Justificação

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de

profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 672, DE 2013

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

### Justificação

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 673, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 674, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício no Banco Central do Brasil e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra no Banco Central do Brasil e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados no Banco Central do Brasil e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO N° 675, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Advocacia-Geral da



União, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício na Advocacia-Geral da União e, se for o caso, em cada uma de seus órgãos vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra na Advocacia-Geral da União e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados na Advocacia-Geral da União e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

#### **REQUERIMENTO N° 676, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício na Casa Civil e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra na Casa Civil e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados na Casa Civil e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 677, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Defesa, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano

a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**  
(À Mesa para decisão)

#### **REQUERIMENTO Nº 678, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício na Controladoria-Geral da União e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra na Controladoria-Geral da União e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados na Controladoria-Geral da União e em suas entidades vinculadas, in-

formar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**  
(À Mesa, para decisão)

#### **REQUERIMENTO Nº 679, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, à Sra. Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e

indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 680, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Gabinete e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Gabinete e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Gabinete e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verifi-

car o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 681, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**REQUERIMENTO N° 682, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquela Secretaria e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquela Secretaria e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquela Secretaria e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

**Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**REQUERIMENTO N° 683, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro de Minas e Energia, as

seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

**Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**REQUERIMENTO N° 684, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 685, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro das Cidades, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano

a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 686, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Saúde, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;

2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;

4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em

suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 687, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Previdência Social, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de ser-

vidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### **REQUERIMENTO N° 688, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de

contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 689, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Justiça, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

#### **REQUERIMENTO Nº 690, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Integração Nacional, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### **Justificação**

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 691, DE 2013**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Fazenda, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;
- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### Justificação

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 692, DE 2013

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Educação, as seguintes informações, a serem fornecidas, preferencialmente, por meio eletrônico:

- 1 – O quantitativo de trabalhadores terceirizados, atualmente em exercício naquele Ministério e, se for o caso, em cada uma de suas entidades vinculadas;
- 2 – A relação das funções exercidas pelos trabalhadores terceirizados e as unidades em que estão lotados;

- 3 – O valor anual da despesa com terceirização de mão de obra naquele Ministério e em cada uma de suas entidades vinculadas, ano a ano, a partir de 2002, ou a partir da criação do órgão ou entidade, no caso de ser posterior;
- 4 – Em caso de existência de servidores aprovados em concursos públicos com prazos de vigência ainda não expirados, que ainda não tenham sido efetivados naquele Ministério e em suas entidades vinculadas, informar a data de vigência, o órgão, os cargos e os quantitativos.

#### Justificação

Têm sido recorrentes no noticiário nacional informações sobre o aumento do número de servidores terceirizados em exercício na administração direta e indireta federal, em desfavor da contratação de servidores de carreira e na contramão dos objetivos de profissionalização, modernização e valorização da administração pública.

Ante o exposto, o presente requerimento tem como objetivo coletar dados que nos permitam verificar o que tem de fato ocorrido quanto a este tipo de contratação e quanto à evolução, ao longo do tempo, dessas despesas orçamentárias.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico compatível com sistema operacional Windows.

Sala das Sessões, – Senador **Aécio Neves**

*(À Mesa, para decisão)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2013

Institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituída em caráter permanente, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem, a ser formulada, implementada e mantida pelas diversas instâncias gestoras do Sistema.

**Art. 2º** A Política de Atenção Integral à Saúde do Homem deverá abranger, entre outras ações definidas em regulamento, a prevenção, a detecção precoce, o



diagnóstico e o tratamento de doenças e agravos à saúde que acometem exclusiva ou predominantemente a população masculina.

*Parágrafo único.* Deverá ser dada ampla divulgação das ações a que se refere o *caput* e de informações sobre promoção da saúde do homem.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Os homens são acometidos de algumas doenças ou agravos à saúde especificamente relacionados ao sexo masculino, tais como os cânceres e as infecções da próstata, do pênis e dos testículos, mas estão sujeitos a outros transtornos da saúde que, embora acometam também as mulheres, apresentam taxas de morbimortalidade mais elevadas na população masculina. É o caso, por exemplo, do consumo abusivo de bebidas alcoólicas, da obesidade, da aids, da tuberculose, do câncer do aparelho respiratório, das neoplasias de esôfago e estômago, e das doenças isquêmicas do coração.

A maior exposição da população masculina a determinados fatores de risco para a saúde reflete-se na proporção de homens e de mulheres que formam a população brasileira, nas taxas de mortalidade e nas expectativas de vida, por sexo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que em 2011 a população brasileira seria constituída de 51,5% de mulheres e 48,5% de homens. No mesmo ano, 56,88% dos óbitos foram de homens, e 43,12%, de mulheres. Ainda no mesmo ano, a esperança de vida ao nascer era de 70,6 anos para homens e 77,7 anos para mulheres.

A par dos aspectos relacionados com os dados epidemiológicos, é importante considerar que, devido a fatores culturais, os homens são mais avessos às ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas de doenças e agravos à saúde. Ademais, as inadequações administrativas e de capacidade de atendimento dos serviços públicos de saúde desencorajam especialmente os trabalhadores e as trabalhadoras a procurar por cuidados à sua saúde. Soma-se a essa dificuldade o fato de a legislação trabalhista brasileira não conceder direito ao homem de se ausentar do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para a realização de consultas e exames médicos preventivos. A formulação de uma política de atenção integral à saúde do homem deve levar em conta todos esses fatores, inclusive criando horários especiais de atendimento de trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, a despeito da existência de norma infra-legal que estabeleceu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – Portaria MS/GM nº 1.944, de 27 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde –, o

presente projeto de lei procura enfatizar a necessidade de que os gestores do SUS formulem, implementem e mantenham política específica de atenção à saúde da população masculina, segmento cujos indicadores de morbimortalidade contradizem a cultura popular que considera o homem um representante do sexo forte. Faz-se necessário que, mediante tal política, essa característica se torne realidade e se reflita nos indicadores epidemiológicos.

A importância social da medida proposta leva-me à convicção de que o projeto será aprovado por ambas as Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senadora **Angela Portela**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há sobre a mesa Relatório de Viagem do Senador Antonio Carlos Valadares, recebido por meio do **Ofício nº 70, de 2013**, referente ao Requerimento nº 494, de 2013, de missão, no qual relata participação em reuniões da Comissão de Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, Terrorismo e Crime Organizado, do Parlamento Latino-Americano – PARLATINO, na qualidade de representante do Congresso Nacional, realizadas nos dias 6 e 7 de junho de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

Of. GSACV nº 70/2013

Brasília, 18 de junho de 2013

**Assunto:** Encaminha relatório de atividades como representante do Congresso Nacional na Reunião de Comissão do Parlamento Latino-americano

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar anexo a Vossa Excelência, relatório de minhas atividades como representante do Congresso Nacional na reunião da Comissão de Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, Terrorismo e Crime Organizado, do Parlamento Latino-americano (Parlatino), ocorrido em Havana, República de Cuba, nos últimos dias 6 e 7 de junho.

Na certeza do dever cumprido com essa honrosa designação pelo Senado Federal, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego:

– **Nº 698, de 13 de junho de 2013**, em resposta ao **Requerimento nº 1.098, de 2012**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O Senado Federal recebeu, da Câmara

dos Deputados, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2013** (nº 580/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.*

É o seguinte o Projeto:

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2013 (nº 580/2012, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO DE SALÁRIOS, ORDENADOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES AUFERIDAS POR MEMBRO DE TRIPULAÇÃO DE AERONAVE OPERADA EM TRÁFEGO INTERNACIONAL**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte,

Considerando a necessidade de evitar a dupla tributação de salários, ordenados e outras remunerações auferidas por membro de tripulação de aeronave operada em tráfego internacional,

Acordaram o seguinte:

**Artigo 1**  
Escopo Geral

Este Acordo aplicar-se-á a pessoas físicas residentes em um ou em ambos os Estados Contratantes.

**Artigo 2**  
Tributos Visados

1. O Acordo aplicar-se-á aos seguintes tributos:
  - a) no caso do Reino Unido:  
ao imposto sobre a renda;
  - b) no caso do Brasil:  
ao imposto de renda da pessoa física (IRPF).
  
2. O presente Acordo aplicar-se-á, também, a quaisquer tributos idênticos ou substancialmente similares estabelecidos após a data da assinatura do Acordo, seja em complementação aos tributos referidos no parágrafo 1, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão de quaisquer modificações significativas ocorridas em suas leis tributárias.

**Artigo 3**  
Definições Gerais

1. Para os fins deste Acordo:
  - a) o termo "tráfego internacional" significa qualquer transporte por aeronave, exceto quando tal transporte ocorrer apenas entre pontos do território de um Estado Contratante;

- b) o termo “Reino Unido” significa a Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;
- c) o termo “Brasil” significa a República Federativa do Brasil;
- d) o termo “autoridade competente” significa:
  - i. no caso do Reino Unido, os Comissários da Receita e Aduana de Sua Majestade ou seu representante autorizado; e
  - ii. no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;
- e) os termos “um Estado Contratante” e “o outro Estado Contratante” significam o Reino Unido ou o Brasil, conforme o contexto;
- f) o termo “nacional” significa:
  - i. em relação ao Reino Unido, qualquer cidadão britânico ou qualquer súdito britânico não possuidor da cidadania de qualquer outro país ou território-membro da Comunidade (“*Commonwealth*”), desde que tenha o direito de permanência no Reino Unido;
  - ii. em relação ao Brasil, qualquer pessoa física que possua a nacionalidade brasileira.

2. No tocante à aplicação do Acordo, a qualquer tempo, por um Estado Contratante, qualquer termo não definido no Acordo terá, a menos que o contexto exija de outra forma ou as autoridades competentes acordem um significado comum segundo os dispositivos do Artigo 6 (Procedimento Amigável), o significado que, a esse tempo, for-lhe atribuído pela legislação desse Estado Contratante para os fins dos tributos a que se aplica o Acordo, prevalecendo o significado atribuído ao termo pela legislação tributária desse Estado sobre o significado que lhe atribuem outras leis desse Estado.

#### Artigo 4 Residente

1. Para os fins deste Acordo, o termo “residente em um Estado Contratante” significa qualquer pessoa física que, sob as leis desse Estado Contratante, esteja sujeita à tributação nesse território em razão de seu domicílio, residência ou qualquer outro critério de natureza similar.

2. Quando, em razão do disposto no parágrafo 1, uma pessoa física for residente em ambos os Estados Contratantes, então sua condição será determinada como se segue:

- a) será considerada residente apenas no Estado no qual dispuser de habitação permanente; se dispuser de habitação em ambos os Estados, será considerada residente apenas no Estado com o qual suas relações pessoais e econômicas sejam mais próximas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado no qual tiver seu centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de habitação permanente em qualquer dos Estados, será considerada residente apenas no Estado em que permanecer habitualmente;
- c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou em nenhum deles, será considerada residente no Estado do qual seja nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados ou de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão para resolver a questão de comum acordo.

#### **Artigo 5** Regras de Tributação

Salários, ordenados e outras remunerações auferidas por um residente em um Estado Contratante em decorrência de emprego como membro da tripulação de aeronave operada em tráfego internacional serão tributáveis apenas nesse Estado.

#### **Artigo 6** Procedimento Amigável

As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, mediante acordo mútuo, quaisquer dificuldades ou dúvidas no tocante à interpretação ou aplicação deste Acordo.

#### **Artigo 7** Intercâmbio de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes intercambiarão as informações que forem relevantes para a aplicação das disposições deste Acordo. O intercâmbio de informações não está limitado pelo Artigo 1.

2. Quaisquer informações recebidas de acordo com o parágrafo 1 por um Estado Contratante serão tratadas como sigilosas, da mesma forma que as informações obtidas sob as leis internas desse Estado Contratante, e serão reveladas apenas a pessoas ou autoridades (inclusive tribunais e órgãos administrativos) envolvidas no lançamento, arrecadação ou administração dos tributos visados por este Acordo, ou na execução ou instauração de processos versando sobre esses mesmos tributos, ou na decisão de recursos em relação a tais tributos, ou na

supervisão das atividades precedentes. Tais pessoas ou autoridades usarão as informações somente para tais fins. As informações poderão ser reveladas por tais pessoas ou autoridades em procedimentos judiciais públicos ou em decisões judiciais.

### Artigo 8

#### Entrada em Vigor e Denúncia

1. Cada Estado Contratante notificará o outro da conclusão dos procedimentos estabelecidos por suas leis para a entrada em vigor deste Acordo. Este Acordo entrará em vigor na data da última dessas notificações e produzirá efeitos:

- a) no Reino Unido, no ano-fiscal com início em ou após 6 de abril do ano-calendário seguinte ao da entrada em vigor deste Acordo;
- b) no Brasil, com respeito aos salários, ordenados e outras remunerações auferidas no ano-fiscal com início em ou após o primeiro dia de janeiro do ano-calendário seguinte ao da entrada em vigor deste Acordo.

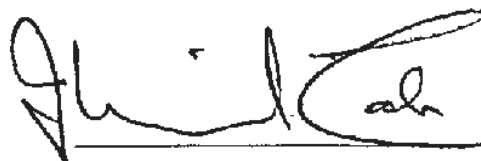
2. Este Acordo permanecerá em vigor indefinidamente, mas cada Estado Contratante poderá denunciá-lo mediante notificação, por escrito, ao outro Estado Contratante com no mínimo seis meses de antecedência. Nesse caso, o Acordo cessará de produzir efeitos com relação a todos os rendimentos auferidos após 31 de dezembro do ano-calendário em que ocorrer a notificação.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo.

Feito em duplicata em Brasília, aos 2 dias de setembro de 2010, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DO REINO UNIDO DA  
GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE



**Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça**  
Subsecretário-Geral de Assuntos  
Econômicos e Tecnológicos

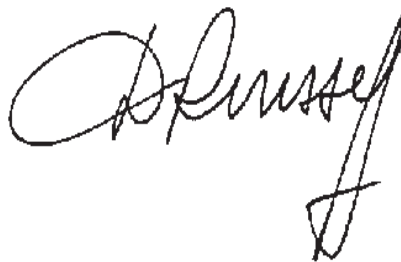
**Vince Cable**  
Ministro de Negócios, Inovação e Treinamento

Mensagem nº 44, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, e da Fazenda, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



EMI Nº 00175 MRE/MF

Brasília, 14 de abril de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e Outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010, pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, e pelo Ministro de Negócios, Inovação e Treinamento do Reino Unido, Vince Cable.

2. O Acordo visa a evitar a dupla tributação da renda auferida pela tripulação de aeronaves que operem nos dois Estados contratantes, orientando-se pelas principais práticas em matéria de serviços transfronteiriços.
3. O instrumento reconhece o direito exclusivo de tributação ao Estado de residência do tripulante. Consoante com diversos tratados de natureza fiscal celebrados no Brasil, o local onde o indivíduo estabelece sua habitação permanente foi eleito como regra de conexão. Vale lembrar que a residência da pessoa no território de um Estado é um dos critérios que legitima o poder tributário.
4. O Acordo ainda afasta a possibilidade de conflitos negativos de competência, ao estabelecer consultas mútuas nas hipóteses de indefinição do país de residência. Nos termos do art. 4, inciso 2º, alínea d, as autoridades deverão sanar eventuais indefinições sobre a aplicação das regras de conexão por comum acordo, privilegiando-se uma solução conciliatória entre ambas as autoridades tributárias. Trata-se de dispositivo recorrente em acordos sobre a matéria, a exemplo do Acordo para Evitar a Dupla Tributação celebrado com o Estado de Israel em 12 de dezembro de 2002, e aprovado pelo Congresso por meio do Decreto Legislativo nº 931/2005.
5. No que concerne ao intercâmbio de informações, ambos os Estados comprometem-se a resguardar o sigilo dos dados, de forma análoga àquela em que manteriam as informações internas. Quaisquer informações recebidas só poderão ser reveladas, portanto, às autoridades envolvidas no lançamento, na arrecadação e na fiscalização da cobrança dos impostos visados pelo Acordo, e só podem ser utilizadas para tais fins.
6. Acima de tudo, o instrumento tem por escopo afastar a imposição de tributos comparáveis nos dois Estados sobre o mesmo contribuinte, relativamente ao mesmo fato gerador. Segundo a legislação britânica, o imposto de renda é devido em relação aos rendimentos anuais de qualquer pessoa, ainda que não residente no Reino Unido, decorrentes do exercício de profissão nesse Estado. Dessa forma, a ausência de instrumento normativo internacional nesse campo sujeita cidadãos brasileiros sem residência ou presença fiscal no Reino Unido à imposição do imposto de renda britânico.
7. O Acordo entrará em vigor a partir da data da última notificação entre as partes de que foram cumpridas os requisitos de internalização e produzirá efeitos no Brasil com relação à renda auferida no ano fiscal com início ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte.
8. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Guido Mantega*

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2013**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011** (nº 5.759/2009, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira), que *denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004**, do Senador Paulo Paim, que *dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 663, de 2007**, do Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir a inclusão de custos com móveis e projeto de decoração nas operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011**, da Senadora Lídice da Mata, que *inscreve o nome de Sórora Joana Angélica de Jesus, no Livro dos Heróis da Pátria*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011**, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2011**, do Senador Vital do Rêgo, que *dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2012**, do Senador Cristovam Buarque, que *inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro de Heróis da Pátria*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2012**, do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta parágrafo único ao art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção ao teor calórico dos alimentos dietéticos nos rótulos*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto de Lei da Câmara, aprovado, vai à sanção; os **Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004; 102, 549 e 688, de 2011; e 383, de 2012**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os Projetos de Lei do Senado nºs 663, de 2007; e 462, de 2012, rejeitados, vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 163, de 2013**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 163/2013-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de junho de 2013

**Assunto:** Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, ao Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com referência ao **Ofício nº 163, de 2013**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O **Projeto de Resolução do Senado nº 78, de 2007**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do

Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas registrar a presença de três Vereadores do Município de Alto Taquari, em Mato Grosso, que se encontram aqui: Leandro Alves, Ivan Borba e Elgimar Rodrigues. Trata-se de um Município importante do Estado de Mato Grosso.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós registramos, com satisfação, a presença dos Vereadores de Alto Taquari. É um prazer muito grande tê-los aqui, no Senado Federal, como, em nome de todos nós, interpreta o Senador Pedro Taques.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu queria apenas pedir minha inscrição pela Liderança do PP, após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> já está devidamente inscrita, Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, tal como a Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores que hoje já se expressaram, considero muito importante a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Lindbergh Farias, que justamente é também o Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009, do Deputado Fernando de Fabinho, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup).

Tivemos uma audiência pública, hoje, com a presença do Prefeito José Fortunati, de Porto Alegre, que também é o Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, como também da Prefeita Maria Antonieta, do Guarujá, e do Prefeito Sebastião Almeida, de Guarulhos.

Também esteve presente o Deputado Carlos Zarattini, que foi o autor do parecer na Câmara dos Deputados.

Trata-se de um projeto que tramita desde 2003 e que teve em Carlos Zarattini um aperfeiçoador, como Relator desse projeto. Acho que há uma energia muito positiva para que a Comissão de Assuntos Econômicos, atendendo à sugestão do Presidente Lindbergh Farias, possa examiná-lo, apreciá-lo e votá-lo na próxima terça-feira.

Esse projeto tem por objetivo promover a redução das tarifas de transporte público, via desoneração tributária, por meio de um regime especial que exige contrapartidas tanto do Estado e do Município quanto da empresa concessionária. Assim, esse projeto poderá contribuir para aumentar a racionalização, a transparência e a integração da rede de transporte público.

Diversos benefícios fiscais são propostos em nível federal, alguns dos quais já foram objeto de desoneração parcial ou integral, a saber:

- redução a zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre as tarifas do serviço de transporte público, implementada por meio de medida provisória de iniciativa da Presidência, em maio de 2013, em tramitação no Congresso Nacional; redução a zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide/Combustíveis) na aquisição de óleo diesel a ser utilizado na prestação dos serviços;
- desconto na contribuição patronal à Seguridade Social, substituindo-se a alíquota sobre a folha de pagamento por cobrança sobre o faturamento, implementada a redução para 2% do faturamento; e, de alguma maneira, colocada na Lei nº 12.715, de 2012, para as empresas rodoviárias e pela Medida Provisória nº 612, em tramitação, para as empresas ferroviárias;
- redução a zero do PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição de insumos relativos à operação dos serviços de transporte, óleo diesel, que afeta principalmente ônibus, energia elétrica, metrô e bens de capital, veículos, chassis, carrocerias e pneus – essa ainda não foi implementada.

Os requisitos e contrapartidas para adesão ao Reitup estão previstos no projeto, além de outros que vierem a ser estabelecidos em regulamento. No tocante aos Estados, Distrito Federal e Municípios, os requisitos seriam os seguintes: assinatura de convênio com o órgão responsável no Governo Federal, prevendo a redução ou a isenção de tributos, como ISS, taxas e ICMS.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Implantação de regime de bilhete único ou de sistema de transporte estruturado e integrado; delegação do serviço em conformidade com a legislação de concessões; instalação de conselho de transporte, com a participação da sociedade civil; e elaboração de laudo demonstrando o impacto dos incentivos concedidos e determinando os valores máximos das tarifas para as empresas que aderirem ao novo regime; contrapartidas que se referem às empresas prestadoras

É importante ressaltar que o próprio Ministro Guido Mantega, da Fazenda, reúne-se hoje com Parlamentares para discutir esse projeto de lei. Então, acredito que tudo poderá estar acertado, inclusive para que o Prefeito Fernando...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de informar que, ainda hoje, tive um diálogo com uma das representantes do Movimento Passe Livre, a Mayara Vivian, que está preocupada e avalia que seria ótimo se o prefeito concluísse a sua decisão, uma vez que ele mencionou que até sexta-feira deverá tomar uma decisão sobre possível alteração na tarifa.

O Prefeito Fernando Haddad quer tomar uma decisão responsável, que leve em conta todas as possibilidades e qual a repercussão da decisão sobre o orçamento da prefeitura municipal.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Está marcada para amanhã, na Avenida Paulista, a partir das 17h, na chamada Praça do Ciclista, junto à Rua da Consolação, uma nova manifestação.

Seria ótimo se pudessem – ainda mais tendo em conta os resultados dessa reunião no Ministério da Fazenda agora – ser adiantados os estudos para que, da forma a mais responsável, possa o Prefeito tomar a sua decisão.

Concluo com um apelo aos manifestantes, para que, de forma alguma, utilizem a violência, com depredações, sejam aos próprios bens públicos ou aos privados.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Quando há manifestações violentas, isso acaba prejudicando os objetivos maiores e justos do movimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Pela ordem, Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, houve uma votação nominal. Quero que registre em ata, por favor. Se eu aqui estivesse, há pouco, votaria “sim” pelo Embaixador do Vaticano.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Será feito o registro em ata solicitado por V. Ex<sup>a</sup>.

O próximo orador inscrito é o Senador Cyro Miranda.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador, terá o tempo regimental de 20 minutos.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, Jornal, Agência, Rádio e TV Senado, senhoras e senhores, precisamos acordar diante das manifestações que tomaram as ruas do Brasil.

Tanto o Governo quanto o Congresso Nacional e o Judiciário precisam assumir as suas responsabilidades. É preciso questionar o Governo diante do quadro econômico que se desenha e que motiva os protestos.

Nesse sentido, registro em plenário o artigo do jornalista Antônio Machado, publicado no *Correio Brasileiro* de ontem, sob o título “O Saco Explodiu”.

Machado faz uma análise muito objetiva e pertinente sobre esse movimento cívico vivido nas ruas de diversas capitais e cidades brasileiras, que bateu às portas do Congresso Nacional. Todos nós, agentes públicos dos três Poderes da República, temos o dever de fazer uma reflexão sobre os episódios, livre da venda das paixões.

Como bem se viu em diversos momentos, houve um repúdio ao levantamento de qualquer bandeira desta ou daquela agremiação partidária. O movimento retrata uma insatisfação generalizada, que não pode ser ignorada pelo Congresso, muito menos pelo Governo ou pelo Judiciário. As diversas motivações, como o aumento das passagens de ônibus e a cobrança quanto ao dinheiro público gasto nos estádios – e não na educação, na saúde e no transporte público – demonstram que a sociedade está bem mais atenta às ações do Poder Público. Sem dúvida, a sociedade se politiza a cada pleito e está disposta a cobrar de todos e de cada um de nós a parcela de responsabilidade nos destinos do Brasil.

Tem razão Antônio Machado ao dizer que “entender as transformações que detonam os anseios e medos expressos nas manifestações é mais producen-

te do que buscar o rabo do demônio nos movimentos sociais”. Não se pode querer, sob qualquer pretexto, minimizar a força representativa das mais de 250 mil pessoas que tomaram as ruas das diversas capitais e, simbolicamente, tomaram o Congresso Nacional.

Vejo o recado ao Congresso Nacional sob dois ângulos: primeiro, o da inevitável cobrança do papel do Parlamento no sistema de freios e contrapesos, tão caro à República e à democracia. Segundo, o da dimensão de esperança no papel que cada um de nós desempenha como representante do povo e dos Estados.

Não podemos negar que o sistema de contratação direta, que permitiu a construção dos estádios bilionários, foi aprovado pelo Congresso Nacional. Não podemos negar que o Congresso tem sido passivo diante das infundáveis explicações das autoridades do Governo sobre o controle da inflação e do crescimento econômico. Senador Pedro Taques, não podemos negar a forma como o Brasil tem sido governado, por infundáveis medidas provisórias aprovadas pelo Congresso. Não podemos negar que a Justiça também tem sido alvo da crítica popular pela demora em decidir.

Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Poder Executivo parece ainda adormecido e continua a dizer que detém o controle da inflação e a minimizar a dimensão do movimento. O Parlamento não pode abrir mão de ser o freio necessário às ações do Poder Executivo.

Senador Paim, acertam a imprensa e os especialistas ao apontar que o movimento apanhou todos de surpresa. Acertam mais ainda, Senadora Ana Amélia, ao apontar que a inflação, os desarranjos da economia, o mal-estar do mercado financeiro, a insegurança social, a insatisfação difusa, especialmente dos jovens, acumulam-se e, um dia, chegam às ruas.

O aumento das passagens foi apenas a gota d'água. A inflação que as famílias encontram nas gôndolas dos supermercados não tem cor, não tem ideologia. A inflação é um número com uma incrível capacidade corrosiva. A inflação rouba o sonho da viagem, do carro novo, do curso de idiomas, do almoço em família do fim de semana. A inflação destrói o orçamento doméstico e acaba com a paz de espírito das famílias. A inflação não precisa de intermediários para ser entendida. Não precisa de explicações sofisticadas de uma equipe econômica desacreditada.

Sr. Presidente, os movimentos sociais que vemos nas ruas não deverá ser apenas uma febre. Muito mais do que um protesto repentino, as 250 mil pessoas demonstraram o amadurecimento político do brasileiro, sobretudo em relação ao destino dos 40% da carga tributária, à corrupção e ao tamanho da máquina pública.

Pelas redes sociais, 79 milhões de pessoas falaram de um único tema. Como bem ensina um velho dito popular, o difícil não é mentir, mas continuar mentindo.

O brasileiro passou oito anos do governo Lula ouvindo infundáveis bravatas que culminaram com a conhecida história da marolinha. Lula gastou a rodo para fazer a sucessora Dilma Rousseff, colocada sob o manto de boa gestora. Que doce ilusão!

E agora, Presidente Dilma, será que a senhora vai ter humildade para reconhecer a má condução da política econômica e a necessidade de diminuir os gastos públicos? Será que a senhora compreenderá que esses movimentos populares não podem ser resumidos à figura do Velho do Restelo, imortalizada pelo memorável Luís de Camões? Será que a senhora vai entender que as 250 mil pessoas não podem ser rotuladas como pessimistas que fazem mal ao País?

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos nós precisamos refletir detidamente sobre o significado desse movimento cívico que toma as ruas do Brasil. Creio que a Presidente Dilma tem o dever de dar o exemplo e de fazer uma autocrítica, antes que se coloque por terra a estabilidade econômica e o esforço, no sentido de viabilizar o crescimento sustentável do Brasil.

Encerro com um elogio à manchete do jornal *O Popular*, do Estado de Goiás, sem ser injusto com a imprensa em geral. O título diz tudo: “Alguma coisa acontece neste País! O Gigante despertou. E um filho teu não foge à luta.”

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Cyro Miranda.

Chamo, pela ordem, como Líder, para usar da palavra, o Senador Walter Pinheiro, Líder do PT.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Não destitua meu Líder, Wellington Dias. Não faça isso, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> é Líder permanente e fala pela Liderança do PT.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Falo, aqui, com a devida autorização do Líder Wellington Dias, usando este espaço da Liderança, meu caro Flexa.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Sérgio, V. Ex<sup>a</sup> que tem se destacado nesta Casa, eu diria, no bom combate das questões que envolvem principalmente a defesa e a assistência ao cidadão, quando falamos aqui em capilarizar a Justiça, em expandi-la, ou até, em uma expressão que é muito bem utilizada na Bíblia, em um trecho muito interessante que se refere ao profeta Isaías, quando fala “estender as tendas da barraca à direita, à esquerda, à frente e atrás”, portanto, fazen-

do com que a amplitude desse espaço possa chegar às pessoas, essa mesma referência eu quero fazer exatamente em relação a essa questão do Judiciário.

Este é um pleito, Senador Sérgio, que historicamente nós fizemos durante todas essas batalhas.

Isto a que estamos assistindo nas ruas hoje, essa mobilização, nada mais é do que inclusive uma reação à ausência de serviço. A assistência judiciária, o atendimento, essa extensão da estrutura, meu caro Paim, do Judiciário, é tão necessária quanto o desejo por transporte, o desejo por serviços públicos, o desejo por educação.

Muita gente até se pergunta: “Ah, por que as pessoas estão se manifestando no momento em que atingimos determinados níveis de serviços ou até de bons índices de emprego?”. Mas as pessoas, Senador Sérgio, ainda encontram muitas dificuldades, meu caro Capiberibe. Eu posso dizer que nós “involuímos” nas grandes cidades. Há uma involução.

E olha que contraditório: nós avançamos do ponto de vista tecnológico, utilizamos as ferramentas mais modernas, mas não conseguimos chegar à plenitude. Ora, plenitude! A plenitude seria, eu diria, até um sonho de consumo para poucos. Nós não conseguimos chegar ao mínimo do atendimento para a satisfação.

A satisfação não é só trabalhar, dizer “eu tenho um emprego”. A satisfação é poder ir para o emprego em condições justas, adequadas e inclusive eficientes. As condições são, inclusive, eu não me limitar só a sair de casa para ir ao meu trabalho. É ter direito ao lazer, à vida.

Então esse contexto nos leva a entender, por exemplo, como é que um cidadão, Sérgio, consegue chegar a uma instância de um tribunal ou a uma – numa época mais antiga chamávamos de junta, não é Paulo Paim? Aquelas juntas do trabalho – vara. Hoje são varas, os tribunais já com desembargadores. Mas como é que o sujeito chega a uma esfera dessas? Numa relação de trabalho conturbada, ele faz uma reclamação, aquilo termina indo para um estágio, vai para outro, e depois nós enfrentamos a necessidade de um recurso, chegando a uma esfera superior, não capilarizada, concentrada em poucos lugares do País.

Portanto, quando nós tratamos do Direito, quando nós, aqui, ouvimos isso inclusive o dia inteiro, todo mundo falando dessas manifestações, mas principalmente a expressão “cidadania”, a busca por, aí sim, a plenitude dessa cidadania, a estrutura do Judiciário, meu caro Senador Sérgio Souza, tem que entrar nesse debate. Não podemos trazer aqui só a questão de quanto custa.

Quer dizer, na hora em que é para ampliar a estrutura do Judiciário, para prestar serviço ao cidadão,

aí entram as contas. Mas esse é o custo que tem que ter. Para ter capilaridade, eu preciso inclusive ter estrutura. Para chegar ao entendimento, para esticar a tenda dessa barraca, eu vou precisar de recursos. Para essa tenda funcionar, eu vou precisar de gente, para poder exercer o princípio tão propalado da cidadania.

Na realidade, esse não é um debate qualquer, esse é o debate do exercício do direito. Não adianta escrever, Paulo Paim, que todos têm o direito. Mas como acessar os canais quando esse direito não me é permitido? Para quem reclamo? Aonde eu me dirijo? Com quem falo? De que forma eu posso requerer isso? Aonde buscar? Quem vai nos defender?

Aliás, são perguntas que boa parte dos que hoje se manifestam no Brasil deve estar fazendo.

Então quando nós discutimos aqui, Senador Sérgio Souza, a necessidade da ampliação das estruturas, não é para ter um tribunal no Paraná para os Senadores chamarem de meu, ou de seu, do outro lado, nem tampouco para os baianos ficarem chamando de meu tribunal. Nós defendemos a ampliação dessa estrutura para que os brasileiros tivessem um canal onde, e de forma mais eficiente, ou pelo menos mais próxima, pudessem chegar.

E aí vai outra contradição em que estou batendo permanentemente: no momento em que estamos ampliando todas as ferramentas de interação, muita gente reclama da disponibilização dessa estrutura para que eu possa aplicar essa ferramenta; para que eu possa usar essa ferramenta; para que eu possa interagir; para que eu possa buscar.

Então, é importante que a gente comece a entender que determinadas linhas de serviços se materializam no atendimento. Porque senão fica só à cabeça que a obrigação é ter o posto de saúde; é ter a escola – e olha que já estamos tendo com dificuldade –, ou ter o transporte público. E as outras questões? São tão fortes, ou, eu diria, até mais, porque todas as vezes que elas se relacionam principalmente com decisões que não têm o caráter da materialidade, mas eu preciso ter a decisão para aplicar essa materialidade na vida das pessoas, aí é que entram as dificuldades. Alguém vai ter que decidir, alguém vai ter que arbitrar, alguém vai ter que julgar. Mas um espaço precisa se abrir e, inclusive, se permitir para que essa demanda chegue.

Portanto, a estruturação do Judiciário tem que levar em consideração um país com dimensões continentais como o Brasil e com dificuldades estruturais.

Chegue lá no interior do seu velho Amapá, meu caro Capiberibe. Será que eu tenho a mesma estrutura de atendimento – e eu não vou nem comparar com outros lugares, eu vou comparar com a própria Macapá –, será que para o interior do Amapá há a

mesma coisa que há ali na cidade de Macapá? Não há! E isso vale para o interior da Bahia; isso vale para o interior do Pará. Quantos barcos um paraense vai ter que pegar para poder chegar ao Judiciário? Óbvio que quem não tem barco, a nado não vai, não é Fleixa? Não há condição.

Portanto, esse não é um serviço que pode ser considerado, como alguns tentaram transformar o debate aqui: a ampliação dessa estrutura para quê? Essa estrutura para atender aos mais pobres do País, para agir como defesa, para atuar principalmente como uma ferramenta que todo e qualquer cidadão pode acessar, e não só aqueles que podem pagar.

Então, essa é uma das estruturas importantes. Lamentavelmente, o debate que assistimos aqui, Sérgio, em relação às estruturas, foi para quê? Quanto custa? Na hora de atender o mais pobre, entra na conta o preço? Ou o objetivo é levar o serviço? Óbvio que temos de ponderar como vamos garantir o orçamento disso. Nós temos de ter essa preocupação, não estamos nos descuidando disso. Agora, se for só essa tese da preocupação do orçamento e não da priorização, essas estruturas de atendimento à população vão ficando para trás. Mas por que isso não entra na prioridade? A prioridade é o atendimento do cidadão, essa é a prioridade.

É fundamental que aprendamos, inclusive. Ouvi muitos falarem hoje em auscultar, em olhar o que está vindo de reclamação. Mais do que auscultar ou tentar enxergar o que está acontecendo, é cada vez mais instituir canais para que essas reivindicações possam interagir, possam chegar, e os canais efetivos de diálogo se estabelecerem, as instâncias de funcionamento se apresentarem.

Eu lhe pergunto, Sérgio: é mais fácil o sujeito chegar à Câmara de Vereadores, por exemplo, de Cascavel, no interior do Paraná, ou ao plenário do Senado, em Brasília? É óbvio que é mais fácil chegar lá, pela proximidade. Agora, se não houver canais para permitir que aquilo que começou em Cascavel consiga chegar ao Parlamento, as coisas vão ficar lá e aqui vamos ficar discutindo, como se lá não tivesse nenhum tipo de importância, como se não existisse.

Tenho insistido, Sérgio, num tom de brincadeira, que ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, o cidadão vive é no Município. As manifestações estão ocorrendo em cidades, elas têm foco, têm gente, estão na rua, no lugar em que as pessoas pisam e têm os seus problemas.

Então, é importante que façamos o debate a partir exatamente da identificação de como podemos dar cada vez mais sequência. Ouvir só não basta. Ouvir é importante. Inclusive temos duas orelhas para ouvir

mais do que falar, não é, Paulo Paim? Mas é preciso agir, é preciso criar as condições para que aquilo que coletamos, aquilo que tentamos pelo menos enxergar, consiga exatamente dar consequência, e só é possível fazer isso com algum grau de interação.

Então, a minha ponderação, Sérgio, nesta tarde, é que tenhamos outro olhar sobre a ampliação das instâncias públicas. Precisamos fazer os debates das instituições não a partir das pessoas, mas a partir das instituições. As pessoas vão passar, vamos caminhar, daqui a anos, vai haver trocas. O governante de hoje não será o governante de daqui a 10, 15, 20, 30 anos. As instituições, não; elas são perenes.

Então, antes de fazer o debate do que significará a ampliação de determinadas estruturas, por que, efetivamente, não colocamos na ordem do dia qual é a necessidade e de que forma as pessoas estão conseguindo resolver seus problemas? Aí eu poderia dizer, Sérgio, talvez você, com mais propriedade do que eu, porque milita nessa área, quantos processos, inclusive envolvendo parte dessa demanda que está nas ruas hoje, estão parados em tribunais? Quantos processos estão aguardando julgamento e fizeram recurso não sei para onde, e como o não sei para onde está abarrotado de recursos, não há como julgar? Processos que envolvem, por exemplo, a mobilidade, que envolvem concessões de serviços públicos. Quantas querelas estão nesses tribunais! Podem dizer: “Mas você está tratando de algo com interesse coletivo?”. É, mas tem gente por trás. O coletivo só é coletivo porque adentra cada um, por hora, por minuto, por instante.

Portanto, Sérgio, estou colocando muito isso no dia de hoje, um pouco pela minha apreensão, ou, pelo menos, uma compreensão de que o Judiciário brasileiro vai responder, de forma consistente, àquilo que nós conseguirmos promulgar aqui, dando celeridade, buscando fazer dentro do que o orçamento permite e, principalmente, buscando estar lá a partir daquilo que verdadeiramente precisa ser feito. Nada melhor do que tentar auscultar o que vem de lá, a necessidade, a demanda que está lá parada na rua.

Basta chegarmos à porta de um tribunal do trabalho para vermos o que é demanda de coisas que se arrastam há anos e anos, trabalhadores que às vezes foram demitidos, mas que não tiveram seus processos sequer julgados. Aí depois aquilo sai do tribunal e vai para uma instância superior. Hoje nós sabatinamos aqui uma das figuras por quem tenho o maior respeito, o Desembargador Cláudio Brandão, baiano, do nosso Tribunal da 5ª Região, que vem agora para o TST.

Portanto, sem dúvida nenhuma, o TST ganhou – e muito – em qualidade, alguém que tem uma carreira brilhante, correção, capacidade, mas, se não

mantivermos a estrutura na ponta, Cláudio Brandão, o nosso Ministro do TST – espero que o Plenário assim confirme – vai aguardar muito para que os processos cheguem – e, portanto, para atender à demanda de milhares e milhares de brasileiros, até porque aqui no TST ele não cuidará só e somente só das demandas da Bahia.

Então, Sérgio, quero dar-lhe um aparte insistindo nisto: que façamos um debate primeiro sem um adjetivo, vamos embora para o substantivo. Em vez de todo mundo ficar adjetivando que houve isso ou aquilo, que o interesse é esse ou aquele – e o adjetivo é muito perigoso –, vamos tentar pegar o substantivo. O que precisamos fazer neste País para que as pessoas possam, no local onde vivem, ter a satisfação de dizer que a plenitude do serviço público permite, inclusive, poder viver na minha cidade, e viver feliz.

**O Sr. Sérgio Souza** (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Senador Walter Pinheiro, primeiro, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela inteligência do seu pronunciamento, mostrando para a sociedade brasileira, através dos canais de comunicação do Senado Federal, de uma forma lógica, que aquilo que fazemos no Congresso Nacional não é uma atividade para fins próprios, é para a sociedade. Repudio citações como as de que “querem criar um tribunal para chamar de seu”. Ouvi de alguns colegas neste tom e já tive oportunidade de dizer que, no meu Estado, por exemplo, essa luta começou há mais de 20 anos. Eu nem imaginava um dia ser político, chegar ao Senado Federal e poder militar nesta causa que é de todos os brasileiros. Só no Congresso Nacional, esse processo, esse projeto, tramitou mais de 10 anos. Quero fazer este aparte para citar o dispositivo da Constituição – para corroborar com o que V. Ex<sup>a</sup> está pronunciando da tribuna do Senado –, o art. 27 do Ato das Disposições Transitórias, lá no § 6º, que criou os cinco Tribunais Regionais Federais existentes no Brasil. Naquele momento, existia um único tribunal, o Tribunal Federal de Recursos, com sede em Brasília, e foi dado a este o poder de colocar os Tribunais Regionais Federais dentro da Federação, devendo observar dois princípios: o número de processos e a territorialidade. Quatro deles foram colocados na costa brasileira; um único na região central, que está aqui em Brasília e que sozinho atende a 14 unidades federativas. Só aí eu já diria que não atendeu à territorialidade lá em 1989, quando eles foram implantados. No entanto, o número de processos me parece que atendeu, porque nós tínhamos menos de cem mil, agora, hoje, meu caro Senador Walter Pinheiro, há mais de 1,1 milhão de processos. Uma pesquisa de hoje, que eu vou daqui a pouco colocar com detalhes na tribuna, traz a seguinte máxima – veja só: há 10 anos,

o Judiciário tinha, dos paulistanos, uma aceitação ou achava que tinha um prestígio que chegava a 38% dos paulistanos; em 2007, isso caiu para 34%; ontem, chegou a 20%. Isso é reflexo de que há uma sensação do cidadão de que ele não está sendo atendido, de que ele não está vendo seus direitos fluírem da forma como ele quer. Então, a motivação dessas manifestações – vou falar depois do Legislativo e também do Executivo; não vai ficar só do Judiciário. Mas quero só aproveitar este aparte para dizer: nós estamos fazendo aqui uma ampliação; ou, como V. Ex<sup>a</sup> chamou, é abrir a tenda, a barraca, para atender a um pouco mais de pessoas que vão estar sob essa tenda, para ter ali a mão da Justiça, dando ao cidadão seus direitos. Muito obrigado, Senador. Parabéns!

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Eu acho, Senador Sérgio, que é importante isso.

Eu quero chamar a atenção da visão para a expansão do atendimento ou a capilaridade do Judiciário. Ao mesmo tempo, aí V. Ex<sup>a</sup> sabe, eu já afirmei aqui, mas em conversas nossas eu tenho insistido muito que, por outro lado, quem tem que organizar e até por conta da sua própria autoridade, quem tem que organizar isso é o Judiciário. E aí, Senador Pedro Taques, venho insistido muito em dizer: cada qual no seu cada qual. Nós aqui, a competência inclusive da elaboração da lei.

Nós aqui temos a competência inclusive da elaboração da lei, mas ao Judiciário – e nada melhor do que a gente prestar atenção nisso – cabe exatamente, auscultando, experimentando, vivenciando, identificando as raízes, os problemas, apresentar inclusive...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Ao Judiciário cabe exatamente apresentar as condições. Se não for possível a instalação desse ou daquele órgão, monta-se um cronograma para ver como é possível ir fazendo, de que maneira. Mas numa coisa, Senador Pedro Taques, eu estou insistindo – acabei de conversar com membros ali do Ministério Público –: nós temos que tratar as coisas como instituições e não indivíduos. Uma coisa até que eu disse a V. Ex<sup>a</sup>, lá na CCJ, quando estávamos juntos: na hora que a gente começar a tratar do que cada um faz, aí eu pego a instituição e culpo pelo erro um ou outro. Aí, meu amigo, acabou a instituição. A instituição é perene; membros das instituições são passageiros. Portanto, acho que é importante ter essa preocupação para a gente continuar prestando o bom serviço ao cidadão brasileiro.

Um aparte ao Senador Pedro Taques e aí encerarei, Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – Muito rápido, Senador Walter.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Walter Pinheiro, terá o tempo necessário para concluir o seu brilhante pronunciamento e para ouvirmos todos, com muita alegria, o competente Senador Pedro Taques, no aparte que faz a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – Eu quero cumprimentar o Senador Walter e confessar ao Senador Sérgio que o autor dessa frase fui eu. E essa frase não tem direção a V. Ex<sup>a</sup>, porque eu li o seu trabalho e já lhe disse isso. Conheço o seu empenho em relação à criação dos tribunais, notadamente do Paraná. Mas eu não retiro a frase. Eu entendo que alguns vão querer criar um tribunal para chamar de seu. Eu entendo isso, e a Constituição me dá o poder-dever constitucional de entender alguma coisa, conforme diz o art. 53. Então, eu peço desculpas ao senhor se entendeu que eu tinha feito essa frase em relação ao senhor. Esse é o primeiro ponto. Ao Senador Walter Pinheiro, eu concordo inteiramente, nós não podemos adjetivar...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – O adjetivo é importante na frase, o substantivo é importante na frase. Se nós formos fazer uma análise sintática, uma análise gramatical, nós precisamos de adjetivos, de substantivos, mas também precisamos de verbos, notadamente verbo transitivo direto que revela ação. E só pode exercer um verbo transitivo direto, que revela uma ação, um sujeito. E só pode ser sujeito quem tem competência. E a Constituição da República estabelece, a meu juízo, que o sujeito que tem competência para apresentar projeto de lei é o Superior Tribunal de Justiça, conforme art. 96 da Constituição, que é expresso ao revelar o alto governo dos tribunais, que é uma consequência do art. 2º, que é a independência. Muito bem, numa frase, nós precisamos de sujeito, de verbo – notadamente transitivo direto –, de predicativo do sujeito, de substantivo e de adjetivo. Esse é um ponto. O segundo ponto é: reconheço a necessidade de existência dos tribunais. Precisamos, sim, de tribunais. E V. Ex<sup>a</sup> tem razão:...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – ...não há que se falar em cidadania sem prestação jurisdicional célere, devida, e a Justiça do Trabalho faz bem isso – reconheço. Eu também votei favoravelmente ao doutor hoje indicado para o Tribunal Superior do Trabalho. Agora, eu vim da 1ª Região, que é o Distrito Federal, mais 13 Estados da Federação: Pará, Amapá, Rondônia, Roraima... A prestação jurisdicional realmente fica prejudicada. Reconheço isso e me somo ao Senador Sérgio, ao Sr. Senador Walter, na busca pela construção desses tribunais, desde que o sujeito

possa exercer o verbo transitivo direto que a Constituição assim determina.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Por isso que é bom, Senador Taques... Para nós transformarmos o verbo – e aí, já que eu tinha brincado com o Sérgio em relação à passagem bíblica sobre a questão de se ampliam as tendas –, eu vou citar a Bíblia também: “E o verbo se fez carne.”

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Então, aí tem que haver a materialização. A Justiça tem que chegar para o sujeito, onde quer que ele esteja vivendo, porque, senão, a Justiça continuará só para alguns sujeitos e, aí, mais uma vez, deixa de ser Justiça; vira uma grande injustiça no Brasil.

Obrigado, Senador.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Senador Walter Pinheiro, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Claro, claro. A Mesa não vai fazer isso comigo; na verdade, não é comigo, não; é com a Senadora Ana Amélia.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia, tendo o aparte permitido pelo orador, Senador Walter Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> terá todo o tempo para fazê-lo.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Eu não serei tão competente quanto os meus colegas que me antecederam: um advogado de militância reconhecida e um Procurador da República, ex-Procurador, que tanto dignifica o Ministério Público e que conhece bem a lide jurídica e a demanda. Eu, aqui, estou no aprendizado de tudo isso. Mas eu tive um contato...

*(Soa a campanha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – E, aí, gostaria de fazer um reconhecimento ao trabalho feito na 4ª Região da Justiça Federal, que é presidida por uma mulher, a Desembargadora Marga Tessler. Quero dizer em defesa da eficiência, da eficácia e da resolutividade que, usado um sistema eletrônico de julgamento dos processos, o tempo do exame dos recursos foi reduzido em 80%. Isso é gestão, é qualidade, é cuidado com o cidadão que demanda justiça. Então, eu gostaria de fazer essa revelação, porque hoje estão em tramitação no sistema eletrônico da 4ª Região, que compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, 1.738.749 processos. E, segundo a Desembargadora Marga, hoje bastaria ampliar o número de vagas não só no meu Estado o Rio Grande do Sul...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*



**A Sra. Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – ...mas também no Paraná, como já foi criada recentemente, uma por iniciativa do Vice-Presidente da Câmara André Vargas, que demandou. E eu, modestamente, não sou Vice-Presidente do Senado, não estou na Mesa do Senado, mas tenho certeza de que o Presidente do Tribunal Superior de Justiça, Ministro Felix Fischer e a própria Desembargadora Marga Tessler acolherão, porque já está no Conselho de Justiça a solicitação para a criação de uma Vara Federal no Município de Ijuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul, que tem 80 mil habitantes, e que atenderá uma região de 180 mil pessoas. Não há uma Vara Federal nessa cidade de 80 mil habitantes. Portanto, esses processos, Senador Walter Pinheiro, e o equilíbrio com que V. Ex<sup>a</sup> coloca essa questão, são a maneira mais adequada. As ruas estão dando um recado, e esse recado é também a falta da Justiça rápida e célere...

*(Soa a campanha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – As ruas dão um recado para o Poder Judiciário, para o Poder Executivo, para o Congresso Nacional, para os legisladores. É um recado para todos nós. Precisamos entender esse recado, e esse tema tem tudo a ver com essa demanda da sociedade, que clama por justiça. Mas penso que, neste caso, é preciso o reconhecimento pela aplicação de modernas técnicas administrativas de uso da ferramenta da informática para ter acelerada e para se conseguir, dessa maneira, essa expansão e efetividade. A 4<sup>a</sup> Região é, no *ranking* do relatório da Justiça, do CNJ, feita no ano de 2012, apontada como a segunda nos seguintes critérios: média de processos julgados por magistrado – 5.871; no percentual de processos baixados por casos novos – 92,1%; e no número de processos baixados por magistrados – 4.648. Eu preciso fazer esse reconhecimento na pessoa da Desembargadora Marga Tessler. Muito obrigada pela sua tolerância.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu acho que é importante o aparte de V. Ex<sup>a</sup> porque reforça isso, essa coisa de a gente só enxergar, às vezes, a reclamação pontual. Não é só a passagem de ônibus, até porque na maioria dos casos hoje as pessoas estão conseguindo pagar, ainda que se baixe o preço das passagens, ainda não está no horizonte baixar ou reduzir o tempo. Há trabalhadores que ficam seis horas em um transporte coletivo nas cidades entre o trajeto de casa para ao trabalho e do trabalho para casa. Isso é qualidade de vida! Imagem o sujeito que tem que pegar ônibus, barco, seja lá o que for meu

caro Senador Flexa Ribeiro, para se dirigir a um tribunal para tentar reivindicar os seus direitos?

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Walter Pinheiro. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que tenho certeza absoluta de que o Senador Pedro Taques, quando fez referência a criação dos novos tribunais, fez referência ao Estado do Pará.

Também tramita uma PEC para que se crie um Tribunal Federal no Pará. É importante que os jurisdicionados tenham atendimento da Justiça, porque, dentro do TRF-1, com sede em Brasília, mais de 40% dos processos se originam no Estado do Pará.

Então, se nós... Não temos nada contra os que já foram criados, inclusive com sede em Manaus, mas há necessidade de se ter o do Pará.

Então, a PEC continua tramitando junto com a do Ceará e eu espero que em breve nós possamos ter a oportunidade de votá-la no plenário do Senado, encaminhá-la à Câmara e tenho certeza de que contarei com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Taques, para que possamos fazer também justiça a todos os brasileiros que habitam naqueles Estados que serão abrangidos pelo novo Tribunal Regional Federal, serão os Estados do Pará, do Maranhão, do Amapá e do Tocantins. E também, como a Senadora Ana Amélia falou, a criação de uma Vara Federal em Itaituba. Tenho certeza de que o oeste do Pará vai sofrer um impacto importante com a implantação das Usinas do Tapajós, para evitar o que está acontecendo em Altamira com o Belo Monte. Precisamos preparar – o Governo Federal já foi alertado pelo Senador Flexa Ribeiro várias vezes – Itaituba para o impacto que sofrerá já a partir do próximo ano com a implantação dessas usinas. E é necessária uma Vara Federal. Eu tenho certeza de que o Presidente do STJ, o Ministro Felix Fischer, fará o atendimento dessa necessidade de todos os brasileiros que habitam naquela região.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu me associo à sua reivindicação, porque isso reforça também a solicitação de Ijuí. Estive numa audiência com o Presidente Felix Fischer e também com a Desembargadora Marga Tessler, com a presença do Prefeito de Ijuí, Ballin – que não é do meu Partido, é do PDT, outro Partido, mas essa é uma responsabilidade que temos –, também com o Presidente da OAB de Ijuí e com representantes da comunidade local.

Imagino que na sua cidade, na região que o senhor defende, Senador Flexa Ribeiro, também, da mesma forma, toda a comunidade tem interesse em relação a isso. Tenho certeza de que o Senador Paulo Paim, que está do seu lado, e o Senador Simon, que também são defensores da causa do nosso Rio Grande, estão do lado da defesa dessa Vara Federal em Ijuí, no noroeste do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve em benefício do Estado do Rio Grande do Sul, junto com os demais membros da Bancada, Senador Paulo Paim e Senador Pedro Simon.

Com a palavra, como orador inscrito, por permuta com o Senador Cyro Miranda, o Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado – não sei como está a audiência da TV Senado neste momento; acho que devemos estar perdendo, e muito, para aqueles que estão assistindo ao jogo do Brasil com o México –, meu caro amigo Tomás Correia, amigo, conterrâneo, Senador por um tempo aqui, Senador Raupp, onde fez um brilhante trabalho; muito assíduo, sempre presente nas Comissões, nas atividades do plenário. É um prazer tê-lo aqui conosco nesta tarde.

Senhoras e senhores, venho à tribuna, meu caro Senador Taques, para fazer uma reflexão sobre o que está acontecendo no Brasil neste exato momento.

Sou de uma geração... Eu me considero ainda jovem. Não vivi a ditadura pesada, não senti isso, como muitos dos que estão aqui no Congresso, como muitos que vivem neste País e passaram, na década de sessenta, na de setenta e ainda na década de oitenta...

Eu vivi o movimento para as eleições diretas, o movimento para a redemocratização do País. Eu vivi, Senador Capiberibe, o movimento para nós termos uma Constituição cidadã, com direitos e garantias individuais. Eu vivi o momento da conquista do voto direto. Eu vivi o momento de ter a oportunidade de votar para Presidente da República, num primeiro momento pós-redemocratização, e vivi o momento em que, não satisfeito com essa liberdade toda e essa ansiedade que estava dentro de todos os brasileiros naquele momento, não satisfeito com aquele Presidente, hoje nosso colega aqui no Senado, Fernando Collor, fomos às ruas, vivi o movimento dos caras pintadas, vi o Congresso Nacional promover o *impeachment* e vi aquele que sucedeu Fernando Collor pensar um pouco mais. O que está acontecendo neste Brasil?

Se nós tínhamos, na década de 80, uma inflação que ultrapassava, ou chegava a quase três dígitos por mês – não era por ano não, eu acho que, por ano, ultrapassava quatro dígitos –, uma instabilidade econômica, planos todos os anos, moedas mudando a todo tempo, e, com a redemocratização, com o poder de escolher o Presidente, estamos vivendo o mesmo momento. De repente, Itamar Franco, que foi meu colega quando eu cheguei aqui ao Senado, colega dos senhores e das senhoras, pensou o Brasil de forma diferente: “Nós temos que conquistar, resgatar a dignidade deste País, colocando uma moeda forte, reduzindo a inflação, dando uma estabilidade econômica.” E nenhum Presidente que veio depois pôde agir de forma diferente. Nenhum. Fernando Henrique Cardoso ampliou e criou os programas sociais iniciados naquele governo, manteve a estabilidade econômica, um controle severo à inflação. O Presidente Lula ampliou e muito as questões sociais, mas não descuidou da inflação, viveu, inclusive, o período da menor inflação ali no ano de 2006, no governo do Presidente Fernando Henrique, chegando a 2%, a 3% ao ano a inflação no Brasil. A Presidente Dilma chega à Presidência da República com um novo desafio, um desafio de entender um pouco melhor este Brasil. Este Brasil que tem um custo enormemente superior, até sendo redundante, em relação a outros países, como o nosso vizinho Paraguai, que traz os seus produtos da China, do Oriente Médio, da Ásia e vende para os brasileiros pela metade do preço, ou por menos, do que compramos aqui internamente. Quando fazemos a comparação dos preços de automóveis no Brasil e na Europa, para não ficar com o Paraguai e com a China: é a metade do preço. Quanto nós pagamos pela saúde e pela educação? Quanto nós pagamos pela mobilidade urbana? Qual é o valor de uma tarifa de transporte no Brasil, em Paris, em Nova York ou em Berlim? Não são muito diferentes, mas qual é a eficiência do transporte coletivo nos grandes centros urbanos ao redor do Planeta?

E aí eu venho, Sr. Presidente, fazer uma reflexão sobre uma pesquisa de ontem do Datafolha que foi divulgada hoje. E aqui dou os créditos ao Fernando Rodrigues, de Brasília, que trouxe uma brilhante análise, publicada, salvo engano, na *Folha de S. Paulo*. Ele faz uma reflexão sobre a descrença nos três Poderes da República, que seria a maior nos últimos dez anos. Essa pesquisa tem como base somente a cidade de São Paulo, foi respondida pelos paulistanos. Por isso, lógico, não serve para refletir a realidade brasileira, talvez nem a do Estado de São Paulo, mas é importante avaliarmos estes resultados:

*Há dez anos, 51% dos habitantes da capital paulista achavam que o Executivo ([a] Pre-*

*sidência e [os seus] ministérios) tinha muito prestígio [mais da metade]. Em 2007, o percentual caiu para 31%. Hoje, apenas 19%. [...] No [...] Congresso [Nacional], a avaliação é tida como ruim. [Então, quer dizer o seguinte: aqueles] [...] que achavam que o Poder Legislativo não tinha nenhum prestígio eram [dez anos atrás] 17% [dos paulistanos] em 2003. Agora, [...] subiu para 42% [- 42% dos paulistanos acham que o Congresso Nacional não tem nenhum prestígio].*

Qual é a função básica do Congresso Nacional? A função básica do Congresso Nacional é regular o convívio em sociedade. O que a sociedade está buscando nas ruas? Está buscando fazer prevalecerem os seus direitos. O Congresso tem agido de forma voltada aos direitos dos cidadãos? Parece que não é isso que eles estão entendendo.

Eu acho que nós aqui, no Congresso Nacional, não estamos dando ouvido às vozes das milhares e milhões de pessoas que saíram às ruas, nos últimos dias, às vezes, desconexas e que demoramos até um pouco para entender. Mas o que dá para perceber de imediato é que há uma sensação de insatisfação. E essa pesquisa reflete isso.

Também traz a pesquisa a questão do Judiciário que, num aparte ao Senador Walter Pinheiro, já tive oportunidade de dizer e repito aqui. Naquele momento, em 2003, 38% da população paulista, dos paulistanos, da população da cidade de São Paulo, achava que o Judiciário tinha prestígio, em 2003; em 2007, somente 34%; agora, 20%.

Um outro dado interessante, que devemos analisar também, é sobre os partidos políticos. Os partidos políticos também nunca estiveram em alta no País. Mas, em 2003, pelo menos 22% dos paulistanos consideravam que essas agremiações não tinham nenhum prestígio. Eram 22% há dez anos; agora, já são 44%. Alguma coisa está errada.

O que são partidos políticos? Partidos – políticos? Na verdade, são pessoas, ou deveriam ser, que partilham de uma mesma ideia, tanto que nós chamamos de ideologia, ideologia partidária. Seria um grupo de pessoas que pretendem defender determinada causa; associam-se através de um estatuto que escreve as suas diretrizes partidárias e passam a defendê-las.

Agora, para ter voz – é o Congresso Nacional quem legisla – para ser representante daquele grupo, este precisa eleger os seus representantes no Congresso, na Câmara de Vereadores, nas Assembleias e no Congresso Nacional. E estamos aqui representando essa base ideológica. Mas as pessoas sabem para que servem os partidos, de onde surgem os partidos?

Não sabem. As pessoas não votam mais em partido. A regra que tentou o TSE, em 2007, impor, a da fidelidade partidária, é retrógrada, é absurda!

Agora, o que precisamos fazer? Precisamos fazer a reforma política, mas de forma coerente, de forma que traduza a realidade do Brasil hoje. Tentamos esses dias discutir a questão do voto distrital, e não conseguimos avançar.

O Brasil está vivendo, neste exato momento, uma insatisfação geral da sociedade por não compreender o que está acontecendo neste País, por não compreender a postura do Congresso Nacional. Digo, com toda a tranquilidade – sou da Base do Governo e meus colegas sabem disso –, que há um certo protagonismo de submissão do Congresso Nacional, submissão ao Poder Executivo, que manipula nossas atividades pelas medidas provisórias que tentamos regular aqui. Mandamos para a Câmara uma proposta de alteração da Constituição que não anda porque há uma evidente disputa no sentido de que o Senado poderá ficar com um tempo maior para discutir e isso, talvez, não seja interessante para a outra Casa legislativa. O Poder Judiciário também nos pauta; e nos pauta no dia a dia pelas suas decisões, pela própria ineficiência do Congresso Nacional ou até mesmo porque há, às vezes, interesse do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, gostaria, aqui, depois de feitas essas reflexões, de entrar um pouco mais em um caso concreto que é essa movimentação que acontece no Brasil. O País tem assistido, com grande atenção, Sr. Presidente, às crescentes manifestações que se multiplicam pelas principais cidades brasileiras.

São Paulo, Rio, Brasília, Curitiba, Maringá – lá no interior do meu Estado –, Salvador, Maceió, Belém, Porto Alegre e tantas outras cidades importantes e também menores foram palco de centenas de milhares de pessoas que têm expressado democraticamente suas legítimas demandas e críticas em relação aos rumos do País.

Desde já gostaria de enaltecer, Sr. Presidente, a postura de todos aqueles que se têm manifestado de forma pacífica e ordeira e condenar, veementemente, aqueles que têm aproveitado a presença maciça de pessoas civilizadas e bem intencionadas para praticar atos de violência e degradação do patrimônio público e também do privado.

No final da semana passada, quando começaram as manifestações, houve uma equivocada avaliação da força do movimento, com uma pauta aparentemente objetiva por se tratar, naquele momento, do aumento de R\$0,20 sobre as passagens em São Paulo.

A violência da Polícia Militar foi, inclusive, alvo de críticas por ter sido desproporcional ao movimento. E

havia uma expectativa de que o tempo seria suficiente para pacificar os ânimos e restabelecer a normalidade da vida naquela cidade.

Pois eis que as manifestações não apenas se mantêm, mas vêm se intensificando em número de adeptos e demandas apresentadas às autoridades municipais, estaduais, federais e internacionais.

Trata-se, portanto, de um fenômeno muito maior e que merece de todos nós muito mais atenção, análise e reflexões.

Exatamente por isso estou aqui, para atestar a complexidade deste processo, que rejeita ligação partidária, que não apresenta lideranças claras e que não reconhece a imprensa nacional como porta-voz de seus anseios.

Avolumam-se as demandas, iniciadas com a rejeição aos aumentos do transporte público, e que agora demonstram o estado de contrariedade de uma parcela crescente da população com vários assuntos que, seguramente, têm o apoio da absoluta maioria dos políticos do País.

Afinal, qual de nós é contra a melhoria da saúde, da educação, o menor custo possível das tarifas de transporte, o combate à violência? Enfim, a maioria das demandas apresentadas é absolutamente legítima e goza do apoio deste Senador que vos fala nesta tarde.

Ou seja, penso que não há maiores divergências entre as principais pretensões dos manifestantes e a ideia do que é importante para o Brasil, tanto do Congresso Nacional quanto dos Governos municipais, estaduais e Federal.

Mas, então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por que estamos diante desta crise? Se todos estamos de acordo com as principais demandas do movimento, por que elas, então, não se concretizam?

Há, com toda certeza, Sr. Presidente Flexa Ribeiro, uma crise de interlocução, de representatividade e, sobretudo, de prioridades, inclusive, aqui nesta Casa.

É evidente que esta parcela da população não se sente ouvida ou representada da forma como gostaria. E, cabe a nós, autoridades do Poder Legislativo e do Executivo, tomarmos as providências necessárias e com a urgência necessária para reverter este quadro.

Primeiramente temos que reconhecer e compreender a força crescente das redes sociais na organização da sociedade. E, talvez, a partir daí, procurarmos identificar o perfil desses manifestantes exatamente para facilitar o diálogo, que reputo essencial, com eles.

É bem verdade que o público inicial, composto por jovens estudantes e trabalhadores descontentes com o aumento das passagens de ônibus, vem se ampliando, o que denota a convergência em torno do

momento de extravasar insatisfações entre vários segmentos da sociedade.

Por isso mesmo, entendo que o Congresso Nacional tem a obrigação de estar absolutamente atento e aberto para interpretar, com a maior brevidade possível, os sentimentos das ruas. Nós precisamos fazer isso com urgência.

No que se refere ao Poder Legislativo Federal, diante da presença crescente e repetida de manifestantes nas portas do Congresso Nacional, fica evidente que, para essa parcela da população, há uma grave crise de representação.

Temos, portanto, a obrigação de compreender onde estamos destoando dos anseios da sociedade. Em que medidas podemos aperfeiçoar nossos ritos processuais e alterar nossa agenda legislativa para estar mais sintonizados com as...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – ... aspirações dessa massa crescente de descontentes. Entretanto, para tanto, é fundamental estabelecermos um canal de comunicação entre manifestantes e autoridades.

É legítimo, democrático e salutar o direito de manifestar sua contrariedade com os rumos do País, porém a busca de um entendimento ou do atendimento dos pleitos deve ser o principal objetivo.

Sr. Presidente, peço alguns minutinhos a mais para concluir.

Sendo assim, diante da complexidade desse movimento atual, é importante que, o quanto antes, possamos identificar os interlocutores de todas as partes envolvidas para buscarmos soluções. É essencial.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, apesar de todas as críticas postas, o País vive uma democracia plena, e assim temos de continuar. Não pode haver, penso eu, de nenhuma das partes envolvidas, qualquer ação que confronte o fortalecimento da nossa democracia.

Até porque a beleza deste momento histórico de manifestações pacíficas encontra guarida exatamente na democracia que vive o País. E por ela temos que lutar.

Buscar compreender, refletir, ouvir e, eventualmente, atender os reclamos das ruas é obrigação dos governos e do Congresso Nacional. Porém, é também fundamental que o movimento que, neste momento, legitimamente reivindica compreenda a importância de valorizar a democracia que atingimos, depois de mais de 20 anos de ditadura militar. Os equívocos praticados pouco antes do Golpe de 64 não podem ser repetidos

pela população de um país que teve que conviver com duas décadas de repressão e censura.

Como já disse anteriormente, as demandas apresentadas são legítimas e, em sua maioria, gozam de apoio unânime dos brasileiros. Temos que assegurar aos manifestantes o direito de expressar, de forma pacífica, a sua contrariedade. Entretanto, temos que buscar a solução dessa crise, afinal há disposição e interesse do Poder Executivo e do Poder Legislativo para isso.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Concluo, Sr. Presidente, reconhecendo que cabe a nós congressistas e aos governos ouvirmos os apelos das ruas e buscarmos um canal aberto de interlocução verdadeira e imediata. Porém, cabe aos manifestantes organizarem-se, por meio de lideranças e interlocutores, estabelecerem uma pauta, por mais ampla que seja, de reivindicações, para viabilizar o quanto antes essa comunicação.

Aliás, aproveito para parabenizar a postura da Presidenta Dilma, que externou o seu respeito e saudou o movimento que, em suas palavras, demonstra a força do povo brasileiro em defender um país melhor, o que demonstra a abertura do Governo Federal para o diálogo, na busca de soluções.

O País vive um momento político complexo, porém democrático e ainda muito positivo, quando comparado ao passado de ditadura. Entendo que não podemos pôr isso em risco, sobretudo pela incapacidade de ordenarmos o diálogo em busca de soluções.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – No ano em que celebramos 25 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição Cidadã, temos que celebrar essa data fortalecendo ainda mais a democracia brasileira. Assim, é essencial que no menor espaço de tempo possível possamos todos os atores envolvidos com as manifestações do País trabalhar juntos para resolvê-las.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal – CCT apresentou o **Requerimento nº 548, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para o Senador Anibal Diniz ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 02 a 07 de julho de 2013 para participar, a convite da Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional que será realizado em Leipzig, na Alemanha.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável que foi publicado na forma regimental.

Em votação o **Requerimento nº 548, de 2013**.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal – CCT apresentou o **Requerimento nº 556, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para o Senador Cícero Lucena ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 02 a 07 de julho de 2013 para participar, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional que será realizado na cidade de Leipzig, na Alemanha.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável que foi publicado na forma regimental.

Em votação o **Requerimento nº 556, de 2013**.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Senador Sérgio Petecão apresentou o **Requerimento nº 587, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 02 a 07 de julho de 2013 para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional que será realizado na cidade de Leipzig, na Alemanha.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável que foi publicado na forma regimental.

Em votação o **Requerimento nº 587, de 2013**.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Senador Luiz Henrique apresentou o **Requerimento nº 588, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para

ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 2 a 7 de julho de 2013, para participar, a convite da Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, emitiu parecer favorável, que foi publicado na forma regimental.

Em votação o **Requerimento nº 588, de 2013**.

As Sr<sup>as</sup> e os Sr. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 619, de 2013**, conforme o **Ofício nº 225, de 2013**, da Liderança do PR na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 225/2013 – Bloco

Brasília, 18 de junho de 2013

**Assunto:** Substituição de membro na Comissão Mista.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado João Carlos Bacelar (PR – BA) para membro titular em substituição ao Deputado Anthony Garotinho (PR – RJ) na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 619 de 2013, que “Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de

instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; e dá outras providências.”

Respeitosamente, – Deputado **Anthony Garotinho**, Líder do Bloco Parlamentar, PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Diego Andrade, em substituição ao Deputado Eleuses Paiva, e, como membro suplente, o Deputado Ricardo Izar, em substituição ao Deputado Guilherme Campos, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 618, de 2013**, conforme o **Ofício nº 773 de 2013**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 773/13/PSD

Brasília, 18 de junho de 2013

**Assunto:** Indicação de Parlamentares do PSD para comporem Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico os parlamentares abaixo para comporem a Comissão Mista destinada a apreciar e oferecer parecer à Medida Provisória nº 618, de 2013.

- Deputado Diego Andrade (PSD – MG), na condição de Titular, em substituição ao Deputado Eleuses Paiva (PSD – SP);
- Deputado Ricardo Izar (PSD – SP), na condição de Suplente em substituição ao Deputado Guilherme Campos (PSD – SP).

Neste sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que as referidas indicações produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente, – **Eduardo Sciarra**, Líder do PSD.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Alex Canziani, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, e, como membro suplente, o Deputado Arnon Bezerra, em substituição ao Deputado Antônio Brito, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 620, de 2013**, conforme o **Ofício nº 294, de 2013**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 294/2013

Brasília, 18 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Alex Canziani (PTB – PR), na qualidade de titular, em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO); e, na qualidade de suplente o Senhor Deputado Arnon Bezerra (PTB – CE), em substituição ao Senhor Deputado Antonio Brito (PTB – BA), para compor a Comissão Mista sobre a MP nº 620/2013, que “Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Dando sequência à lista dos oradores inscritos, agora, cumprindo o Regimento, vamos chamar o Senador Eduardo Braga, pela Liderança do PMDB. (*Pausa.*)

Não estando presente, o próximo inscrito, pela Liderança do PSD, Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Próximo inscrito, como Líder, pela Liderança do PMDB, Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, queria, antes de iniciar meu pronunciamento, agradecer a presença no plenário do meu suplente, primeiro suplente no Senado Federal, Senador Tomás Correia, que assumiu no ano passado por quatro meses – e acho que trabalhou por quatro anos –, trabalhou muito, elogiado por todos os colegas, trabalhando nas comissões e aqui no plenário do Senado, defendendo os interesses do povo, do nosso povo do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, nesta semana, o Brasil dá ao mundo uma demonstração inequívoca da consolidação da sua democracia, da nossa democracia.

Em todo o País, milhares de pessoas vão às ruas manifestar sua insatisfação com muitas das questões que ainda estão a reclamar mudanças de rumos, apesar de já termos caminhado em direção à solução de problemas que são cruciais na vida brasileira, como a fome, a miséria e o desemprego.

O Brasil vive hoje, como chamam os economistas, o pleno emprego. Isso é muito bom, mas ainda faltam melhorias em muitas áreas.

A legítima indignação com o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo foi ganhando proporções cada vez maiores, contagiando cada vez mais pessoas, se alastrou pelo resto do País e aglutinou todo um conjunto de reivindicações igualmente legítimas, comuns a todos os brasileiros – mais qualidade na educação, na saúde, nos transportes, na segurança pública.

Repercutiu em todo o mundo o volume das manifestações, coisa que não ocorria há mais de duas décadas. Tão impressionante quanto o número de manifestantes foi o fato de que a origem dos protestos foi genuinamente popular: emanou do próprio seio do povo, que soube se valer do poder dos meios de comunicação, da Internet e das redes sociais para se organizar e, assim, intensificar a força do movimento.

A inaceitável violência com que os manifestantes foram tratados em certos episódios pelas forças de segurança não foi capaz, felizmente, de manchar a natureza eminentemente pacífica das manifestações, que, afora eventos isolados protagonizados por vândalos contumazes, correu na mais perfeita paz, de forma ordeira e, portanto, legítima. Que as próximas manifestações, que certamente ocorrerão, mantenham esse mesmo caráter pacífico e ordeiro.

Na qualidade de Senador da República e presidente nacional do maior partido político do País, o PMDB, que representa milhões de brasileiros no Congresso Nacional e em prefeituras, governos estaduais, câmaras de vereadores e assembleias legislativas em todo o território nacional, avalio os protestos como manifestações saudáveis da vontade popular. Democráticas, portanto.

A história do PMDB é rica no engajamento, no apoio às manifestações populares e à participação ativa nos movimentos populares mais importantes da história recente do Brasil, afinal de contas, o PMDB nasceu como um movimento: o movimento democrático brasileiro. Muitos o chamavam de Manda Brasa, mas foi o movimento democrático brasileiro que ganhou as ruas com o povo naquele momento. Foi assim na luta pela redemocratização do País, pela anistia e por

eleições diretas para Presidente da República, como exemplos – poderíamos citar vários outros exemplos.

Nossa posição, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores, portanto, é de apoio a todos esses movimentos populares, mas com a importante ressalva de que repudiamos com veemência quaisquer manifestações que se traduzem em violência, em baderna, em depredação, em destruição do bem público e do patrimônio histórico, como aconteceu no Paço Municipal, no Rio de Janeiro, e em outros prédios públicos e privados em todo o Brasil. Tenho certeza de que 99,9% ou mais dos manifestantes também repudiam isso e até estão tentando impedir que esse tipo de coisa aconteça nos movimentos.

A qualidade do nosso sistema representativo é medida pela satisfação do povo com as políticas públicas e as decisões governamentais. E o povo, detentor soberano do poder, nos termos do art. 1º da nossa Constituição, Constituição que também teve forte apoio do PMDB, liderado por Ulysses Guimarães, hoje dá sinais de que ainda está insatisfeito. O povo dá sinais de que ainda está insatisfeito.

É o momento de aproximar ainda mais representantes e representados. E, para isso, precisamos ouvir o clamor das ruas, analisar as suas demandas e, dentro das regras democráticas, buscarmos as mudanças exigidas pela vontade popular.

As manifestações e os protestos, repito, são perfeitamente legítimos e, dado o volume da participação popular, são altamente representativos. Mas legítimos também, Sr. Presidente, devem ser os meios de se buscar o Brasil que o povo almeja.

Tenho certeza de que o Brasil que emergirá ao final desse processo que ainda não se concluiu será um Brasil mais fortalecido – uma democracia consolidada, amadurecida e em perfeita sintonia com a vontade do seu povo.

Eram essas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as palavras que eu queria deixar aqui em nome do PMDB nacional.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, que faz um pronunciamento na linha de todos os Senadores que tenho ouvido nos últimos dias, fortalecendo a democracia, elogiando o movimento, mas, claro, não aceitando nenhum tipo de violência. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu fui um daqueles que votei no nosso querido MDB. No período da Ditadura nós tínhamos dois partidos, Arena e MDB. Eu votava sempre no MDB, pode ter certeza absoluta, no nosso querido PMDB de hoje. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Ao mesmo tempo em que chamo à tribuna o Senador Flexa Ribeiro, Senador Valdir Raupp, também faço questão de destacar um livro que recebi, sei que V. Ex<sup>a</sup> já recebeu, do nosso querido Tomás Correia, *Atuação Parlamentar*, um belo livro. Vi apartes de grande parte dos Senadores que estão aqui do seu trabalho durante o período. V. Ex<sup>a</sup>, de fato, tem um grande suplente. É bom a gente saber que, embora titulares, temos suplentes à altura dos nossos mandatos. Parabéns a ambos.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside a sessão do Senado nesta tarde, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para falar mais uma vez sobre o Novo Marco Regulatório da Mineração.

Antes tarde do que nunca, Senador Paulo Paim. Ontem, 18 de junho de 2013, finalmente o Governo Federal anunciou a entrega ao Congresso Nacional da proposta que deverá criar o Novo Marco Regulatório da Mineração. Isso ocorre mais de três anos depois da promessa feita pelo Governo e após a mobilização empreendida por diversos Estados, especialmente o meu Estado do Pará e o Estado de Minas Gerais, principais produtores de minérios no Brasil.

O Palácio do Planalto repete uma prática recorrente: puxar as ideias do Congresso Nacional e reapresentá-las como se fossem suas, de autoria do Executivo. Afinal, no que tange à questão da CFEM, as bases deste novo marco são próximas, quase as mesmas de vários projetos que tramitam no Congresso Nacional, inclusive um de minha autoria, que é o Projeto de Lei do Senado nº 01, de 2011, que tem como Relator o nobre Senador Aécio Neves, de Minas Gerais.

Mas, tudo bem! Não nos importa quem seja o “pai” da criança, desde que ela nasça e cresça com saúde e vitalidade. É isso o que todos os brasileiros querem e esperam do Novo Código de Mineração.

E é isto, como disse, que esperamos que o novo Código de Mineração seja: um marco definitivo na história dos Estados e Municípios mineradores, que tanto contribuíram com o Brasil, com o saldo da balança comercial brasileira, mas que até hoje foram apenas penalizados por suas riquezas.

Apenas para citar um dado: todos os anos o Pará tem superávit na balança comercial, e quero citar apenas o do ano de 2012. Em 2012, o Pará contribuiu



com 69% do saldo da balança comercial brasileira. No mesmo ano de 2012, o ressarcimento ao Estado do Pará das perdas da Lei Kandir pela desoneração, Senadora Ana Amélia, na exportação dos produtos primários, como é o minério de ferro, correspondeu a apenas 11,3% das perdas efetivas de receita.

Destaco ainda que, no período de 1997 a 2012, o Pará somente foi ressarcido em 32,41% das perdas, arcando com prejuízo de mais de R\$22 bilhões. Esta perda de receita decorre justamente por conta da atividade mineral do nosso Estado, que é toda voltada para exportação de bens primários, livres de tributos, justamente pela Lei Kandir que até hoje, lamentavelmente, e por falta de ação do Congresso Nacional, não foi até hoje regulamentada.

O que o Pará ganha com a mineração, diferente dos outros Estados? Ganha a CFEM, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Na verdade, falar que o Pará ganha algo, Senador Capiberibe, e o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Amapá, também minerador, é ilusão. Em 2012, o Pará recebeu de CFEM tão somente R\$122 milhões, e os Municípios paraenses, R\$345 milhões, algo em torno de R\$500 milhões entre Estados e Municípios. Um valor, eu diria, insignificante perto das necessidades geradas pela atividade mineral no Estado do Pará, as demandas sociais, um valor pequeno, comparado com o resultado que as empresas mineradoras auferem nas suas atividades.

Nada contra o lucro, pelo contrário, mas é preciso que parte desse resultado retorne em benefício para os paraenses e, em outros Estados, para os brasileiros.

Foi para combater essa distorção que apresentamos, em fevereiro de 2011, o PLS nº 1, que prevê o cálculo da CFEM pela receita bruta, evitando manipulações e distorções recorrentemente feitas pelas empresas, a fim de pagar menos aos Estados e Municípios, verdadeiros donos dessas riquezas. O parecer do Senador Aécio Neves aumenta também a alíquota da CFEM para 4%. Esses pontos foram adotados na proposta do Executivo. No entanto, preocupa-me a intenção do Governo de estabelecer as alíquotas específicas de cada minério por um decreto. Na Legislação atual, as alíquotas são definidas por lei e não por decreto.

Pretendo e farei uma emenda, na tramitação do Projeto de Lei, em regime de urgência, no Congresso exatamente, Senador Capiberibe, para que possamos, Estados e Municípios mineradores, ter a garantia da alíquota que será efetivamente cobrada da CFEM. De acordo com o projeto encaminhado pelo Executivo, a alíquota será de até 4%, mas não define qual a alíquota e para que tipos de minérios essas alíquotas serão definidas. Então, pretendo fazer, por emenda, quero o

apoio já de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Capiberibe, para que possamos, junto com os demais Senadores, em especial dos Estados mineradores, definir na lei e não por deixar para que isso seja posteriormente feito por decreto.

Outro aspecto importante a nosso ver e que ficou fora da proposta do Governo é a cobrança de uma participação especial na exploração de minas altamente rentáveis, a exemplo de que ocorre no setor petrolífero. Os postos altamente rentáveis têm uma participação especial, ou seja, um retorno a maior pelo resultado que eles propiciam às empresas que os exploram. Na mineração, isso não foi incluído e estava sendo discutido, Senador Paulo Paim, enquanto se debatia o envio do novo marco regulatório da mineração.

Afinal, mesmo se a alíquota do ferro, carro chefe do nosso setor mineral, atingir o máximo proposto, ou seja, de 4%, ainda seria significativamente inferior à cobrada por nossos concorrentes.

É evidente que nós não queremos que as empresas brasileiras percam competitividade no mercado internacional, mas vamos comparar a taxa que a atividade mineral tem nos países que a exploram em relação à proposta pelo Governo no novo Código da Mineração.

Tomemos só como exemplo o Estado de Western na Austrália, principal produtor de ferro daquele País. Lá, a alíquota é de 7,5%, quase o dobro da alíquota máxima – não se sabe qual será – proposta pelo Executivo. E, mesmo assim o parlamento australiano, julgando injusto o retorno à sociedade, estabeleceu mecanismo que visa aumentá-lo, conforme o grau da lucratividade do empreendimento. É a participação especial que nós defendemos e vamos continuar defendendo na tramitação do projeto. Lá, hoje, paga-se à sociedade 22,5% – vou repetir: 22,5% – sobre o lucro aferido na exploração mineral, sendo que a alíquota de 7,5% do *royalty*, lá na Austrália, se mantém como o mínimo. Então, no mínimo, 7,5% de *royalty*, e o patamar máximo de 22% sobre o lucro. O maior valor é o valor que será pago para que os australianos tenham de volta, em benefício para o seu povo, a sua riqueza.

Por tudo isso, entendemos que o Estado brasileiro deveria estabelecer algum mecanismo de compartilhamento dos recursos extraordinários obtidos em empreendimentos altamente rentáveis.

Agora, os novos projetos enviados pelo Executivo serão analisados pelos Senadores e Deputados. Menos mal, já que, enfim, o Governo parece ter entendido que não pode mais enfiar goela abaixo as medidas provisórias, sem que tenhamos tempo para debater e melhorar as propostas. É através do debate que se podem aprimorar os projetos. E espero apenas que o

Governo aceite ideias que as melhorem, e não vete as alterações feitas pelo Legislativo.

Segundo informações do jornal *Valor Econômico* dessa segunda-feira que passou, dia 17, uma das últimas simulações feitas por auxiliares da Presidente Dilma indica que, quando aprovado o novo código, a receita obtida anualmente com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários aumentará de R\$1,8 bilhão para cerca de R\$4,2 bilhões, enquanto – repito – o *royalty* do petróleo atingiu a casa, em 2012, de R\$24 bilhões. Ou seja, bastante inferior não só ao que era a CFEM sobre os minérios e o minério de ferro, mas como será pela proposta encaminhada também pelo Executivo.

Ou seja, o valor com a CFEM deve dobrar. Isso é positivo desde que esses valores sejam repassados a quem, de fato, merece: os Estados e Municípios mineradores que possuem um passivo social causado pelas mineradoras e com quem o Brasil tem uma dívida histórica.

Com o regime de urgência nos envios dos projetos de lei pelo Planalto, a Câmara dos Deputados e o Senado têm 45 dias, cada um, para apreciar os textos em plenário. Tenho certeza de que o Legislativo nacional se debruçará sobre esse tema, e isso é fundamental, pois finalmente o Pará, Minas Gerais, o Amapá, a Bahia, Goiás, Mato Grosso, os Estados que têm atividade mineral, serão vistos pelos brasileiros como entes importantes da Federação. Ao menos é isso que desejamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – S) – Senador Flexa Ribeiro, sem querer atrapalhar o seu pronunciamento, mas já atrapalhando, acabou o jogo do Brasil neste momento. Para quem está assistindo ao seu pronunciamento, o jogo termina em 2 X 0: Neymar, o primeiro gol; e Jô, o segundo gol. Nós estávamos, aqui, trabalhando e, ao mesmo tempo, aproveitando um aparte a V. Ex<sup>a</sup> para informar àqueles que estão assistindo ao seu pronunciamento.

A palavra continua com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. É uma notícia auspiciosa. O Brasil vence o seu segundo jogo na Copa das Confederações, mas é preciso que possamos refletir sobre os gastos que foram efetuados. Primeiro, se foram necessários e, segundo, sobre a forma como foram feitos, levantando suspeitas de todo tipo.

Precisamos ouvir a voz que vem da rua!

Por fim, antes que se levantem vozes radicais, é preciso deixar claro o nosso posicionamento. Ao falar nos *royalties* da mineração, logo vem a lembrança do embate feito no Legislativo com os *royalties* do petró-

leo. Quero aqui dizer que já fiz referência. Nós vamos tratar dos *royalties* da mineração em exploração no território dos Estados brasileiros. Quando tratarmos da exploração dos minérios em mar territorial brasileiro, tenho certeza absoluta de que o Pará adere a esta tese de que os *royalties*, no caso a CFEM, terão de ser distribuídos a todos os Estados da Federação brasileira, como deve ser o petróleo em mar territorial brasileiro, no caso do pré-sal. Aquele petróleo explorado no território do Estado pertence ao Estado que detém a jazida.

Dados oferecidos pelo geólogo Heleno Costa, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Parauapebas, reafirmados pelo Prefeito Valmir, de Parauapebas, exemplificam os impactos da mineração em terra sobre o Município. A população local tem crescido a um ritmo de 10% a 12% por ano. Entre 2010 e 2026, ela deverá aumentar de 170 mil para 500 mil pessoas. Segundo ele, o Secretário, há um déficit de 24 escolas na cidade, que precisa investir R\$1,2 bilhão em saneamento – só 10% do esgoto é coletado e a cobertura de água tratada alcança 50% das casas.

É só um exemplo para todo o Brasil, porque o Pará, que nos assiste pela TV Senado e que nos ouve pela Rádio Senado, tem conhecimento de que as demandas originadas pela atividade mineral não podem ser atendidas pelos recursos que advêm da CFEM, tão reduzidos, eu diria, insuficientes, quase nenhum, repassados aos Municípios e aos Estados mineradores.

Esse déficit que se encontra em Parauapebas e em todos os Estados mineradores, não só do Pará, mas do Brasil, é gritante em todos esses Municípios onde existe atividade mineradora. Esse tipo de indústria utiliza grande número de trabalhadores na sua instalação. Depois, para seu funcionamento, o número é bem menor. E isto, claro, gera desemprego em poucos anos e aumento da necessidade de serviços públicos em educação, saúde e segurança, sem falar da infraestrutura, que sempre precisa de melhorias.

Portanto, considero a data de 18 de junho um verdadeiro marco para a história não do Pará, não só de Minas, mas de todos os Estados e Municípios mineradores. Que possamos aqui no Congresso Nacional melhorar essa legislação, pensando mais nos brasileiros e, no caso que aqui tenho a honra de representar, o Estado do Pará, nos paraenses. Que este marco seja positivo e não mais um capítulo negativo na nossa história. Que o Brasil, finalmente, faça justiça com os Estados e os Municípios mineradores.

Que a guerra cabana em defesa do Pará e que os ideais de justiça dos inconfidentes mineiros inspirem todos nós, a fim de garantirmos, de uma vez por todas, que nossas riquezas minerais sejam vetores da

independência econômica e social do Pará e Minas Gerais e dos demais Estados, e deixem de ser motivos para sermos historicamente penalizados.

Senador Paulo Paim, antes de finalizar, quero registrar e farei um voto de aplausos ao Município de Santarém, do Oeste do Pará, a Pérola do Tapajós, que agora, no próximo sábado, 22 de junho, estará comemorando mais um ano de sua fundação. Quero registrar os parabéns à população mocoronga daquele querido Município de Oeste do meu Estado. E encaminho à mesa de V. Ex<sup>a</sup> o requerimento no qual, pelos termos do art. 222 do Regimento e ouvido o Plenário, que seja consignado os *Anais do Senado* voto de aplausos ao Município de Santarém, pelos transcurtos, como disse, no próximo dia 22 de junho, dos seis 352 anos de existência.

Requeiro, ademais, que esse voto seja encaminhado às autoridades, às câmaras de vereadores, ao prefeito, à Associação Comercial e Industrial daquele Município.

A Pérola do Tapajós, como é chamada Santarém, começa sua história com a primeira notícia que se tem do primeiro contato do homem civilizado com os índios Tupaiús, ou Tapajós, privilegiada por sua localização entre as mais importantes metrópoles da Amazônia, entre Belém e Manaus, no coração da Amazônia, é o segundo Município mais importante do Pará e o principal setor econômico e financeiro do oeste do nosso Estado.

Estaremos, Senador Paulo Paim, junto com o Governador Simão Jatene, no próximo dia 21, sexta-feira, numa reunião política com os prefeitos da região oeste do nosso Estado, em que o Governador Simão Jatene irá levar a ação do Governo do Estado para atender às demandas necessárias àquela querida região oeste do nosso Pará.

Tenho certeza absoluta de que, nessa reunião com os prefeitos de todo o Oeste do Pará, vamos ter, em especial, um atendimento ao Município de Santarém, que aniversaria, como eu disse, completando 352 anos de fundação no sábado, dia 22, esses benefícios levados pelo Governador Simão Jatene.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO N° 693, DE 2013**

Requeiro, nos termos do Art. 222 do Regimento, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Santarém, pelo transcurso no próximo dia 22 de junho, dos seus 352 anos de existência.

Requeiro ademais que este Voto seja encaminhado às seguintes autoridades:

- Prefeito Alexandre Von;
- Vice-prefeito Maria José Maia da Silva;
- Câmara de Vereadores;
- Sr. Olavo Rogério Bastos das Neves, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Santarém.

#### **Justificação**

“Pérola do Tapajós”, como é chamada Santarém, começa sua história com a primeira notícia que se tem do contato do homem “civilizado” e os índios Tupaiús ou Tapajós.

Privilegiada por sua localização entre as mais importantes metrópoles da Amazônia (Belém e Manaus), é o segundo município mais importante do Pará e o principal centro econômico e financeiro do oeste do estado.

Em Santarém encontra-se a Cerâmica Tapajós, uma das mais antigas e que de tão perfeita, chega a ser comparada até mesmo com a mais fina porcelana chinesa.

Santarém tem hoje cerca de 299.419 mil habitantes, distribuídos em 52 bairros da zona urbana e nas mais de 400 comunidades da zona rural. É considerada como uma das principais cidades turísticas da Amazônia, cujo cartão de visita é o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas, um espetáculo ininterrupto, bem na frente da cidade. E por falar em turismo, Santarém também possui quilômetros e quilômetros de praias paradisíacas, como a encantadora Alter do Chão que recentemente foi escolhida, pelo jornal inglês “The Guardian” como uma das dez praias mais bonitas do Brasil. Parabéns Santarém.

Sala das sessões, de 2013. – Senador **Flexa Ribeiro**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento.

Nossos cumprimentos pelo voto de aplauso à querida cidade de Santarém.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara n° 39, de 2013** (n° 6.826/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*.

É o seguinte o Projeto:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 39, DE 2013**  
(nº 6.826/2010, na Casa de origem)  
(De iniciativa da Presidência da República)

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.

§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

§ 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

§ 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

CAPÍTULO II  
DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL  
OU ESTRANGEIRA

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos

aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

CAPÍTULO III  
DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão condenatória.

§ 1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida da manifestação jurídica elaborada pela Advocacia Pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.

§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

§ 4º Na hipótese do inciso I do *caput*, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§ 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas



da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.

§ 6º O valor da multa estabelecida no inciso I do caput não poderá exceder o valor total do bem ou serviço contratado ou previsto.

Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I - a gravidade da infração;
- II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- III - a consumação ou não da infração;
- IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;
- V - o efeito negativo produzido pela infração;
- VI - a situação econômica do infrator;
- VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;
- VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;
- IX - o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados; e

X - o grau de eventual contribuição da conduta de servidor público para a ocorrência do ato lesivo.

Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do caput serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal.

#### CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

Art. 9º Competem à Controladoria-Geral da União - CGU a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos nesta Lei, praticados contra a administração pública estrangeira, observado o disposto no Artigo 4 da Convenção sobre o Combate da

Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.

Art. 10. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§ 1º O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão a que se refere o caput, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

§ 2º A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

§ 3º A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

Art. 11. No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação.

Art. 12. O processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade instauradora, na forma do art. 10, para julgamento.

Art. 13. A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Concluído o processo e não havendo pagamento, o crédito apurado será inscrito em dívida ativa da fazenda pública.

Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15. A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

#### CAPÍTULO V DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei

que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:

I - a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e

II - a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;

II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;

III - a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

§ 2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 4º O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

§ 6º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 7º Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

§ 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.

§ 10. A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.

CAPÍTULO VI  
DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;

IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I - ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II - ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

§ 2º Dependerá da comprovação de culpa ou dolo a aplicação das sanções previstas nos incisos II a IV do caput deste artigo.

§ 3º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

§ 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 6º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

Art. 21. Nas ações de responsabilização judicial, será adotado o rito previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo



valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

#### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

§ 1º Os órgãos e entidades referidos no *caput* deverão informar e manter atualizados, no Cnep, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

§ 2º O Cnep conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das sanções aplicadas:

I - razão social e número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - tipo de sanção; e

III - data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.

§ 3º As autoridades competentes, para celebrarem acordos de leniência previstos nesta Lei, também deverão prestar e manter atualizadas no Cnep, após a efetivação do respectivo acordo, as informações acerca do acordo de leniência celebrado, salvo se esse procedimento vier a causar prejuízo às investigações e ao processo administrativo..

§ 4º Caso a pessoa jurídica não cumpra os termos do acordo de leniência, além das informações previstas no § 3º, deverá ser incluída no Cnep referência ao respectivo descumprimento.

§ 5º Os registros das sanções e acordos de leniência serão excluídos depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador ou do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado, mediante solicitação do órgão ou entidade sancionadora.

Art. 23. Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 24. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

Art. 25. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

Art. 26. A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

§ 1º As sociedades sem personalidade jurídica serão representadas pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.

§ 2º A pessoa jurídica estrangeira será representada pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.

Art. 27. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 28. Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

Art. 29. O disposto nesta Lei não exclui as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica.

Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:

I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e

II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

  
HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente

## PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.826, DE 2010

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e civilmente pelos atos praticados por qualquer agente ou órgão que as represente, em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. Aplica-se esta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, co-autora ou participe do ato ilícito.

§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.

§ 2º A pessoa jurídica responderá objetivamente pelos atos ilícitos praticados em seu benefício ou interesse por qualquer de seus agentes, ainda que tenham agido sem poderes de representação ou sem autorização superior, mesmo que o ato praticado não proporcione a ela vantagem efetiva ou que eventual vantagem não a beneficie direta ou exclusivamente.

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

Art. 5º Serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, as entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, as sociedades controladas ou controladoras, as coligadas e, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas.

### CAPÍTULO II DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 6º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles, praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 2º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório público;

III - impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

IV - afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - fraudar licitação pública instaurada ou contrato dela decorrente:

a) elevando arbitrariamente os preços;

b) vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

c) entregando uma mercadoria por outra ou prestando serviço diverso do contratado;

d) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida ou do serviço prestado; ou

f) tornando indevidamente mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;

VI - criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

VII - financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

VIII - utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IX - obter vantagem ou benefício indevidos de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

X - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ou

XI - deixar de pagar encargos trabalhistas ou previdenciários, decorrentes da execução de contrato celebrado com a administração pública.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as empresas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em empresas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

### CAPÍTULO III DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 7º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos ilícitos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

I - multa, no valor de um a trinta por cento do faturamento bruto do último exercício da pessoa jurídica, excluídos os tributos;

II - declaração de inidoneidade;

III - reparação integral do dano causado;

IV - publicação extraordinária da decisão condenatória;

V - proibição de contratar, receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos públicos e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público;

VI - revogação de delegação, autorização ou permissão, cassação de licença ou rescisão de contrato celebrado com a administração pública.

§ 1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente pela autoridade competente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

§ 2º Na hipótese do inciso I, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

§ 3º Na fixação do valor da multa, deverá ser considerado o poder econômico da pessoa jurídica, seu faturamento bruto, excluídos os tributos, e a gravidade do fato.

§ 4º A declaração de inidoneidade implicará a proibição de participar de licitação, contratar e manter contratos com a administração pública pelo prazo mínimo de dois e máximo de dez anos, e valerá em âmbito nacional, aplicável aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo.

§ 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da empresa ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de trinta dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.

§ 6º A proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos do Poder Público deverá ser aplicada pelo prazo mínimo de dois e máximo de dez anos.

Art. 8º A decisão que determinar a aplicação das sanções previstas nos incisos II ou V do caput do art. 7º deverá ser comunicada à Controladoria-Geral da União, para inclusão do nome da pessoa jurídica em cadastro nacional de empresas punidas pela administração pública pelo prazo previsto na condenação.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto na condenação e cumpridas as demais penalidades eventualmente impostas, a pessoa jurídica poderá requerer à Controladoria-Geral da União sua retirada do cadastro nacional de empresas punidas pela administração pública.

Art. 9<sup>o</sup> Levar-se-ão em consideração na aplicação das sanções:

I - a gravidade da infração;

II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

III - a consumação ou não da infração;

IV - o grau de lesão, ou perigo de lesão;

V - o efeito negativo produzido pela infração;

VI - a situação econômica do infrator;

VII - a cooperação na apuração das infrações, por meio de práticas como a comunicação do ato ilegal às autoridades públicas competentes antes da instauração do processo e a celeridade na prestação de informações no curso das investigações; e

VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

Art. 10. A pessoa jurídica constituída pelos administradores ou sócios de outra anteriormente condenada pela prática de atos previstos nesta Lei fica impedida de participar de licitações e de contratar com a administração pública durante o prazo de cumprimento da sanção.

#### CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 11. A instauração e julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabe à autoridade máxima de cada órgão ou entidade da administração pública dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1<sup>o</sup> A competência para a instauração do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada.

§ 2<sup>o</sup> No âmbito do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, bem como poderá avocar os processos instaurados por órgãos e entidades com fundamento nesta Lei, para corrigir-lhes o andamento.

Art. 12. Competem à Controladoria-Geral da União a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos nesta Lei praticados contra a administração pública estrangeira, observado o disposto no art. 4<sup>o</sup> da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.

Art. 13. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores estáveis.

§ 1º A comissão poderá, sempre que necessário, formular pedido judicial de busca e apreensão de livros e documentos da pessoa jurídica investigada, bem como quaisquer outras medidas judiciais cabíveis no interesse das investigações e do processamento das infrações.

§ 2º A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

§ 3º A comissão deverá concluir o processo no prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação do ato que a instituir, e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

Art. 14. No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de quinze dias, para defesa, contados a partir da intimação.

Art. 15. O processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade instauradora, na forma do art. 11, para julgamento.

Art. 16. Após o julgamento, caso seja aplicada a sanção de reparação integral do dano, a autoridade competente, conforme o art. 11, determinará a instauração de processo específico para sua quantificação, de forma que as demais sanções poderão ser imediatamente aplicadas.

§ 1º Concluído o processo e não havendo o pagamento das multas ou a reparação do dano, a autoridade competente de cada órgão ou entidade promoverá a inscrição do nome da pessoa jurídica no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN, na forma da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 2º A decisão definitiva do processo específico para quantificação do dano constituirá título executivo extrajudicial.

Art. 17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração.

## CAPÍTULO V DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 6º desta Lei, o Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito público interessadas poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé;

II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III - dissolução compulsória da pessoa jurídica.



§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I - ter sido a personalidade jurídica utilizada para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II - ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

§ 2º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 7º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados às entidades públicas lesadas.

Art. 22. Ressalvada a imprescritibilidade da reparação do dano, nos termos do § 5º do art. 37 da Constituição, prescrevem em dez anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Interrompe a prescrição qualquer ato administrativo ou judicial que tenha por objeto a apuração da infração.

Art. 23. A pessoa jurídica será representada por seus diretores ou administradores, salvo previsão de designação constante do estatuto ou contrato social.

§ 1º As sociedades sem personalidade jurídica serão representadas pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.

§ 2º A pessoa jurídica estrangeira será representada pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.

Art. 24. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos, será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

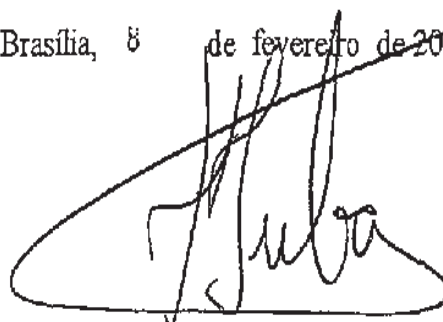
Brasília,

Mensagem nº 52

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências”.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Dilma", is written over a large, diagonal, hand-drawn scribble that extends from the date line down towards the bottom right of the page.

EMI Nº 00011 2009 – CGU/MJ/AGU

Brasília, 23 de outubro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência proposta de regulamentação da responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas por atos lesivos à Administração Pública nacional e estrangeira.

2. O anteprojeto tem por objetivo suprir uma lacuna existente no sistema jurídico pátrio no que tange à responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública, em especial, por atos de corrupção e fraude em licitações e contratos administrativos.

3. Sabe-se que a corrupção é um dos grandes males que afetam a sociedade. São notórios os custos políticos, sociais e econômicos que acarreta. Ela compromete a legitimidade política, enfraquece as instituições democráticas e os valores morais da sociedade, além de gerar um ambiente de insegurança no mercado econômico, comprometendo o crescimento econômico e afugentando novos investimentos. O controle da corrupção assume, portanto, papel fundamental no fortalecimento das instituições democráticas e na viabilização do crescimento econômico do país.

4. As lacunas aqui referidas são as pertinentes à ausência de meios específicos para atingir o patrimônio das pessoas jurídicas e obter efetivo ressarcimento dos prejuízos causados por atos que beneficiam ou interessam, direta ou indiretamente, a pessoa jurídica. Mostra-se também necessário ampliar as condutas puníveis, inclusive para atender aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate à corrupção.

5. Disposição salutar e inovadora é a da responsabilização objetiva da pessoa jurídica. Isso afasta a discussão sobre a culpa do agente na prática da infração. A pessoa jurídica será responsabilizada uma vez comprovados o fato, o resultado e o nexo causal entre eles. Evita-se, assim, a dificuldade probatória de elementos subjetivos, como a vontade de causar um dano, muito comum na sistemática geral e subjetiva de responsabilização de pessoas naturais.

6. Nesse cenário, torna-se imperativa a repressão aos atos de corrupção, em suas diversas formulações, praticados pela pessoa jurídica contra a Administração Pública nacional e estrangeira. Observe-se que a Administração Pública aqui tratada é a Administração dos três Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário - em todas as esferas de governo - União, Distrito Federal, estados e municípios -, de maneira a criar um sistema uniforme em todo o território nacional, fortalecendo a luta contra a corrupção de acordo com a especificidade do federalismo brasileiro.

7. Além disso, o anteprojeto apresentado inclui a proteção da Administração Pública estrangeira, em decorrência da necessidade de atender aos compromissos internacionais de combate à corrupção assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (ONU), a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

8. Com as três Convenções, o Brasil obrigou-se a punir de forma efetiva as pessoas jurídicas que praticam atos de corrupção, em especial o denominado suborno transnacional, caracterizado pela corrupção ativa de funcionários públicos estrangeiros e de organizações internacionais. Dessa forma, urge introduzir no ordenamento nacional regulamentação da matéria - do que, aliás, o país já vem sendo cobrado -, eis que a alteração promovida no Código Penal pela Lei nº 10.467, de 11 de junho de 2002, que tipificou a corrupção ativa em transação comercial internacional, alcança apenas as pessoas naturais, não tendo o condão de atingir as pessoas jurídicas eventualmente beneficiadas pelo ato criminoso.

9. No que tange aos atos ilícitos a serem reprimidos, o anteprojeto possui um rol extenso de condutas puníveis capazes de lesar o Poder Público e a Administração estrangeira. As condutas lesivas descritas atendem à realidade vivenciada pela Administração e à necessidade de reprimir condutas lesivas que ainda não possuem previsão legal, quando praticadas em benefício ou em nome de pessoas jurídicas.

10. Observe-se que o presente projeto optou pela responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica, porque o Direito Penal não oferece mecanismos efetivos ou céleres para punir as sociedades empresárias, muitas vezes as reais interessadas ou beneficiadas pelos atos de corrupção. A responsabilização civil, porque é a que melhor se coaduna com os objetivos sancionatórios aplicáveis às pessoas jurídicas, como por exemplo o ressarcimento dos prejuízos econômicos causados ao erário; e o processo administrativo, porque tem-se revelado mais célere e efetivo na repressão de desvios em contratos administrativos e procedimentos licitatórios, demonstrando melhor capacidade de proporcionar respostas rápidas à sociedade.

11. Veja-se que a responsabilização de pessoas jurídicas na esfera administrativa não é novidade em nosso sistema jurídico. A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, vem sendo aplicada de forma exitosa por meio da atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência na repressão das infrações contra a ordem econômica. Importante destacar que os bons resultados apresentados por esse Sistema informam a redação de dispositivos da presente proposta legislativa, como os parâmetros monetários para a fixação da multa.

12. Outrossim, embora a sistemática de responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas já exista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as hipóteses de atos lesivos praticados em licitações e contratos administrativos, aquela legislação possui ainda lacunas que urgem ser supridas. As duas principais lacunas referem-se à previsão das condutas e às sanções.

As condutas mais graves são tratadas apenas na seção sobre crimes da Lei nº 8.666, de 1993, a qual não se aplica à pessoa jurídica que se beneficia da conduta ou que determina a prática do delito, e as sanções aplicáveis à empresa no âmbito da Lei de Licitações não atingem de modo eficaz o seu patrimônio, nem geram o efetivo ressarcimento dos danos causados à Administração Pública.

13. Outro importante diploma legislativo que pode ser aplicado contra condutas lesivas praticadas contra a Administração Pública seria a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa. Todavia, em sua disciplina, a responsabilização da pessoa jurídica depende da comprovação do ato de improbidade do agente público, e as condutas descritas pela lei são de responsabilidade subjetiva, devendo ser comprovada a culpa dos envolvidos, com todos os inconvenientes que essa comprovação gera com relação às pessoas jurídicas.

14. Observe-se, ainda, que nenhuma das leis supracitadas contempla as condutas praticadas contra a Administração Pública estrangeira.

15. O anteprojeto prevê também, como dito antes, a responsabilidade judicial da pessoa jurídica, que poderá ser operacionalizada por meio de ação civil ajuizada pelos entes federativos, entidades públicas e pelo Ministério Público, com o objetivo de aplicar sanções mais graves a pessoas jurídicas já sancionadas na esfera administrativa.

16. Assim, cria-se um sistema de cooperação entre os entes públicos e o Ministério Público no combate à corrupção, bem como mecanismos subsidiários de responsabilização da pessoa jurídica, buscando-se, pois, evitar e coibir omissões que possam gerar a prescrição dos atos ilícitos.

17. Tanto no referente às sanções administrativas quanto às civis, o anteprojeto estabelece sanções pecuniárias e não-pecuniárias. Em ambos os casos, busca-se não só reprimir o ato ilícito praticado, como também evitar a sua reiteração, seja por meio do caráter pedagógico do valor da multa e da publicação da decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação, seja por meio da proibição de receber incentivos governamentais e de contratar com o Poder Público.

18. As sanções previstas para a responsabilização judicial da pessoa jurídica têm, ao seu turno, o propósito também de complementar as penalidades aplicadas na esfera administrativa. Trata-se de penalidades mais graves que serão aplicadas após o crivo do Poder Judiciário, como a dissolução compulsória de pessoas jurídicas utilizadas para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos.

19. Importante destacar que a proposta leva em consideração os princípios da conservação da empresa e da manutenção das relações trabalhistas ao estabelecer as sanções administrativas e civis, princípios de extrema importância especialmente no quadro atual de crise econômica mundial. No âmbito administrativo, por exemplo, o anteprojeto estabelece parâmetros claros para a aplicação da sanção de multa, instituindo limites mínimos e máximos para o seu valor, de forma a contemplar a realidade de faturamento tanto de pequenas e médias empresas, como de grandes empresas, inclusive, exportadoras. Na esfera judicial, são previstas hipóteses específicas cuja gravidade justifica amplamente a sanção de dissolução compulsória da empresa.

20. Por outro lado, com relação à responsabilização na esfera administrativa, a presente proposta de legislação prevê meios para impedir que novas pessoas jurídicas constituídas no intuito de burlar sanções impostas administrativamente mantenham relações com a Administração Pública. Tal prática gera uma cadeia de empresas constituídas com o propósito único de fraudar e lesar a Administração Pública, o que deve ser impedido. Ademais, o anteprojeto cria mecanismos para combater a utilização de terceiros para ocultar os reais interesses da pessoa jurídica ou os verdadeiros beneficiários de determinadas condutas ilícitas.

21. Entre as medidas criadas para combater tais práticas ilícitas, destaque-se a previsão de desconsideração da personalidade jurídica em sede administrativa, na hipótese de se verificar abuso do direito para encobrir, dissimular ou facilitar a prática das infrações previstas pelo normativo ou para provocar confusão patrimonial entre os bens dos sócios e da empresa.

22. O efeito previsto para a desconsideração é a possibilidade de se aplicar aos sócios com poderes de administração e aos administradores da pessoa jurídica as mesmas sanções cabíveis contra ela, estendendo-se, por exemplo, a declaração de inidoneidade da empresa para as pessoas naturais envolvidas na prática dos ilícitos.

23. São, portanto, todas essas, medidas que visam a coibir, a prevenir e a combater a prática de ilícitos e a moralizar as relações entre empresas privadas e a Administração Pública.

24. Estas, pois, as razões que nos conduzem a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a presente proposta de Anteprojeto de Lei.

Respeitosamente,

*Assinado por: Jorge Hage Sobrinho, Tarso Fernando Herz Genro e Luis Inácio Lucena Adams*

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.**

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico(VETADO) e dá outras providências.

**LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

**LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**Seção II  
Das Sanções Administrativas**

**Art. 86.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Art. 87.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III)

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

.....

**LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.**

Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação



Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo, autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

.....

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Projeto de Lei da Câmara n° 39, de 2013**, vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, pela Liderança do PP, à Senadora Ana Amélia, que disporá de vinte minutos.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP– RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nossos espectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho à tribuna para continuar no tema que desde o início desta semana vem tomando a atenção dos Senadores, dos Deputados, das lideranças políticas, da Presidente da República, do Presidente desta Casa, enfim, de todos que têm compromisso com a cidadania e com o humor que está hoje vivendo a sociedade brasileira.

As manifestações populares em favor de uma vida melhor, que têm se intensificado nas ruas das grandes cidades do País, envolvendo milhares de brasileiros, só nesta semana, precisam ser ouvidas com muita atenção e de olhar aguçado de nossa parte, não apenas desta Casa Legislativa, mas de todas as instituições públicas e privadas, partidárias ou não, que compõem o nosso sistema de Poderes e de interação pública e social.

Aliás, foram referidas por oradores que me antecederam as responsabilidades que instituições muito importantes têm, como o Poder Judiciário, ou o próprio Ministério Público, ou os professores, ou os gestores municipais, os governadores, os prefeitos, os vereadores, os deputados estaduais, todos temos, neste momento que o País atravessa, uma enorme responsabilidade. E se todos não entendermos o recado que a rua está nos dando com esta voz da maioria, que estava, até então, silenciosa, agora mostrando a sua força e a sua espontaneidade, nós corremos o risco de fragilizar as instituições e de estarmos desconectados com o sentimento nacional. Esse tema, que tem sido repetido insistentemente nos últimos dias nesta tribuna por muitos dos Senadores, Parlamentares, exige atenção especial e redobrada, pois estamos falando de gestão eficiente, uma preocupação dos governos contemporâneos e também das grandes, médias e pequenas empresas modernas.

Os protestos, que viraram notícia em todo o Planeta como a maior mobilização social do Brasil nas últimas décadas, comprovam que a era da informação mudou a lógica das reivindicações não apenas aqui, mas em qualquer lugar do mundo. Só no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o nosso Estado, Senador Paim, 10 mil foram às ruas para gritar contra o aumento do

custo de vida e a volta da velha inflação. Muitos, sem vínculos com partidos políticos ou associações, querem transporte público de qualidade, melhor infraestrutura nas grandes cidades e fora delas, mais educação de qualidade, especialmente no ensino fundamental e médio, mais saúde e, principalmente, mais segurança. Querem trabalhar, ter um emprego, criar os filhos e viver melhor, de modo honesto e sem desperdícios de dinheiro público. Em resumo: um país sem corrupção.

No Oriente Médio, nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na Turquia, os indivíduos também têm se mobilizado por motivos semelhantes. Todos querem viver mais e melhor. Para explicar esse fenômeno que chegou aqui, cito exemplos importantes da influência da informação instantânea na vida das pessoas.

Um estudo recente do Pew Research Center constatou que as redes sociais e o engajamento *online* viraram, no caso dos Estados Unidos, pontos de concentração política. Quase 40% dos americanos adultos, segundo a pesquisa, se envolveram em atividades políticas nas comunidades da Internet durante a campanha presidencial de 2012 que resultou na reeleição do presidente democrata Barack Obama.

O levantamento revelou também que 43% dos adultos dos Estados Unidos buscaram mais informações sobre um determinado tema após acessarem alguma rede social; enquanto 18% desses se sentiram mais estimulados a atuar politicamente após acessarem *blogs*, *microblogs* ou outros tipos de conexões digitais.

Outro dado relevante se refere a uma pesquisa encomendada por uma organização sueca, a Mobile Life. Na atual era digital, as pessoas gastam, por dia, 30% mais tempo com o celular, acessando *e-mails* e perfis nas redes sociais, do que com o parceiro que está a seu lado – parceiro ou parceira.

Em média, uma hora e meia dedicada ao companheiro ou à companheira, e quase meia hora a mais, ou seja, duas horas, acessando a Internet via celular, usando os chamados *smartphones*.

Isso nós vemos em qualquer cidade brasileira, em qualquer lugar a que se vá, em qualquer restaurante. Cheguei hoje pela manhã dos Estados Unidos, Senador Paim, e observei: a mãe sentada numa praça, num parque, conectada com o mundo por meio de seu celular, e os dois filhos, um casal de filhos, sentadinhos tomando um sorvete – lá está fazendo muito calor. Então, veja só: as crianças estavam conversando entre si, e a mãe, ligada num outro lugar. Isso vale também para a relação interpessoal do namorado com a namorada, quer dizer, nós estamos vivendo outro sistema de relação humana. Se é bom ou ruim, só o tempo vai nos dizer, mas temos de ficar atentos para essa força das redes sociais.

Aqui no Brasil, antes de ganhar as ruas, as manifestações dessa semana impactaram mais de 79 milhões de internautas, segundo monitoramento de uma empresa de São Paulo especializada em redes sociais. E há uma expectativa de que esse número aumente com as mobilizações previstas para amanhã. Como jornalista, que fui por 40 anos, sempre acreditei no poder das mobilizações pacíficas. A mais simbólica delas sem dúvida, a campanha das Diretas Já, que mexeu com Brasília, e que seria sacudida anos mais tarde pela ação dos famosos caras-pintadas.

São reivindicações legítimas, pois podem gerar mudanças e melhorias. O movimento das Diretas Já são exemplos importantes do poder de influência das mobilizações sociais no País.

São manifestações relevantes que precisam respeitar o tênue limite entre insatisfação e revolta com violência, desrespeito às leis e às instituições, como a incorreta destruição do patrimônio público.

Quem vai restaurar esse patrimônio será o dinheiro de toda a sociedade. Portanto, o respeito nesta hora é fundamental, e não se permitir que uma ação tão bonita, cantada em prosa e verso em toda a imprensa mundial; ontem, o *Jornal New York Times* deu metade da página 3 ao que estava acontecendo no Brasil.

A violência e o atentado à vida, proporcionados por uma minoria, significam anarquia e total insegurança. E isso os brasileiros não querem, a sociedade não quer. A sociedade quer melhor: quer combater a corrupção, quer combater a inflação, mas não quer a violência neste momento.

Penso, portanto, que é urgente repensar o papel das instituições e as ações de cada uma de nossas estruturas de poder. Acredito na governança, sem autoritarismo. A nossa democracia tem apresentado muitos avanços nos últimos anos, mas chegou a hora de mais estratégia, de novas tentativas para organizar a desordem, para minimizar o descontrole e satisfazer o cidadão até onde o Estado pode e consegue, sempre abrindo espaço para a colaboração e a participação proativa. As políticas reativas têm tempo curto de duração; já as proativas e estratégicas duram mais tempo e geram, quando bem balanceadas, menos insatisfação e tensão social.

O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, como instituição do Poder Judiciário, o poder máximo, precisa também, de modo definitivo, estar sintonizado com essas demandas e o regime jurídico, por exemplo, das demarcações de terras indígenas no País, destacadas nas condicionantes impostas pela Corte na demarcação da terra da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.

Ao aguardar esse julgamento, o clima e a tensão nos conflitos na área da disputa entre índios e produ-

tores rurais se acirrou enormemente, provocando uma indesejada violência na área rural.

Por sua vez, o Ministério Público também é parte importante para o bom andamento das engrenagens sociais e democráticas.

É preciso rever os exageros no campo da investigação para provar à sociedade que o Ministério Público é capaz de colaborar com as demais instituições de investigação, como a Política Federal, a Polícia Civil, o Banco Central, a Receita Federal e tantos outros organismos importantes.

Boa parte da população já percebeu que a autonomia para investigar crimes aumenta a chance da solução dos delitos e também da impunidade. Por isso sou contra a PEC nº 37. Renovo aqui a minha posição contra a PEC nº 37. Sou favorável, sim, ao fortalecimento do Ministério Público nas diferentes áreas de atuação desse órgão - federal, trabalho, militar. A autonomia das instituições competentes para realizar investigações criminais é um passo importante para o fortalecimento da democracia. Falo não só do Ministério Público Federal, mas também do Ministério Público dos Estados. Qualquer interferência contrária é um retrocesso, um descompasso em relação à lógica da cidadania, da moralidade e da questão relacionada à corrupção.

As manifestações nas ruas são a prova de que o modelo de gestão pública atual está ultrapassado. Está na hora de mudar. A colaboração das instituições será importante passo nesse processo de fortalecimento do nosso modelo político. Por exemplo, um novo Pacto Federativo com garantias da União de repasses a Estados e Municípios e ações mais estruturais, como uma completa reforma política e tributária, seriam, sim, os caminhos mais acertados para evitar o descontrole social e melhorar a qualidade de vida de quem vive e trabalha duro neste País. As propostas estão em debate aqui no Congresso Nacional. Falta maior disposição de todas as instituições públicas envolvidas para que o problema se transforme em solução.

No Judiciário, por exemplo, é preciso avançar não só na questão indígena, como citei há pouco, mas também nas ações em favor do caso Aerus, que dizem respeito e impactam a necessidade das pessoas, Senador Paim. V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem esse problema. Por isso, é importante que o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, retome no plenário da Suprema Corte o julgamento da Ação de Defasagem Tarifária da Varig, com um julgamento iniciado há um mês, chamado de suspensão liminar (SL nº127). Isso pode revogar a limitar cassada pelo Desembargador Carlos Moreira Alves, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que determinou a suspensão por prazo indetermina-

do do pagamento do antigo valor das aposentadorias dos trabalhadores do Aerus que contribuíram para o falido fundo.

Cabe lembrar que, no último dia 8 de maio, na primeira parte do julgamento do Recurso Extraordinário (RE nº 571.969) de autoria da União e do Ministério Público contra o pagamento das indenizações do caso Aerus, avaliadas em R\$6 bilhões, a Ministra relatora do caso do STF, Cármen Lúcia, se posicionou. Em seu voto, corajosa e competentemente, a Ministra Cármen Lúcia afirmou que houve perda de receita, endividamento das companhias aéreas e responsabilidade do Poder Público por danos causados aos contribuintes do Fundo Aerus, reforçando a tese de que a União tem o dever de indenizar os aposentados prejudicados.

Essa é uma demanda social. Certamente também os aposentados do Fundo Aerus estão nas ruas manifestando a sua inconformidade com as falhas e com a demora de uma instituição. Faz mais de oito anos que eles aguardam uma solução para esse problema, Senador Paim. V. Ex<sup>a</sup> conhece bem, porque acompanha esse processo. Nós estamos aqui para ajudá-los.

No perfil das redes sociais da Fundação Milton Campos – que eu estou honrosamente presidindo agora –, que contribui para a pesquisa e os debates políticos, vi muitas mensagens sobre as manifestações que surpreenderam os políticos e as autoridades nesta semana.

Algumas vindas do interior do meu Estado me chamaram especial atenção. Renato Bollina é um microprodutor rural que vive no campo e produz o próprio alimento – cabras, cabritos, ovos, galinhas, leite e verduras. Ele diz que se identificou com as pessoas das mobilizações nas grandes metrópoles, pois, assim como ele, as pessoas estavam reclamando da vida cara, da carestia, da inflação, da falta de dinheiro e, sobretudo, da falta de oportunidades. Está aí um recado singelo, mas profundo, porque é direto e real. É isso, Renato Bollina, é isso que as vozes como a sua estão nos alertando.

Temos inúmeros projetos de lei importantes nesta Casa para melhorar a vida da população. São projetos relevantes que, muitas vezes, não andam porque estamos deliberando sobre excessivas medidas provisórias.

Cito o exemplo do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), iniciativa legislativa da Câmara Federal, debatida hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse projeto, que recebeu substitutivo do Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, cria um regime especial permitindo a redução dos preços

das passagens no transporte público por meio de desoneração tributária.

É preciso lembrar que o elevado preço das tarifas de transporte público foi o estopim das mobilizações iniciadas em São Paulo, mas que também ocorreram em Porto Alegre. Aliás, a primeira que aconteceu foi em Porto Alegre e depois se repetiu em várias capitais brasileiras.

Participaram da audiência pública no dia de hoje o Prefeito de Porto Alegre e também Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, o Relator do projeto na Câmara, Deputado Carlos Zarattini, o Deputado Weliton Prado e a Vice-Coordenadora Estadual da Frente, Maria Antonieta de Brito.

É uma ação legislativa relevante e extremamente atual. A medida exige contrapartida de Estados, Municípios e de empresas concessionárias. Alerto, sobretudo, quanto às dificuldades e, sobretudo, às resistências da União para repassar recursos a Estados e Municípios nessa área. Isso afeta diretamente as contas que ajudariam a tornar os preços do transporte público menos pesado para o bolso do cidadão. Inclusive esse projeto estava com a tramitação parada no Congresso, devido às excessivas medidas provisórias enviadas pelo Governo ao Congresso.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ana Amélia, V. Ex<sup>a</sup> nos fala a respeito da audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, que, justamente, a está examinando, com a responsabilidade especial do Senador Lindbergh Farias, que, além de ser o Presidente da CAE é o relator dessa medida para se tentar desonerar tarifas e impostos ou desonerar os impostos e taxas incidentes sobre o transporte coletivo. Relacionado a esse tema, gostaria de aqui saudar a decisão que acaba de ser anunciada pelo Governador Geraldo Alckmin, juntamente com o Prefeito Fernando Haddad, de manter a tarifa de ônibus em São Paulo em R\$3,00. Isso obviamente necessita do entrosamento da prefeitura com o governo municipal, sobretudo porque há a integração ônibus-metrô, e a tarifa, muitas vezes, pode ser para as duas viagens. Ainda no início da tarde, eu conversei com uma das representantes do Movimento Passe Livre, que externou, como que num apelo, que seria importante que o Prefeito Fernando Haddad pudesse fazer o anúncio sobre se ele estava disposto mesmo a manter ou baixar de R\$3,20 para R\$3,00, antes mesmo da manifestação programada para amanhã na Av. Paulista, na Esquina da Consolação, na chamada Praça

dos Ciclistas, para que se procurasse... Com o anúncio dessa medida, dessa vez o Movimento Passe Livre poderá dizer: “Felizmente a nossa mobilização valeu. Externamos nossos anseios.” Espero que, inclusive, a natureza de alguns que acabaram, muitas vezes, não seguindo a orientação desse movimento, que era para que não houvesse quaisquer depredações, ferimentos ou quaisquer atos de violência, agora possam, até em função dessa medida, seguir essa decisão. É importante ressaltar que o Governador Geraldo Alckmin e o Prefeito Fernando Haddad procuraram, no anúncio da medida, explicar que isso tem consequências do ponto de vista do orçamento. Responsavelmente, ao se cortar o que seria uma parte da tarifa, dever-se-á realizar um esforço seja no que diz respeito à margem de remuneração das empresas concessionárias, o que deverá trazer também um peso sobre elas e, possivelmente, os recursos que são destinados a certas áreas não poderão ser utilizados, porque há um efeito sobre o orçamento do Município e, possivelmente, do Estado. Mas acredito mesmo que o fato de a Comissão de Assuntos Econômicos estar propensa a votar na próxima terça-feira o projeto referido por V. Ex<sup>a</sup>, isso deve ter facilitado a decisão do Prefeito Fernando Haddad e do Governador Geraldo Alckmin. Então, avaliei que era próprio informar a V. Ex<sup>a</sup> em meio a suas reflexões.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Senador Eduardo Suplicy, que esse seu aparte fosse incluído em meu pronunciamento. Quero aproveitar também para cumprimentar a atitude republicana de senso de responsabilidade política e administrativa de dois gestores: o Governador de um partido e o Prefeito de outro partido, ambos do Estado de São Paulo, demonstrando que o movimento já teve a sua primeira resposta positiva: mostrou a força dessa mobilização.

Estou com o senhor também naquilo que deve resguardar a mobilização ao estilo de Mahatma Gandhi, de paz.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – De Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Também, que V. Ex<sup>a</sup> citou aqui na semana passada. Eu presto sempre atenção quando o caro colega fala ou os outros Senadores falam.

Então, é disto que nós precisamos: demonstrar essa força e essa capacidade do gestor.

O que a sociedade está querendo é exatamente a ação efetiva e rápida do gestor público, algo que está, pelas suas informações, acontecendo no Estado de São Paulo. E o movimento, seguramente, saberá entender esse gesto.

Como o senhor disse, o Orçamento é limitado. Se tirou daí para algum lugar... Mas não acredito que falte

ao Governador Geraldo Alckmin e ao Prefeito Fernando Haddad iniciativa criativa para superar esse impasse.

Parabéns, Senador Eduardo Suplicy. Cumprimentos ao Governador Alckmin e ao Prefeito Fernando Haddad.

Pois, percebendo essas limitações que acabamos de referir aqui, impostas ao Legislativo, apresentei até uma emenda à Medida Provisória nº 617, de 31 de maio de 2013, que trata, Senador Suplicy, dessas questões de reduzir para zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins – é o teor da medida provisória – que incidem sobre a receita do serviço de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros.

Acredito, sim, como propus no texto, que as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a comercialização ou importação de combustíveis, conhecida como CIDE-Combustíveis, também deve ter as alíquotas reduzidas a zero. Apresentei a emenda com esse objetivo.

Assim, diminuirá muito a carga tributária sobre o setor de transporte, de modo a possibilitar a diminuição dos custos dessa atividade e, conseqüentemente, o preço da tarifa para o consumidor final. Porém, as medidas só resolverão os problemas básicos se forem soluções definitivas. Por isso a importância da colaboração do Governo Federal com esta Casa, com o Poder Legislativo. A população quer preços justos hoje, amanhã e nos próximos anos. Não pode ser uma política improvisada por conta da mobilização.

Por isso, sempre tenho defendido políticas estruturantes, mais estratégicas, com foco na melhor gestão dos gastos públicos. E é exatamente isto que a sociedade está dizendo com essa mensagem que vem das ruas.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento.

E eu queria registrar que está aqui conosco o Pastor Antônio, do PSC de Sergipe, Deputado Estadual com três mandatos, um de vereador, um dos poucos deputados estaduais negros, como eu, do Brasil.

Então, meus cumprimentos. Seja bem-vindo. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo para todos nós, negros e brancos, com certeza. Seja bem-vindo à Casa.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Lídice da Mata.

A Senadora Lídice da Mata chegou exatamente na hora da sua fala.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Pois é, Sr. Presidente, estava numa audiência no Inbra.

Mas eu quero, Sr. Presidente, a respeito da fala da Senadora Ana Amélia, dizer a V. Ex<sup>a</sup> e sugerir que o prefeito à época, prefeito de Porto Alegre, hoje Governador do Estado, Tarso Genro, foi coordenador de um grupo de trabalho na Frente Nacional de Prefeitos, quando fomos prefeitos, e tem um estudo detalhado, propondo ao Governo Federal como reduzir a tarifa do transporte coletivo no Brasil, envolvendo custos e desonerações, o que reduz o preço do próprio ônibus, a sua fabricação, incidindo também sobre o preço da tarifa.

Eu falei hoje com o Senador Lindbergh, para que, através da Frente Nacional de Prefeitos ou através do Governador Tarso Genro, que foi o coordenador desse estudo, pudéssemos recuperar uma parte substancial que considero que ainda é efetivamente atualizada, para que nós possamos ter uma política mais estruturada.

Nós apresentamos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e apresentamos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e nem um dos dois, à época, teve oportunidade, ou essa pauta teve importância suficiente no Conselho Nacional de Transporte, também do Ministério dos Transportes, para que ela pudesse ser assumida. Hoje, ela demonstra que era e continua sendo uma pauta indispensável para o povo brasileiro, nas grandes cidades especificamente.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Permite-me um aparte, Senadora? Eu lhe agradeço imensamente, Senadora Lídice da Mata, a referência. Quero lhe dizer que o Presidente desta Casa, Renan Calheiros, como o Presidente da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Lindbergh Farias, que é o Relator dessa matéria tão importante, devem, na próxima semana, instalar uma subcomissão junto à Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar das questões municipalistas. E a primeira agenda vai ser exatamente a questão da mobilidade urbana, com foco na questão da tarifa. E eu vou acolher, então, essa sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, para que a gente junte, nesse primeiro trabalho, nessa primeira agenda, exatamente isso que já foi feito, há tempo, por prefeitos experientes como V. Ex<sup>a</sup> na condução da nossa belíssima Salvador, na Bahia.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Tentarei até recuperar nos meus arquivos próprios, não sei se tenho tudo, mas Tarso Genro, com certeza, tem. Aliás, era um estudo de diversos técnicos do PT da cidade de Porto Alegre...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata, eu me comprometo a fazer contato com a equipe do Governador Tarso Genro, para que remeta para V. Ex<sup>a</sup> esse material.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – E tentarei, sem ser membro da CAE, no máximo possível, ajudar no trabalho dessa subcomissão. Muito obrigada.

Mas, Sr. Presidente...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um brevíssimo aparte?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Se for brevíssimo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Relacionado ao...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só faço um apelo a todos porque há três Senadores que têm que pegar voo, e eles estão preocupadíssimos. Ana Rita, aqui ao meu lado, está quase...

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Entre eles, eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E ela também tem que viajar; estão aqui desesperados. Por mim, eu dou 20 minutos para cada um; eu não tenho pressa, eu não vou viajar.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Não, porque é justo que, tendo anunciado que o Prefeito Fernando Haddad diminuiu de R\$3,20 para R\$3,00; que o Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, também anunciou a diminuição de R\$2,95 para R\$2,75, portanto...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está feito o registro.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Além de outras capitais e governos de Estado, como o de Pernambuco, se não me engano, e de outros Estados também.

Muito obrigado, é o rigor ético do Senador Suplicy que fez com que ele desse esse aparte.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, eu, na verdade, talvez não possa ler o conteúdo total do meu pronunciamento, em defesa até da possibilidade de falar do nosso Senador Amorim, mas eu não queria deixar de registrar, Senador Amorim, a passagem do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação, celebrado anualmente no dia 17 de junho, desde 1995. E nós, que somos da Região Nordeste, essa data para nós – eu não tive a oportunidade de falar – tem uma especial importância e nos remete a uma reflexão.

Nós estamos sofrendo nesta seca – certamente a seca, dito pelos especialistas, mais importante dos últimos 60 anos –, e isso tem nos levado, portanto, a uma convivência com as consequências desse fato extremamente trágico para a vida das nossas populações.

São cerca de 36 milhões de habitantes em 1.200 Municípios que convivem direta ou indiretamente com as graves consequências da estiagem prolongada, seja no meio urbano, seja no meio rural. E pior: com a perspectiva de que tal condição se perenize por meio do processo de desertificação dessas áreas. Com isso, lavouras e pastagens viram grandes terras áridas, sem

qualquer viabilidade produtiva, verdadeiras feridas que se formam no meio do Semiárido.

A cada ano aumenta a área dos núcleos de desertificação intensa do semiárido nordestino, de maneira grave e preocupante. Abrangendo área superior a 18.700 quilômetros quadrados, cerca de 10% da região semiárida já se encontra hoje nesse apreensivo e preocupante estado de iminente deserto. Por tudo isso, Sr. Presidente, sinto necessidade de chamar a atenção.

Quero destacar que se identificam em estágio mais avançado de desertificação as áreas dos Municípios de Gilbués, no Piauí; Irauçuba, no Ceará; Seridó, no Rio Grande do Norte; Cabrobó, em Pernambuco, onde os efeitos destrutivos em suas capacidades produtivas já são largamente sentidos pela população.

No meu Estado, a Bahia, onde 258 dos 417 Municípios estão localizados em áreas da região do Semiárido – e por isso submetidos ao processo de desertificação –, estima-se que, mantido o atual processo de degradação, mais de 60% dessas áreas estarão, em 50 anos, com seus ecossistemas absolutamente comprometidos pela estiagem constante e sistêmica, ou transformados em desertos.

Por tudo isso, quero destacar que já passou da hora de quebrarmos esse ciclo e dotarmos a região semiárida nordestina de uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável, uma estratégia para o combate ao processo de desertificação. Devem-se promover ações de convivência com o clima semiárido que compatibilizem, de maneira sustentável, o acesso e o uso consciente da água com os objetivos de desenvolvimento econômico regional.

Vou solicitar a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que me permita a publicação integral do nosso pronunciamento, onde faço uma análise mais detalhada dessa situação de gravidade frente à possibilidade de desertificação do Semiárido nordestino, onde destaco também, além da necessidade de termos ações estruturantes, políticas estruturantes de combate a essa realidade, que, na próxima sexta-feira, está prevista a ida da Presidente Dilma Rousseff a Salvador, para lançar o Plano Safra específico para o Semiárido.

Sem dúvida, é um momento em que as esperanças dos nordestinos se voltam e se acendem para que, nesse novo Plano Safra do Semiárido, estejam contempladas ações concretas que possam contribuir, de forma eficaz, para a recuperação e o fortalecimento da produção agrícola e dos rebanhos, e que, com isso, também se garanta a segurança produtiva do Nordeste, além, é claro, de uma solução real para a situação das dívidas dos produtores.

Era o que eu tinha a dizer neste momento. Fiz uma síntese do pronunciamento, que é mais longo, para

permitir a mim mesma correr para participar de uma reunião e depois viajar, e permitir, também, a palavra do Senador Amorim.

Muito obrigada.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA**

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, na passagem do Dia Mundial do Combate à Seca e à Desertificação, celebrado anualmente em 17 de junho desde 1995, somos levados a algumas reflexões sobre como lidamos com esse problema em nosso País, particularmente na região do semiárido brasileiro.

Sofrendo com a maior estiagem dos últimos 50 anos, a região Nordeste atravessa - no que já se configurou em trágica rotina - mais um grave e terrível período de seca, levando milhões de sertanejas e sertanejos ao mais absoluto desalento.

São cerca de 36 milhões de habitantes em 1,200 municípios, Senhor Presidente, que convivem, direta ou indiretamente, com as graves conseqüências da estiagem prolongada, seja no meio urbano ou rural. E pior: com a perspectiva de que tal condição se perenize, por meio do processo de desertificação dessas áreas. Com isso, lavouras e pastagens viram grandes terras áridas, sem qualquer viabilidade produtiva, verdadeiras feridas que se formam no meio do semiárido.

A cada ano, meus caros colegas, aumenta a área dos núcleos de desertificação intensa do semiárido nordestino, de maneira grave e preocupante. Abrangendo área superior a 18.700 quilômetros quadrados, cerca de 10% da região semiárida já se encontra, hoje, nesse apreensivo e preocupante estado de iminente deserto.

Muitas vezes inconseqüente e irresponsável, a ação humana intensifica e amplia essa paulatina perda de capacidade produtiva dos ecossistemas, erodindo gradualmente a terra, sua flora e sua fauna. Atividades agropecuárias insustentáveis e feitas de modo arcaico aliam-se às intempéries climáticas e à falta de políticas públicas permanentes e focadas no tema para, em uma trágica combinação, comporem o atual quadro de avanço desse desolador e preocupante fenômeno.

Essas zonas desertificadas, Senhoras e Senhores Senadores, ao se transformarem em áreas degradadas e de difícil recuperação, acabam por gerar profundos problemas sociais, econômicos e culturais cujas soluções perpassam os órgãos ambientais e atingem todas as instâncias dos poderes públicos constituídos, seja em esfera nacional, estadual ou municipal.

Na região Nordeste, identificam-se em estágio mais avançado de desertificação as áreas dos municípios de Gibués, no Piauí; Irauçuba, no Ceará; Seridó, no Rio Grande do Norte; e Cabrobó, em Pernambuco, onde os efeitos destrutivos em suas capacidades produtivas já são largamente sentidos pela população. No meu Estado, a Bahia, onde 258 dos 417 municípios estão localizados em áreas da região do semiárido - e por isso sujeitos ao processo de desertificação -, estima-se que, mantido o atual processo de degradação, mais de 60% dessas áreas estarão, em 50 anos, com seus ecossistemas absolutamente comprometidos pela estiagem constante e sistêmica, ou transformados em desertos.

Dessa forma, o iminente processo de desertificação - ocasionando desde a perda inicial da biodiversidade e dos recursos hídricos, passando pela erosão agressiva do solo e chegando até a completa inutilização de suas terras -, acabará por impor um aumento ainda maior da miséria e da pobreza, isso em uma região historicamente marcada pela dificuldade econômica e produtiva.

Nesse sentido, Sr. Presidente, já passou da hora de quebrarmos esse ciclo e dotarmos a região semiárida nordestina de uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável, planejado e que vá além dos paliativos de sempre, que não somente têm se mostrado ineficazes como podem, no médio e longo prazo, agravar sobremaneira o problema.

Assim, como estratégia maior para o combate ao processo de desertificação, deve-se promover ações de convivência com o clima semiárido que compatibilizem, de maneira sustentável, o acesso e o uso consciente da água com os objetivos de desenvolvimento econômico regional.

Nessa perspectiva, o ensino da tecnologia da utilização adequada do solo, combatendo as queimadas e seu esgotamento pelo mau uso dos recursos hídricos, surge como medida prioritária e essencial para a revitalização e recuperação dos mananciais em perigo, além do manejo agrícola adequado como alternativa para conter os processos de desertificação.

Por outro lado, Sr. Presidente, faz-se necessário o desenvolvimento de tecnologias produtivas específicas e direcionadas para o semiárido, superando velhos dilemas, estigmas e contradições por meio da inovação e da capacitação empreendedora de seus agentes econômicos.

Ademais, minhas Sr<sup>as</sup> e meus Srs. Senadores, as soluções para o problema não podem ser induzidas e administradas de maneira abstrata e genérica, como fórmula única. Devem ser, ao contrário, fruto da própria condição e da cultura associada ao meio, cuja

riqueza e diversidade são inversamente proporcionais aos recursos econômicos para lá destinados.

Dessa forma, poderemos mitigar o problema da seca e combater o processo de desertificação em nossa região semiárida, sem perder o foco maior na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento econômico e, principalmente, no respeito e na manutenção da gente sertaneja no seu lugar de fato e de direito.

Sr. Presidente, na próxima sexta-feira, 21 de julho, está prevista a ida da Presidente Dilma Rousseff à Salvador para lançar Plano Safra específico para o semiárido. É, sem dúvida, um momento que enche de esperança os milhares de agricultores e produtores tão sofridos pela seca.

Espero que neste plano para o semiárido estejam contempladas ações concretas que possam contribuir de forma eficaz para com a recuperação e o fortalecimento da produção agrícola e dos rebanhos e que, com isso, se garanta segurança produtiva para o Nordeste, além é claro, de uma solução real para a situação das dívidas dos produtores.

Era o que tinha a dizer, neste momento em que registro o Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata, só permita, que eu já acertei aqui, no exercício da Presidência, que nós mandaríamos, em nome da Mesa, a solicitação proposta por V. Ex<sup>a</sup> para que o ex-prefeito e atual Governador Tarso Genro remeta para nós esse trabalho acumulado, que V. Ex<sup>a</sup> descreveu muito bem, como forma de diminuir o valor da tarifa das passagens.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E V. Ex<sup>a</sup> será atendida, na forma do Regimento, quanto à publicação, na íntegra, do seu pronunciamento.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo discurso. Com certeza, ajudou a todos.

De imediato, passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, pela Liderança do PSC, com toda a atenção do Deputado Pastor Antônio no plenário, do seu Partido.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, agradeço à Senadora Ana Rita, pela gentileza de ter cedido a vez dela; também à Senadora Lídice da Mata; ao meu amigo aqui presente, com muita honra, o Pastor Antônio, uma referência para todos nós na política do nosso



Estado e na política brasileira. Obrigado, Pastor, pela sua presença entre nós.

Ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, Sr. Presidente, o Brasil vive um novo momento, um momento marcante na nossa história, um momento, eu diria, de redescobrimto. Basta, chega!

Há mais de três meses, temos advertido os governantes, em particular os governantes do meu Estado, o Estado de Sergipe, dos sinais de insatisfação, do clamor e da indignação vindos das ruas, protestando com veemência contra os serviços públicos, de qualidade que deixa muito a desejar. Muitas vezes, Sr. Presidente, de péssima qualidade, especialmente em áreas tão importantes, tão estratégicas para a vida de cada um de nós, principalmente daqueles mais necessitados, na área da saúde, da segurança e da educação. O distanciamento dos governantes do povo, o descaso com salários e direitos dos trabalhadores, principalmente de servidores públicos, atos de corrupção e de desperdício do dinheiro público, a falta de qualidade do gasto público, a impunidade, o aumento de passagens do transporte – portanto, não é só o aumento das passagens do transporte urbano, a meu ver, a razão desse clamor, dessa ida às ruas dos jovens, adolescentes e de toda a sociedade brasileira, em todos os cantos deste País –, taxa e impostos pesadíssimos, descontrole da economia, a volta da inflação, enfim, desmandos e mazelas de todos os tipos, tudo isso já vinha sendo detectado nas ruas, nas nossas cidades e, claro, era uma simples questão de tempo, logo esse vulcão social teria mesmo que explodir, e a população iria para as ruas, como estamos assistindo.

Em nossos discursos e entrevistas, inclusive em nossa propaganda partidária na TV e no rádio, temos dito que esse modelo político que aí está fracassou, comprova-se ineficaz – é preciso renová-lo – e muitas vezes ultrapassado, e sem representatividade legítima do sentimento popular, em muitos cantos deste País.

Entendemos também que novas práticas políticas concretamente marcadas por transparência, participação popular, políticas públicas modernas e inovadoras, prioridades verdadeiramente sociais presentes na ação de governo e, principalmente, gestão pública correta e eficiente precisam ser implementadas imediatamente, em todos níveis de governo. Já não dá mais para esperar, Sr. Presidente. Já não dá mais para ficar calado, já não dá mais para ver tanto sofrimento, embora pisemos o melhor solo do Planeta, com toda a convicção. Se Deus não é brasileiro, com certeza, Ele é extremamente generoso com os brasileiros, ao nos colocar sobre o melhor solo deste Planeta.

É isso que o povo quer, é essa resposta que todos nós, líderes e dirigentes políticos deste País, precisamos dar ao nosso povo e à nossa gente. O que é público é sagrado, é coisa de não apenas um dono, mas de milhões e milhões de donos, que é toda a Nação brasileira.

Atentos à voz forte das ruas e sabedores da importância da juventude em todo o processo de renovação política e transformação social, lançamos, com as lideranças do PSC Jovem no nosso Estado, o programa Pra Seu Governo, um movimento que nem imaginávamos que fôssemos ver nas ruas, Pastor Antônio, um movimento de mobilização da juventude sergipana para consultar diretamente a população, ouvindo seus anseios mais profundos, registrando fielmente suas reivindicações, e, em seguida, com o apoio acadêmico de especialistas nas diversas matérias, e o conhecimento, o comprometimento do socialismo cristão da nossa base política para formularmos, juntos, um novo conjunto de políticas públicas e de métodos de governação que funcionem de verdade e atendam à realidade desses novos tempos.

Por tudo isso, compreendemos e apoiamos firmemente as manifestações da juventude, de todas as idades, nas ruas das cidades do nosso País, desde que democráticas, sempre ordeiras, repito, sempre ordeiras, e pacíficas, sem atos de violência da parte dos promotores dos eventos e dos setores de segurança do Estado.

Longe de gerar instabilidade na ordem política e social do País, essas manifestações da juventude, juventude de todas as idades, daqueles que não suportam mais, sejam os congestionamentos das cidades, sejam os preços altíssimos dos transportes coletivos, seja a ineficiência desses transportes coletivos, seja pelas pessoas que saem de suas casas e muitas vezes perdem três, quatro horas para irem ao trabalho e ganhar um salário mínimo, digo, que dispensam só no transporte um terço ou um quarto do tempo diário.

É preciso repensar tudo isso, Sr. Presidente. É preciso captar essa acessibilidade e refletirmos que estamos vivendo um novo momento, quem sabe, vivendo um novo redescobrimto.

Este País tem jeito! A dor social é grande; a dor social é enorme e, como especialista na dor física, como médico que sou, acredito também na cura da dor social deste País.

Do que precisamos? Qual o remédio? Atitude, atitude que passa pelo princípio da sinceridade, do zelo público e da inovação de um olhar para o presente e, com certeza, para um futuro muito melhor.

A juventude, que fortalece a democracia, testa positivamente o valor e a solidez das nossas instituições

e – retiradas as cenas episódicas de puro e condenável vandalismo – dá a este País, ao nosso querido Brasil, ao povo brasileiro, ao mundo inteiro lições de amor à Pátria, lição de amor a esse solo, a esse povo e a essa gente de exercício pleno da nossa renovada cidadania.

Este País tem jeito, Sr. Presidente! Este País tem jeito, e o jeito, com certeza, passa pelas atitudes de cada um de nós, em qualquer nível, em qualquer função, em qualquer missão. Eu acredito muito nisso, eu sonho muito com isso, vejo essas manifestações e fico feliz com elas, mas volto a repetir, têm que ser ordeiras, têm que ser pacíficas e, com certeza, têm que ter o propósito de dizer: “Basta, é hora de mudarmos para melhor o rumo deste País, desta Nação.”

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

Mais uma vez agradeço à Senadora Ana Rita pela compreensão de ter cedido a sua vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim, que falou pela Liderança do PSC, meus cumprimentos pelo pronunciamento apoiando os movimentos e, ao mesmo tempo, pedindo “Não à violência!”, “Não à provocação!”

O Senador Magno Malta, neste momento chega ao Plenário, já está inscrito. Eu chamo à tribuna a Senadora Ana Rita.

Permita, Senadora Ana Rita, que eu diga que recebi aqui diversas mensagens falando da emoção que foi hoje o jogo em Fortaleza na chamada Arena Castelão. E aqui me disseram: “Paim, diga aí também, já que todo mundo fala, que o povo cantou o Hino Nacional de pé e foi muito forte aquela frase, eles cantando: Sou brasileiro, com muito orgulho.” Acho que isso mostra a força deste povo que sabe protestar pacificamente e sabe prestigiar um espetáculo. Ninguém aqui no Brasil vai dizer que o nosso povo, na sua ampla maioria, não gosta de futebol.

Então, ao mesmo tempo em que a gente apoia os movimentos pacíficos, temos também que elogiar como foi esse evento no qual o Brasil ganha por 2 x 0 e o povo canta: “Sou brasileiro sim com muito orgulho.”

A palavra está com a Senadora Ana Rita, com muito orgulho, eu diria, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada Senador Paulo Paim, nosso companheiro que ora preside esta sessão.

Eu quero dizer também ao Senador Eduardo Amorim que foi um prazer conceder o tempo que me era destinado para que ele pudesse também se manifestar da tribuna hoje.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, cumprimentar também todos os Senadores, as Senadoras, os ouvintes da Rádio Senado, os telespectadores da TV Senado.

Venho a esta tribuna nesta tarde de hoje enaltecer, Sr. Presidente, a iniciativa do Governo Federal de lançar o programa Minha Casa Melhor, disponibilizando linha de financiamento de R\$18,7 bilhões para a compra de móveis e eletrodomésticos por beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. Desde o seu lançamento, na última quarta-feira, mais de 12 mil famílias já fizeram adesão ao programa.

Com a medida, o Governo Federal pretende contribuir, de maneira direta, para movimentar a economia brasileira, impulsionar a atividade industrial, gerar mais empregos e possibilitar que as famílias brasileiras, principalmente as de baixa renda, tenham facilitado o acesso a uma série de utensílios domésticos, que irão tornar mais confortáveis e dignas as vidas dessas famílias.

O pré-requisito para acessar o financiamento de até R\$5 mil, com taxa de juros de 5% ao ano e prazo de até 48 meses para pagar, é estar em dia com as prestações do imóvel. Com os recursos, as famílias poderão comprar móveis e eletrodomésticos, tais como, televisão, geladeira, sofá, computador e máquina de lavar.

Portanto, além de realizar o sonho da casa própria de milhões de brasileiros e brasileiras, agora o Governo Federal cria as condições para que essas famílias tenham a chance de ver a sua casa mobiliada.

Com juros baixos, o programa dará oportunidade para que as famílias de baixa renda possam garantir crédito de boa qualidade, tendo em vista a dificuldade que essa parcela da população tem de conseguir crédito mais barato no mercado.

A taxa de juros de 5% ao ano, ofertada por meio de cartão de crédito da Caixa Econômica Federal, está muitíssimo abaixo do que é comumente praticado no mercado financeiro brasileiro. A taxa média anual cobrada pelo crediário é bem salgada, chegando a ser de 61% para eletrodomésticos, 96% para decoração, podendo chegar a 93% em se tratando de artigos para o lar.

O Minha Casa Melhor terá grande impacto nas classes C e D, pois apenas 50% desse segmento tem acesso ao crédito. Muitos deles, com certeza, estarão contraindo um empréstimo pela primeira vez, o que lhes permitirá o acesso a bens de consumo hoje considerados fundamentais em qualquer sociedade moderna.

O programa segue a linha de outras políticas adotadas pelo Governo Federal, com vistas a erradicar a miséria e fortalecer a economia por meio da melhoria das condições de vida da população e a reduzir as desigualdades.

É provável que os móveis e eletrodomésticos que compõem a lista do programa possam ser comuns a uma parcela significativa da sociedade brasileira que a cada ano tem elevado seu padrão de consumo.

No entanto, Sr. Presidente, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada em 2010 pelo IBGE, demonstram que esses bens, embora estejam mais presentes nos lares brasileiros; ainda não foram totalmente democratizados.

De 2004 a 2009, o total de domicílios com máquina de lavar roupa cresceu de 34,5% para 44,3%; já o número das residências com algum tipo de telefone subiu de 65,4% para 84,3%, e o de casas que possuem computador mais que dobrou, passando de 16,3% para 34,7%. A presença de todos os outros bens também aumentou no período, mas com crescimento mais discreto.

Com relação ao computador, o levantamento mostra que, em 2009, 35% das moradias brasileiras (20,3 milhões) tinham o equipamento, sendo que 27,4% (16 milhões) contavam com acesso à Internet.

A entrada de novos produtos nas casas dos brasileiros e brasileiras é maior nas Regiões Norte e Nordeste do que nas demais áreas. No caso do computador, por exemplo, enquanto no Sudeste, Centro-Oeste e Sul o número de residências com o equipamento cresceu cerca de duas vezes entre 2004 e 2009, no Norte e Nordeste o aumento foi, em média, de três vezes.

Os números demonstram a necessidade da efetiva implementação do Plano Nacional de Banda Larga, para que seja cada vez mais ampliado o acesso à Internet no Brasil, de qualidade e a preços módicos, como pressuposto de garantir a democratização do acesso à informação e às novas tecnologias de comunicação.

Do ponto de vista macroeconômico, a iniciativa é extremamente acertada, sobretudo num momento em que o mundo enfrenta uma forte crise, com repercussões no crescimento tímido da economia de diversos países, tendo forte impacto também nos índices de crescimento econômico brasileiros.

Desde a deflagração da crise de 2008/2009 o Governo Federal vem adotando uma série de medidas anticíclicas para garantir que o Brasil continue se desenvolvendo, gerando emprego e renda e diminuindo as desigualdades.

Nesse sentido, é muito oportuna a iniciativa do programa Minha Casa Melhor, como instrumento dinamizador da economia, que sem dúvida irá impulsionar a expansão mercado interno brasileiro, um dos grandes responsáveis pelo equilíbrio econômico do País, pelo aumento significativo da renda de setores mais populares e pelo combate à desigualdade social.

Sr. Presidente, com relação a este tema é isso que eu tenho para o momento, mas gostaria também de aproveitar esta oportunidade para fazer uma leitura da nota da Comissão de Direitos Humanos daqui do Senado sobre as manifestações no País.

Esta nota foi lida na última reunião, conforme V. Ex<sup>a</sup> acompanhou, mas eu gostaria de também fazer a leitura aqui, para manifestar a posição da Comissão de Direitos Humanos.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal considera legítimas e próprias da democracia as manifestações populares ocorridas, nos últimos dias, em várias cidades do País. Acompanhamos de perto as mobilizações, repudiamos e estamos atentos à repressão contra os manifestantes. Condenamos e vemos com preocupação atos isolados de depredação do patrimônio público que só incitam a violência e não contribuem para o processo democrático de uma sociedade de paz e socialmente justa.

Lembramos que a Constituição Federal assegura aos brasileiros e às brasileiras o direito de livre manifestação e as ruas são o canal natural para o seu exercício. Aplaudimos e apoiamos o legítimo direito à luta!

Consideramos que a questão social não é caso de polícia e não deve ser tratada dessa maneira, como ocorreu em algumas cidades onde os protestos aconteceram. Atos isolados de provocadores não justificam o uso da força contra quem luta por uma vida melhor. O direito à livre manifestação foi conquistado duramente e não podemos permitir que seja ameaçado. É natural que à medida que a sociedade avança novas demandas surjam.

Consideramos, ainda, que frente às legítimas reivindicações de setores da população, cabe aos governos em todos os níveis negociar. As manifestações das juventudes brasileiras demonstram que a insatisfação com o transporte público não se limita ao preço da tarifa.

As manifestações mostram uma reação contra um modelo que privilegia a lucratividade da iniciativa privada, que explora economicamente o direito fundamental de mobilidade, que é especialmente prejudicado nas regiões metropolitanas.

O acesso à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à comunicação e ao transporte público de qualidade ainda é distribuído de maneira desigual em nosso País, embora sejam inegáveis os inúmeros avanços

ocorridos nos últimos 10 anos. A isto se agrega a violência, que atinge especialmente os jovens negros das periferias e os setores populares. Por isto, a CDH do Senado conclama os governos a buscarem o caminho da mediação, do diálogo e da negociação com os manifestantes e a apurarem rigorosamente todos os excessos cometidos pelas forças policiais. A violência não faz parte de uma sociedade democrática.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria, aqui, de manifestar. Acho que este é um momento extremamente importante para todos nós, brasileiros e brasileiras. É um momento, inclusive, de muita reflexão por parte de todos os setores da sociedade, em especial por parte dos órgãos públicos, dos setores públicos, para que possamos fazer uma leitura adequada e correta desse movimento, que, num tempo muito curto, tomou praticamente todas as ruas do nosso País.

Então, quero aqui manifestar, mais uma vez, todo nosso apoio a esse movimento. É importante que a sociedade se manifeste de forma democrática, de forma que venha fortalecer as lutas e o clamor da nossa população.

Também cabe a nós, como Senado Federal, como Poder Legislativo, acolher essas demandas do Senado e dar as respostas efetivas que a população merece e de que precisa.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Rita.

Permita-me, ao mesmo tempo em que a cumprimento pela nota que V. Ex<sup>a</sup>, com toda autoridade, divulga em nome da Comissão de Direitos Humanos, dizer-lhe que tomei a liberdade – V. Ex<sup>a</sup> deve ter visto – de encaminhar dois pedidos de audiência: um em nossa Comissão, para refletirmos sobre esse movimento da juventude brasileira, e outro em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais.

Debater, dialogar, conversar, tudo isso é muito positivo. Por isso, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse momento eu vou lhe dar a palavra pela ordem, mas eu vou passar a palavra, vou convidar para vir à tribuna o nosso querido Senador João Capiberibe. Eu permutei com V. Ex<sup>a</sup> para que V. Ex<sup>a</sup> pudesse usar

a palavra, V. Ex<sup>a</sup> que está aí toda a tarde esperando para poder subir à tribuna.

Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, serei breve, inclusive para ter o prazer de ouvir meu colega de Bancada, meu companheiro, Senador João Capiberibe.

Eu queria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, que fosse justificada a minha ausência na votação nominal da Mensagem nº 32, de 2013, de indicação do Sr. Denis Fontes de Souza Pinto para o cargo de Embaixador brasileiro no Estado da Cidade do Vaticano. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> para, dentro da lista, obviamente, fazer a nossa inscrição. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito, e eu faço questão de estar na Presidência para ouvi-lo, Senador Randolfe Rodrigues.

Senador João Capiberibe, para mim é uma alegria, V. Ex<sup>a</sup> sabe, ouvi-lo. V. Ex<sup>a</sup> dá uma verdadeira aula na visão que tem da conjuntura nacional. Eu me sinto orgulhoso de estar na Presidência para ouvi-los neste momento.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, o Brasil ganhou de 2 a 0, mas eu não senti – eu estava acompanhando pelas redes sociais – grandes emoções nessa vitória. Eu concluo que o futebol deixou de ser o ópio do povo e eu tenho a sensação de que ele se transformou num instrumento de reflexão, de conscientização e de tomada de posição coletiva. É essa sensação que me dá.

As ruas das cidades brasileiras estão tomadas por uma avalanche de pessoas que exigem mais da democracia. É verdade, sim, que a democracia brasileira só fez bem ao País. Algumas conquistas, alguns avanços, e a sensação que eu tenho é que o povo provou, gostou e quer mais.

E cabe a nós essa tarefa de oferecer mais à sociedade brasileira. Eu tenho refletido sobre os últimos acontecimentos. As manifestações apresentam uma pauta muito grande, que vai da educação até o posicionamento ético das instituições brasileiras. É verdade que, nos últimos anos, nós demos um salto importante para chegarmos ao que chegamos.

Inicialmente, controlamos a inflação e passamos a ter memória do dinheiro, e isso é muito importante. É tão importante que, no último ano, vimos o crescimento da inflação, e as pessoas se deram conta rapidamente de que os preços estavam subindo, e isso também

faz parte da insatisfação. É verdade que os salários subiram; o salário mínimo, que V. Ex<sup>a</sup> defendeu a vida toda, Senador Paulo Paim, recuperou a parte do seu poder de compra. Mas, no último ano, houve, sim, um crescimento da inflação. As conquistas da democracia, eu diria, bateram no teto, e cabe a nós, mesmo que essa pauta ampla que faz parte dos protestos e das manifestações não esteja nas mãos das lideranças, e nós temos dificuldade de identificar. De uma coisa nós sabemos: os partidos políticos não fazem parte dessas manifestações; as centrais sindicais, tampouco; as corporações patronais, idem.

Ora, a sociedade brasileira é uma sociedade conduzida por essas organizações sociais. Se elas não estão envolvidas na manifestação, quem é que está? É o povo brasileiro. É aquele que passa 3h, 4h, de uma jornada de 24h, dentro de um ônibus, para se deslocar da sua casa ao local de trabalho.

Se algumas coisas avançaram, eu posso citar no meu Estado, porque eu venho de um Estado periférico, um Estado periférico de um País periférico, e, no meu Estado, muitas conquistas aconteceram. E se percebe a extensão do braço da União, o braço generoso da União chegando lá através do Bolsa Família, através da eletrificação, do Luz para Todos, através do programa de habitação. No entanto, a minha cidade de Macapá piorou muito: em trânsito, em mobilidade urbana, em transporte coletivo – nós não temos política de transporte coletivo. E, aqui, eu entro numa questão que me parece muito importante: nós temos um grave problema de mobilidade urbana, eu não sei se talvez seja o mesmo ou um pouco melhor lá em Porto Alegre, mas, em São Paulo, é uma tragédia – é uma tragédia tão grande que há rodízio. Imagine: o cidadão passa uma vida sonhando em comprar o carro; compra o carro e, aí, não pode usá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para contribuir: em Porto Alegre não é diferente.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – É a mesma coisa.

Então, nisso, as nossas cidades pioraram, e o povo brasileiro mora nas cidades hoje, o País se tornou muito mais urbano. Então, essa é uma questão para a qual precisamos dar respostas, dar respostas urgentes.

Há a questão da segurança, que é outra tragédia – da segurança ou da insegurança coletiva que nós vivemos em nossas cidades. E um país continental como o Brasil não tem uma política nacional de segurança para os seus cidadãos, segurança capaz de unificar os Estados brasileiros para garantir que vivamos em paz e com liberdade para andar nas ruas de nossas cidades.

E há outra questão, que é um comportamento que me parece ser congênito nas instituições públicas do

Brasil: a questão ética. A desconfiança da sociedade brasileira se generalizou e se aprofundou nos últimos tempos. Já foi citada aqui por um Senador a pesquisa do Datafolha em relação ao Executivo, em relação à queda de credibilidade nas instituições – deram até uma palavra interessante para medir o conceito que tem a sociedade em relação ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário.

O Legislativo e o Executivo são frutos da política, e a política é um instrumento de constituição do poder, e a política tem uma participação direta do cidadão. A política não é exclusividade dos políticos, é o cidadão que nos escolhe. Esta sociedade é resultado das nossas escolhas na democracia.

Agora, é preciso fazer uma pausa para dizer que nós não temos tradição democrática em nosso País. Nós estamos vivendo o mais longo período, o mais longo – digamos – verão democrático da história brasileira. É esse que se iniciou em 1985, numa conciliação capaz de colocar de novo o País no caminho da democracia. Então, nós não temos essa tradição, não temos partidos políticos também com essa tradição democrática.

A conclusão a que chego é que a responsabilidade cabe a nós. Não está na hora de buscarmos culpados fora deste plenário. Não, estão aqui dentro. Nós somos responsáveis, sim, pela condução deste País; a responsabilidade pertence às instituições brasileiras que não conseguiram continuar ofertando aquilo que a sociedade almeja e espera.

Mas agora a exigência e a urgência, digamos, em dar respostas aumentou. O povo está na rua e vai vir aqui, para a nossa porta. E nós vamos ter de apresentar... Nós temos de debater, como Senadores, que resposta nós vamos dar. Não existe uma pauta definida. Ela é ampla, mas eu tenho uma identificação muito grande: Eu quero uma qualidade de educação melhor; eu quero uma saúde ampliada, de mais qualidade; eu quero mobilidade urbana; eu quero viver em uma cidade em que eu possa andar com liberdade. Eu tenho uma identidade com essas reivindicações. Agora, é claro que nós temos de dar respostas, e essas respostas vão ser exigidas dos tomadores de decisões. E foi para isso que a sociedade nos mandou para cá.

É verdade que eles não se sentem representados. E é claro que não se sentem representados pelos partidos políticos e por nós, que aqui estamos, e tampouco se sentem representados pelas suas representações sindicais, porque eles não aceitam nem a participação das suas corporações sindicais. Então, é hora para atentarmos para isso.

Mas nessa queda vertiginosa, que foi citada aqui, de avaliação das instituições públicas brasileiras, a que mais surpreende é a avaliação do Judiciário. É verdade

que foi avaliada a Justiça de São Paulo, mas eu acho que eu não pecaria em generalizar. O povo brasileiro não acredita na Justiça, até porque a Justiça tem o braço curto; ela é caolha, não consegue enxergar a sociedade como um todo; ela pune preferencialmente os pobres e protege os ricos.

Esse é o conceito que o povo brasileiro tem do nosso Judiciário. Ele precisa dar respostas, nós precisamos responder a esses questionamentos.

Essa mobilização já não é mais só da juventude. Aliás, essa é uma juventude que nasceu e cresceu na democracia, não tem as marcas – que nós trazemos no corpo – da ditadura. Cresceram na democracia e isso tem um valor muito importante. Meus filhos também cresceram na democracia e têm um conceito diferente de sociedade daquele que nós tínhamos. Lutávamos pelo simples direito de chegar aqui e nos manifestar, dizer o que pensávamos. Era essa a nossa luta por liberdade política. Agora, é um pouco diferente. Essa sociedade, esses jovens que estão indo à rua, querem um futuro melhor. Muito bem, foi-lhes ofertada a possibilidade de fazer um ensino superior, o ProUni abriu as portas para que milhões de jovens ingressassem na universidade. Saíram de lá com um canudo e querem um bom emprego. Só que esse bom emprego não existe, esse bom emprego lhes escapa das mãos. Isso cria, então, um sentimento de profunda insatisfação.

Creio que um dos aspectos que aparecem em todas as manifestações no País é a questão da corrupção. Confesso que sempre considerei a importância das redes sociais. Desde que entrei nas redes sociais – no Twitter inicialmente, desde os primeiros dias, depois no Facebook –, participo ativamente dos debates e sei que a sociedade, em rede, se tornou mais bem informada porque tem acesso à fonte da informação, não precisa de intermediários. O Presidente Paim já vai tuitar aí, já vai entrar em contato com os seus seguidores. É muito rápido. Essa nossa conversa, se fosse na hora do jogo do Brasil, talvez não tivéssemos... Nem sei se o tamanho da audiência foi colocado aqui por um parlamentar porque o futebol, como disse, deixou de ser o ópio do povo. As pessoas estão muito mais preocupadas com a sua realidade. Então, é uma questão ética.

Então, eu volto à questão ética. E, desde que eu entrei aqui, eu tenho essa preocupação. Aliás, desde que eu entrei na vida pública, eu tenho a preocupação de aproximar o cidadão do Poder Público. E, para isso, eu trabalhei muito a questão da transparência dos gastos públicos.

E a minha expectativa e a minha esperança eram de que, uma vez estabelecida em lei a obrigatoriedade, se colocasse na rede mundial de computadores – porque eu acho que as redes sociais podem se trans-

formar no ágora da democracia, no grande encontro da democracia – detalhadamente as suas despesas na Internet e que a sociedade em rede se apoderasse desse instrumento. O que não aconteceu até agora.

Da mesma forma como as redes sociais influenciaram a ida do povo às ruas, eu tenho muita esperança de que as redes sociais, em algum momento, se apoderem do instrumento da transparência e passem a controlar os gastos públicos. Eu tenho certeza de que, se nós tivéssemos tido a capacidade de controlar os gastos na construção das arenas, os preços teriam sido menores. Enfim... E, para finalizar...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, me permite, já que V. Ex<sup>a</sup> vai terminar.

Eu estou acompanhando o seu pronunciamento e eu tenho uma análise semelhante à de V. Ex<sup>a</sup>. Eu não consigo, ainda, assimilar que o povo brasileiro deixou de gostar de futebol. Para mim, o povo brasileiro gosta de futebol. E por que eu fiz o aparte agora a V. Ex<sup>a</sup>? Porque o povo brasileiro não aceitou – e não aceita – o gasto exagerado, até de superfaturamento dos estádios. Fiquei quase toda a tarde presidindo, iniciei às 14 horas, o Senador Renan veio e fez a Ordem do Dia, em seguida eu voltei para cá, mas dizem que o mesmo povo que está na rua, corretamente – e eu concordo com V. Ex<sup>a</sup> –, cantando inclusive o Hino Nacional, cantou o Hino Nacional de forma muito bonita lá em Fortaleza. No final, foi uma única voz, dizendo: “Sou brasileiro, sim, com muito orgulho.”

O que isso mostra? Que o povo brasileiro sabe protestar, sabe reivindicar, está combatendo a corrupção e a impunidade, tem uma pauta, que V. Ex<sup>a</sup> descreveu muito bem, mas, ao mesmo tempo, ele sabe que o futebol é uma marca deste País. E nós não vamos deixar que nos tirem essa marca por toda a nossa história. E continuaremos avançando. E eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>, futebol não pode ser o ópio, mas, por outro lado, ele é um espaço de lazer que o nosso povo merece. E por que eu fiz um aparte agora? Porque V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem que o povo brasileiro está protestando de acordo com o gasto exagerado, até superfaturamento de muitos desses estádios. Nisso, de fato, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão.

Desculpe-me, mas eu precisava fazer um comentário.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Não, não, claro. Foi um prazer. Imagina. Não é todo mundo que tem direito a um aparte do Presidente. É uma satisfação grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Eu finalizo, dizendo que ao Brasil não me parece que

fosse tão urgente sediar esses dois grandes eventos, até porque, de alguns anos para cá, o Brasil passou a ter relevância no cenário internacional, e grande relevância. Poderia até se preparar um pouco melhor para sediar esses jogos, ofertando alguns serviços básicos, universalizando esses serviços básicos, como universalizou a educação, mas falta qualidade, como ampliou a saúde, mas falta qualidade.

Enfim, eu gostaria de discutir mais quais são as alternativas que nós vamos oferecer a essas pessoas que exigem um posicionamento, porque, na verdade, não estão nos cobrando, porque não nos procuraram para conversar. Nós é que temos que nos adiantar, e eu acho que pode ser talvez a reforma política, repensar o nosso Judiciário, repensar as nossas instituições.

Eu acho que a gente deveria conversar com o Presidente, com a Mesa, e transformar o plenário num debate amplo, sem a intermediação das Lideranças, em que todos pudessem falar aqui no plenário o que está sentindo, encaminhando propostas, e alguém escrevendo essas propostas, porque aqui há homens experientes. Há homens de muita experiência, que lidaram e lidam com a coisa pública, depois de muitos anos. Acho que até o formato do debate, para podermos atender à exigência da sociedade, a exigência que vem das ruas, eu acho que temos que pensar também no formato aqui no nosso Senado, a forma de debater.

Era isso, Sr. Presidente. Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe. Como sempre, um discurso muito firme e muito claro.

Neste momento, eu passo a palavra ao Senador Magno Malta, na certeza de que, depois que falar, ele virá presidir, para que eu possa também, já que eu passei a tarde toda aqui presidindo praticamente, usar da palavra, para também refletir um pouco mais sobre este momento por que o País passa. Nós que estamos sempre, eu diria, até aplaudindo a mobilização e sempre pedindo que “violência, não”. A mobilização será vitoriosa se não houver violência.

Senador Magno Malta com a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, senhores e senhoras telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, aqueles que acompanham esta Casa pelas redes sociais, tão importantes.

Sr. Presidente, neste meu tempo, pretendo falar de três assuntos. Primeiro, quero abraçar uma população muito simples, do interior do meu Estado, naquela área do noroeste, a partir de Barra de São Francisco, onde tenho pessoas queridas, muito caras, onde tenho familiares também, que migraram do Nordeste e foram

abraçados por aquela cidade há tantos anos. Temos lá o Moabe Souza, líder partidário, companheiro nosso de muito tempo. Lá tenho irmãos de fé, de profissão de fé, gente que comunga dos ideais que pregamos.

Sábado próximo passado, eu estive lá em Água Doce do Norte, na cidade de minha amiga Paula, ex-Vereadora, com seu marido Isaac, seus filhos e suas filhas, gente do coração da gente. Estive, mais especificamente, no Distrito de Santo Agostinho. Um distrito rico, uma área fria, onde se planta muito café, nessa terra do meu amigo Paulo Márcio e de seu irmão Marcelo. São grandes amigos e lideranças políticas importantes, pessoas de confissão de fé, gente comprometida. Meu amigo Veio do Querubim, que é o Presidente de meu Partido, que é também um plantador de café, gente simples e querida e que tive a oportunidade de estar na casa de todos eles.

Foi aniversário dos 50 anos da Igreja Batista daquele lugar. Quero abraçar o pastor e aqueles que por lá passaram quando nem mesmo havia estrada de chão para que o Evangelho chegasse àquele lugar. Mas lamento que uma comunidade que tem mais de duas mil pessoas, pois Água Doce do Norte é uma cidade pequena, mais para o noroeste do Estado, em nível médio. No entanto, lá não se consegue pegar celular, não há celular! Nós estamos globalizados pela Internet, por que tantas dificuldades e tantas tarifas tão caras?

Atendi a uma reivindicação lá de Santo Agostinho, do Paulo Márcio e do pessoal e também da Paula, por conta do Distrito de Rio Preto, local onde mora. A cidade é distrito de Água Doce do Norte. Tive um indicativo e marquei uma audiência aqui para que possamos, juntamente com o Ministro, ver qual a operadora mais próxima para que se possa fazer um planejamento. E aí é duro! Por isso as pessoas foram para as ruas. Quando as pessoas reclamam de tarifa... E já vou entrar em outro assunto... Como, em um Município importante, plantador de café, de onde saem riquezas, divisas, para o Estado de Espírito Santo, ainda hoje não se tem a possibilidade de ter o celular? O que há em casa são esses fixos, com uma série de engenharia, um monte de fio, um monte de gambiarra, para o cara subir o morro e ir. É um descaso!

Um dia desses, eu estive aqui com um cigano de barraca, lá de Baixo Guandu, chamado Lucas Cigano, que virou Vereador. Atrevido, ousado, querendo o Município dele de Baixo Guandu.

Há uma comunidade lá de Bananal, com quase três mil pessoas. Não têm celular! Que descaso é este? A quem cabe essas coisas? A quem cabe o exercício da influência? Eu penso que é ao mandante maior do Estado, aos homens públicos. Todos eles. Mas imagi-

ne você se o Governador faz um pedido desse, se as operadoras não vão atender numa área como esta.

Por exemplo, lá em Marilândia, há uma empresa que exporta café para o mundo, dentro de um distrito com dezenas e dezenas de empregados, tanto no campo quanto dentro da empresa. Você fica louco com o que vê lá, Senador Paim. Mas não tem celular. Eles pedem, e choram, e nada acontece.

Mas eu tive um indicativo, hoje, com o Senador Walter Pinheiro, que é do ramo da telecomunicação e que tem todo esse relacionamento. Ele me pediu só para fazer um mapeamento, porque nós vamos responder para essas comunidades.

Agradeço muito, em meu nome, que fui tão abraçado lá, em nome da minha esposa. Estávamos juntos lá nesse aniversário, nessa comunidade de pessoas tão queridas.

Aí eu digo: a exemplo do Brasil, lá no meu Estado, também as pessoas foram para a rua. Diz a Polícia Militar que era uma média de 20 mil pessoas numa passeata pacífica, como no Brasil.

É verdade que uns estavam na manifestação, e havia uma meia dúzia de manifestados, endemoninhados, quebrando tudo, saqueando. Até em São Paulo estavam saqueando, roubando. Destruíram os prédios históricos, a frente da Prefeitura. Vandalismo. Meia dúzia de vândalos.

A esses, a lei tem que ser aplicada, porque vai descaracterizar um movimento bonito de uma população que foi para a rua ordeiramente dizer: "Olha, nós queremos redução na passagem de ônibus". Quem é que pede redução em passagem de ônibus?

Olha só o fenômeno.

Por que cresce o movimento a partir das 17 horas? Porque o povo que trabalha no comércio, que depende do ônibus e para quem é tão importante R\$0,20, R\$0,30, R\$0,50, engrossa o coro. É a diarista, é a doméstica que depende do ônibus, é o servidor público que depende do ônibus, que depende do metrô, que depende do trem. O coro vai engrossando. E essa solidariedade nacional é uma coisa impressionante.

Não podemos comungar com vandalismo, com quebra-quebra, com saque. Ninguém pode aproveitar um movimento pacífico para poder colocar para fora o seu ódio, a sua falta de educação, o seu desejo de promover baderna. Aí o Estado tem que dar a proteção para o cidadão de bem que está fazendo um movimento pacífico, e proteger o patrimônio, tanto o patrimônio público como o patrimônio de terceiro. Eles não estão autorizados a depredar lojas, a roubar lojas, a acabar com um banco, a destruir caixa eletrônico, a fazer barricadas de fogo.

Lá no meu Estado, um movimento pacífico. E é isso que faz o povo ir para a rua, porque o povo está pedindo redução na passagem. Vou falar do meu Estado, porque é um Estado que tem tanto dinheiro para dar para empresário, porque é o paraíso dos incentivos fiscais o Espírito Santo. O Estado pertence a meia dúzia de empresários, não é nem de todos, que recebem esses chamados incentivos fiscais, que estão lá há dez anos.

A renúncia fiscal que fizeram é absolutamente maior do que a perda do Fundap. O Fundap, pelo qual ficamos aqui gritando, guerreando, é um café pequeno na frente de tanto incentivo que foi entregue de mão beijada para meia dúzia de pessoas ficarem mais milionárias ainda. E aí o povo diz: "se você tem tanto dinheiro, se o Estado tem tanto dinheiro para poder dar para empresário com incentivo, por que não tem dinheiro para subsidiar a passagem de ônibus para os mais pobres, dos estudantes? Qual é o raciocínio?" A pessoa mais simples vai pensar dessa forma e as pessoas que foram para as ruas querendo transporte público gratuito estão certas. Não tem tanto dinheiro para dar de incentivos? Ora, por que não tem como financiar, então, o transporte público para as pessoas?

As pessoas começam a pensar dessa forma. Elas foram para rua, pacificamente, dizer: olha, é preciso explicar esse paraíso de incentivo fiscal aqui, por que tantos têm muito e poucos não têm nada. É preciso explicar onde é que estão os R\$25 milhões do Posto fiscal de Mimoso do Sul, onde não tem um grão de areia. É difícil explicar. A não ser que a Lei de Responsabilidade Fiscal não valha para o Estado do Espírito Santo, só valha para o Brasil. Se valer para lá, não há como explicar o inexplicável. Você, com óculos 3D, não acha o que eles estão dizendo que havia lá. E R\$25 milhões dão para construir 600 casas populares, Senador Paim.

Essa soma desses incentivos fiscais há de vir à tona ainda. Então, o povo está indo para a rua e dizendo assim: cadê? Nós estamos precisando dessas 600 casas. São 600 famílias na rua, debaixo da ponte, morando em palafitas, em áreas de risco. Mas foi construído um posto fiscal que não existe – que não existe! E aí vai um dos ex-secretários e engenheiros dizer: não, porque a economia que nós fizemos ao suspender essa história de posto fiscal – suspender, não vamos fazer –, economizamos trinta e tantos milhões. Nós não queremos saber da decisão que foi tomada para não fazer e perder mais trinta. Nós queremos saber é dos R\$25 milhões que disseram que lá foram colocados e não existe nada.

As pessoas foram para a rua. Eu estava vendo ao vivo na Internet um monte de cartazes pedindo ex-



plicações sobre Presidente Kennedy, sobre a Ferrous, sobre um monte de coisas. Se pode financiar com tanto incentivo, aí o sujeito pergunta: por que é que tem que dar ao empresário mais do que eu preciso? Eu posso até pagar a passagem com R\$0,05 a mais, ou quem sabe R\$0,10, na pior das hipóteses, mas, se pode fazer tanta renúncia fiscal, há possibilidade, sim, de financiar o transporte público. Ou não?

Então, o que dizia aqui o Capiberibe, no começo da sessão, e V. Ex<sup>a</sup> vai voltar a falar é: chamar à reflexão. Acabou essa história. Aí o sujeito diz: ah, mas foram todos para a porta do governador, ele não tem culpa disso. Mas, o sujeito, quando discursa e quer ganhar uma eleição... Por exemplo, lá ele disse que a segurança pública ia ser um problema pessoal dele, que haveria um gabinete dentro do gabinete dele. É o segundo Estado mais violento, e o triste é que isso já vem há mais de dez anos. O governador põe isso sempre na conta dele e nunca vem a público dizer que a crise da saúde do Espírito Santo e a crise da segurança pública ele recebeu como herança. Mas ele também não está errado não, porque ele não mentiu para ninguém. Quando ele foi para a campanha, disse que o governo dele era um governo de continuidade, e, realmente, é essa continuidade que aí está.

Por isso, Senador Paim, cada Estado tem uma história para contar. Eu vi o Senador de São Paulo aqui falando do valor da manifestação e do porquê da manifestação, por que eles acham que os paulistas foram. Eu ouvi aqui os de Santa Catarina falando. V. Ex<sup>a</sup> faz uma reflexão sobre o Rio Grande do Sul e por que acha que eles foram. Os seus tinham uma coisa em comum com os meus: solidariedade mútua no transporte, e levando as outras causas que doem neles para a rua, querendo segurança e tal. No País inteiro, há cartazes onde está escrito: redução da maioridade penal já!

Eu encerro com esse tema.

Precisamos acabar com essa hipocrisia que vai tomando conta do País. Alerto esta Casa que a sociedade não quer ser enganada, que estão tentando contar uma meia mentira como se fosse verdade. Veja nas ruas, não há ninguém mais besta. Veja o que aconteceu em Brasília, vieram todos para cá. Há outra marcada para amanhã. E sabe por quê? Porque não há ninguém tolo. Você não vai dizer que com 18 – vocês entenderam, o Senado entendeu – era homem. Agora, nós entendemos que 16 é que é criança. Vamos baixar para 16 e alguém vai engolir isso. Não vai.

O que me deixa mais feliz é que autoridades, religiosos, não religiosos, gente das altas cortes, estão me procurando, dizendo; “olha, achamos que a proposta melhor é esta que você está falando.” O País precisa tomar conhecimento disso. Qual é a minha proposta?

Vou explicar de novo para o Brasil. Há um elenco de crimes que não é hediondo. Roubou um toca-fitas, roubou um pneu de carro, quebrou uma vidraça, roubou um tênis – e não estou falando de filho de pobre, estou falando de filho de rico, que rouba em *shopping center* –, isso não é crime hediondo. Uma fatalidade ocasional, como uma criança que pegou o revólver do pai, atirou e pegou num vizinho, esse é um caso atípico, deve se tratado por um juiz. Essa criança não cometeu um crime hediondo. O pai vai ter de explicar por que aquela arma estava ali, se ele tinha porte de arma ou não.

Agora, crime com natureza hedionda... Os caras estão estuprando, Senador. Isso é crime hediondo. Estupro seguido de morte, sequestro seguido de morte, sequestro relâmpago, queimando as pessoas na rua. Olha a morte dos dentistas em São Paulo. Agora, a moda é andar com um litro de álcool na mão ameaçando a vítima, que entrega tudo por medo de ser queimada. Crime hediondo! Perca-se a menoridade e seja colocado na maior idade, para pagar as penas da lei. Aí vêm os inteligentes, que viajam na maionese, para dizer: “ah, mas vai pegar uma criança dessas e colocar no presídio? Ela vai sair de lá pior.” Não. Não estou falando que ela vai para o presídio. Vou repetir o que estou falando todo dia: não tem de botar a criança no presídio, pois o cara do presídio é que tem medo dessa criança. “Ah, mas as cadeias estão cheias!”

Qual é o pior dos mundos, Senador Paim? É ter um sujeito desses matando, estuprando, sequestrando, tocando o terror na sociedade, solto na rua, ou embolado na cadeia? Embolado na cadeia. Paciência. Ele pediu para não ter o convívio.

Terceiro lugar: qual é o melhor dos mundos? É a minha proposta. A minha proposta é que, ao perder a menoridade, o Estado está obrigado e terá que construir centros de ressocialização para formação de atletas em esporte de alto rendimento. O sujeito vai entrar e vai sair atleta. Não será cubículo, lá não haverá solitária. Lá, conforme a aptidão de cada um, conforme o porte físico, a estatura, conforme a vocação, eles serão escolhidos para esporte de alto rendimento. Além do esporte de alto rendimento, que suga as energias e tem uma filosofia para a vida do indivíduo, também eles terão estudo obrigatório e, nos finais de semana, grupos de terapia de grupo para tratar feridas emocionais. Por quê? A família vai estar lá? Claro. Aquele cuja família não tem envolvimento com o crime, o juiz vai determinar um tutor, alguém de formação religiosa para adotar essa família, junto com a assistente social, que entra na sexta-feira e fica com ele até domingo à tarde. Se a família tiver envolvimento com o crime, o juiz, então, vai determinar um tutor para esse me-

nino, que vai assumi-lo até o cumprimento da pena, juntamente com a assistente social, que pode entrar na sexta e ficar com ele até domingo, para ver esse atleta florescer lá dentro, crescer nos estudos e sair de lá como um cidadão de bem, um atleta pronto para ser reintegrado à sociedade e dar alegria à sociedade.

Tem saída, tem jeito, Senador Paim. São 35 anos tirando drogados da rua, eu sei o que estou falando. Aliás, eles devem estar me assistindo lá, agora, porque eles assistem à TV Senado. E todas essas propostas são discutidas com eles. Eu não sou de gabinete, eu presidi a maior CPI deste País, que foi a CPI do Narcotráfico. Eu tenho 34 anos da minha vida abraçando esses meninos, arrancando-os da rua, da cadeia, devolvendo-os à sociedade, e eles me chamando de “meu pai”. V. Ex<sup>a</sup> sabe porque V. Ex<sup>a</sup> já esteve lá, V. Ex<sup>a</sup> já dormiu lá, V. Ex<sup>a</sup> conviveu com eles, V. Ex<sup>a</sup> é a maior testemunha do que estou falando. Nós temos lá centros de treinamento de MMA, de lutas, artes marciais. Há um atleta da minha instituição no UFC americano. Ou eu não sei do que estou falando? Sei do que estou falando, sim.

Por isso, Senador Paim, é necessário que eu fale desse assunto todo dia. E vou cruzar o País, Senador Paim. Estou com uma agenda agora, estou cruzando o País, para usar todos os meios de comunicação, para fazer com que o País venha comigo nessa proposta.

Brasil, não aceite essa balela de história de descer para 16 anos. Eles falam: “não, o problema é o maior, que usa o menor de 17 anos”, como se um menor de 17 anos fosse um menino, não fosse um homem. Tudo bem, então reduz para 16, que vão dizer: não, é porque o maior de 17 usa o menor de 16. Reduz para 14 e vão dizer que o menor de 17 que usa o menor de 14. Quando nós tirarmos qualquer faixa etária para crime com natureza hedionda, não teremos nem essa conversa fiada.

Quero encerrar, dizendo o seguinte: tentaram uma entrevista comigo, ontem, para falar sobre um projeto que foi votado na CDH da Câmara sobre a chamada cura gay. O nome do projeto não é esse. A mídia cria um título exatamente para dizer que é uma coisa de evangélico contra homossexual. É uma situação tão discriminatória que, ontem, uma jornalista, que quero guardar o nome para mim, me procurou para fazer uma entrevista sobre o processo eleitoral de 2014 dizendo o seguinte: “vocês evangélicos vão fazer o quê?” Eu falei: você não acha discriminador o seu tom? Por que só com a gente é assim? Eu sou de confissão evangélica, sou um Senador do Brasil. E V. Ex<sup>a</sup> estava passando e falei: você, quando vai entrevistar o Paim, por que não pergunta: vocês católicos, Paim, vão fazer o que em 2014? Você, quando vai entrevistar o Serra, fala:

Serra, vocês católicos o que vão... Aécio, você que é católico, como será sua campanha? Fulano, você que é espírita, você que é de uma religião afro, de uma confissão religiosa afro, como vai ser o posicionamento de vocês? Ninguém fala isso. Por que conosco é assim? Como se nós fôssemos os criminosos da sociedade, como se o terror da sociedade fosse tocado por nós, como se a desgraça das drogas, da violência, estivesse na nossa conta.

Ai deste País se não houvesse igrejas! Não vim aqui para isso não, mas preciso falar deste assunto e com seriedade. Essa história lá não tem nada de cura gay. É uma proposta tão somente de dizer o seguinte: é uma proposta de direitos humanos. Ou direitos humanos só é aquilo que eles querem? Direitos humanos é só o que eles pensam? Se você é a favor do casamento homossexual, é a favor dos direitos humanos; se você é contra, você não é a favor dos direitos humanos. Isso é uma brincadeira de mau gosto. Aí o cara diz: o projeto é para que o Estado ampare qualquer um.

O sujeito tem um drama emocional dele, uma crise emocional e, por coisas da vida, do caminho, ele tomou o caminho que quis. Aí ele resolve procurar um psicólogo para tratar do drama emocional dele e ajudá-lo na sua luta interior. Ora, o Estado tem obrigação de ampará-lo

Eu também conheço, Senador Paim, e falo com propriedade, eu sou Presidente do meu Partido, no Estado do Espírito Santo, eu sou Presidente do PR. Sabe quem é meu vice-presidente? É um travesti. Meu vice-presidente é um travesti chamado Moa, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Venécia, o político mais importante da cidade. Decente, honrado e digno. E nós do Partido nos orgulhamos do Moa. É meu vice-presidente, faz a campanha abraçado comigo. Qual é o problema? Nenhum problema.

Agora, conheço gente que foi homossexual e voltou; com a sua luta emocional, procurou ajuda. Eu tenho homossexuais se recuperando na minha instituição, que procuram os pastores para conversar na sua luta, no seu drama emocional.

A única coisa que o projeto diz – eu não conheço, não sei o teor – é que se alguém procurar o Estado, o Estado deve amparar. Isso é direitos humanos ou não é? É direitos humanos ou direitos humanos só tem uma via? Direitos humanos só têm uma via? E aí hoje eu vi na Globo News – infelizmente quem é contra eles não chamam – o presidente do Conselho de Psicologia. Eu nunca ouvi tanta bobagem em toda a minha vida, tanta idiotice, tanto despreparo de um sujeito, presidente de um Conselho de Psicologia. Quem quiser entrar no You Tube pode ver: até o português do cara é errado. Deu cada pedrada lá que eu fiquei pensando, meu

Deus do céu, cada pedrada, cada bola na trave que eu fiquei impressionado! Fiquei impressionado! Quer dizer que o psicólogo, o sujeito está vivendo um drama, porque ele é psicólogo, mas se o drama do cara envolver homossexualismo ele não pode atender e se ele for cristão, então, ele vai para a comissão de ética.

Ora, me engana que eu gosto! Eu estou acostumado a falar aqui que eu já vi de tudo na vida, só falta eu ver chover para cima, mas de tudo que eu já vi; agora ainda vem uma dessa.

Não conheço projeto de cura gay. Não conheço. Esse é um título fictício, debochado, que a mídia inventou.

Ora, se Deus deu o livre arbítrio ao homem, se o sujeito decidiu e quer ser um homossexual, problema é dele. Quem sou eu para impedir, se Deus deu livre arbítrio a ele? A única coisa que eu tenho que fazer é respeitá-lo na decisão de vida dele. Eles vivem num País em que podem estudar, trabalhar, pagar impostos, ser profissionais. Eu tenho de respeitá-los. Eu devo a ele – isso que eu tenho discutido com V. Ex<sup>a</sup> – o que eu devo a ele? Devo solidariedade, respeito e tolerância. Eu preciso tolerá-lo. Quem sou eu para não tolerá-lo? Quem sou eu? E ele também precisa me tolerar, respeitar a minha posição. O crime é enfrentar, destruir, é tentar humilhar a pessoa, agredir.

Ora, isso é crime contra qualquer pessoa, seja de cor negra ou de cor branca, seja você um oriental, um americano ou um brasileiro. Por que tem que discriminar nordestino? Por quê? Antigamente todo mundo era chamado de Paraíba em São Paulo – nego ainda faz isso. Ele não quer nem saber de que Estado do Nordeste você é; você é Paraíba, você é Paraíba. Ora, isso é tolerância? Não. Não dizem por aí que pastor é ladrão? As pessoas tentam botar o homossexualismo na conta dos padres. Isso é um desrespeito muito grande.

Agora, eu estava olhando uns cartazes que eu tenho lá, plastificados, da marcha gay do ano retrasado, em que eles levaram símbolos da Igreja Católica para a avenida em posições sensuais.

Então não existe nada disso. Nós precisamos ter tolerância e respeito às pessoas. E não vejo nenhum desrespeito nesse texto.

Aí diz: Não, agora nós trouxemos aqui para o estúdio um especialista, e não sei mais o quê. Eles falam sozinhos. Ninguém que fala o contrário é chamado para isso.

Então eu quero dizer que falei ontem aqui para a TV Senado, falei a respeito desse assunto. Não conheço em profundidade, mas acho que esse título é um deboche. Não tem que usar esse título, não tem que debochar de ninguém – está certo? – nessa história de você tratar essa questão com discriminação.

Encerro a minha fala dizendo que eu repudio veementemente. A comissão de Direitos Humanos pode discutir qualquer assunto, seja você contra ou a favor. Ela é plural. Já fui Presidente dela aqui e V. Ex<sup>a</sup> já foi. E ninguém foi discriminado em nenhum momento e nenhum assunto foi tirado de pauta. E a Senadora Ana Rita, tudo que põe em pauta, discute. Nós discutimos juntos, de uma maneira muito respeitosa. E assim será.

Então a mídia põe fogo aqui, dá luminosidade para alguns, eles se acham donos da verdade, como eu ontem fiquei na frente da televisão. Não vou dizer que eu perdi meu tempo, porque eu ouvi exatamente aquilo que eu não esperava ouvir de um presidente de Conselho de Psicologia no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, eu convido V. Ex<sup>a</sup> para assumir aqui a presidência, para que eu possa fazer a minha fala, mas quero dizer que há entre nós um grande entendimento, e é isso mesmo: a Comissão de Direitos Humanos tem de discutir tudo; é Direitos Humanos, é direito de todos. E não somente de um ou outro setor.

Passo a presidência a V. Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, Suplente de Secretário.*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, eu começo a minha fala de forma muito tranquila e cumprimentando, sim, a seleção brasileira. Parece que agora virou crime dizer que eu torci pela seleção brasileira, aqui trabalhando.

Eu começo a minha fala cumprimentando, sim, o Felipão. Começo a minha fala na figura do Neymar, que deu hoje um espetáculo, cumprimentando (...)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O gaúcho Felipão.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O gaúcho Felipão. Cumprimentando toda a seleção brasileira.

Agora me parece que virou crime gostar de futebol!

Olha, eu venho à tribuna sempre aqui e falo o que eu penso. E claro que eu tenho o maior carinho pelos movimentos sociais, por essa juventude querida aí; tive orgulho de aqui ser o relator do Estatuto da Juventude.

Logo que começaram os movimentos das redes sociais, dei todo apoio e continuo dando. Isso é bom. Eu reclamei tanto que nós nos sentíamos isolados por não termos o apoio do movimento social, agora eles estão apoiando. Que bom isso! Mas isso não quer dizer que jovem não gosta de cantar; que jovem não gosta

de rezar; que jovem não gosta, por exemplo, de bailar ou de namorar; e gosta também, sim, de protestar, legitimamente.

Então, como alguns pregam, não dá para encarar como se fosse o apocalipse o fato de as pessoas resolverem protestar. Devem protestar, sim. Isso não quer dizer que não tenham o seu espaço de lazer, exigindo a melhoria das condições de vida para todo o povo brasileiro.

Houve manifestação, aqui, semana passada, e eu fiquei aqui dentro do Congresso. Fui lá fora, ouvi aquela moçada. E buscamos espaço para o diálogo. Os líderes que estavam ali, com quem conversamos – não identificava esse ou aquele líder –, disseram com a maior tranquilidade: “Paim, aqui não há espaço, no momento, para nenhuma comissão. Ninguém aqui tem autoridade para falar em nome dessas mais de 20 mil pessoas que estão aqui na frente. É um protesto, e vocês sabem a pauta.”

E claro que sabemos. Quem não sabe a pauta? A pauta é o combate à corrupção; a pauta é dizer que o protesto que a população faz é devido ao superfaturamento de muitos estádios; o protesto que a população faz é para haver mais investimento na saúde, na educação, na segurança.

A juventude. Falam que nós estamos num momento bom até de emprego. Claro, comparando com a Europa, o desemprego no Brasil está em torno de 5,2%; lá, 26%. Mas o desemprego pega principalmente a juventude, isso é fato, é real.

Alguém tem dúvida sobre as condições do transporte coletivo? É só ver qualquer filmagem dos metrô, dos ônibus; as pessoas praticamente empilhadas. É esse o protesto. E poderíamos lembrar aqui duas ou três medidas provisórias que foram na linha de favorecer as empresas de transporte coletivo. E qual foi o resultado? Aumentou-se o preço da passagem. Eu tenho, aqui, estudo que mostra que daria para baixar até 7,5%, só com subsídio dado pelo Governo Federal, e ainda há outro que pode ser dado no Município ou no Estado. Claro que tem uma razão de ser!

É só nós olharmos agora, por exemplo, como eu dizia outro dia e repito aqui: nós diminuimos os tributos, os impostos que incidem sobre os produtos da cesta básica. E qual foi o resultado? O preço da cesta básica aumentou.

Então, alguém está faturando, e a população, corretamente, disse: “Basta. Assim não dá. Queremos dialogar, queremos conversar e por isso estamos protestando”.

Então, estou muito tranquilo e vejo com alegria também, além do protesto, que em inúmeras capitais e grandes centros, grandes cidades já baixaram o preço

da passagem. Isso é bom! É isso mesmo. Mostra que havia, como a gente diz, espaço para essa redução do valor final da passagem.

E digo mais: esse movimento, eu diria, não é contra esse ou aquele. É a favor das causas. Eu me lembro de um Senador que dizia sempre: “Paim, eu admiro aqueles que defendem causas e não coisas”. Eles não estão atacando pessoalmente esse ou aquele político, esse ou aquele empresário, esse ou aquele intelectual, esse ou aquele homem público. Eles estão defendendo causas, e causas nós também defendemos aqui da tribuna com muita alegria.

É claro que por trás disso também está – como dizer que não está – essa história do fator previdenciário. Acha que a população não está com ele aqui? Você acha que os pais, os avós, em casa, não falam para os filhos? Como um jovem me disse, Senador Magno Malta: “Eu aqui estou representando meu pai, meu avô, porque a aposentadoria está desse tamanho. Por isso, eu estou aqui protestando”. Está correto.

Quanto à PEC nº 37, eu vim à tribuna por diversas vezes e disse: eu votarei contra a PEC nº 37. Não quero saber quem a apresentou, quero saber que eu votarei contra. Eu já disse isso inúmeras vezes, e é isso também que a juventude tem falado nas ruas.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES. *Intervenção fora do microfone.*) – A Emenda nº 29.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – A Emenda nº 29, da saúde. Quantos projetos a população espera sejam encaminhados, aprovados. Sai de pauta, vai para cá, vai para lá, e não acontece, por pressão de alguém.

Enfim, há um questionamento duro da sociedade, que cansou de esperar e, por isso a sociedade, sim, com essa mobilização, há de pautar o Congresso. E que bom! Há de pautar o Executivo. E que bom! Há de pautar também o Judiciário. E que bom!

Quantos processos há no Judiciário com apelo popular forte, e estão lá por 5, 10, 15 anos, como aqui está, por exemplo, a PEC do Trabalho Escravo. Há aqui uma PEC que diz que tem de ser desapropriada a propriedade onde ocorrer o trabalho escravo. E não se consegue aprová-la.

Você acha que a população quer que o seu povo fique sob o regime de escravidão? Claro que não!

Então, não venham com essa de que não há pauta. Há pauta, sim. A pauta todos nós conhecemos. Temos é que operar. Quando eu digo operar é no sentido de ter de votar, ter de atender a essa demanda da população demonstrada nas ruas. Claro, sem violência, porque a violência depõe contra o movimento. Não é bom!

Eu fui sindicalista muito tempo, vim lá do tempo de enfrentamento com a ditadura, passei por todas as

lutas deste País nos últimos 50 anos e sei claramente que quando se parte para a violência, para o espancamento, para destruir o patrimônio, seja público ou particular, não há o apoio da população. Esse movimento está sendo vitorioso, porque 99% se mostram contra a violência.

Eu tinha que fazer mais este depoimento, Senador Magno Malta. V. Ex<sup>a</sup> tem visto que eu tenho feito essa minha fala já nos últimos 20 ou 20 dias.

Senador Randolfe, lembro-me de que numa noite aqui começamos – acho que em um horário como esse, 20 horas, 21 horas – a dialogar sobre esse tema.

Mas eu quero, ainda, Senador, permita-me (...)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Paim, permita-me, antes de entrar em outro tema.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Achei muito bonito também, no meio da manifestação, que se ouvia gritos de “violência, não”.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Violência, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – E “Não à provocação”.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E não à provocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – E cartazes dizendo: “Os vândalos não nos representam”.

E hoje eu não sei se o Senador Randolfe viu também, um grupo de jovens foi para frente da Assembleia Legislativa, que foi depredada ontem, sentou com bandeiras e cartazes dizendo: “Os vândalos não nos representam”.

Então, realmente, temos de reprovar o vandalismo, mas essa movimentação silenciosa que dá nome (...)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ela é bonita! Ela é bonita!

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – (...) aos bois, dá nome a todos esses temas da sociedade, sem dúvida alguma, é como V. Ex<sup>a</sup> colocou, é digno de aplauso e de muito respeito, e de muito respeito.

É justo você ter um estádio como esse em um Estado que não tem futebol para isso? Com todo respeito que tenho a Brasília, mas se juntar a torcida dos quatro times daqui não ocupa 5% daquilo lá. Você viu o cartaz na rua, uma menina com um cartaz na mão dizendo: “Quando o seu filho adoecer, leve ele a um estádio”. Porque tem um hospital precário precisando do lado. E o que é orçado em R\$700 milhões depois vira R\$2 bilhões. Esse é o protesto.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Essa é a questão! E esse protesto é legítimo. .

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu também gosto de futebol, amo o futebol. A simplicidade do Neymar, a dureza do Felipão. O Felipão, não adianta você insistir com ele, porque ele é pirracento, é teimoso, tem todo o estilo dele, e vê o povo cantando o Hino Nacional, o povo aplaudindo; o povo gosta de futebol, é o País do futebol, aliás, o País também das artes marciais, mas o povo também descobriu que tem essa possibilidade hoje, pelo próprio avanço da Internet, de protestar silenciosamente e falar daquilo que tem necessidade.

V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, permita-me ainda dizer que, no dia 31 de maio, foi editada uma medida provisória que isenta de PIS/Cofins o serviço de transporte coletivo rodoviário, metroviário e ferroviário. A MP reduz a zero as alíquotas. Como é que tem de aumentar o preço da passagem?

Depois foi editada outra medida provisória, a 612, de 2013, que desonera a folha de pagamento do transporte coletivo, reduzindo a alíquota de 20% para 2%.

É aquilo que eu dizia no início. Só vou deixar registrado aqui esse documento.

Por fim, Senador, quero ainda dizer que ontem, aqui, tivemos um debate duro sobre o Fundo de Participação dos Estados, legítimo, cada Senador defendendo, no seu ponto de vista, a realidade de cada Estado.

Como eu fiz aqui a defesa do meu Estado, consciente da realidade e na busca de uma ampla negociação que olhasse para todos os Estados, pediram-me que eu deixasse nos Anais da Casa o meu pronunciamento. Aqui o deixo na perspectiva da defesa que fiz ontem.

Senador Rodolfo Rodrigues, inclusive comungamos, naquele momento, do encaminhamento feito. Espero que a Câmara dos Deputados – a matéria vai para lá – chegue a uma linha de entendimento, que não se termine, mais uma vez, no Supremo, trazendo prejuízo para todos os Estados. Isso não é bom.

Por fim, Sr. Presidente, quero lembrar que hoje, 19 de junho, é o Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme. Essa data foi estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 22 de dezembro de 2008. Isso se deu em reconhecimento da doença como um problema de saúde pública, uma das principais doenças genéticas do mundo. A instituição desse dia em cada ano tem a proposta de divulgar questões e informações fundamentais sobre causa, sintomas e tratamentos, assim como lançar campanhas de educação, sensibilização sobre a doença em nível nacional e internacional.

A doença falciforme é uma das doenças hereditárias mais comuns no Brasil e apresenta, já nos primeiros anos de vida, manifestações clínicas graves. Estima-se que no Brasil nascem 3.500 crianças por ano vítimas dessa doença, o que ratifica o sério problema da saúde pública no Brasil..

Daí a importância do seu diagnóstico precoce, mediante o teste do pezinho, realizado no quinto dia de vida do recém-nascido. O tratamento adequado e o acompanhamento especializado são fundamentais. Por isso todos nós defendemos – e V. Ex<sup>a</sup> lembrava aqui a Emenda nº 29 – cada vez mais investimento na saúde. É isso que o povo quer.

A doença falciforme tem sintomatologia muito variada, com alta mortalidade e morbidade diretamente relacionada com a própria doença!

Lembramos que a principal característica dessa condição é a herança do gene de hemoglobina, que faz com que, em determinadas circunstâncias, as hemácias, que normalmente são em forma de disco, adquiram formato de foice, tornando-se rígidas, obstruindo os vasos sanguíneos e dificultando a circulação do sangue, podendo causar enormes complicações à saúde dessa criança: problemas cardíacos, rins, fígado, úlceras na região do tornozelo, olhos amarelos, enfim pele pálida.

Conforme veiculado em todo o País e em nível internacional, os pacientes com quadros graves de anemia falciforme aguardam a publicação de uma portaria aqui no Brasil, pelo Ministério da Saúde, que autorize a realização de transplante de células-tronco para combater a doença.

Hoje, a técnica, mais conhecida como transplante de medula é a única capaz de curar a doença, mas só é permitida no Brasil mediante protocolos de pesquisa.

Essa questão foi discutida no mês passado no Simpósio Paris, que tratava sobre essa questão. No evento a médica brasileira Belinda Simões, da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, afirmou que, desde 2000, 21 brasileiros foram transplantados. Entre eles, 18 foram curados.

O Coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme, Elvis Silva Magalhães, de 46 anos, é o paciente mais velho a ter recebido transplante de medula por anemia falciforme de que há registro.

Há poucos dias, Sr. Presidente, Elvis esteve no meu Gabinete e agradeceu o nosso apoio porque realizamos audiência pública na CDH, para esclarecer a população sobre a gravidade da anemia falciforme. Ele veio também dizer que após a audiência houve

desdobramentos positivos e muitos ganhos para essa parcela que tanto sofre com essa doença.

Fico feliz com isso e agradeço ao Elvis pelo seu gesto. Sabe ele que eu sou solidário com todos aqueles que sofrem com a doença e espero que possamos avançar rapidamente na solução que vai salvar vidas. Por isso, é preciso, sim, mais investimento na saúde, na educação e no combate a todo tipo de violência.

Sr. Presidente, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que as duas medidas provisórias, a 617, de 2013, e a 612, de 2013, que vão na linha de garantir que as passagens possam diminuir de preço, e sabemos que não são só elas, fiquem aqui os meus comentários, como os dois pronunciamentos registrados nos *Anais* da Casa.

Meus cumprimentos a todos. Encerro este nosso pronunciamento. E que bom, Sr. Presidente, que hoje o Senado trabalhou normalmente. Não houve aquela história de interromper os trabalhos do Senado porque havia jogo. O jogo aconteceu, que bom que aconteceu e que bom que o Brasil ganhou. Isso não interrompeu em nada o trabalho do Senado. Tivemos, inclusive, votação nominal na Casa, no dia de hoje.

Obrigado, Presidente.

#### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

*Registro sobre o Dia Mundial de Conscientização da doença falciforme.*

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, hoje, 19 de junho, é o Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme. Essa data foi estabelecida pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 22 de dezembro de 2008.

Isso se deu em reconhecimento da doença como um problema de saúde pública e “uma das principais doenças genéticas do mundo”.

A instituição desse dia em cada ano, tem a proposta de divulgar questões e informações importantes sobre causas, sintomas e tratamentos, assim como lançar campanhas de educação e sensibilização sobre a doença em níveis nacional e internacional.

A doença falciforme é uma das doenças hereditárias mais comuns no Brasil e apresenta, já nos primeiros anos de vida, manifestações clínicas importantes.

Estima-se que nasçam 3.500 crianças por ano vítimas da doença no país, o que ratifica o sério problema de saúde pública.

Daí a importância de seu diagnóstico precoce (mediante o teste do pezinho, realizado no quinto dia de vida do recém-nascido), do tratamento adequado e do acompanhamento especializado.

A doença falciforme tem sintomatologia muito variada, com alta mortalidade e morbidade diretamente relacionada com a própria doença.

A principal característica dessa condição é a herança do gene da hemoglobina S, que faz com que, em determinadas circunstâncias, as hemácias – que normalmente são em forma de disco – adquiram formato de foice, tornem-se rígidas, obstruindo os vasos sanguíneos, dificultando a circulação do sangue, podendo causar diversas complicações: AVCs, problemas cardíacos, rins, fígado, úlceras na região do tornozelo, olhos amarelos “icterícia”, pele pálida...

Conforme veiculado na imprensa, os pacientes com quadros graves de anemia falciforme aguardam a publicação de uma portaria pelo Ministério da Saúde que autorize a realização de transplante de células-tronco para a doença.

Hoje, a técnica, mais conhecida como transplante de medula, é a única capaz de curar a doença, mas só é permitida no Brasil mediante protocolos de pesquisa.

Essa questão foi discutida no mês passado no Simpósio USP-Paris-Diderot que tratava sobre Hematologia e Imunologia.

No evento a médica brasileira Belinda Simões, da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, afirmou que, desde 2000, 21 brasileiros foram transplantados. Entre eles, 18 foram curados e recebem acompanhamento especial.

O Coordenador da Associação Brasileira de Pessoas com Doença Falciforme (ABRADFAL), Elvis Silva Magalhães, de 46 anos, é o paciente mais velho a ter recebido transplante de medula por anemia falciforme de que há registro.

Há poucos dias, senhor presidente, Elvis esteve em meu Gabinete para agradecer nosso apoio na audiência pública que a CDH realizou no ano passado para debater a questão da anemia falciforme.

Ele veio para dizer, também, que após a audiência houve desdobramentos positivos e muitos ganhos para essa parcela da população.

Eu fico muito feliz com isso e agradeço seu gesto. Eu me solidarizo com todos aqueles que sofrem com a doença e espero que possamos avançar rapidamente nas soluções que lhes tragam melhor qualidade de vida.

Era o que tinha a dizer,

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

*Pronunciamento sobre o Fundo de Participação dos Estados.*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, por 234 votos a favor e 105 contra, a Câmara de Deputados rejeitou o Projeto de Lei Complementar

266/13, do Senado, que estabelecia novas regras para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Ocorre que Para aprovar a proposta, seriam necessários 257 votos, mas foram apenas 218 favoráveis.

Atribuo essa situação porque não conseguimos aprovar nesta Casa um texto mais isonômico, como pretendia a emenda do nobre senador Randolfe Rodrigues.

O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, possui hoje um índice de 2,35% e recebeu em 2012 o montante de R\$ 1,617 bilhões.

Caso o texto aprovado no Senado Federal tivesse sido acatado pelos deputados o estado gaúcho ficaria com índice de 1,81% na repartição, o que equivaleria a R\$ 1,246 bilhões, uma perda de quase R\$ 500 milhões.

A situação do nosso estado ficaria entre as piores da Federação, pois seria um dos estados que mais perderia receitas.

Volto a defender a inclusão do artigo 2º que trata da inaplicabilidade da fórmula do FPE para os demais repasses, impedindo que o RS perca ainda mais recursos.

Caso sejam aplicadas as novas regras do Fundo para os royalties, vamos potencializar nossas perdas, provocando uma tremenda injustiça.

Quando o projeto foi deliberado por este plenário defendemos duas alterações:

A imposição de um limite populacional mínimo favorecendo, assim, os estados com menor população, permanecendo o Máximo em 7%.

Um índice redutor de 75% em relação a renda domiciliar per capita, pois os estados que tiverem uma renda maior que 75% da média de renda per capita nacional sofrerão a incidência, no seu coeficiente, de um redutor correspondente à razão entre o excesso e o valor de referência.

Desta forma, como no RS a renda per capita é acima da média nacional quanto maior o valor de referência (75%, 80%, 85%), menor o excesso e menor o redutor aplicado ao índice, possibilitando uma situação mais confortável para os gaúchos.

Ao aplicarmos essas pequenas variações o Rio Grande do Sul ficaria com 2,25%.

Na Câmara dos Deputados, três sugestões significativas foram propostas: mínimo populacional de 2%, um redutor de 80% da renda domiciliar per capita nacional e a reintrodução do artigo 2º que trata da impossibilidade de utilizar o FPE para outros repasses.

A alteração foi articulada com as bancadas do Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto DF) e Norte (exceto AM e PA).

Os Estados da Federação que mais perdem com esta sugestão são Bahia, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Pará, justamente os que hoje concentram 37% do FPE, mas ainda assim, continuam com os maiores coeficientes.

Trazemos a sugestão alternativa apresentada pela Câmara dos Deputados, que tenho certeza passará nas duas Casas do Congresso Nacional.

Com esta proposta 16 estados ganham índices maiores que os existentes hoje, o que torna mais isonômica a repartição.

Peço apoio dos senadores dos 16 Estados que ganham com esta proposta, em relação as atuais regras.

São eles: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

A sugestão foi apresentada pelo o Deputado Nilton Capixaba e, como já falamos, tendia a uma maior isonomia, nessas regras o meu estado ficaria com R\$ 1,710 bilhões, um ganho em relação à situação atual de R\$ 100 milhões.

Por fim, quero reafirmar minha posição de que é preciso que o novo substitutivo seja consenso, traga um equilíbrio maior, caso contrário será novamente rejeitado pelos deputados.

Não aprovar novas regras para o Fundo de Participação dos Estados é condenar a matéria a um processo de "judicialização" pelo Supremo Tribunal Federal.

A divergência na Câmara dos Deputados ocorreu justamente porque técnicos da fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, preocupados com a discrepância entre os estados, apontaram o montante das perdas iniciais com as novas regras.

O que queremos e podemos é chegar num bom acordo, neste caso, um bom acordo passa pela razoabilidade e por uma maior isonomia.

Acredito que se tivéssemos deliberado a favor dessas medidas pontuais defendidas pelos estados do sul, sudeste e centro-oeste a questão já estaria resolvida.

Finalizo este pronunciamento citando Mahatma Gandhi porque acredito que podemos chegar a um consenso.

Dizia Gandhi: "Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer."

Acredito na capacidade desta Casa em construir um texto que atenda com maior equidade a todos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma da lei. E vai aos *Anais* da Casa o material que V. Ex<sup>a</sup> consigna e não leu na tribuna.

Concedo a palavra ao eminente Senador mais jovem desta Casa, que se parece muito com Harry Potter, aquele famoso de Hollywood, que é o Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez seja lugar comum nesta tribuna que tantos já falaram sobre os notórios acontecimentos das manifestações populares no Brasil, mas, nesta hora, não me vejo... Seria um pouco desencontrado que alguém não se pronunciasse sobre o que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com certeza.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Nesse momento, às 20h08, nós temos as recentes notícias do que tem acontecido no País, que é muito além do resultado de Brasil 2 e México 0. Aliás, Sr. Presidente, há muito tempo neste País, acho que nunca na história deste País, literalmente, houve um jogo da seleção em que a pauta central, por onde se andava, não era o jogo, mas o que estava acontecendo pelo Brasil.

Às 20 horas da data de hoje, as mobilizações pelo Brasil recebem a notícia de que o Prefeito de São Paulo, junto com o Governador Geraldo Alckmin, ainda há pouco anunciou o recuo no aumento da tarifa do transporte coletivo naquela cidade. É, desta feita, o 13º prefeito de capital que ou reduz a tarifa de transporte urbano que tinha reajustado ou reduz a tarifa que já estava estabelecida. Nesta hora também eu trago a notícia de que, às várias cidades do País que no dia de hoje seguiram o rol de manifestações que está acontecendo por todo o Brasil, incorporou-se a capital do meu Estado, Macapá.

Segundo informações que tenho, a manifestação em Macapá teve a participação de mais 15 mil pessoas e, como tantas outras ocorridas no País, foi dominada majoritariamente pela juventude, a juventude da geração dos meus filhos, Presidente. Os meus filhos, Gabriel, de 18 anos, e Taís, de 17, participaram das manifestações de hoje.

Anteontem eu falava com Gabriel e dizia-lhe que a geração dele demorou a reencontrar as ruas. São vinte anos que separam a minha geração, quando esteve nas ruas, nas manifestações de que participei, da geração que promove as manifestações que hoje ocorrem, as maiores da história nacional desde as mobilizações dos caras-pintadas, de 1992, das quais eu tenho a honra de ter participado no plenário deste Senado, ao lado do Senador Lindbergh Farias.

Tenho notícias nesta noite das manifestações ocorridas na capital do meu Estado: mais de 15 mil



peessoas, repito, na manifestação cuidada e coordenada hegemonicamente pela juventude. Lamentavelmente, as informações mais recentes que tenho dão conta, Senador Paim, de que a manifestação acabou terminando com a atuação de um grupo – é bom que se diga, Senador Magno e Senador Paim –, um grupo isolado, contrário ao desejo da ampla maioria dos manifestantes, que também se excedeu e praticou atos que nada têm a ver com os reclamos dessa juventude que vai à rua, que não representa essa juventude que está indo à rua e que não representa essas gerações que estão tomando de novo as ruas não só de Macapá, mas de todas as capitais brasileiras.

Tenho notícia da conclusão da manifestação em Macapá, que é lamentavelmente de confrontos. E este é o primeiro aspecto a ser dito: tem de se estar preparado. É uma realidade, primeiro, que o movimento tem de tomar consciência para neutralizar essas minorias que nada representam a posição dos movimentos. E, por outro lado, o Estado tem de estar preparado, as polícias têm de estar preparadas para se relacionar com essa nova realidade. Não é a reação com arma em punho que resolve, não é a reação com pelotões do Bope que resolverá também. As polícias têm de estar preparadas concretamente para essa nova realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Randolfe, e, muitas vezes, a inteligência da política, porque, na maioria dos casos, são pessoas infiltradas para desmoralizar o movimento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Perfeitamente. Então, as polícias têm de estar preparadas para essa nova realidade.

Eu lembro, Senador Paim, que, na semana passada – V. Ex<sup>a</sup> estava lembrando agora –, nós estávamos aqui, num fim de expediente como este. Eu subi à tribuna e V. Ex<sup>a</sup> estava na Presidência, na quarta-feira, e nós estávamos um dia após as manifestações que tinham ocorrido em São Paulo.

Nós – eu e V. Ex<sup>a</sup> – destacamos exatamente a contradição, porque o foco estava sendo somente o seguinte: primeiro, os atos de vandalismo que tinham sido praticados; segundo, o absurdo de tudo aquilo só por vinte centavos. Nós – eu e V. Ex<sup>a</sup> – navegamos contra a maré do que estava sendo dito, inclusive por alguns colegas aqui.

Primeiro, dissemos a velha frase: “Muito está se falando da violência do Rio, mas pouco se fala da violência das margens que oprimem.” Ou seja, falava-se da violência, mas não se falava da violência que eram os empresários de transporte coletivo, sob os auspícios dos governos municipais, sob a autorização dos governos municipais, terem reajustado as tarifas de transporte coletivo por todo o País.

Segundo, nós dizíamos: “Parece que está latente um movimento que não é só pelos 0,20 centavos. É muito mais do que isso.” Ainda bem, Senador Paim, que os dias que se seguiram... Não é sempre que a história caminha... Não é sempre que fazemos a aposta do lado da história e a história caminha ao seu lado. Mas nós, eu e V. Ex<sup>a</sup>, que temos uma tradição vinda da luta social, compreendemos a máxima da poesia de Chico Buarque: “A história é um trem alegre que atropela indiferente todo aquele que a negue.”

Nós sentimos que, concretamente, havia uma pressão social que estava em ebulição. Alguns podem estar se perguntando: “Mas por quê? Por que no Brasil, que de fato avançou na redução da desigualdade? Por que agora tudo isso está acontecendo? Por que no Brasil?”

Li várias das centenas de artigos que têm circulado para tentar entender o que está acontecendo no País neste momento. Quem me parece que melhor descreveu foi um articulista espanhol do *El País*, Juan Arias. As perguntas que ele fez foram exatamente estas: por que o Brasil? Por que agora? Ele começa dizendo o seguinte:

Surgiu um movimento de protesto parecido com os que estão ocorrendo em diversos países, nos últimos dez anos. O Brasil viveu anestesiado pelo seu êxito compartilhado e aplaudido mundialmente. O Brasil [pergunta Juan Arias no artigo] está pior hoje do que nos últimos dez anos? Não. Está melhor. Pelo menos é mais rico, há menos pobres e cresce o número de milionários. É mais democrático, é menos desigual. Mas por que saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens do transporte público exatamente os jovens que normalmente não usam esse meio de transporte porque têm carro? Algo impensável há dez anos.

Ele faz uma série de perguntas que mostram a contradição diante das conquistas que o País teve, que de fato teve, nesses últimos dez anos. Contentam-me – pois com elas me identifico porque me representam – as formas como ele responde. Ele responde, dizendo o seguinte:

Em primeiro lugar, poder-se-ia dizer que, paradoxalmente, a culpa é de quem deu aos pobres um mínimo de dignidade, uma renda não miserável, a possibilidade de ter uma conta bancária e também o acesso ao crédito para adquirir o que sempre foi um sonho para eles, como eletrodomésticos, motos e carros.

Mais adiante, encontro as respostas. A resposta diretamente colocada me parece, Senador Magno, Senador Paulo Paim, recai sobre o que as pessoas conquistaram dentro de casa, mas que não veem refletido fora de casa. Ora, conquistaram dentro de casa, houve a ascensão de uma nova camada social, embora isso seja questionado por alguns economistas, por alguns sociólogos. Enfim, há algumas condições que me parecem menos desiguais do que no passado, mas, fora de casa, a realidade é outra.

Esse artigo do Juan Arias é ilustrado por uma foto de uma das manifestações que sintetiza o porquê das manifestações: “Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA”. Esse é um dos vários cartazes que têm surgido nas diferentes manifestações. O problema é o seguinte...

E eu quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim. Hoje o Senado fez um belo gesto: nós continuamos trabalhando aqui. No horário do jogo do Brasil, eu estava em audiência com a Ministra Marta sobre temas como, por exemplo, a democratização da gestão coletiva do direito autoral. Depois, estive aqui. O plenário do Senado esteve funcionando. Houve, inclusive, votação nominal. Fez um belo gesto. Mas nós precisamos dar mais gestos.

A Câmara, por exemplo, parece-me que fez um gesto não positivo: desmarcou, para a semana que vem, a votação da PEC nº 37. Quase que nesta condição e circunstância: “Nós vamos perder o jogo; então, já que vamos perder o jogo, vamos mudar a data do jogo, para que possamos ter uma condição melhor”.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Permita-me só, sem fazer aparte longo.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Senador Paim, por favor.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Só para concordar com V. Ex<sup>a</sup>. A Câmara tinha que fazer exatamente o contrário.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Claro.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Bota em votação a PEC nº 37, e cada um mostra a sua cara para o País.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Exatamente.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Nós três que estamos aqui temos uma posição clara e definida: nós votaríamos contra a PEC nº 37.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Exatamente.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Essa transparência que pode ganhar o entendimento com as ruas.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Claro. E é analogia com o futebol. É a mesma coisa de estar marcada uma partida de futebol, aí o time que está em condição desfavorável resolve desmarcar a partida. É um pouco assim: estaria marcado Brasil e México hoje; o México saberia que está em condição desvantajosa em relação à Seleção Brasileira; aí desmarca o jogo, que é no campo do Brasil, e marca para o território dele na altitude. O que a Câmara fez foi isso na prática. Está querendo remarcar um jogo para que esteja em condições melhores e de preferência com a altitude favorável, para poder ganhar. Isso é ganhar? Isso é ganhar na marmelada.

Só que é o seguinte: não se pense... O velho trecho do Lincoln vale para isso: pode-se enganar parte do povo parte do tempo; mas não se engana todo o povo todo tempo. Desmarcou a votação? Vai querer votar em outro momento?

Reitero, como disse o Senador Paulo Paim aqui: se votar isso e se limitar o poder de investigação de instituições, num Brasil que precisa de instituições combatendo a corrupção, vai dar um tiro no pé. Depois, não perguntem por que o povo quer invadir o Congresso Nacional. Depois, ficam perguntando: “Mas que absurdo! Querem invadir o Congresso Nacional”. Querem limitar o poder de investigação de instituições, em um País onde a corrupção parece que é ato sequente, parece que a corrupção é regra, e não exceção. Aí se perguntam depois o porquê das manifestações.

Eu entendo aqueles que não entendem o que está acontecendo no Brasil. É porque, como diz a música, a belíssima música de Renato Russo, eles não estão entendendo nada do que eu digo, eles não estão entendendo nada do que a juventude brasileira, do que o povo brasileiro hoje, concretamente, está dizendo, porque sempre esteve distante.

Ora, por que estão na rua? Nós aqui, Senador Magno Malta, a maioria parlamentar –, não é o caso dos parlamentares que estão agora no plenário do Senado, de mim, de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim – votou...

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Nós três, porque só há três mesmo.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – ... contra os 10% da receita bruta da União para a saúde, e nós temos uma crise na saúde pública. “Ah, por que isso está acontecendo?” Ora, está acontecendo porque nós votamos contra.

Queremos votar, querem votar a PEC nº 37, limitando o poder de investigação de instituições. Ora, por que está acontecendo isso? Porque nós queremos favorecer a corrupção, reduzindo o poder de investigação.

Ora, por que está acontecendo isso? Editada uma medida provisória, por parte da Presidente da

República, reduzindo, desonerando, tributariamente, empresas de transporte coletivo, tirando PIS e Cofins. As empresas fazem o quê? Imediatamente, o que as empresas fazem? Reajustam a tarifa, pedem dos prefeitos reajuste de tarifas.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Permite-me, Senador?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Por favor.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Inclusive, duas, porque a outra desonera da parte do trabalhador, porque os 20% que iriam para a Previdência baixaram para 1,5% sobre o faturamento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Sim! Desoneração total.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Total. Duas MPs para ajudá-los. Qual é a contrapartida? Aumenta o preço. É como V. Ex<sup>a</sup> disse. Quanto à questão da saúde, com muito orgulho, votamos “sim”, a favor dos 10%.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Estivemos juntos.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Aliás, V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Randolfe, me permita.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Senador Magno Malta, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Virou um debate. Para o Brasil saber, só estamos nós três mesmo aqui. É porque não se estão mostrando as cadeiras vazias. É o seguinte: é para o povo saber. Só estamos nós três mesmo aqui. Não tem que contar mentira. Só estamos nós três.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Isso é chamado “mão de gato”. O que essa manifestação veio revelar? Veio revelar a “mão de gato”. A medida provisória desonerou; os caras aproveitaram isso, a desoneração, que já é um lucro; aumentaram o preço da passagem. Quer dizer, o troço saiu de 100% para ir para 200, 300, 2.000... Entendeu? E essa manifestação nas ruas revelou essa mão de gato. Aí é só choradeira de empresários, é só choradeira de empresas: “Nós estamos quebrando; nós não podemos investir.”

Sabe que nós, muitos de nós aqui no Parlamento, fomos apanhados de surpresa, porque, quando se vota uma medida provisória dessas – não é, Senador Paim? –, e há a desoneração, você fica feliz porque vai chegar à ponta. É aquela brincadeira que fizeram aí sobre diminuir a conta de luz, mas foi aumentada a

gasolina. Então, você sorri aqui, mas nem acaba chorando na ponta, porque não se entendeu o que foi feito. E a manifestação, pedindo a redução das passagens, revelou essa mão de gato.

Agora, qual é o papel do Governo? Chamar agora essas empresas favorecidas por essa medida provisória, para pô-las no lugar ou mandar uma medida provisória desfazendo aquela, porque esse gesto é absolutamente criminoso.

Peço desculpas por ter entrado em seu pronunciamento assim. Foi o espírito do Senador Mão Santa que fazia esse negócio de presidir e entrar no debate dos outros.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Não, mas V. Ex<sup>a</sup>... Como V. Ex<sup>a</sup> disse, estamos só nós três aqui. Então, é importante que o Brasil saiba, com a possibilidade de nossos debates, as nossas opiniões. Não há nenhuma restrição e nenhum Regimento que nos restrinja com relação a isso. E o que ocorre...

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Até porque nem marquei o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Então, V. Ex<sup>a</sup> fique à vontade.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Pronto... Então, já estou favorecido.

Então, além disso, o que é que nós temos assistido das decisões de anteontem para hoje em relação à redução da tarifa? Alguns prefeitos dizem: “Vamos reduzir a tarifa”. Outro prefeito vai lá e diz: “Vamos reduzir a tarifa, e eu vou desonerar as empresas do ISS.”

Mas, veja, eles já foram desonerados do PIS, já foram desonerados da Cofins. O Senador Paim está dizendo que já foram desonerados da Previdência, o que vai ser um problema para a seguridade social. E o prefeito ainda reduz a tarifa e diz: “Vamos desonerá-los do ISS.” Eu não vi um prefeito dizendo o seguinte: “Quero uma auditoria dessa planilha para saber se é essa mesmo a tarifa. Quero fazer auditoria nessa planilha!”

Ou seja: sempre acaba sobrando para o cidadão, porque, quando se desonera tributariamente, diminui-se a capacidade de arrecadação do Estado, do poder público, o que faltará para algum serviço público; ou seja, ninguém diz: “Empresário, vamos reduzir os lucros? É um momento de sacrifício e de esforço. Vamos reduzir os lucros? Olha, cada um cede um pouco. Não coloque a corda sempre para arrebentar do lado mais fraco.”

Veja, o Congresso Nacional desmarca a votação da PEC 37; alguns prefeitos reduzem a tarifa de transporte coletivo, mas reduzem fazendo novas desonerações tributárias além daquelas que já estavam acontecendo. Aqui, nós não votamos os 10% da receita bruta da saúde. O Plano Nacional da Educação vem da Câmara com 10% do Produto Interno Bruto para ser investido na educação pública. Chega ao Senado,

mudam, para não ser investido somente na educação pública. E aí se perguntam.

Os escândalos de corrupção permeiam por tudo quanto é lado. E aí quem é perseguido, quem começa a ser achincalhado, quem começa a ser atingido são aqueles que combatem a corrupção. São as instituições sérias do País e os poucos parlamentares que combatem a corrupção. E aí ficam sem entender o que está acontecendo.

É claro que não entendem o que está acontecendo. Há uma distância enorme entre o que é feito aqui neste plenário e no plenário da Câmara, o que as maiorias parlamentares impõem, e a realidade concreta. Não há diálogo entre o que acontece aqui e a realidade concreta.

A máxima que está circulando é que esta geração que está nas ruas é uma geração, Senador Paim, diferente das nossas. Nós estamos na quarta geração de grandes mobilizações de massa no Brasil, desde a última quarta-feira, e eu e V. Ex<sup>a</sup> anunciamos isso. Estamos na quarta geração.

A primeira geração foi a geração dos anos 60, de 1968, pautada pelo desejo pela redemocratização. Aquela geração foi derrotada pelo Ato Institucional nº 5 e pelo recrudescimento da ditadura.

A geração seguinte é a geração pela luta da anistia ampla, geral e irrestrita e dos colossais comícios das Diretas Já, que resultaram no fim da ditadura militar.

A terceira geração, da qual tenho a honra de ter participado, é a dos caras-pintadas, que resultou no *impeachment* de um Presidente da República.

Agora, esta quarta geração vem a um ciclo. Tudo muda, o tempo todo, no mundo. Eu estou consciente de que o Brasil não é o mesmo depois desse ciclo de manifestações.

E não adianta! Eu vi alguns, quase que patéticos, dizendo: “Queremos receber vocês nos gabinetes, queremos receber a liderança”. Quem é a liderança? O movimento é difuso. O movimento não tem uma liderança definida, como essas manifestações dos tempos anteriores que nós vimos.

Essa geração está pautada por impor a pauta, ou seja, ouça o barulho das ruas e imponha a pauta. Essa geração é a geração que nasceu nos últimos 20 anos. É uma menina que tem uma média de idade de 17, 18 anos.

E essa geração veio depois da redemocratização, depois da consolidação da democracia no País, e se acostumou, essa geração, a ver eleições de dois em dois anos, mas também se acostumou a ver eleições a cada dois anos e a ver o que elegia não ser representante dos anseios que eles depositavam nas urnas. Então, agora, concretamente, essa geração

disse: “Bom, só votar não adianta, tenho que ir para a rua dizer o que quero e exigir concretamente o que quero.” É a superação do voto representativo.

Nenhum daqui tente ir para as manifestações. Nenhum partido levante a bandeira nas manifestações. E não levante mesmo a bandeira nas manifestações, porque os partidos foram derrotados. Nenhum partido está representando. Isso é perigoso por um lado para a democracia, mas, por outro lado, é fundamental para a democracia o povo na rua.

Este País só avançou quando o povo se mobilizou e foi para a rua. Por isso eu não temo. Não adianta quererem colocar rótulo na menina aí na rua. Eu ouvi, cheguei a ouvir aqui nesta semana: “Não, essas manifestações são de direita.” Como de direita? Raquearam o *site* da revista *Veja*.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Acho que eles se enganaram. Eles quiseram dizer: “São de direito.” É o direito deles.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Deve ter sido.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – É o direito deles de se mobilizarem.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Deve ter sido esse equívoco, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Não é possível. Permita-me só um aparte a mais.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Pois não, Senador.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – O que a gente percebe? Para nós, que já participamos de movimentos sociais ao longo das nossas vidas, esse não deixa de ser um grande movimento liderado pela juventude, mas os de cabelos brancos estão acompanhando, não pensem que não, porque estão.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Com certeza.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Quantos homens e mulheres de cabelos brancos me dizem: “Meu filho está lá.” E dizem com orgulho: “Meus filhos estão lá.”

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Eu comecei este pronunciamento dizendo isso.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Exatamente isso.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Isso nos orgulha.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Quer dizer, nós estamos nessa linha. Então é preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário parem de dizer o seguinte: olha, essa é a pauta, essa é a pauta, essa é a pauta. E ouçam a pauta, como V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem. E casualmente eu escrevi num livro, há três anos,

o barulho do rufar dos tambores nas ruas. O nome do livro é “O rufar dos tambores”. Nós que reclamávamos tanto, que nos sentíamos isolados, sem o apoio do movimento social, agora não podemos reclamar, pelo contrário, temos que cumprimentá-los e exigir que o Executivo comece a pautar aquilo que eles estão apresentando, que o Senado também, que a Câmara também e que o Judiciário também.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Senador Paim, eles estão vindo em nosso socorro.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Eu diria que sim.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Eles vêm em socorro das bandeiras que temos pautado. Ah sim, não têm bandeira? É claro que têm bandeira.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Claro que têm, todo mundo sabe quais são.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Redução da tarifa, já estão conquistando, mas não querem só isso, querem o fim da corrupção, isso é uma bandeira concreta.

E querem mais. Olhe o que dizem os cartazes: Eu quero o padrão FIFA nos hospitais e...

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Saúde, educação.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – ... e na saúde pública e na educação.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Combate à violência.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Eles têm uma bandeira concreta.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Havia um cartaz que dizia: Eu quero um presidente que exija igual ao Blatter. Porque o Blatter, o Presidente da FIFA, é exigente; ele colocou para fazer o que ele queria.

Mas sabe de uma coisa, são todas questões que nos unem. Por exemplo, nessa manifestação, lá no meio dela havia gente que era contra a marcha da maconha e gente a favor da marcha da maconha, porque alguma coisa os une em favor do País. Lá há gente que é a favor do aborto e gente contra o aborto; estava todo mundo junto, está certo, todo mundo junto. Quer dizer, lá há gente que odeia futebol e gente que ama futebol. As pessoas, na diversidade, na pluralidade de uma democracia – você pode ser a favor ou contra o que você quiser –, mas a coisa nesse País, o bem estar nos une. O bem-estar nos une; o bem-estar uniu todo mundo. Você podia ver rostos lá de gente completamente contra a posição do outro que estava ali, mas reivindicando o bem-estar para todos.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – E Magno, veja; permita-me, Senador Magno.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Magno. Aliás, eu queria perguntar a V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> falou que tem um filho com 18 anos. O seu ministério de fazer filho começou com que idade?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Começou com 21 anos. É porque eu comecei cedo, entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Ah, sim, porque eu sempre acho que erraram na idade de V. Ex<sup>a</sup> para deixar que fosse candidato a Senador.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Veja, Senador Magno, o que ocorre concretamente é que nós temos que dar resposta – nós, aqui, o Parlamento – temos que dar resposta com gestos. Porque as perguntas que estão sendo feitas são as seguintes: Se um País como este pode, em um prazo recorde, com regime de contratação diferenciado – aprovado por este Plenário do Senado, flexibilizando a Lei de Licitações, subvertendo o art. 37 da Constituição, que reza que a moralidade é um dos princípios da Administração Pública –, se este Plenário aprova o regime diferenciado de contratação para construir monumentos como este que vemos aqui em Brasília, em tão pouco tempo – como é o Estádio Nacional Mané Garrincha –, com orçamentos bilionários, então esse mesmo País pode construir um hospital ou um centro de saúde nos bairros com o mesmo padrão do Mané Garrincha; pode fazer novos hospitais e novas escolas com o padrão do Maracanã. É esta contradição que está sendo chamada; é esta contradição! As pessoas olham para esses monumentos e dizem: “Por que eu não tenho esse monumento para garantir o que a Constituição me diz a que eu tenho direito, que é o direito à saúde como universal e com eficiência como princípio?”

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que eu tenho feito uma guerra já há muitos anos com a Bancada do meu Estado pelo aeroporto do meu Estado.

O meu Estado tem mais uma rodoviária de avião e não consegue desencilacar essa desgraça, não consegue, de jeito nenhum. E aí vejo esses estádios subindo em Estados que não têm futebol para chamar a atenção da sua própria população, com todo o respeito. Depois, quero ver o que eles vão fazer com isso, deve virar dormida de mendigo, lugar de fumar *crack*.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Vinham os estádios e vinha um legado. Está aí o estádio, e onde está o legado? Essa pergunta não sou eu quem está fazendo, essa é a pergunta das ruas, essa é a pergunta da menina na rua.

O que ocorre, concretamente, é que temos de ter resposta com gestos, Senador Magno Malta, Senador Paim, não adiantam palavras. Repito um trecho de Lênin, inspirador: *palavras convencem, exemplos arrastam*. Tem de haver gestos, tem de votar a reforma política de verdade, ampliando a participação popular, resolvendo o plano de financiamento de campanha, por exemplo. Tem de, além disso, ampliar os investimentos na saúde pública, tem de garantir 10% do PIB para a educação. O Congresso tem de fazer esses gestos. Tem de rejeitar a Proposta de Emenda Constitucional nº 37.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Permita-me, antes que V. Ex<sup>a</sup> conclua, pois sei que vai avançar mais?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Pois não, Senador.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Tem que haver um olhar para os idosos do nosso País. Não é possível...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Tem de acabar com o fator previdenciário.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Esse fator maldito, que confisca o salário das pessoas pela metade e dos que mais precisam, daqueles que ganham um pouco mais que um salário mínimo. Quem ganha salário mínimo, inflação mais PIB; acima do salário mínimo, pega o fator, corta pela metade, e não tem reajuste. Isso repercute em todas as residências do País. Nós estamos há 12 anos denunciando isso e parece que alguns fazem o que chamam de “ouvido de mercador”, fazem de conta que não estão ouvindo.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> me lembra, no Twitter, de uma imagem que foi postada nesses dias, uma Senhora de 101 anos dizendo, quando começaram a dizer que era uma manifestação por R\$0,20. A senhora, de cabelos brancos, aparecia dizendo: “Deixa eu falar para vocês. Participei da Revolução Constitucionalista, em 1932; eu lutei contra a Ditadura Militar; participei das Diretas Já e acompanhei a luta pelo *impeachment* e lhes digo uma coisa, não é pelos R\$0,20.” É porque o aposentado tem inibido do seu rendimento um tal de fator – e V. Ex<sup>a</sup> tem sido a maior autoridade na defesa para acabar com isso – que só atende ao mercado financeiro. Aliás, essa é outra, é a maior bolsa do País, é a bolsa banqueiro, porque toda vez que a taxa de juros é reajustada em 0,25% são bilhões para eles. A gente proclama a alegria do Bolsa Família com alguns milhões, mas os banqueiros ganham bilhões, e não encontram alternativas, outros meios, de combate à inflação, como, por exemplo, o depósito compulsório dos bancos, porque ele inibe os lucros dos bancos.

É que a verdade é que existe uma hegemonia no País de três grandes: do mercado financeiro, das

grandes empreiteiras e do agronegócio. Existe uma ofensiva desses três e não existe a disposição de colocar o dedo nessa ferida.

Mas eu espero, Sr. Presidente, para concluir, Senador Paulo Paim, que se tenham, de nossa parte, aqui no Parlamento, gestos, ações concretas; do Governo Federal, gestos. Não adianta fazer discurso, pronunciamento somente de solidariedade, como se não tivesse nada a ver com o que está acontecendo. Não basta isso, tem que ter ações e gestos concretos, tem que reduzir tarifa, tem que rejeitar propostas que limitem o poder de investigação de instituições, tem que ampliar os mecanismos de transparência, por parte do cidadão, sobre a atuação dos Parlamentares e dos políticos em geral, tem que avançar na democracia participativa, têm que ser gestos. Depois, não venham me perguntar por que querem invadir o Congresso Nacional.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup>, que fez diversas citações, permita-me que eu diga uma que é antiga, mas eu gosto muito dela, que é aquela do Gandhi, que disse: Mais vale um gesto que mil discursos. Parabéns pelo seu pronunciamento!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco/PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, de fato para concluir. Quero concluir com dois trechos. O primeiro é como Juan Arias conclui o seu artigo. Ele conclui dizendo o seguinte:

*Um cartaz de manifestante dizia: “País mudo é um País que não muda.” Outro, este dirigido à polícia, acrescentava: “Não dispare contra os meus sonhos.” Alguém [em sã consciência] pode negar a um jovem o direito de sonhar?*

Eu aprendi, desde os 20 anos, nas manifestações de que participei, que esse direito não pode ser negado.

Por fim, Senador Paim, trago-lhe uma notícia e um abraço de alguém de quem V. Ex<sup>a</sup> é fã, aliás, nós todos somos fãs dele: Thiago de Mello. Estive na última segunda-feira com ele, em Belém. Permita-me, todo honrado e garboso, dizer que recebi dele esse belo presente: *A Floresta Vê o Homem*, com uma dedicatória lindíssima dele. Thiago, sempre atual, mais jovem que todos nós, sempre jovem, termina esse livro com uma poesia que diz muito do momento. Diz Thiago:

Ventos do mundo sopram; quando sopram, aí, vão varrendo, vão, vão carregando e desfazendo tudo o que de humano existe erguido e porventura grande, mas frágil, mas finito como as dores, porque ainda não ficando – qual bandeira feita de sangue, sonho, barro e cântico – no próprio coração da eternidade.

Thiago, sempre atual, descreve com a poesia o pulsar deste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço ao Senador Randolfe o pronunciamento tão oportuno e o significativo debate que nos proporcionou. Agradeço também ao Senador Paim.

Senador Randolfe, V. Ex<sup>a</sup> citou gente famosa para falar sobre os gestos. Vou encerrar falando que minha mãe, D. Dadá, que era analfabeta funcional, dizia: “Meu filho, a vida não é o que você fala, a vida é o gesto.”

Então, o gesto é que fica.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Sr. Senador Alfredo Nascimento, a Sr<sup>a</sup> Senadora Angela Portela e o Sr. Senador Eduardo Amorim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ALFREDO NASCIMENTO** (Bloco/PR – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a população de Manaus, que já sofre com a incompetência da administração estadual em diversas frentes, sofreu mais uma decepção dias atrás: o descaso voltou a atingir em cheio o hospital e pronto socorro João Lúcio, unidade de saúde de grande importância para a nossa população. Mais uma vez, pacientes internados no hospital têm de conviver com a falta de refrigeração: há mais de 20 dias os condicionadores de ar do João Lúcio estão quebrados, aumentando a possibilidade da proliferação de bactérias e expondo seus pacientes ao desnecessário risco de contrair infecções e outros distúrbios. Equipamento tão prosaico, não é a primeira vez que a falta de refrigeradores gera desconforto para a população. No ano passado, o mesmo problema estendeu-se por mais de 50 dias, sem que a administração oferecesse uma explicação aceitável.

Os problemas do João Lúcio, entretanto, não se limitam à ventilação natural. Pacientes e mesmo profissionais que trabalham no hospital denunciam a falta de leitos e o atendimento precário, feito nos corredores e sem a menor condição de higiene. Senhor presidente, isso é muito grave.

O hospital e pronto socorro João Lúcio foi inaugurado em setembro de 1998, durante minha primeira gestão como prefeito de Manaus. Fica na zona leste da nossa cidade e é referência no estado do Amazonas para o tratamento de trauma em 14 especialidades, entre elas neurologia, cabeça e pescoço, e cirurgia vascular. É um dos hospitais mais importantes de Manaus e já mereceu investimentos significativos para sua modernização. Nos últimos anos, porém, tem sido exposto a um processo ostensivo e irresponsável de sucateamento, que compromete sua imagem e seu legado, expondo a população a riscos inaceitáveis em uma unidade de saúde.

No ano passado, o João Lúcio já sofrerá problemas técnicos como blecautes e outros, administrativos, como a falta de pagamento a estagiários contratados para prestar serviços. Agora, o cidadão de Manaus e mesmo aqueles que buscam atendimento vindo de outras regiões do nosso estado, tiveram sua paciência testada também pela dificuldade no agendamento de consultas e procedimentos. O governo do estado alegou problemas no sistema informatizado e atribuiu ao ministério da saúde a responsabilidade sobre o problema.

Em janeiro desse ano, a administração estadual anunciou com pompa a destinação de mais de três milhões de reais em investimentos no hospital João Lúcio, para ampliar sua capacidade de atendimento e reformar as áreas destinadas ao atendimento de emergência. Passados cinco meses, todos nós, especialmente o cidadão que precisa de atendimento, nos perguntamos onde foi parar esse dinheiro, onde estão às melhorias que a população não enxerga? Parece mais uma promessa não cumprida, mais uma dívida com o cidadão.

Sr. Presidente, venho aqui me solidarizar com a população de Manaus e cobrar das autoridades uma solução para os problemas do hospital João Lúcio. Já que não conseguem modernizar e ampliar o pronto-socorro, que ao menos garantam o mais básico, o mínimo serviço, para seus pacientes.

Muito obrigado.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, aprovamos ontem, nesta Casa de Leis, e pela segunda vez, as novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Com apenas nove votos contrários, o texto do PLS 240/2013 obteve 54 votos favoráveis e pouco difere da proposta anterior, que aprovamos em abril e que foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, na semana passada, colocando sob nossa responsabilidade, a obrigação de aprovarmos novo texto, dentro do tempo estabelecido.

Como expôs o relator do novo texto, senador Walter Pinheiro (PT-BA), o projeto prevê a distribuição dos recursos do FPE nos mesmos critérios atuais até 2015. A partir de 2016, cada estado terá garantido um repasse mínimo igual ao valor recebido em 2015, com a variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 75% da variação real do Produto Interno Bruto (PIB) no período. O excedente será distribuído de acordo com critérios de população e inverso da renda per capita.

Para atender Estados menos desenvolvidos e que dependem economicamente dos repasses do FPE,

como é o caso do meu Estado de Roraima, o piso do fator populacional, para a distribuição do excedente, passou para 1,2%. O novo texto prevê ainda um redutor nas parcelas dos estados com renda domiciliar per capita superior a 72% da renda média nacional.

Considero a aprovação deste texto uma questão de bom senso e de disposição dos meus colegas senadores de buscar atender os anseios dos deputados federais, expressos na rejeição ao texto anterior.

O novo texto, de igual modo ao anterior, exigiu um esforço enorme de negociações e acertos entre os representantes das unidades federadas, que aqui têm assento, e que representam os interesses de todas as unidades da federação. Como país continental que é, o Brasil abriga um leque de disparidades regionais e convive com interesses que, apesar de legítimos, são muito difusos.

Temos, todos sabem, uns Estados que são ricos e outros que são pobres. E foi neste contexto de disparidades econômicas e de desequilíbrios regionais, que discutimos os critérios de distribuição do FPE.

No caso do meu Estado de Roraima, o novo texto atendeu os nossos interesses ao estabelecer como critérios o piso de 1,2% para a variável populacional e o índice de 72% como parâmetro para a renda domiciliar per capita. Neste caso, Roraima manteve sua parte no bolo federativo e aumentou sua participação no volume de recursos excedentes. A conquista deste percentual foi fruto da participação ativa que tivemos nas negociações sobre a partilha do FPE.

Em todas as oportunidades, baseados no quadro de dependências econômica e administrativa, que nosso Estado tem, argumentamos que não poderíamos acatar proposta na qual o Orçamento ficasse comprometido, quando da partilha do bolo federativo.

Por várias vezes, mostramos que, a exemplo de outros Estados da região Norte, que têm base tributária mais estreita, Roraima tem o FPE como principal fonte de recursos e, assim sendo, jamais poderia prescindir de tão precioso fundo.

Criado em 1967, o FPE tem o objetivo de redistribuir a renda e promover o equilíbrio socioeconômico entre os estados brasileiros. Ao estabelecer esse mecanismo de transferência de recursos, o objetivo da Constituição Federal, foi equalizar a capacidade financeira dos estados que têm menores condições de arrecadar impostos, com a dos Estados que contam com atividade econômica mais intensa; conseqüentemente, com maior possibilidade de gerar receitas próprias.

Com base neste princípio, penso que o novo desenho do FPE buscou não afastar-se do objetivo que consiste na sua razão de ser: que é a redução das desigualdades regionais,

Considerando a dependência dos Estados da região Norte, notadamente, os que são ex-territórios, quando da discussão desta matéria, nunca poderemos perder de vista conceitos básicos que são vitais ao combate das desigualdades, em especial, as regionais.

Como já disse, é da justeza dessas discussões federativas que depende a viabilidade econômica e social de muitos dos estados da federação, inclusive de meu Estado de Roraima. Essa meta, considero, foi bem observada na votação de ontem. Portanto, minha expectativa, agora, é a de que os nobres parlamentares aprove o novo texto na Câmara dos Deputados para que, possamos, enfim, cumprir o prazo que se esgota no dia 27. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais,

Em função do cenário que se estabeleceu com a distribuição deficitária de sementes de milho no estado de Sergipe, no mês de maio, solicitei a ida do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – Senhor Rubens Rodrigues; e da sua Superintendente Regional na Bahia e em Sergipe, Senhora Rose Ponde; ao município de Nossa Senhora da Glória, procurando atender ao clamor dos agricultores locais.

Na oportunidade, conversamos sobre o tema, com pecuaristas, prefeitos, autoridades da Região e com os sertanejos – além de entrevistas à imprensa – com o objetivo de esclarecer e apoiar a população naquele momento de crise. A mobilização se deu a partir das visitas rotineiras que fazemos por todo o estado, identificando as necessidades da população, trazendo as questões urgentes à Brasília e, sempre que possível, levando os gestores dos órgãos responsáveis para atender presencialmente as nossas comunidades.

Pedimos ao Senhor Rubens Rodrigues – presidente da Conab – que fosse a Sergipe conhecer de perto os relatos dos prefeitos e dos pecuaristas da região, a fim de que fosse estabelecida uma dinâmica adequada para o fluxo de grãos, com o encurtamento das distâncias, entre outras medidas necessárias.

A Conab esteve presente, respondendo a nossa demanda com presteza e transparência. Era tudo o que queríamos: gestores que demonstrassem que trabalham com seriedade e compromisso ao lidar com o dinheiro público.

Tivemos o prazer de receber esses profissionais, que não mediram esforços em ouvir e esclarecer as dúvidas e solicitações da nossa comunidade, estabe-



lecendo uma proximidade com a qual só quem tem a ganhar é o povo.

A partir de agora, a descentralização dos armazéns auxiliará muito aos pequenos agricultores e pecuaristas, no acesso e na distribuição de grãos. Solicitamos à Conab a criação de novos depósitos, armazéns de distribuição nos municípios de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória, a fim de que seja garantida uma melhor acessibilidade os agricultores e pecuaristas da região.

O Presidente da Conab ficou muito satisfeito com a eficácia da visita, que também serviu para divulgar a disponibilidade de milho a preços subsidiados nos armazéns da Companhia, com a saca do produto vendida a 18 reais e 12 centavos. Ele informou que o prazo para a distribuição de milho foi prorrogado pelo Governo Federal até 30 de setembro e, no site da Conab, estão todas as informações sobre cadastros, sem qualquer custo para os agricultores e pecuaristas.

O Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento incentivou, ainda, que os produtores denunciasses qualquer irregularidade, fornecendo os contatos da Ouvidoria da empresa.

Agora, esclarecidos, os produtores locais deverão adquirir o milho para seu consumo e de seu plantel, compreendendo que não há necessidade de estocagem: basta manter os cadastros em situação regular. Sergipe é o estado que, proporcionalmente, mais recebe recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, e não faltará atendimento.

No município de Itabaiana já há mais um armazém da Conab, além do tradicional. Com esta aquisição, foi alcançada a marca de 9 mil toneladas de armazenagem no estado.

Depois das entrevistas e da audiência pública no plenário da Câmara dos Vereadores, onde se discutiu a questão do abastecimento com os representantes da Conab e do governo do estado, todos seguimos até Itabaiana para visitar o novo armazém da Companhia Nacional de Abastecimento.

No encontro, fomos prestigiados por representantes da Prefeitura e Câmara Municipal, prefeitos de municípios vizinhos e representantes de diversas lideranças da região. A iniciativa rendeu soluções efetivas e compromissos concretos que já começam a ser realizados, preenchendo a nossa população de ânimo e confiança nos programas e políticas públicas do governo federal.

A Conab está se preparando para melhorar a armazenagem dos estoques públicos de alimentos. Serão investidos 350 milhões de reais na construção de dez novas unidades armazenadoras. A ampliação foi anunciada recentemente, durante a divulgação do

Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, realizada no Palácio do Planalto.

A partir deste incremento, a capacidade estática de armazenagem da Companhia passará de 1,96 milhão para 2,81 milhões de toneladas. A iniciativa fortalecerá a Conab em sua atuação sobre os estoques de alimentos e na regulação de preços. A população brasileira será beneficiada: a capacidade de atendimento da Companhia aos programas sociais do governo também será ampliada, com a regulação dos principais alimentos básicos. Assim, teremos oferta destes produtos minimizando os riscos de impacto sobre a inflação.

Os novos armazéns da Conab serão construídos em Campina Grande (PB), Maracanaú (CE), Eliseu Martins (PI), Petrolina (PE), Anápolis (GO), Viana (ES), Xanxerê (SC), Estrela (RS) Luís Eduardo Magalhães (BA) e no Porto do Itaqui (MA).

Além das novas unidades anunciadas, a Companhia destinará 150 milhões de reais para modernizar e revitalizar sua rede atual de armazenamento. A expectativa é de que sejam reformadas 84 unidades em todo o país. Entre as melhorias previstas, estão a reforma das instalações internas e externas das unidades, a ampliação das capacidades, com troca de equipamentos e recuperação de outros.

A Conab contratará o Banco do Brasil para atuar na gestão e fiscalização das obras pretendidas e na construção dos armazéns.

Armazenagem é a chave para o nosso cenário imediato e futuro. O governo quer incentivar também a construção de armazéns privados, por meio de linhas de crédito especiais. A expectativa é ampliar a capacidade de estocagem em 40 milhões de toneladas de grãos. Passaremos, então, dos atuais 144 milhões de toneladas para 184 milhões.

O importante é que ações conjuntas permitam o aumento da capacidade estática de armazenamento do país, que hoje tem um déficit de 32 milhões de toneladas.

De acordo com o Plano anunciado, serão disponibilizados 25 bilhões de reais para a construção de silos privados, nos próximos cinco anos. Cinco bilhões serão investidos ainda nesta safra 2013/2014.

Não podemos mais pensar um Brasil de safras “recordes”, sem que haja um igual crescimento “recorde” de logística e armazenagem.

Nós podemos produzir para o mundo, sem desabastecer o país! E isto, no cenário mundial atual e futuro, será decisivo. Sob este ponto de vista, investir em logística para escoamento da produção e em armazenagem ou investir na Companhia Nacional de Abastecimento, para que esta se torne uma estatal

poderosa e bem estruturada que atenda às nossas demandas atuais e futuras, passa a ser uma questão vital.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho*, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que cria *Tribunal Regional Federal*. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que acrescenta § 2º ao art. 52 da *Constituição Federal*, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos

termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
Requerimento nº 176, de 2013)  
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda  
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que cria os *Tribunais Regionais Federais da 6ª Região*, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda  
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o *Tribunal Regional Federal da 6ª Região*, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Ta-

ques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2013**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 32, DE 2010**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 42 minutos.)*

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória Nº 620**, de 2013, que “*Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências*”.

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado EDUARDO CUNHA	001;
Deputada PERPÉTUA ALMEIDA	002;
Deputado PROFESSOR SÉTIMO	003; 004;
Deputado ARNALDO JORDY	005; 006; 041;
Deputada JANETE ROCHA PIETÁ	007; 008; 009;
Deputado BETO ALBUQUERQUE	010; 011; 012; 013;
Senador PEDRO TAQUES	014; 015;
Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA	016;
Deputado OSVALDO REIS	017;
Deputado EDUARDO SCIARRA	018; 019; 020;
Deputado ANDRÉ VARGAS	021;
Deputado ÂNGELO AGNOLIN	022; 061; 062;
Deputado WEVERTON ROCHA	023;
Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI	024; 025;
Senador VITAL DO RÉGO	026; 027;
Deputado OTAVIO LEITE E OUTROS	028;
Deputado OTAVIO LEITE	029;
Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	030;

Deputado JÚLIO CÉSAR	031;
Deputado ROMÁRIO E OUTROS	032;
Deputado MENDONÇA FILHO	033; 034; 035;
Deputado ONYX LORENZONI	036; 037; 038; 039;
Senador ARMANDO MONTEIRO	040;
Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	042; 043; 044; 045; 046; 047; 048; 049; 050; 051; 052; 053; 054; 055; 056; 057; 058;
Senador AÉCIO NEVES	059;
Senador GIM	060;
Deputado JOÃO ARRUDA	063;
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN	064; 065;
Deputado ALFREDO KAEFER	066; 067; 068; 072;
Deputado Dr. JORGE SILVA	069;
Deputado PEDRO UCZAI	070;
Deputado CARLOS SAMPAIO	071;

**TOTAL DE EMENDAS: 072**

MPV 620  
00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

8906/2013

Proposição  
Medida Provisória nº 620 / 2013

Autor  
Deputado EDUARDO CUNHA PMDB/RJ

Nº Prontuário

1  Supressiva 2.  Substitutiva 3  Modificativa 4. \*Aditiva 5.  Substitutivo Global

Página	Artigos	Parágrafos	Inciso	Alínea
--------	---------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. W Dê-se *caput* do art. 3º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, a seguinte redação:

"Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mediante requerimento e concedidos automaticamente após a graduação em Direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada, observados os demais requisitos do art. 8º, exceto o disposto no inciso IV e § 1º." (NR)

Art. X Dê-se ao inciso XV do art. 54 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, a seguinte redação:

"Art. 54.....  
.....  
.....

XV - colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, e **aprovar**, previamente, nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos;

.....  
.....  
..... (NR)

Art. Y Acresça-se ao art. 54 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, os seguintes incisos XIX e XX:

"Art.54.....  
.....  
.....

XTX - elaborar exame da Ordem, sem custo para o estudante, aplicado de forma compulsória, visando a avaliação dos cursos de Direito.

XX - solicitar a suspensão de matrículas para novos alunos de Direito, nas instituições que, por dois anos consecutivos, não obtenham, da maioria de seus examinados, média superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento no respectivo exame, previsto no inciso anterior.

Art. Z Revogam-se o inciso IV e o § 1º do art. 8º e o inciso VI do art. 58 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, colocando-se ao final dos artigos as letras (NR).

#### JUSTIFICAÇÃO

Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a "livre expressão da atividade intelectual" (art. 5º, IX, CF), do "livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão" (art. 5º, XIII, CF).

A exigência de aprovação em Exame de Ordem, prevista no inciso IV do art. 8º, da Lei 8906, de 04 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é uma exigência absurda que cria uma avaliação das universidades de uma carreira, com poder de veto.

Vários bacharéis não conseguem passar no exame da primeira vez. Gastam dinheiro com inscrições, pagam cursos suplementares, enfim é uma pós-graduação de Direito com efeito de validação da graduação já obtida.

A constitucionalidade da referida obrigação está sendo discutida no STF, com parecer do Ministério Público Federal pela inconstitucionalidade.

Esse exame cria uma obrigação absurda que não é prevista em outras carreiras, igualmente ou mais importantes. O médico faz exame de Conselho Regional de

Medicina para se graduar e ter o direito ao exercício da profissão?

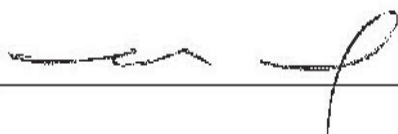
O poder de fiscalização da Ordem, consubstanciado no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e no Código de Ética e Disciplina da OAB, não seria mais eficaz no combate aos maus profissionais do que realizar um simples exame para ingresso na instituição?

Estima-se que a OAB arrecade cerca de R\$ 75 milhões por ano com o Exame de Ordem, dinheiro suado do estudante brasileiro já graduado e sem poder ter o seu direito resguardado de exercício da profissão.

Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

DEPUTADO EDUARDO CUNHA





MPV 620

00002

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 12/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	-------------------------------

TIPO				
1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input checked="" type="checkbox"/>
SUPRESSIVA AGLUTINATIVA SUBSTITUTIVA MODIFICATIVA ADITIVA				

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	1/2

Inclua-se, onde couber o seguinte artigo:

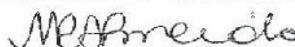
Art. . A Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, passa a vigor acrescida do seguinte art. 12-A:

“Art. 12-A. As EED terão acesso a financiamento para programas, projetos e ações relativos, respectivamente, a bens e serviços de defesa nacional de que trata o inciso I do caput do Art. 8º da Lei nº 12.598, e a PED, nos termos da legislação específica; admitindo-se, nesse caso, como garantia, além das previstas na legislação pertinente, direitos de propriedade intelectual e industrial, conforme regulamento.”

### JUSTIFICAÇÃO

As Empresas Estratégicas de Defesa, que por um longo período não tiveram condições de estruturarem seu parque tecnológico, seja em pesquisa e desenvolvimento seja em estruturas produtivas, necessitam de financiamento para garantirem a atualização necessária à

13/06/13  
DATA

  
ASSINATURA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 12/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	-------------------------------

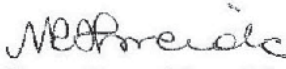
TIPO				
1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input checked="" type="checkbox"/>
SUPRESSIVA AGLUTINATIVA SUBSTITUTIVA MODIFICATIVA ADITIVA				

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	2/2

competitividade.

O Executivo, através de seus programas de incentivo e financiamentos, dão condições para que estas empresas possam acessar linhas de crédito onde são necessárias garantias patrimoniais e bancárias.

Aqui objetiva-se proporcionar que os direitos de propriedade intelectual e industrial sirvam de garantias para acesso aos programas de financiamento.

  
 Deputada Perpétua Almeida  
 PCdoB/AC

13/06/13  
DATA

  
 ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 620

00003

17/06/2013

Proposição

Medida Provisória nº 620 / 2013

Autor

Deputado

Professora Nelma MSDB/MG

Nº Prontuário

1  Supressiva 2.  Substitutiva 3  Modificativa 4. \* Aditiva 5.  Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

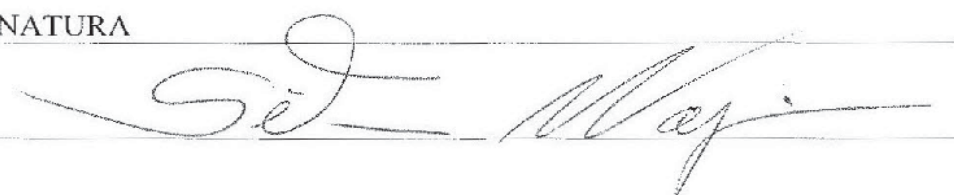
Art. X A Lei nº 11.941, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de aeroportos, armazéns e logísticas, energia, rodovia, ferrovia, hidrovía, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS."

## JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, embora regulamentado pela Instrução CVM Nº 462, de 26 de novembro de 2007, não foi corretamente criado por lei. Para o eficaz funcionamento de um Fundo de tamanha importância, é necessário não apenas estabelecer formalmente na legislação seu ato de criação, como também definir sua forma de atuação, com ênfase nos setores em que o Fundo estaria autorizado a operar.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL		MPV 620
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		00004
17/06/2013	Proposição <b>Medida Provisória nº 620 / 2013</b>	
Autor <b>Deputado Professor Setimo</b>	<i>AMB/MA</i>	Nº Prontuário
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo Global		
Página	Artigos	Parágrafos
Inciso		
Alínea		
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Inclua-se onde couber:

Art. X Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2013; os prazos previstos no § 18 do art. 65, da Lei Nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e os prazos previstos no § 12 do art. 1º e do art. 7º da Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

§ 1º A existência de parcelamentos em curso nos termos das Leis Nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e 11.941, de 27 de maio de 2009, não impede o pagamento ou parcelamento de outros débitos, obedecidos o prazo mencionado no *caput* e as regras e condições fixadas nas referidas leis, hipótese em que os procedimentos de consolidação e cobrança serão formalizados em processo administrativo autônomo.

§ 2º A extensão do prazo de que trata o *caput* não se aplica às pessoas físicas e jurídicas que tenham tido parcelamento rescindido após 1º de janeiro de 2013, nos termos, respectivamente:

I - do § 9º do art. 1º da Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

II - do § 9º do art. 65 da Lei Nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

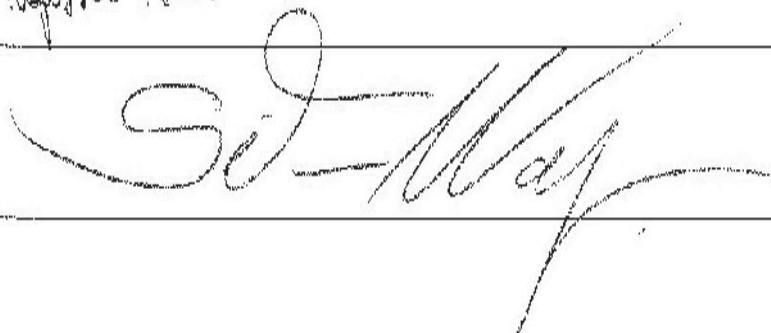
### JUSTIFICAÇÃO

A crise que se abate sobre a economia nacional, em especial sobre o setor produtivo, requer a adoção de medidas de estímulo ao cumprimento das obrigações tributárias, em especial àquelas decorrentes dos parcelamentos anteriormente concedidos.

A alteração proposta tem o intuito de permitir amplo debate sobre a matéria. Sendo assim, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

*Professor Nelson*

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sérgio', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

<b>CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS</b>			<b>MPV 620  00005</b>	
data	Proposição MP 620/2013			
<i>ARNALDO JORDY PPS/PA</i>	Autores Rubens Bueno PPS/PR			nº do prontuário
1. ( ) Supressiva	2. ( ) substitutiva	3. (x) Modificativa	4. ( ) aditiva	5. ( ) Substitutivo global

Dê-se aos § 9º e 10 do art. 6º da Lei 12.793, de 02 de abril de 2013, acrescentado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....

§ 9º Os bens de consumo duráveis de que trata o § 3º, serão definidos pelo beneficiário do financiamento.

§ 10. O CMN definirá os termos e as condições do financiamento dos bens de consumo duráveis de que trata o § 3º e o seu descumprimento implicará o descredenciamento dos estabelecimentos varejistas, podendo levar à liquidação antecipada do contrato de financiamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.” (NR)

### JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 620, de 12 de junho de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis - móveis e eletrodomésticos - a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, deixa a cargo do Conselho Monetário Nacional a definição de quais são os bens de consumo duráveis a serem adquiridos, os seus valores máximos de compra, os termos e as condições do financiamento.

De acordo com dados do IBGE do último censo, 93,4% dos domicílios brasileiros tinham geladeiras, 98,4% tinham fogão, 95,67% tinham televisão. A cobertura menor é para máquinas de lavar roupas (44,33% dos domicílios) e freezer (15,23% dos domicílios).

A medida, tal como foi desenhada, beneficiará apenas alguns setores da indústria e do comércio já que estabelece quais os móveis e os eletrodomésticos que podem ser financiados.

A presente emenda tem por objetivo, portanto, deixar a critério do beneficiário do financiamento o direito de decidir quais os bens de consumo duráveis que lhes será mais útil para equipar seus imóveis.

  
**DEP. ARNALDO JORDY**  
**PPS/PA**

<b>APRESENTAÇÃO DE EMENDAS</b>			<b>MPV 620</b>	
			<b>00006</b>	
<b>data</b>	<b>Proposição MP 620/2013</b>			
<b>Autores Arnaldo Jordy PPS/PA</b>			<b>nº do prontuário</b>	
1. ( ) Supressiva	2. ( ) substitutiva	3. (x) Modificativa	4. ( ) aditiva	5. ( ) Substitutivo global

Dê-se aos § 6º e 7º do art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

“§ 6º Os bens de consumo duráveis de que trata o § 5º deste artigo, serão definidos pelo beneficiário do financiamento.

§ 7º O CMN definirá os termos e as condições do financiamento dos bens de consumo duráveis de que trata o § 6º e o seu descumprimento implicará o descredenciamento dos estabelecimentos varejistas, podendo levar à liquidação antecipada do contrato de financiamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.” (NR)

### JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 620, de 12 de junho de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis - móveis e eletrodomésticos - a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, deixa a cargo do Conselho Monetário Nacional a definição de quais são os bens de consumo duráveis a serem adquiridos, os seus valores máximos de compra, os termos e as condições do financiamento.

De acordo com dados do IBGE do último censo, 93,4% dos domicílios brasileiros tinham geladeiras, 98,4% tinham fogão, 95,67% tinham televisão. A cobertura menor é para máquinas de lavar roupas (44,33% dos domicílios) e freezer (15,23% dos domicílios).



A medida, tal como foi desenhada, beneficiará apenas alguns setores da indústria e do comércio já que estabelece quais os móveis e os eletrodomésticos que podem ser financiados.

A presente emenda tem por objetivo, portanto, deixar a critério do beneficiário do financiamento o direito de decidir quais os bens de consumo duráveis que lhes será mais útil para equipar seus imóveis.



DEP. ARNALDO JORDY  
PPS/PA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 620

00007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013

Autor  
Deputada JANETE ROCHA PIETÁPartido  
PT1. \_\_\_ Supressiva      2. \_\_\_ Substitutiva      3. \_\_\_ Modificativa      4. X Aditiva

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

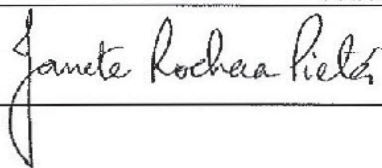
Acrescente-se à parte final do §5º, do art. 2º da Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013 a seguinte expressão:

§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do **caput** poderão ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e **estendidos à população beneficiada pelas Companhias de Desenvolvimento Habitacionais.**

## Justificativa

As Companhias de Desenvolvimento Habitacionais visam promover condições dignas de moradia para a população de baixa renda, por intermédio dos programas habitacionais de interesse social. Portanto, com a mesma finalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias de baixa renda, conforme dispõe o art. 1º da Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009 (PMCMV).

PARLAMENTAR



MPV 620

00008

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013

Autor  
Deputada JANETE ROCHA PIETÁPartido  
PT1.  Supressiva      2.  Substitutiva      3.  Modificativa      4.  Aditiva

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

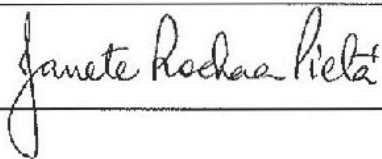
Acrescente-se à parte final do §5º, do art. 2º da Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013 a seguinte expressão:

§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do **caput** poderão ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e **estendidos à população de baixa renda que construíram suas moradias com recursos próprios, modalidade popularmente conhecida como Autoconstrução.**

## Justificativa

A autoconstrução consiste na construção de unidades habitacionais de baixo custo por seus próprios usuários. O perfil social e econômico da população, que busca alcançar nesse seguimento a moradia digna com condições habitacionais e saneamento básico, é geralmente de baixa renda. Portanto de natureza similar ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, que visa beneficiar a população de baixa renda.

PARLAMENTAR



MPV 620

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013

Autor  
Deputada JANETE ROCHA PIETÁPartido  
PT1.  Supressiva      2.  Substitutiva      3.  Modificativa      4.  Aditiva

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

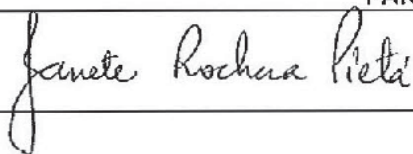
Acrescente-se à parte final do §5º, do art. 2º da Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013 a seguinte expressão:

§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do **caput** poderão ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e **estendidos à população beneficiada pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), de que trata a Lei n.º10.188, de 12 de fevereiro de 2001.**

## Justificativa

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é promovido pelo Ministério das Cidades, tendo a CAIXA como agente executor e o PAR – Fundo de Arrendamento Residencial – como financiador. Foi criado para ajudar municípios e estados a atenderem à necessidade de moradia da população que recebe **até 6 salários mínimos**. Portanto, de natureza similar ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, principalmente tocante ao critério de **baixa renda**, conforme disposto no art. 1º da Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009 (PMCMV) e art. 1º da Lei n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 (PAR).

PARLAMENTAR



MPV 620

00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/06/2013	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	---

AUTOR Dep. BETO ALBUQUERQUE	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 5º	INCISO -	ALÍNEA -
-----------------	--------------	-----------------	-------------	-------------

TEXTO

Dê-se ao § 5º, do art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do *caput* poderão ser destinados ao financiamento de produtos que possam gerar renda familiar e de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

JUSTIFICATIVA

No momento em que se propõe que o PMCMV passe a financiar bens de consumo duráveis para os beneficiários do Programa, faz todo sentido que se permita também o financiamento de produtos que possam gerar renda familiar. Trata-se aqui do famoso ensinamento do sábio chinês Lao-Tse, segundo o qual não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar.

ASSINATURA



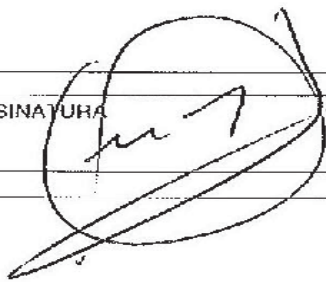
18 / 06 / 2013

MPV 620

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

DATA 18/06/2013	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013			
AUTOR Dep. <b>BETO ALBUQUERQUE</b>			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 5º	INCISO -	ALÍNEA -
TEXTO				
<p>Acrescente-se ao art. 2º o seguinte § 8º:</p> <p>"Art. 2º .....</p> <p>.....</p> <p>§ 8º Os financiamentos de que trata o § 5º observarão um prazo de carência mínimo de sessenta dias para o pagamento da primeira prestação, contados a partir da data da assinatura do contrato de financiamento."</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>É preciso compreender que a pessoa somente se credencia para participar do PMCMV quando está nas faixas de baixa renda. Não é possível, portanto, conceder um financiamento público a tais pessoas, sem lhes dar um prazo mínimo de carência para a primeira prestação, de modo a que elas possam se planejar melhor para fazer os respectivos pagamentos.</p>				
18 / 06 / 2013	ASSINATURA			



**MPV 620**

**00012**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA 18/06/2013	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	---

AUTOR Dep. <b>BETO ALBUQUERQUE</b>	Nº PRONTUÁRIO
---------------------------------------	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 ( ) MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 5º	INCISO -	ALÍNEA -
-----------------	--------------	-----------------	-------------	-------------

TEXTO

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte § 8º:

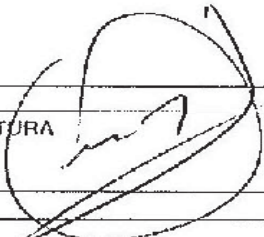
“Art. 2º .....

.....

§ 8º É vedado à Caixa Econômica Federal efetuar financiamentos nos termos autorizados pelo § 5º por meio de aquisição de produtos de qualquer natureza ou do estabelecimento de exigências diversas daquelas consideradas normais para os contratos de financiamento.”

JUSTIFICATIVA

Os financiamentos concedidos por meio da presente Medida Provisória são custeados com recursos públicos. Não podemos aceitar, portanto, que a CEF utilize este mecanismo para realizar operações casadas de compra e venda, que não atendem ao interesse público.

18/06/2013	ASSINATURA 
------------	---

MPV 620

00013

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/05/2013		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013		
AUTOR Dep. BETO ALBUQUERQUE			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 5º	INCISO -	ALÍNEA -
TEXTO				
<p>Dê-se ao § 5º, do art. 2º a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º .....</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do <i>caput</i> poderão ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis, entre os quais se incluem antenas parabólicas, às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.</p> <p>.....”</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>As antenas parabólicas são essenciais para uma grande parte da população brasileira, que vive em locais de difícil acesso, onde a programação dos canais abertos de televisão não chega. Não obstante, este tipo de produto ainda não é considerado bem de consumo durável, razão por que faz-se necessária a ressalva que propomos, de modo a permitir que estas famílias, também beneficiadas com o PMCMV, possam financiar um dos produtos mais importantes para o seu cotidiano.</p>				
18 / 06 / 2013		ASSINATURA		



MPV 620

00014

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 18/06/2013	proposição Medida Provisória nº 620/2013			
autor SENADOR PEDRO TAQUES			nº do proponente	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Suprima-se o artigo 3º da Medida Provisória nº 620, de 12/06/13				

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 620, de 2013, mais uma vez, ofende a Constituição ao tratar, por um meio de medida legislativa que a Carta Magna define como excepcional e sujeita a condições estritas de urgência e relevância, de matérias de toda ordem. Começa pela constituição de fundos públicos para financiar aquisição subsidiada de móveis e eletrodomésticos pelos consumidores. Continua pela dispensa do recebimento de dividendos da Caixa Econômica Federal pela União, para concluir com acertos pontuais em normas legais já aprovadas. Desta forma, o aqodamento de legislar unilateralmente sobre todo tipo de temas termina por ofender e minimizar a relevância de cada um.

Nos dispositivos mais importantes, a MP trata do desenho de uma política pública de crédito com horizonte de médio prazo e vastas repercussões econômicas, a exigir exame ponderado de custos e benefícios por parte do Legislativo. Jamais qualquer dos tópicos heterogêneos que formam o seu conteúdo poderiam revestir-se do caráter de excepcionalidade a que a Constituição Federal circunscreve a Medida Provisória.

No entanto, se vencida a admissibilidade por força da cooptação a que se tem submetido o Poder Legislativo, cabe o enfrentamento de legalidade e de mérito nas questões indevidamente colocadas na Medida Provisória.

Esta Emenda enfrenta outra flagrante ilegalidade da Medida Provisória, que no mérito abriga grandes danos à economia nacional. O artigo 3º pretende dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que lhe seriam

devidos, em montante definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, referentes aos exercícios de 2013 e subsequentes, enquanto durarem as operações realizadas pelo Programa "Minha Casa Minha Vida".

Ora, dividendos e juros sobre capital próprio de uma empresa estatal são receita pública de natureza patrimonial. E a lei de diretrizes orçamentárias vigente (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012) dispõe em seu artigo 91 que:

*Art. 91. Somente será aprovado o projeto de lei ou editada a medida provisória que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.*

*§ 1º Os projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.*

*[..]*

*§ 8º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.*

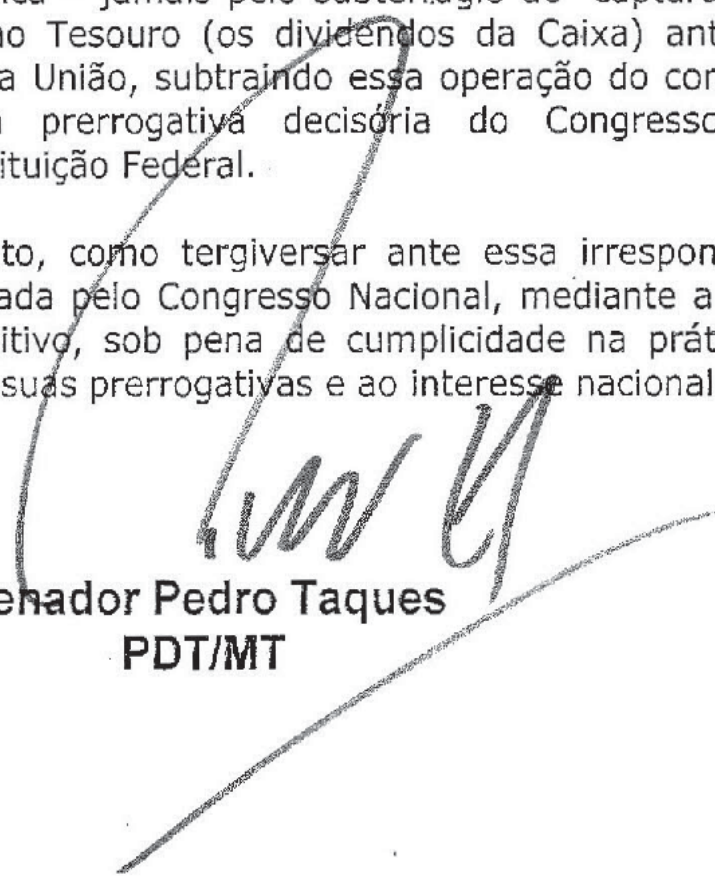
De fato, o que faz o governo é renunciar prévia e incondicionalmente a uma receita pública da maior relevância, que deve entrar na decisão orçamentária anual, para vinculá-la de maneira irrestrita às necessidades de um financiamento de um determinado programa. Embora não seja de natureza tributária, a renúncia dessa receita impactará significativamente os orçamentos do ano corrente e dos posteriores, e essa decisão será subtraída ao Congresso Nacional, visto que é entregue à discricionariedade do Ministro da Fazenda para a definição do seu valor.

A LDO corrente, com razão, exige que tais renúncias sejam acompanhadas pelo menos da estimativa do impacto sobre a arrecadação federal (para que se saiba no mínimo o quanto se está dispensando) e da compensação para que não comprometam a meta fiscal. Ao propor abrir mão de receitas que compõem já a estimativa de arrecadação primária desse exercício, o Executivo deve explicar, pelo menos, quanto essa renúncia reduzirá da receita já prevista, e indicar o que pretende fazer para compensar essa perda.

Além disso, a renúncia concedida pela Medida Provisória não tem limite temporal, sendo deixada a critério do Executivo "enquanto durar o programa Minha Casa Minha Vida". Assim, a lei de hoje está vinculando de forma incondicional todos os exercícios futuros, a critério única e exclusivamente do Poder Executivo. Dessa forma, o Congresso não abre mão apenas da sua prerrogativa de hoje, mas da sua responsabilidade de decidir sobre o orçamento de um número indefinido de anos no futuro. Exatamente para prevenir isso é que a LDO fixa um prazo máximo de cinco anos para qualquer renúncia de receitas, mais um dispositivo legal que é ofendido pela Medida Provisória em exame.

No mérito, salta aos olhos o absurdo de conceder um "cheque em branco" vinculando receitas da Caixa Econômica Federal a um determinado programa governamental. Cria-se um "fundo extra-orçamentário", um autêntico "caixa dois" orçamentário, atribuindo o financiamento de um programa governamental a uma receita que sequer ingressará nos cofres da União, sendo apropriada diretamente a essa finalidade predeterminada. É violação clara do princípio orçamentário da universalidade, consagrado na Lei 4.320/64, e uma forma de impedir que se visualize claramente os custos do financiamento do "Minha Casa Minha Vida" e se lhes compare com os custos e benefícios da saúde, da educação, dos transportes, e de todas as demais despesas públicas, comparação esta que somente se pode fazer no momento da deliberação da totalidade da receita e da despesa quando da aprovação do orçamento. Em outras palavras, o financiamento do "Minha Casa Minha Vida" somente se pode fazer de forma legítima com os princípios constitucionais e legais que regem a despesa pública quando seus custos são diretamente apropriados ao orçamento, a cada exercício, com transparência e racionalidade econômica – jamais pelo subterfúgio de "capturar" receitas legalmente devidas ao Tesouro (os dividendos da Caixa) antes de seu ingresso nos cofres da União, subtraindo essa operação do conhecimento da sociedade e da prerrogativa decisória do Congresso Nacional estabelecida na Constituição Federal.

Não há, portanto, como tergiversar ante essa irresponsabilidade, que há de ser fulminada pelo Congresso Nacional, mediante a supressão integral desse dispositivo, sob pena de cumplicidade na prática de ato gravemente lesivo às suas prerrogativas e ao interesse nacional.



**Senador Pedro Taques**  
**PDT/MT**

MPV 620

00015

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 18/06/2013	proposição Medida Provisória nº 620/2013			
autor SENADOR PEDRO TAQUES	nº do prontuário			
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Suprima-se o § 2º do artigo 2º da Medida Provisória nº 620, de 12/06/13				

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 620, de 2013, mais uma vez, ofende a Constituição ao tratar, por um meio de medida legislativa que a Carta Magna define como excepcional e sujeita a condições estritas de urgência e relevância, de matérias de toda ordem. Começa pela constituição de fundos públicos para financiar aquisição subsidiada de móveis e eletrodomésticos pelos consumidores. Continua pela dispensa do recebimento de dividendos da Caixa Econômica Federal pela União, para concluir com acertos pontuais em normas legais já aprovadas. Desta forma, o aodamento de legislar unilateralmente sobre todo tipo de temas termina por ofender e minimizar a relevância de cada um.

Nos dispositivos mais importantes, a MP trata do desenho de uma política pública de crédito com horizonte de médio prazo e vastas repercussões econômicas, a exigir exame ponderado de custos e benefícios por parte do Legislativo. Jamais qualquer dos tópicos heterogêneos que formam o seu conteúdo poderiam revestir-se do caráter de excepcionalidade a que a Constituição Federal circunscreve a Medida Provisória.

No entanto, se vencida a admissibilidade por força da cooptação a que se tem submetido o Poder Legislativo, cabe o enfrentamento de legalidade e de mérito nas questões indevidamente colocadas na Medida Provisória. Esta Emenda corrige exclusivamente o que há de ilegal, ilícito e desonesto na Medida Provisória: a maquiagem fiscal. O suprimento de recursos à Caixa Econômica Federal para financiar crédito destinado a móveis e eletrodomésticos pretende-se custeado por uma emissão de

títulos públicos na forma de "colocação direta de títulos", artifício criado pelo atual governo federal para endividar-se tentando esconder que o faz. Por esse mecanismo perverso, o Tesouro eleva o saldo da dívida pública, mas ao entregar os títulos (e não o produto de sua venda ao mercado) a algum ente financeiramente distinto (no caso concreto, a Caixa Econômica Federal), evita que transitem pelo orçamento a captação dos recursos e sua entrega, mascarando assim o efeito financeiro e fiscal líquido. Uma verdadeira "pedra filosofal" para endividar-se sem que esse fato apareça no resultado primário e nas estatísticas de dívida, escondendo da sociedade o verdadeiro custo econômico e financeiro das políticas governamentais.

Assim, o governo federal pretende esconder da sociedade e do mercado essa decisão de oito bilhões de reais e seus efeitos deletérios sobre as contas públicas. Vejam os senhores parlamentares o absurdo: o país inteiro se endivida para permitir que as famílias se endividem para comprar móveis e eletrodomésticos – e essa "corrente da felicidade" fica oculta na contabilidade governamental. Prossegue o Executivo federal na sua desesperada tentativa de gerar a qualquer custo até as eleições de 2014 uma bolha artificial de demanda, apropriado por alguns grandes grupos privados selecionados por critérios discricionários mais inteiramente pago pelos cidadãos brasileiros na forma de aumento da dívida pública.

Não há, portanto, como tergiversar ante essa irresponsabilidade, que há de ser fulminada pelo Congresso Nacional, mediante a supressão integral desse dispositivo, sob pena de cumplicidade na prática de ato gravemente lesivo ao interesse nacional.



**Senador Pedro Taques**  
**PDT/MT**

MPV 620

00016

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	18.06.2013
------	------------

proposição	Medida Provisória nº 620, de 2013
------------	-----------------------------------

Autor	SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP)
-------	--

nº do prontuário	
------------------	--

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	
--------	--

Artigo 4º	
-----------	--

Parágrafo	
-----------	--

Inciso	
--------	--

alínea	
--------	--

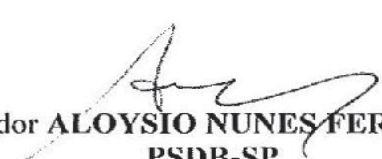
## TEXTO / JUSTIFICATIVA

O art. 5º, da Lei nº12.741, de 8 de dezembro de 2012, na forma da redação proposta pelo art. 4º da Medida Provisória nº 620, de 2013, passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 5º Decorrido o prazo de *quatro* meses, contado do início de vigência desta Lei, o descumprimento de suas disposições sujeitará o infrator às sanções previstas no Capítulo VII do Título I da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.” (NR)

## JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao comando inserto no § 5º, do art. 150, da Constituição Federal, que impõe ao Estado o dever de esclarecer o consumidor acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços, foi editada a Lei nº 12.741, de 2012. Esta norma determina seja discriminado em notas fiscais o valor de impostos incidentes e o fornecedor de serviços e de produtos que a descumprir está sujeito a sanções administrativas do Código de Defesa do Consumidor, como multa, suspensão de atividade etc. Ocorre que a publicação dessa norma deu-se em 10/12/2012, e sua cláusula de vigência estipulou uma vacância de 6 meses para que as determinações ali contidas pudessem surtir efeitos. Ou seja, a Lei entrou em vigor no último dia 10/06/2013. Sucede que referida MPV, em seu art. 4º, alterou a redação da cláusula de vigência da Lei, acrescentando 12 meses à vacância da norma. Entendemos que esse prazo é uma afronta ao direito do consumidor e do contribuinte brasileiros. Além dos 6 meses iniciais, o Poder Executivo pretende agora postergar a vigência desse direito do cidadão por mais 12 meses. Na história do Brasil recente, nem Códigos tiveram uma cláusula de vigência tão extensa. O novo Código Civil, sancionado em 10/01/2002, estipulou o prazo de 1 ano para sua entrada em vigor – e estamos tratando da principal Lei Civil que rege toda a sociedade brasileira. Portanto, propomos uma redução drástica desse prazo, pelo que contamos com o apoio de nossos Pares.

  
 Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA  
 PSDB-SP

MPV 620

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00017

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620, de 2013**Autor  
**Deputado OSVALDO REIS**Partido  
**PMDB/TO**1.  Supressiva      2.  Substitutiva      3.  Modificativa      4.  Aditiva**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se novo art. à Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, ou onde couber, com a seguinte redação:

**"Regime Especial de Investimento em Saneamento Básico – RESANE**

Art. .... Fica instituído o Regime Especial de Investimento em Saneamento Básico – Resane, nos termos desta lei.

§ 1º É beneficiário do Resane o prestador de serviço público de saneamento básico, assim caracterizado na forma da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que assuma o compromisso de aplicação integral, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, dos valores por ele devidos a título das suas contribuições próprias para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, em empreendimentos nos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 2º Para os fins desta lei é prestador de serviço público de saneamento básico a pessoa jurídica de direito privado empreendedora das atividades e operadora das infraestruturas e das instalações operacionais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.

§ 3º A assunção do compromisso a que se refere o § 1º far-se-á:

I – mediante opção livremente manifestada perante a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e informada à Receita Federal do Brasil, que incluirá a expressa autorização ao procedimento referido no inciso I do § 8º, nos termos do regulamento a que se refere o § 14;

II – pelo recolhimento de até 80% (oitenta por cento) dos valores por ele devidos a título das suas contribuições próprias ao PIS/PASEP e à COFINS, excluídas aquelas a que se refere a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, em favor de conta vinculada remunerada, individualmente identificada, mantida junto a instituição financeira oficial com área de atuação nacionalmente caracterizada.

§ 4º Os valores referidos no inciso II do § 3º:

I – deverão ser mensalmente apurados e recolhidos à respectiva conta vinculada de acordo com a legislação vigente; e

II – desde que apurados e recolhidos na forma do inciso I os depósitos na respectiva conta vinculada caracterizar-se-ão, para todos os fins de direito, como depósito extrajudicial do montante integral do respectivo crédito tributário.

§ 5º Os valores recolhidos à conta vinculada referida no inciso II do § 3º serão destinados, exclusivamente e no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses a contar de cada depósito, ao emprego em empreendimentos próprios do respectivo titular, prestador de serviço público de saneamento básico, na área de abrangência da prestação, na forma seguinte:

I – implantação, ampliação, melhorias ou reposições de infraestruturas ou de instalações operacionais de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, caracterizadas como ativos dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, quando os respectivos empreendimentos estejam previamente aprovados ou definidos nos correspondentes planos de saneamento básico ou pelas autoridades públicas competentes; ou

II – contrapartida a operações de empréstimo, financiamento, doação onerosa ou transferência de recursos financeiros, voluntária ou não, destinadas a emprego nos mesmos empreendimentos referidos no inciso I; e

III – é expressamente vedada a destinação ou o emprego dos valores referidos neste parágrafo em despesas de custeio próprias das beneficiárias deste regime, nem mesmo quando



acaso vinculadas a empreendimentos elegíveis na forma do inciso II.

§ 6º A adesão ao Resane fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

§ 7º A pessoa jurídica beneficiária do Resane terá a adesão cancelada e será excluída do regime, por ato conjunto da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e da Receita Federal do Brasil, nos termos do regulamento a que se refere o § 14 e nas hipóteses seguintes:

I – a pedido, hipótese em que, ato contínuo ao comunicado da beneficiária à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e à Receita Federal do Brasil, a pessoa jurídica voltará a recolher, ordinariamente, as suas contribuições ao PIS/PASEP e ao COFINS;

II – sempre que se apure, em procedimento administrativo específico onde lhe seja assegurada ampla defesa, que o beneficiário não satisfazia as condições ou não cumpria os requisitos para a adesão; ou

III – descumprimento do compromisso, descrito no § 5º, de tempestiva destinação integral dos valores recolhidos à conta vinculada referida no inciso II do § 3º, conforme apurado em procedimento administrativo específico onde lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 8º Na ocorrência do cancelamento da adesão ao Resane, a que se refere o § 7º:

I – a instituição financeira depositária da conta vinculada referida no inciso II do § 3º promoverá, em atendimento a notificação específica da Receita Federal do Brasil emitida após o ato conjunto a que se refere o § 7º, o recolhimento dos respectivos valores à administração tributária federal; e

II – nas hipóteses de cancelamento da adesão ao Resane a que se referem os incisos II e III do § 7º, a pessoa jurídica excluída fica obrigada a recolher juros e multa de mora, na forma da legislação vigente e incidentes sobre os respectivos montantes dos valores recolhidos à conta vinculada referida no inciso II do § 3º, contados:

a) da adesão ao regime, na hipótese a que se refere o inciso II do § 7º; ou

b) do descumprimento do compromisso, assim caracterizado na data afixada no ato conjunto referido no § 7º, na hipótese a que se refere o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do inciso II do § 8º, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o *caput* do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 10. Os valores recolhidos pelo beneficiário do regime de que trata este artigo na forma do inciso II do § 3º serão destacadamente informados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, nos termos de regulamento editado pela Receita Federal do Brasil que observará o disposto no inciso II do § 4º.

§ 11. Evidenciada, por manifestação expressa de seus auditores independentes e das autoridades públicas competentes, que houve pleno cumprimento ao compromisso descrito no § 5º, de tempestiva destinação integral dos valores recolhidos à conta vinculada referida no inciso II do § 3º aos empreendimentos ou às operações de contrapartida ali admitidos, os valores dos respectivos depósitos caracterizar-se-ão, para todos os fins de direito, como conversão de depósito extrajudicial em renda.

§ 12. A entidade reguladora para fins tarifários do beneficiário do regime de que trata este artigo levará em consideração, para os fins dos arts. 23, incisos IV e IX, e 25, § 2º, da Lei nº 11.445/2007, o montante dos valores recolhidos à conta vinculada referida no inciso II do § 3º efetivamente destinados aos empreendimentos ou às operações de contrapartida ali admitidos.

§ 13. O beneficiário do regime de que trata este artigo promoverá divulgação em seu sítio oficial da rede mundial de computadores (*internet*):

I – de sua adesão ao regime, nos termos dos §§ 1º e 3º, inciso I, deste artigo;

II – mensalmente, dos valores por ele recolhidos à conta vinculada, do percentual representativo destes valores em relação ao montante das suas contribuições próprias no período ao PIS/PASEP e à COFINS, e do saldo total da conta referida no § 3º, inciso II, deste artigo; e

III – semestralmente, dos empreendimentos destinatários dos valores recolhidos à conta vinculada, nos termos do § 5º deste artigo; e

IV – anualmente, da evidenciação dos valores por ele recolhidos à conta vinculada e de sua destinação a empreendimentos elegíveis neste programa nos seus resultados e balanços.

§ 14. O Poder Executivo, observado o disposto no § 10, editará, no prazo de até sessenta dias, regulamento necessário à execução do disposto neste artigo.

§ 15. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante, se houver, da renúncia fiscal decorrente do disposto neste artigo, considerando-a na estimativa de receita da lei orçamentária e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição.

§ 16. O disposto neste artigo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

## JUSTIFICAÇÃO

1. O objetivo desta Emenda é, conjugadamente, reduzir o impacto financeiro representado para os prestadores de serviço público de saneamento básico a atual sistemática de incidência, sobre a sua receita bruta, das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, e permitir um mecanismo simples e contrapartido de destinação daquela política tributária positiva diretamente aos investimentos finalísticos em atividades e na operação das infraestruturas e das instalações operacionais dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.

2. Não é novidade para ninguém as carências na área de saneamento básico. No Brasil, 20% da população ainda não tem acesso à água tratada. O problema mais grave, entretanto, é do esgoto: somente 43% da população tem acesso à rede de esgotamento sanitário. Desse total, apenas 35% é tratado. Em números absolutos, há 107 milhões de pessoas sem acesso à rede de esgoto sanitário, 134 milhões sem o esgoto de suas casas tratado, 40 milhões sem acesso à água tratada e 8 milhões sem banheiro.

3. É uma situação grave. Saneamento básico não é somente uma questão de conforto: é um problema de saúde pública. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra que, com a universalização do acesso ao saneamento, haveria, entre outros benefícios, redução de 25% no número de internações e de 65% na mortalidade decorrentes de infecções gastrintestinais; aumento de 30% no

rendimento escolar; economia anual de R\$ 42 milhões ao ano apenas com as internações que seriam evitadas; economia das empresas de R\$ 309 milhões por ano em horas de trabalho pagas, mas não trabalhadas, em função da redução em 19% da probabilidade de um trabalhador se afastar do trabalho em decorrência de infecções gastrintestinais; aumento médio de 13,3% na produtividade do trabalhador.

4. Para resolver de vez esse problema são necessários pesados investimentos. O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) estima investimentos de R\$ 260 bilhões entre 2011 e 2030 para que a meta de universalização seja atingida. São R\$ 15 bilhões por ano, somente para o período 2011-2015. Ao fazer as contas, contudo, verifica-se que não há recursos disponíveis para isso. Mesmo reunindo os recursos do FGTS – principal fonte de financiamento do setor, e que disponibilizará R\$ 5 bilhões por ano entre 2012 e 2014 –, BNDES, recursos próprios, do Orçamento e de outras fontes de financiamento, percebe-se que faltará dinheiro.

5. Para viabilizar este audacioso e absolutamente necessário plano de investimento, para a efetiva erradicação da marginalização sanitária e da pobreza de bens públicos verificados destacadamente na população mais carente dos centros urbanos, seus entornos e das pequenas e médias cidades de baixo orçamento e igualmente baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é aqui proposto, no mesmo modelo essencial já adotado para outros setores econômicos (por exemplo, o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – Repes e o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – Recap, ambos instituídos pela Medida Provisória nº 255/2005, posteriormente convertida na Lei nº 11.196/2005) – mas atento aqui à peculiaridade de se tratar de uma desoneração necessariamente vinculada aos correspondentes investimentos finalísticos em atividades e na operação das infraestruturas e das instalações operacionais dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário –, o Regime Especial de Investimento em Saneamento Básico – Resane.

6. O Resane configura como seu possível beneficiário, exclusivamente, o prestador de serviço público de saneamento básico, assim caracterizado na forma da Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), desde que este assuma o compromisso de aplicação integral, em prazo preestabelecido, de um percentual (de até oitenta por cento) dos valores por ele devidos a título das suas contribuições próprias para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.


6.1. Esta operação geraria um incremento aproximado de investimentos no serviço público em questão de R\$ 1,8 bilhão por ano, que ademais seria exclusiva e diretamente aplicado em empreendimentos próprios do respectivo prestador de serviço público de saneamento básico – ou seja, preservando-se assim, ademais,

a estrita vinculação entre a origem efetiva dos recursos (os usuários/pagadores do serviço em determinada área de prestação) e o seu ambiente de aplicação – caracterizados como: (a) implantação, ampliação, melhorias ou reposições de infraestruturas ou de instalações operacionais de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário; ou (b) contrapartida a operações de empréstimo, financiamento, doação onerosa ou transferência de recursos financeiros, voluntária ou não, destinadas a emprego nos mesmos empreendimentos antes referidos.

7. Anote-se ademais, do ponto de vista jurídico, que: (a) inexistente vedação constitucional à vinculação de “contribuições” a finalidades específicas (Constituição, art. 167, IV, *a contrario sensu*); (b) a medida está diretamente inserida no contexto próprio de aplicação dos recursos da Seguridade Social (como são as contribuições ao PIS/PASEP e da COFINS – Constituição, art. 195, inciso I, alínea “b”) em atividades com foco na melhoria das condições sanitárias da população (Constituição, arts. 196 e 200, inciso IV); (c) todo o procedimento de depósito, manutenção em depósito e aplicação dos valores originalmente devidos pelos prestadores de serviços de saneamento básico a título das suas contribuições próprias para o PIS/PASEP e a COFINS se faz junto a instituição financeira oficial, nos termos do art. 163, § 3º, da CF-88; e (d) todo o procedimento do ponto de vista tributário está adequadamente subsumido às disposições do Código Tributário Nacional (CTN) referentes aos procedimentos de “depósito integral do tributo” e de “conversão de depósito em renda”, a que se referem os arts. 151, II, e 156, VI, daquele Diploma Legal.

8. Diante dos recursos necessários para financiar os vultosos investimentos requeridos para atingir a meta de universalização dos serviços de saneamento básico, conto com o apoio dos colegas para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.

  
Deputado OSVALDO REIS  
PMDB/TO

MPV 620

00018

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>18/06/13</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 620/13</b>
-------------------------	--

autor <b>Eduardo Sciarra – PSD/PR</b>	Nº do prontuário
--	------------------

1. X Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
-----------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo 2º	Parágrafo 4º	Inciso I	Alínea
--------	-----------	--------------	----------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º Suprima-se inciso I do § 4º do Art. 2º da MPV nº 620, de 2013, renumerando os incisos seguintes.

**JUSTIFICATIVA**

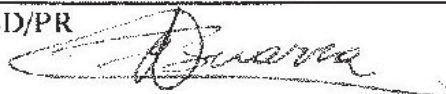
O § 4º regula a remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional em decorrência dos créditos de que trata a MPV 620/13. Em seu inciso I a atual redação estabelece como baliza a taxa de remuneração de longo prazo, enquanto os incisos seguintes estabelecem como baliza a compatibilidade entre a remuneração e o custo de captação dos recursos, ou ainda a possibilidade de remuneração variável.

Há que se notar que a linha de crédito oferecida se destina ao financiamento de bens de consumo, enquanto a taxa de remuneração de longo prazo é adequada ao financiamento de investimentos. Considero assim que as alternativas apresentadas nos incisos II e III do § 4º do Art. 2º da MPV nº 620, de 2013, são suficientes para garantir a viabilidade do programa, ao mesmo tempo em que limitam o custo fiscal da operação.

É nesse sentido e buscando garantir a solidez da Caixa Econômica Federal, esta instituição que vem prestando serviços inestimáveis ao desenvolvimento socioeconômico de nosso País, que elaboro a presente emenda, e na certeza de que tal alteração é no melhor interesse de nossos cidadãos, e principalmente daqueles participantes do Programa MCMV, peço apoio dos nobres colegas.

## PARLAMENTAR


Eduardo Sciarra – PSD/PR



MPV 620

00019

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>18/06/13</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 620/13</b>			
autor <b>Eduardo Sciarra – PSD/PR</b>			Nº do prontuário	
1. Supressiva      2. substitutiva      3. X modificativa      4. aditiva      5. Substitutivo global				
Página	Artigo 2º	Parágrafo 1º	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				
<p>Art. 1º Dê-se ao § 1º do Art. 2º da MPV nº 620, de 2013, a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º .....</p> <p>§ 1º O crédito de que trata o caput será concedido em condições financeiras e contratuais definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, <b>sendo que até 15% do crédito concedido terá características</b> que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional.</p> <p>.....” (NR)</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Ao impor que a todo o crédito concedido pela União à Caixa Econômica Federal tenha características que permitam seu cômputo como patrimônio de referência, o limite de R\$ 8 bilhões implicaria em um aumento potencial da oferta de crédito, por parte da Caixa, da ordem de R\$ 80 bilhões, desde que fosse mantido inalterado seu grau de alavancagem.</p> <p>É claro que a capitalização através de instrumentos passíveis de cômputo como patrimônio de referência aumentaria a liquidez da instituição melhorando se perfil de risco. Entretanto, a capitalização no formato proposto libera cerca de R\$ 70 bilhões a mais no mercado para serem emprestados a critério da administração da Caixa. É este efeito colateral da liberação de recursos para fornecimento de crédito a participantes do Programa MCMV que a presente emenda pretende sustar.</p> <p>A emenda apresentada visa, portanto, reduzir o impacto desta política de governo na administração financeira da Caixa, que é a mais importante instituição a atuar no financiamento habitacional de nosso País. Desta forma, a alteração proposta limita o risco de crédito ao qual a Caixa estará exposta, uma vez que seu grau de alavancagem não será significativamente alterado.</p>				
PARLAMENTAR				
Eduardo Sciarra – PSD/PR 				

MPV 620

00020

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>18/06/13</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 620/13</b>
-------------------------	--

autor <b>Eduardo Sciarra – PSD/PR</b>	Nº do prontuário
--	------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. x modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo 2º	Parágrafo 5º	Inciso	Alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao § 5º do Art. 2º da MPV nº 620, de 2013, a seguinte redação.

“Art. 2º .....

§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do caput **deverão** ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

.....” (NR)

## JUSTIFICATIVA

O § 5º, que se pretende alterar, estabelece que os recursos de que trata a MPV 620/13 **poderão** ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

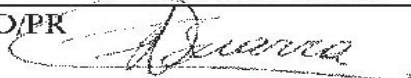
A presente emenda tem por intenção garantir que esses recursos, captados pela União a custo de mercado, serão aplicados no nobre fim de garantir condições mínimas de conforto a populações de baixa renda, em específico aos participantes do Programa MCMV.

Desta forma é necessário vincular o destino final de tais recursos, tão custosos ao contribuinte brasileiro, de modo a garantir que os objetivos declarados da MPV 620/13 sejam atingidos.

É nesse sentido que elaboro a presente emenda, e na certeza de que tal alteração é no melhor interesse de nossos cidadãos, e principalmente daqueles participantes do Programa MCMV, peço apoio dos nobres colegas.

PARLAMENTAR

Eduardo Sciarra – PSD/PR





MPV 620

00021

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 17/06/2013	<b>Proposição:</b> MPV 620/2013
----------------------------	------------------------------------

<b>Autor</b> Deputado André Vargas	<b>Partido/UF</b> PT/PR
---------------------------------------	----------------------------

Supressiva  Substitutiva  Modificativa  Aditiva  Substitutivo Global

<b>Página:</b>	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>
----------------	----------------	-------------------	----------------	----------------

**TEXTO**

Acrescente-se, onde couber, o artigo seguinte ao texto da Medida Provisória nº 620, de 2013, renumerando os demais:

**Art. \_\_\_\_ – O § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:**

**Inciso \_\_\_\_ – as empresas de limpeza, de atividades de vigilância e segurança privada, e de serviços combinados para apoio a condomínios construídos com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, enquadradas nas subclasses 8121-4/00, 8011-1/01 e 8111-7/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.1.**

**JUSTIFICAÇÃO**

O Programa Minha Casa Minha Vida vem transformando o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras. Todavia, a permanência das famílias de baixa renda nos imóveis construídos pelo programa é ameaçada pelas custosas taxas de condomínio. Essas taxas decorrem, sobretudo, de serviços prestados por empresas terceirizadas em benefício aos condôminos. A presente emenda busca contornar esse desafio, ao incluir na política de

desoneração tributária prevista pela Lei nº 12.546/2011 as empresas prestadoras de serviços a condomínios surgidos do Programa Minha Casa Minha Vida.

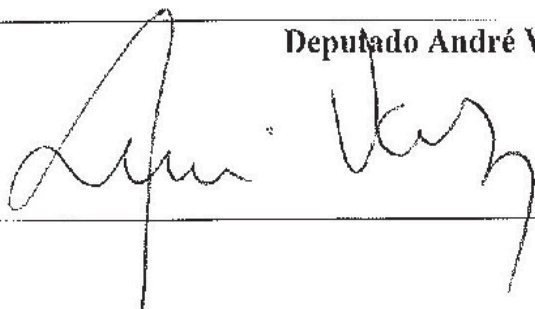
Essas empresas, fundamentalmente, desenvolvem atividades de fornecimento de pessoal de apoio, para fornecer um único tipo de serviço ou para desenvolver uma combinação de serviços em favor dos condomínios. Essas atividades estão distribuídas nos seguintes grupos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE):

- Atividades de vigilância e segurança privada – Código 8011-1/01;
- Limpeza em prédios e em domicílios – Código 8121-4/00;
- Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais – Código 8111-7/00.

A subclasse “atividades de vigilância e segurança privada” inclui o fornecimento de serviços de vigilância a condomínios residenciais. Por sua vez, a classe “limpeza em prédios e em domicílios” envolve os serviços de limpeza geral de edifícios. Por fim, a classe “serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais” compreende as atividades de fornecimento de pessoal de apoio, para prestar uma combinação de serviços aos condôminos, como a limpeza geral no interior de prédios, serviços de manutenção, disposição do lixo, serviços de recepção e portaria.

Pela extrema relevância da desoneração tributária das empresas que prestam serviços de apoio aos condomínios residenciais construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, requeremos aos nobres pares o apoio à presente emenda.

Deputado André Vargas



MPV 620

00022

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620, DE 2013
--------------------	-----------------------------------

AUTOR DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------------	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 ( ) MODIFICATIVA	4 (x) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Acrescente-se a seguinte alteração à Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, alterada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 620, de 2013:

"Art. 4º. ....

*'Art. 1º Emitidos por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços, em todo território nacional, deverá constar, dos documentos fiscais ou equivalentes, a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda, explicitando o ente federado ao qual cabe a competência de instituir cada um desses tributos.*

Art. 5º .....

## JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira, na maioria das vezes, associa a carga tributária aos tributos de competência da União, ignorando aqueles tributos da competência de Estados e Municípios, os quais também influenciam a formação dos preços dos produtos.

Estamos propondo, pois, nova redação ao art. 1º da Lei nº 12.741, de 2012, de modo a tornar claro que deverá constar dos documentos fiscais ou equivalentes, além da informação sobre os tributos que influenciam os respectivos preços de venda, a informação sobre a que ente federado cabe instituir cada um desses tributos.

A partir desse maior conhecimento, acreditamos que movimentos da sociedade pela redução de impostos tenham mais consistência, pressionando não só o Governo Federal, mas, também, os poderes executivos estaduais e municipais.

ASSINATURA

MPV 620

00023

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA EMENDA 18/06/2013		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620		
1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA , 5 [ ] ADITIVA				
AUTOR		PARTIDO	UF	PÁGINA
Weverton Rocha PDT-MA		PDT	MA	

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se o art. 4º da MP 620 de 12 de junho de 2013, que altera o artigo 5º da Lei nº 12.741, de 08 de dezembro de 2012:

Art. 4º A Lei nº 12.741, de 08 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Decorrido o prazo de **seis** meses, contado do início de vigência desta Lei, o descumprimento de suas disposições sujeitará o infrator às sanções previstas no Capítulo VII do Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A lei 12.741/2012 foi criada a partir de um projeto de iniciativa popular que ficou conhecido como projeto “De Olho no Imposto”. A lei começaria a surtir efeitos efetivos a partir de 08 de julho deste ano, o que tornaria evidente o valor pago por meio de impostos ao estado brasileiro, permitindo, sobretudo ao consumidor contribuinte aferir com aquilo que dele recebe. O adiamento das punições às empresas por um prazo de um ano, não nos parece razoável, uma vez que segundo notícias vinculadas na imprensa oficial, o decreto de regulamentação da Lei está pronto, seis meses seria tempo suficiente para as adequações devidas. O adiamento por um ano é uma usurpação prolongada do uso de um dos melhores instrumentos de avaliação do ônus tributário embutido no preço final dos bens e serviços que adquire, em face do que recebe do poder público, por isto, não poderemos aceitar esta exacerbada prorrogação de obtenção desde conhecimento.



**Weverton Rocha PDT-MA**

MPV 620

00024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>18/06/13</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 620/13</b>
-------------------------	--

autor <b>Onofre Santo Agostini – PSD/SC</b>	Nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3. x modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo 2º	Parágrafo 7º	Inciso	Alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º Dê-se ao § 7º do Art. 2º da MPV nº 620, de 2013, a seguinte redação.

“Art. 2º .....

§ 7º O descumprimento das regras previstas no § 6º implicará o descredenciamento dos estabelecimentos varejistas, podendo levar à liquidação antecipada do contrato de financiamento **junto ao consumidor final, desde que demonstrado dolo por parte do mesmo**, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

.....” (NR)

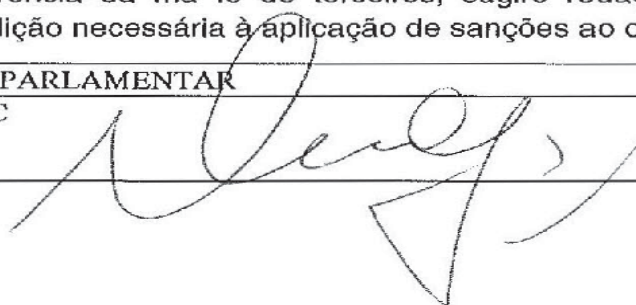
JUSTIFICATIVA

É louvável a intenção do Executivo na redação dada ao parágrafo que se pretende modificar. Entretanto há que se ressaltar que as populações alvo da linha de créditos estabelecida pela MPV 620/13 sofrem, de modo geral, de dificuldades de acesso à informação, não tendo, muitas vezes, como verificar se as condições do financiamento ou se os bens alvo estão em conformidade com a regulamentação desta linha de crédito, conforme feita pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim, de modo a proteger essas populações de danos que possam vir a lhe ser imputado em decorrência da má fé de terceiros, sugiro redação onde a demonstração de dolo é condição necessária à aplicação de sanções ao consumidor.

PARLAMENTAR

Onofre Santo Agostini – PSD/SC

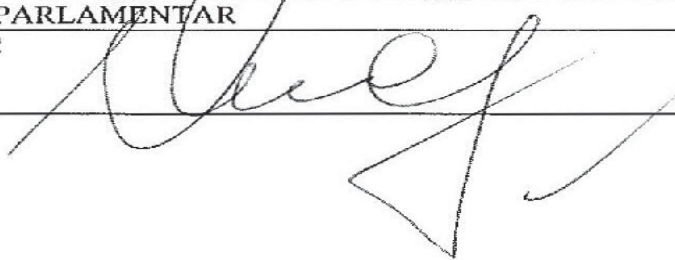


MPV 620

00025

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/13	proposição Medida Provisória nº 620/13			
autor Onofre Santo Agostini – PSD/SC			Nº do prontuário	
1. Supressiva      2. substitutiva      3. x modificativa      4. aditiva      5. Substitutivo global				
Página	Artigo 2º	Parágrafo 5º	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				
<p>Art. 1º Dê-se ao § 5º do Art. 2º da MPV nº 620, de 2013, a seguinte redação.</p> <p>“Art. 2º .....</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do caput <b>serão</b> destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis, <b>preferencialmente</b>, às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.</p> <p>I – Alternativamente a Caixa poderá direcionar tais recursos ao financiamento de bens de consumo duráveis a famílias com renda domiciliar de até 5 salários mínimos.</p> <p>.....” (NR)</p>				
<b>JUSTIFICATIVA</b>				
<p>O § 5º, que se pretende alterar, estabelece que os recursos de que trata a MPV 620/13 <b>poderão</b> ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.</p>				
<p>A presente emenda tem por intenção garantir que esses recursos, captados pela União a custo de mercado, serão aplicados no nóbre fim de garantir condições mínimas de conforto a populações de baixa renda, dando preferência a participantes do Programa MCMV.</p>				
<p>Os recursos transferidos do Tesouro Nacional para a Caixa, tão custosos ao contribuinte brasileiro, devem garantir os objetivos declarados da MPV 620/13 sejam atingidos.</p>				
<p>É nesse sentido que elaboro a presente emenda, e na certeza de que tal alteração é no melhor interesse de nossos cidadãos de baixa renda, e principalmente daqueles participantes do Programa MCMV, peço apoio dos nobres colegas.</p>				
PARLAMENTAR				
Onofre Santo Agostini – PSD/SC				



MPV 620

00026

Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

**EMENDA Nº**  
(à Medida Provisória nº 620, de 2013)

Dê-se ao § 9º do art. 6º da Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, nos termos da Medida Provisória nº 620, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 6º.....  
.....  
§ 9º O Conselho Monetário Nacional definirá os bens de consumo duráveis de que trata o § 3º, seus valores máximos de aquisição, os termos e as condições do financiamento, que deverá ter taxas de juros e condições diferenciadas para os mutuários residentes na região Nordeste.  
.....(NR)”

Dê-se ao § 6º do art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 2º.....  
.....  
§ 6º O Conselho Monetário Nacional definirá os bens de consumo duráveis de que trata o § 5º, seus valores máximos de aquisição, os termos e as condições do financiamento, que deverá ter taxas de juros e condições diferenciadas para os mutuários residentes na região Nordeste.

## JUSTIFICAÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) permitiu a milhares de famílias brasileiras de baixa renda a realização do sonho da aquisição da casa própria. Para complementar o Programa, o governo federal concederá crédito com taxas de juros mais baixas e prazos de pagamentos mais longos que os possibilitados pelas linhas de crédito de mercado para a aquisição de bens de consumo duráveis pelos beneficiários do PMCMV.

**O que propomos é que as taxas de juros e condições de financiamento dessas linhas de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis tenham condições diferenciadas, taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento maiores, para os moradores da região Nordeste, a mais carente do país e que vem sofrendo nos últimos anos problemas causados por desastres naturais como enchentes e estiagens.**

Em vista de todo o exposto – considerando, ainda, a importância da redução das desigualdades regionais – é importante que se acolham as determinações propostas nesta Emenda.

Sala da Comissão,

Senador  **VITAL DO RÊGO**



MPV 620

**EMENDA Nº**  
(à Medida Provisória nº 620, de 2013)

00027

Dê-se ao § 4º do art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013,  
a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....  
§ 4º A remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional  
deverá ser compatível com seu custo de captação.

### JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 620, de 2013, autoriza empréstimo do Tesouro à Caixa Econômica Federal (CEF) de R\$ 8 bilhões, em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida. Essa operação equivale a uma capitalização da CEF, porém sem gerar aumento da dívida pública líquida, pois a União aumentará a dívida bruta em montante igual ao crédito que terá junto a CEF.

O empréstimo do Tesouro à CEF, conforme § 4º do art. 2º da MPV, terá como remuneração uma das seguintes alternativas: taxa compatível com a taxa de remuneração de longo prazo, taxa compatível com o custo de captação do Tesouro Nacional ou taxa variável. Vemos aqui, dois problemas: o primeiro, o custo fiscal imposto ao Tesouro

Nacional se o empréstimo tiver taxas de juros abaixo de seu custo de captação, e, segundo, a incerteza para a própria Caixa Econômica em relação a qual será o custo do empréstimo.

**Assim, propomos emenda para que a remuneração do empréstimo concedido à Caixa seja compatível com o custo de captação do Tesouro Nacional.**

Em vista de todo o exposto – considerando, ainda, a importância do controle e transparência das contas públicas – é importante que se acolham as determinações propostas nesta Emenda.

Sala da Comissão,



Senador **VITAL DO RÊGO**

MPV 620  
00028

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**Data**  
18/06/2013

**Medida Provisória n.º 620, de 12 de junho de 2013.**

**Autor**  
Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ) – Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)  
– Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

**Nº do Prontuário**  
316

1.  Supressiva 2.  Substitutiva 3.  Modificativa 4.  Aditiva 5.  Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

O Art. 2º da Medida Provisória n.º 620, de 12 de junho de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8.º :

*“Art. 2º .....  
.....”*

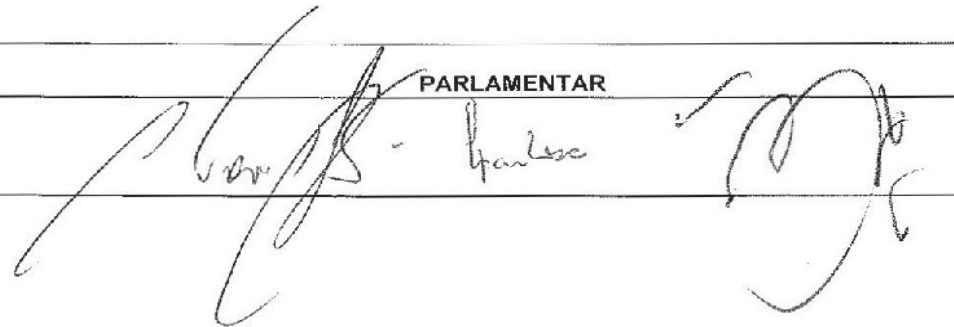
*§ 8º - O Conselho Monetário Nacional definirá, também, obrigatoriamente, sobre os bens de consumo duráveis de tecnologias assistivas e produtos que assegurem adaptação de espaços, bem como acessibilidade para pessoas com deficiência, de que trata o § 5º, seus valores máximos de aquisição e os termos e as condições do financiamento.”*

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa estabelecer claramente que bens de consumo duráveis de tecnologias assistivas e produtos que assegurem adaptação de espaços, bem como acessibilidade para pessoas com deficiência constem na lista que será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, que poderão ser financiados às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata Lei n.º 11.977, de 07 de julho de 2009.

A inclusão social das pessoas com deficiência é essencial para a valorização da sua dignidade e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a presente emenda garante que produtos de tecnologias assistivas e acessibilidade para pessoas com deficiência possam ser ofertados conforme futura definição do CMN.

**PARLAMENTAR**



MPV 620

00029

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
18/06/2013

Medida Provisória n.º 620, de 12 de junho de 2013.

Autor  
Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)Nº do Prontuário  
3161. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4.  Aditiva 5. Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art. 5º da Medida Provisória n.º 620, de 12 de junho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º - A Lei n.º 12.761, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 3º - O Poder Executivo poderá ampliar as áreas culturais previstas no § 2º, exceto a contratação de serviço de TV por assinatura (paga).

“Art. 5º .....

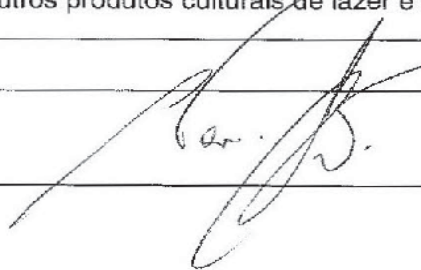
II - empresa beneficiária: pessoa jurídica optante pelo Programa de Cultura do Trabalhador e autorizada a distribuir o vale-cultura a seus trabalhadores com vínculo empregatício;

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar que o Vale-Cultura seja utilizado na aquisição de produtos e serviços culturais que a rigor, hoje, estão inacessíveis para milhares de trabalhadores: ingressos a teatro, cinema, shows, aquisição de CD's, DVD's (não pirata) e livros em geral – excetuando o serviço de TV por assinatura.

Assim, permitir que o trabalhador use o Vale-Cultura para o pagamento da TV por assinatura (paga) fere a própria lógica deste benefício: que deveria ser o de garantir o acesso aos eventos e outros produtos culturais de lazer e entretenimento.


PARLAMENTAR



MPV 620

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00030

DATA 18/06/2013	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013			
AUTOR Dep. <b>DAVI ALVES SILVA JÚNIOR</b>			Nº FRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 5º	INCISO -	ALÍNEA -
TEXTO				
<p>Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º .....</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do <i>caput</i> poderão ser destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis, <b>entre os quais se incluem os equipamentos necessários à produção de energia solar</b>, às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.</p> <p>.....</p> <p>§ 8º Os financiamentos de que trata o § 5º serão concedidos a famílias integrantes do PMCMV com renda familiar de até dez salários mínimos.”</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Em primeiro lugar, faz-se necessário incluir nas hipóteses de financiamento do PMCMV os equipamentos de produção de energia solar. Além de serem extremamente necessários a uma enorme quantidade de famílias brasileiras, estes equipamentos ajudarão a baratear o custo de consumo de energia elétrica, uma medida perfeitamente alinhada com uma das principais preocupações do governo federal. A ressalva é necessária, porque podem surgir questionamentos quanto à inclusão destes equipamentos no conceito de bens de consumo duráveis.</p> <p>Em segundo lugar propomos também a extensão dos financiamentos às famílias integrantes do Programa que tenha até dez salários mínimos, um limite que achamos muito mais razoável para permitir os financiamentos tratados na Medida Provisória.</p>				
ASSINATURA				
18 / 06 / 2013				

2013\_13743

MPV 620

00031

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/13	proposição Medida Provisória nº 620/13
------------------	---

autor Júlio César – PSD/PI	Nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. x aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo na proposição em epígrafe:

“Art. 5º-A. O artigo 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 22.....

.....

.....

§14 A contribuição dos municípios disposta no inciso I deste artigo fica substituída por um por cento da Receita Corrente Líquida, definida no inciso II do artigo 2º da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, referente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da contribuição.” (NR)

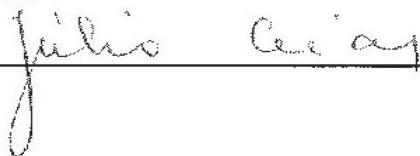
**JUSTIFICATIVA**

Pretende-se substituir a contribuição previdenciária dos municípios quando esses são contribuintes em razão das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título. Pela proposta essa contribuição passará a incidir sobre a Receita Corrente Líquida desses entes federados.

Simplemente deseja-se tratamento análogo aos municípios em relação ao que vem sendo implementado em diversas oportunidades a setores da área privada, quando a contribuição previdenciária sobre a folha de salários tem sido substituída por alíquota incidente sobre a receita.

PARLAMENTAR

Júlio César – PSD/PI



MPV 620

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00032

DATA 18/06/2013	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	---

AUTOR Dep. ROMÁRIO e Outros	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 5º	INCISO -	ALINEA -
-----------------	--------------	-----------------	-------------	-------------

Dê-se ao § 5º, do art. 2º a seguinte redação:

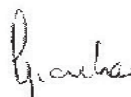
“Art. 2º .....

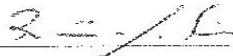
§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do *caput* poderão ser destinados ao financiamento de produtos de tecnologia assistida e de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

JUSTIFICATIVA

O termo tecnologia assistida agrupa dispositivos, técnicas e processos que podem prover assistência ou reabilitação para pessoas com algum tipo de deficiência. Não faz sentido, portanto, promover o financiamento de bens de consumo duráveis aos beneficiários do PMCMV, sem oferecer também a possibilidade de financiamento de bens necessários às pessoas com deficiência. Essas pessoas, quando participantes do referido Programa são duplamente necessitadas do apoio do Estado, seja pela sua deficiência, seja por se enquadrarem no critério de baixa renda.

*Enide Malby*

18 / 06 / 2013	ASSINATURA 
----------------	---

MPV 620

00033

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado MENDONÇA FILHO - DEM/PE	Autor MENDONÇA FILHO - DEM/PE	Nº do precatório
-------------------------------------	----------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluem-se na Medida Provisória nº 620, de 2013, onde couberem, renumerando-os para manter a correlação entre eles, os seguintes artigos:

Art. O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º .....

II - .....

i) a pagamentos de despesas com material escolar utilizados pelo contribuinte e por seus dependentes, quando fizerem jus à dedução prevista na alínea b deste inciso, até o limite anual individual equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor fixado nos itens da alínea b deste inciso para o respectivo ano-calendário;

§ 3º As despesas médicas, de educação e com material escolar dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação e material escolar, o limite previsto nas alíneas b e i do inciso II do caput.

.....” (NR)

Art. O regulamento definirá os termos, limites e condições da aplicação do disposto no art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995.

Art. O disposto na alínea i do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, aplica-se pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de publicação desta Lei.

7



## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 620, de 2013, instituiu o Programa Minha Casa Melhor, que oferecerá linha de crédito especial para a compra de móveis e eletrodomésticos para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O objetivo da emenda é conceder ao contribuinte brasileiro o direito de deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física as despesas que realizar com a aquisição de material escolar para uso próprio e de seus dependentes.

Cumprе ressaltar que, para evitar o abuso do direito que ora se concede ao contribuinte, o Poder Executivo editará regulamento, definindo os termos, limites e condições que deverão ser observados pelo contribuinte para poder usufruir da redução da base de cálculo do imposto.

No regulamento, o Poder Executivo poderá especificar dentre outras questões, o tipo, a quantidade por item e a qualidade do material adquirido que dará ao contribuinte o direito de usufruir do benefício de que trata esta Emenda.

Trata-se de uma medida de grande importância para o País uma vez que a redução dos custos da educação contribuirá sobremaneira para incentivar a melhoria do nível de escolaridade do povo brasileiro.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria para o desenvolvimento da educação no Brasil, solicitamos o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR



MPV 620

00034

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado MENDONÇA FILHO - DEM/PE	Autor	Nº do prontuário
-------------------------------------	-------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte § 8º no art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013:

Art. 2º .....

“§ 8º Cada beneficiário do programa poderá financiar no máximo 1 (uma) unidade de cada bem de consumo durável descrito na Resolução do Conselho Monetário Nacional de que trata o § 6º.

.....” (NR)

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 620, de 2013, instituiu o Programa Minha Casa Melhor, que oferecerá linha de crédito especial para a compra de móveis e eletrodomésticos para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. O limite é de R\$ 5 mil por família, com juros de 5% ao ano e prazo de pagamento de 48 meses.

Os bens financiáveis e seus valores máximos de aquisição serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional. Todavia, não foi fixada nenhuma limitação em relação à quantidade de produtos do mesmo tipo. Sem esta cautela, determinado beneficiário poderá, por exemplo, comprar cinco televisões de R\$ 1.000,00 e, após, repassar alguns dos aparelhos a outrem ou mesmo revender algumas unidades.

Assim, a presente Emenda visa evitar que o Programa Minha Casa Melhor seja objeto de fraudes ou de outras manobras que atentem contra o seu principal objetivo, que é permitir a aquisição dos móveis e eletrodomésticos necessários para o bem estar das famílias.

PARLAMENTAR

MPV 620

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado MENDONÇA FILHO - DEM PE	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O § 6º do art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 6º O Conselho Monetário Nacional definirá os bens de consumo duráveis de que trata o § 5º, seus valores máximos de aquisição e os termos e as condições do financiamento, vedada a participação no programa de candidatos que possuam restrições cadastrais junto aos órgãos de proteção ao crédito.

.....” (NR)


JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 620, de 2013, instituiu o Programa Minha Casa Melhor, que oferecerá crédito para a compra de móveis e eletrodomésticos pelos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.

Apesar de ser medida elogiável, percebe-se que o governo não considerou o aumento do risco do crédito bancário em razão do novo programa. Certamente a Caixa Econômica Federal, que é a operadora do Minha Casa Melhor, vai aumentar sua exposição ao risco de crédito para mutuários de baixa renda, que utilizarão taxas de juros subsidiadas e de longo prazo para adquirir bens de consumo. O limite é de R\$ 5 mil por família, com juros de 5% ao ano e prazo de pagamento de 48 meses.

Nesse sentido, a presente Emenda pretende assegurar que seja verificada a condição de adimplência do candidato a beneficiário do programa junto aos órgãos de proteção ao crédito, o que significará uma diminuição do risco para a Caixa Econômica Federal.

PARLAMENTAR

	
--	---

MPV 620

00036

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado <i>Oryx Lorenzoni DEM/RS</i>	Nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte § 8º ao art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013:

“Art. 2º .....

§ 8º Na definição das condições de financiamento de que trata o §6º, o Conselho Monetário Nacional deverá assegurar condições de isonomia e competição na escolha das empresas credenciadoras de cartões de pagamento.” (NR)

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 620, de 2013, instituiu o Programa Minha Casa Melhor, que oferecerá linha de crédito especial para a compra de móveis e eletrodomésticos para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. O limite é de R\$ 5 mil por família, com juros de 5% ao ano e prazo de pagamento de 48 meses.

A presente Emenda tem como objetivo assegurar a possibilidade de participação das diversas empresas credenciadoras de cartões de pagamento nas operações de compra de bens de consumo duráveis previstas no Programa Minha Casa Melhor.

PARLAMENTAR



MPV 620

00037

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado ONYX LORANZI - DEM/RS	Autor	Nº do prontuário
-----------------------------------	-------	------------------

1. X Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
-----------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICATIVA

Suprimam-se os incisos I e III do §4º do art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013.

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda não tem por objetivo eliminar qualquer possibilidade de subsídio no programa Minha Casa Melhor. Tem, na verdade, o objetivo de explicitar, de dar transparência a esse subsídio.

Tomando por base o custo atual do Tesouro, se a Caixa tomar recursos pagando TJLP, haverá um subsídio implícito na operação. A Caixa, com base nessa operação passiva, emprestará recursos que, mesmo um pouco acima da TJLP, ainda embutirão subsídio, bastando para tal que a taxa ativa da Caixa seja inferior ao custo do Tesouro.

Dessa forma, de maneira a dar mais transparências às operações subsidiadas, entendemos que deve ser eliminado o subsídio na transação entre Tesouro e Caixa. Isso forçosamente levaria à concessão do subsídio na ponta, na operação entre Caixa e cliente, dando mais transparência e deixando mais claros os custos a serem arcados pela população.

PARLAMENTAR


---

MPV 620

00038

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado	Autor Odyx Lorenzoni-DEM/RS	Nº do prontuário
----------	--------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inclso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O caput do art. 5º da Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, com a redação dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 620, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Decorrido o prazo de 6 meses, contado do início de vigência desta Lei, o descumprimento de suas disposições sujeitará o infrator às sanções previstas no Capítulo VII do Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.” (NR)

## JUSTIFICATIVA

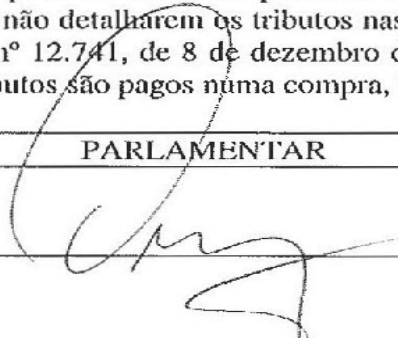
A Medida Provisória nº 620, de 2013, tem como principal medida instituir linha de crédito especial para a compra de móveis e eletrodomésticos para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O governo também incluiu na proposição a ampliação do prazo para que as empresas comecem a detalhar os tributos nas notas fiscais emitidas ao consumidor. Entendemos, porém, que a dilatação do prazo por 12 meses é medida desproporcional, pois a Lei 12.741/12 foi sancionada em dezembro de 2012, mas entrou em vigor apenas no dia 10/06/2013. Os comerciantes, portanto, tiveram 6 meses para se adequarem à nova legislação.

Sabemos que em razão da quantidade de tributos vigentes no nosso sistema, o detalhamento da carga tributária é medida de complexa implantação e fiscalização. Todavia, ao prorrogar por 12 meses o início das punições às empresas, a Medida Provisória representa verdadeiro afrouxamento de uma Lei de inestimável importância para o Brasil, dada a abusiva carga tributária à qual a sociedade é submetida.

Nesse sentido, a presente Emenda pretende diminuir a prorrogação do início das punições às empresas que não detalharem os tributos nas notas fiscais para 6 meses, contados a partir da vigência da Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012. Assim, garantiremos o direito do cidadão saber quais tributos são pagos numa compra, bem como o seu respectivo valor.

PARLAMENTAR


---

MPV 620

00039

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013
--------------------	---

Deputado Onyx Lorenzoni - DEM/RS	Autor Onyx Lorenzoni - DEM/RS	Nº do prontuário
-------------------------------------	----------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica a União autorizada a conceder crédito à Caixa Econômica Federal, no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

.....” (NR)

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 620, de 2013, tem como principal medida instituir linha de crédito especial para a compra de móveis e eletrodomésticos para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Chamado de Minha Casa Melhor, o novo programa terá uma linha de até R\$ 18 bilhões. O limite é de R\$ 5 mil por família, com juros de 5% ao ano e prazo de pagamento de 48 meses.

Para viabilizar os financiamentos, o governo propõe a ampliação dos limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF, autorizando a União a conceder crédito de R\$ 8 bilhões, em condições contratuais a serem definidas pelo Ministério da Fazenda.

Ocorre que, para a linha de crédito proposta, não é necessário um aporte de capital tão vultoso, como o previsto na Medida Provisória nº 560, de 2013.

Atualmente, o Banco Central, seguindo o índice mínimo de Basileia, exige que cada banco, em relação aos empréstimos para pessoas físicas, tenha em capital próprio pelo menos 11% do Patrimônio de Referência. Assim, para se garantirem frente aos riscos de perda inerentes à atividade bancária, os bancos podem emprestar até 9,09 vezes o valor do seu capital.

Portanto, para viabilizar o programa Minha Casa Melhor, é suficiente que a União conceda crédito de R\$ 2 bilhões à CEF, a qual, a partir de então, poderá oferecer os R\$ 18 bilhões que o governo pretende disponibilizar para atender às demandas do programa. A diferença (R\$ 6 bilhões) poderia ser utilizada para que a Caixa amplie ainda mais suas operações de crédito, sem a devida prudência, fato que ensejaria outras capitalizações no futuro.

PARLAMENTAR


---

MPV 620

00040

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data / /2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 2013.
-----------------	--

Autor Sen. Armando Monteiro – PTB/PE	Nº do prontuário
---	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 620, de 2013, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O art. 2º da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º Até 31 de dezembro de 2014, a empresa construtora contratada para construir ou que **construir e vender** unidades habitacionais de valor comercial de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, fica autorizada, em caráter opcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pelo contrato de construção **ou com a venda de unidades habitacionais.**” (NR)

## JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.024, de 2009, art. 2º, reduziu a tributação incidente sobre as receitas auferidas pelas empresas construtoras contratadas para construir unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Entretanto, apenas a empresa contratada para **construir** pode optar pelo pagamento unificado, à alíquota de 1%, dos seguintes tributos:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;



- b) Contribuição para o PIS/Pasep;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Com o objetivo de reduzir ainda mais o custo dos imóveis, esta Emenda estende o referido benefício às empresas que realizam as vendas das unidades habitacionais que construírem.

PARLAMENTAR



Sen. Armando Monteiro  
PTB/PE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS			MPV 620 00041	
data	Proposição MP 620/2013			
Autores Arnaldo Jordy PPS/PA			nº do prontuário	
1. ( ) Supressiva	2. ( ) substitutiva	3. (x) Modificativa	4. ( ) aditiva	5. ( ) Substitutivo global

Dê-se aos §§ 9º e 10 do art. 6º da Lei 12.793, de 02 de abril de 2013, acrescentados pelo art. 1º da Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, e aos §§ 6º e 7º do art. 2º da referida Medida Provisória, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....

§ 9º Os bens de consumo duráveis de que trata o § 3º, serão definidos pelo beneficiário do financiamento.

§ 10. O CMN definirá os termos e as condições do financiamento dos bens de consumo duráveis de que trata o § 3º e o seu descumprimento implicará o descredenciamento dos estabelecimentos varejistas, podendo levar à liquidação antecipada do contrato de financiamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.” (NR)

“Art. 2º.....

.....

“§ 6º Os bens de consumo duráveis de que trata o § 5º deste artigo, serão definidos pelo beneficiário do financiamento.

§ 7º O CMN definirá os termos e as condições do financiamento dos bens de consumo duráveis de que trata o § 6º e o seu descumprimento implicará o descredenciamento dos estabelecimentos varejistas, podendo levar à liquidação antecipada do contrato de financiamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.” (NR)

### JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 620, de 12 de junho de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis - móveis e eletrodomésticos - a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, deixa a cargo do Conselho Monetário Nacional a definição de quais são os bens de consumo duráveis a serem adquiridos, os seus valores máximos de compra, os termos e as condições do financiamento.

De acordo com dados do IBGE do último censo, 93,4% dos domicílios brasileiros tinham geladeiras, 98,4% tinham fogão, 95,67% tinham televisão. A cobertura menor é para máquinas de lavar roupas (44,33% dos domicílios) e freezer (15,23% dos domicílios).

A medida, tal como foi desenhada, beneficiará apenas alguns setores da indústria e do comércio já que estabelece quais os móveis e os eletrodomésticos que podem ser financiados.


A presente emenda tem por objetivo, portanto, deixar a critério do beneficiário do financiamento o direito de decidir quais os bens de consumo duráveis que lhes será mais útil para equipar seus imóveis.

  
**DEP. ARNALDO JORDY**  
**PPS/PA**

MPV 620

00042

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013		Proposição Medida Provisória nº 620, de 5 de Junho de 2013		
Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)		n.º do prontuário 332		
1. Supressiva		2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva
5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO/ JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se, onde coube, artigo à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:</p> <p><i>"Art. - Fica prorrogado, até o último dia do sexto mês subsequente ao da publicação desta lei, o prazo para opção pelo pagamento a vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.</i></p> <p>§ 1º. <i>O prazo previsto no §2º do Art. 1º da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, fica prorrogado até 31 de maio de 2013.</i></p> <p>§ 2º. <i>Cumpra à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, a regulamentação dos atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei, inclusive quanto à forma e ao prazo para confissão dos débitos a serem parcelados."</i></p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>Com o agravamento da crise econômica internacional, cujos efeitos já começam a atingir também o Brasil, renova-se a necessidade de medidas de caráter econômico destinadas a impulsionar o crescimento e a criação de empregos: o sucesso alcançado com as políticas adotadas nos últimos anos o comprova.</p> <p>Apesar disso, os agentes produtores ainda padecem sob uma carga tributária insustentável, situada seguramente entre as mais elevadas do Planeta, e agravada pela complexidade da legislação, além da multiplicidade de obrigações acessórias, que elevam os custos fiscais a um nível impossível de descrever.</p> <p>Tomando como exemplo o programa de consolidação e parcelamento de débitos criado pela Lei nº 11.941, de 2009, que visava a regularizar a situação fiscal de um grande número de contribuintes, constatou-se que as dificuldades trazidas pela legislação para a adesão foram de tal monta, que cerca de dois terços dos possíveis beneficiários não conseguiram ultimar os procedimentos dentro do prazo.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MPV 620

00043

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data <b>18/06/2013</b>	Proposição <b>Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013</b>
---------------------------	---

Autor <b>DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)</b>	n.º do precatório <b>332</b>
--	---------------------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

“Art. . O artigo 25 da Lei n.º 8.212, de 24 de Julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22, e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de:

I - 1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção;

II - .....

.....

§ 11.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o produtor rural é obrigado a descontar na boca do caixa, ou seja, na esteira da Usina, no caso da cana-de-açúcar e nas moegas das indústrias processadoras de cereais, o percentual de 2,3%, sendo que, 2% de Funrural (INSS), 0,2% de SENAR e 0,10% de acidente de trabalho. Está bastante claro que os 2,0% de Funrural é descontado na esteira/moega e não no campo, o que inclui no desconto o custo do carregamento e transporte, o que se trata de um absurdo, pois, posteriormente são obrigados a fazer os recolhimentos do INSS sobre as folhas dos empregados, o que caracteriza bi-tributação.

Diante dessa excessiva carga tributária sobre a produção rural e a indústria processadora, a presente emenda visa a desoneração do Funrural de 2% para 1%. Dessa forma estaremos alavancando o agronegócio brasileiro.

PARLAMENTAR



MPV 620

00044

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 18/06/2013	<b>Proposição</b> Medida Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013			
<b>Autor</b> DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)			<b>Nº do proutuário</b> 332	
1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva    2. <input checked="" type="radio"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="radio"/> Modificativa    4. <input type="radio"/> Aditiva    5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				
<p>Inclua-se, onde couber, artigo à Medida da Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:</p> <p>"Art. Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico."</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>Em razão do imenso déficit na área de saneamento, os dados que mostram que dos 8,4 bilhões de litros de esgoto produzidos por dia pela população brasileira, 5,4 bilhões de litros não recebem qualquer tratamento e são despejados no meio ambiente diretamente, provocando estragos incalculáveis no solo, nos rios, nos mananciais e até nas praias de todo o País. Mas não é só a falta de tratamento de esgoto. Em muitos casos, há falta da coleta do esgoto; em outros, há falta de água tratada.</p> <p>Lamentavelmente, os investimentos em saneamento básico não receberam nos últimos 9 anos a atenção necessária por parte do Governo, e deveriam receber, pois estão ligados à saúde. Se mais da metade dos leitos dos hospitais brasileiros são ocupados por pessoas que contraíram doenças transmitidas pela água, é evidente que, se acreditamos que o melhor investimento em saúde é em prevenção, o melhor investimento em saúde preventiva tem de ser em saneamento básico, para diminuir o número de pessoas que contraem doenças transmitidas pela água, diminuindo assim os gastos com saúde. O investimento feito em saneamento básico é uma economia imediata - meses depois de concluídas as obras de saneamento, há uma economia fantástica nos gastos de saúde pública, de saúde curativa.</p> <p>Portanto, a aprovação desta Emenda é imprescindível para que haja expansão e ao mesmo tempo modernização dos serviços públicos de saneamento básico.</p>				
<b>PARLAMENTAR</b>				



MPV 620  
00045

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data  
18/06/2013

Proposição  
**Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013**

Autor  
**DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)**

N.º do prontuário  
**332**

1.  Supressiva    2.  Substitutiva    3.  Modificativa    4.  Aditiva    5.  Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. XX - A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

.....

§ 3º .....

.....

*XIII - que recolham ou recuperem resíduos sólidos para reciclagem, reaproveitamento ou reutilização, nos termos das Leis nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010, para venda como matérias-primas, insumos, embalagens ou produtos intermediários na fabricação de produtos.*

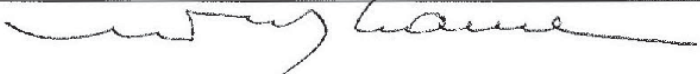
.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo incluir no regime de substituição da contribuição sobre a folha de pagamento por contribuição sobre o faturamento das empresas que atuam no recolhimento, reaproveitamento ou reutilização de resíduos sólidos para serem reincorporados no processo produtivo.

Em vista disso, estaremos incentivando o setor industrial da reciclagem, com o reaproveitamento de materiais, visando à diminuição da extração dos recursos do planeta e a preservação do meio ambiente.

PARLAMENTAR



MPV 620

00046

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013			
Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do prontuário 332			
1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva    2. <input checked="" type="radio"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="radio"/> Modificativa    4. <input type="radio"/> Aditiva    5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida da Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

"Art. X. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

*Art. 10-A. As empresas fabricantes de produtos não incluídos no Anexo de que trata o art. 8º poderão optar pela substituição das contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pela contribuição sobre a receita bruta, prevista no art. 8º desta Lei, na proporção dos resíduos sólidos reutilizados ou reciclados que forem empregados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.*

*§ 1º A proporcionalidade de que trata o caput será calculada com base nas quantidades físicas dos resíduos sólidos reutilizados ou reciclados em relação às quantidades físicas totais de matérias-primas e produtos intermediários, de mesma natureza, empregados na fabricação dos produtos.*

*§ 2º O cálculo da contribuição obedecerá:*

*I - ao disposto no caput do art. 8º quanto à parcela da receita bruta correspondente à proporção calculada conforme o § 1º; e*

*II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta decorrente do cálculo descrito no inciso I deste parágrafo e a receita bruta total, apuradas no mês.*

*§ 3º O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata este artigo, ficando autorizado a:*

*I - limitar sua aplicação às empresas fabricantes de produtos em que a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos contribuam mais significativamente para o atingimento das metas definidas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, previsto no art. 15 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;*

*II - estabelecer normas especiais de controle e fiscalização, inclusive ambiental, para as empresas optantes pelo regime previsto neste artigo.*

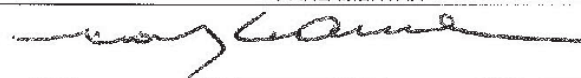
*§ 4º No caso de aplicação do regime por produto, nos termos do inciso I do § 3º, a escolha desses será feita mediante oitiva dos órgãos públicos de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos e consulta pública."*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo incentivar a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos. Para tanto, estamos propondo que as empresas que utilizem tais resíduos como matéria-prima ou produto intermediário na fabricação de seus produtos possam se beneficiar da substituição das contribuições sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta, instituída pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Com isso, estaremos contribuindo para a preservação do meio ambiente, motivo pelo qual contamos com o apoio dos Nobres Pares.

PARLAMENTAR





MPV 620

00047

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013			
Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do precatório 332			
1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva            2. <input checked="" type="radio"/> substitutiva            3. <input checked="" type="radio"/> modificativa            4. <input type="radio"/> aditiva            5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

"Art. XX. A Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

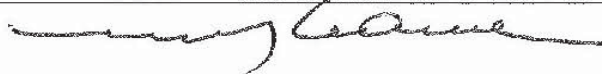
Art. Até 31 de dezembro de 2015, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 1% (um por cento), as empresas que utilizarem resíduos sólidos como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.

Parágrafo único: Para efeitos desta Lei, resíduos sólidos são os materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade."

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda objetiva incentivar empresas que utilizarem resíduos sólidos como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos, reduzindo e simplificando encargos tributários. Essa medida além de incentivar o desenvolvimento sustentável, valoriza a cadeia produtiva da reciclagem para a proteção ambiental, geração de emprego e renda com inclusão social. A defesa e o incentivo de ações que favoreçam processos de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos de reaproveitamento de resíduos sólidos são medidas cruciais para a consecução dos objetivos da Política nacional de Resíduos Sólidos.

PARLAMENTAR



MPV 620

00048

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013			
Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do prontuário 332			
1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva    2. <input checked="" type="radio"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="radio"/> Modificativa    4. <input type="radio"/> Aditiva    5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

"Art. XX. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 3º .....

XIII – as empresas de prestação de serviços hospitalares.

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir no regime de substituição da contribuição sobre a folha de pagamento por contribuição sobre faturamento das empresas prestadoras de serviços de assistência à saúde. Tendo em vista que a desoneração da folha de pagamento desse setor contribuirá para a formalização da mão de obra, para o seu desenvolvimento, garantindo maior investimento em infraestrutura, equipamentos e criação de novos leitos, visando melhor atendimento que atuam nas atividades de atendimento hospitalar, para o melhor atendimento da população.

PARLAMENTAR

MPV 620

00049

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 18/06/2013	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013			
<b>Autor</b> DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)			<b>N.º do prontuário</b> 332	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafos</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescentem-se à Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, os seguintes dispositivos, onde couberem:</p> <p>Art. "X" O artigo 8º, inciso X, da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 8º.....</p> <p>X – as sociedades cooperativas, de advogados, de contabilistas, de publicitários e agenciadores de propaganda.</p> <p>Art. "XX" O artigo 10, inciso XIII, alínea "a", da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 10.....</p> <p>XIII – .....</p> <p>a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, advogados, contabilistas, publicitários e agenciadores de propaganda.</p>				
<b>JUSTIFICATIVA</b>				
<p>A Presidente Dilma Rousseff manifestou recentemente sua preocupação em garantir tratamento igualitário em questões tributárias envolvendo contribuintes que se encontrem em situações equivalentes, observando o que dispõe a Constituição Federal, conforme explicitado nas Mensagens de Veto n.ºs 379 e 608/2012.</p>				

Nesta direção, esta emenda visa justamente equiparar contribuintes que se assemelham em suas atividades, isto é, a prestação de serviços, mas que, por uma distorção do ordenamento jurídico, estão submetidos a regras diferenciadas quanto ao recolhimento para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Nos anos de 2002 e 2003, a legislação passou por profundas alterações relativas à incidência do PIS e da COFINS, tratadas nas Leis n.ºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

Antes dessas alterações, os contribuintes recolhiam tais contribuições às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, sob o regime da cumulatividade. Com o advento das referidas leis, as alíquotas passaram a ser de 1,65% e 7,6% e os contribuintes passaram a contar com a possibilidade de aproveitar crédito oriundo das operações descritas na lei, descontando tal crédito para fins de apuração do tributo devido (princípio da não-cumulatividade).

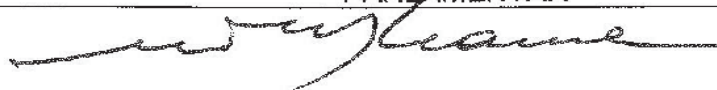
Esta sistemática mostrou-se apropriada aos setores de varejo e de indústria, tanto que a própria legislação tratou de preservar uma exceção a alguns segmentos de prestação de serviços, mantendo-os na cumulatividade. E esta exceção se justifica porque, diferentemente do varejo e da indústria, a prestação de serviços não gera créditos a serem compensados com os débitos de PIS e COFINS. De fato, o grande insumo das sociedades uniprofissionais de prestação de serviços é a mão de obra dos seus trabalhadores, o que não origina crédito a ser descontado.

Nesse contexto, a distorção que pretendemos corrigir com a presente emenda deve-se ao fato de que apenas alguns prestadores de serviços foram mantidos no regime cumulativo de tributação pelo PIS/COFINS, enquanto outros, igualmente prestadores de serviços, estão sujeitos ao regime não-cumulativo, à elevada alíquota de 9,25% sobre a receita (1,65% de PIS e 7,6% de COFINS) e sem a possibilidade de descontar créditos, como fazem industriais e varejistas.

Eis o tratamento desigual que a Presidenta Dilma tem refutado em suas manifestações.

Em razão disto, nossa emenda está em harmonia com as pretensões do atual Governo, pois buscamos enquadrar os prestadores de serviços de advocacia, contabilidade e publicidade no regime cumulativo de recolhimento de PIS/COFINS, juntamente com outros prestadores que há alguns anos já estão adequadamente encaixados neste regime, garantindo tratamento igualitário entre estes contribuintes.

PARLAMENTAR



MPV 620

00050

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 18/06/2013	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013			
<b>Autor</b> DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)			<b>N.º do prontuário</b> 332	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafos</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescentem-se à Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, os seguintes dispositivos, onde couberem:</p> <p>Art. "X" O artigo 8º, inciso XIII, da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 8º.....</p> <p>XIII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de sociedade de advocacia.</p> <p>Art. "XX" O artigo 10, inciso XIII, alínea "c", da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 10.....</p> <p>XIII – .....</p> <p>c) prestados por sociedade de advocacia.</p>				
<b>JUSTIFICATIVA</b>				
<p>A Presidente Dilma Rousseff manifestou recentemente sua preocupação em garantir tratamento igualitário em questões tributárias envolvendo contribuintes que se encontrem em situações equivalentes, observando o que dispõe a Constituição Federal, conforme explicitado nas Mensagens de Veto n.ºs 379 e 608/2012.</p>				

Nesta direção, esta emenda visa justamente equiparar contribuintes que se assemelham em suas atividades, isto é, a prestação de serviços, mas que, por uma distorção do ordenamento jurídico, estão submetidos a regras diferenciadas quanto ao recolhimento para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Nos anos de 2002 e 2003, a legislação passou por profundas alterações relativas à incidência do PIS e da COFINS, tratadas nas Leis n.ºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

Antes dessas alterações, os contribuintes recolhiam tais contribuições às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, sob o regime da cumulatividade. Com o advento das referidas leis, as alíquotas passaram a ser de 1,65% e 7,6% e os contribuintes passaram a contar com a possibilidade de aproveitar crédito oriundo das operações descritas na lei, descontando tal crédito para fins de apuração do tributo devido (princípio da não-cumulatividade).

Esta sistemática mostrou-se apropriada aos setores de varejo e de indústria, tanto que a própria legislação tratou de preservar uma exceção a alguns segmentos de prestação de serviços, mantendo-os na cumulatividade. E esta exceção se justifica porque, diferentemente do varejo e da indústria, a prestação de serviços não gera créditos a serem compensados com os débitos de PIS e COFINS. De fato, o grande insumo das sociedades uniprofissionais de prestação de serviços é a mão de obra dos seus trabalhadores, o que não origina crédito a ser descontado.

Nesse contexto, a distorção que pretendemos corrigir com a presente emenda deve-se ao fato de que apenas alguns prestadores de serviços foram mantidos no regime cumulativo de tributação pelo PIS/COFINS, enquanto outros, igualmente prestadores de serviços, estão sujeitos ao regime não-cumulativo, à elevada alíquota de 9,25% sobre a receita (1,65% de PIS e 7,6% de COFINS) e sem a possibilidade de descontar créditos, como fazem industriais e varejistas.

Eis o tratamento desigual que a Presidenta Dilma tem refutado em suas manifestações.

Em razão disto, nossa emenda está em harmonia com as pretensões do atual Governo, pois buscamos enquadrar os prestadores de serviços de advocacia, contabilidade e publicidade no regime cumulativo de recolhimento de PIS/COFINS, juntamente com outros prestadores que há alguns anos já estão adequadamente encaixados neste regime, garantindo tratamento igualitário entre estes contribuintes.

PARLAMENTAR



MPV 620

00051

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013			
Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do prontuário 332			
1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva    2. <input checked="" type="radio"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="radio"/> Modificativa    4. <input type="radio"/> Aditiva    5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida da Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

“Art. O Art. 1º da Lei nº 10.312, de 27 de Novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 1º** Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) e ao setor industrial consumidor de energia elétrica proveniente do PPT.

§ 1º O disposto no caput alcança as receitas decorrentes da venda de gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas termoeletricas integrantes do PPT e ao setor industrial consumidor de energia elétrica proveniente do PPT.

§ 2º As receitas de que tratam o caput e o § 1º referem-se à cadeia de suprimentos do gás, abrangendo o contrato de compra e venda entre a supridora do gás e a companhia distribuidora de gás estadual, bem como o contrato de compra e venda entre a companhia distribuidora de gás estadual, a usina e/ou setor industrial consumidor de energia elétrica proveniente do PPT.

§ 3º Nos contratos que incluem compromisso firme de recebimento e entrega de gás, nos termos das cláusulas take or pay e ship or pay, a alíquota 0 (zero) incidirá sobre a parcela referente ao gás efetivamente entregue à usina termoeletrica integrante do PPT e ao setor industrial consumidor de energia elétrica proveniente do PPT, bem como sobre as parcelas do preço que não estiverem associadas à entrega do produto, nos termos das cláusulas take or pay e ship or pay.

## JUSTIFICAÇÃO

Consolidado como insumo essencial para a economia, o gás natural é utilizado amplamente na geração de energia térmica e, em particular, em processos industriais. A disponibilidade de gás natural em condições adequadas é, cada vez mais, fator decisivo para a competitividade do país. Neste contexto, o setor empresarial tem debatido e chamado a atenção para o tema, especialmente no que tange à importância e necessidade de haver disponibilidade de gás natural para o consumo industrial,

em quantidade e preços competitivos, como parte da estratégia de desenvolvimento nacional. O presente estudo configura-se como mais um passo desse processo, trazendo à tona um aspecto fundamental: o impacto da tarifa de gás natural sobre a competitividade da indústria nacional em relação a outros países.

A partir da análise das diversas tarifas de consumo de gás natural industrial de 18 distribuidoras atuantes em 15 unidades da federação foi possível calcular a tarifa média de gás natural para a indústria no Brasil: US\$ 16,84/MMBtu, com variação de até 31% entre os estados.

Mais importante, porém, do que observar as disparidades regionais é avaliar a competitividade das tarifas de gás natural frente às dos demais países do mundo, em especial os principais concorrentes brasileiros.

A tarifa média de US\$ 16,84/MMBtu paga pela indústria no Brasil é 17% superior à média de US\$ 14,35/MMBtu encontrada para um conjunto de 23 países que possuem dados disponíveis. Deste total, apenas seis – Hungria, Eslovênia, Eslováquia, Alemanha, Rep. Tcheca e Estônia – possuem tarifas mais altas que o Brasil. Quando comparada aos demais países do BRICS, a tarifa industrial de gás natural no Brasil é mais de duas vezes a média das tarifas da China, Índia e Rússia (US\$ 7,24 US\$/MMBtu). A comparação com três de seus principais parceiros comerciais – EUA, China e Alemanha – mostra novamente que o Brasil tem menor competitividade na tarifa industrial de gás natural: sua tarifa é 30% superior a média destes países, sendo 231% e 25% acima da tarifa dos EUA e China respectivamente, embora 18% abaixo da tarifa alemã. Por fim, a análise estadual reforça a conclusão de baixa competitividade uma vez que nenhum estado possui tarifa de gás natural industrial em patamares competitivos internacionalmente.

A análise das causas da baixa competitividade brasileira traz informações reveladoras. A primeira delas é que, na partida, o Brasil já é pouco competitivo nesse insumo: apenas a Parcela Variável ou *Commodity*, já é superior às tarifas finais de países dos BRICS, Estados Unidos e Canadá.

O acréscimo da Parcela Fixa ou de Transporte penaliza principalmente os estados produtores, já que ela é um valor fixo cobrado pelo gás natural de origem nacional, independentemente do local onde ele está sendo consumido. Com a inclusão da Margem de Distribuição a tarifa *ex-tributos* se torna superior a tarifa final cobrada em países como Reino Unido e México. Mais preocupante, porém, é a comparação das tarifas *ex-tributos* estaduais frente as tarifas finais internacionais: antes dos impostos, Paraná, Ceará e Paraíba já possuem tarifas mais caras do que a média mundial com impostos.

Considerando a pouca competitividade da tarifa *ex-tributos* brasileira, seria desejável que o governo federal e os governos estaduais praticassem uma política tributária que oncrasse de forma mínima esse insumo. Entretanto, não é isso o que se observa: a alíquota média dos tributos federais e estaduais (PIS/COFINS e ICMS, respectivamente), cobrada nas tarifas industriais de gás natural no Brasil é de 22%, o que corresponde a uma alíquota efetiva média de 28,4%. Esse elevado nível de carga tributária é o maior dentre todos os países analisados, sendo quase três vezes a americana e seis vezes a chinesa.

O estudo conclui, portanto, que as tarifas industriais de gás natural praticadas junto à indústria brasileira impactam em demasiado sua competitividade, sob qualquer ótica que se observe. Empresas de todos os portes e segmentos são afetadas em todas as regiões do país, e, em especial, nos estados com maior produção do gás natural.

Portanto, são necessárias ações urgentes para garantir que o setor produtivo brasileiro consiga acessar esse insumo não apenas em quantidade, qualidade e segurança necessárias, mas também com preços adequados, de forma a reverter o quadro apresentado, aumentando a competitividade nacional.

PARLAMENTAR





MPV 620

00052

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 18/06/2013
---------------------------

<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013</b>
---

<b>Autor</b> <b>DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)</b>
---

<b>N.º do prontuário</b> <b>332</b>
--

1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva	2. <input checked="" type="radio"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="radio"/> Modificativa	4. <input type="radio"/> Aditiva	5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global
--	--	--	----------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafos</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	-------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se à Medida Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013, os seguintes dispositivos, onde couberem:

Art. "X" O artigo 8º, da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º.....

XIII - receitas decorrentes de prestação de serviços de saneamento básico."

Art. "XX" O artigo 10, da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.....

XXX - receitas decorrentes de prestação de serviços de saneamento básico.

**JUSTIFICATIVA**

A incidência não cumulativa de PIS/COFINS buscou aprimorar o sistema tributário. Destaca-se que, a princípio foi concebido para beneficiar, sobretudo o setor industrial, porém, terminou por elevar a carga tributária sobre os serviços, dentre eles o serviço de saneamento básico.

Vale ressaltar que a alíquota da contribuição para o PIS/PASEP no regime cumulativo foi elevada para 0,65% para 1,65%, no regime não cumulativo, e a da COFINS de 3%, no regime cumulativo, para 7,6%, no regime não cumulativo.

Por isso, considerando a própria natureza do serviço, pouco há de deduzir como crédito relativo às operações das etapas anteriores.

Em reconhecimento a essa realidade, nos termos da Lei n.º 10,833, de 29 de dezembro de 2003, foram mantidos no regime cumulativo de apuração e cobrança da CONFIS os serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros; de serviço de educação (infantil, fundamental, médio e superior); serviço transporte aéreo; postais e telegráficos.

Outro aspecto que precisamos dar atenção tem haver com o imenso déficit na área de saneamento. Os dados que mostram que dos 8,4 bilhões de litros de esgoto produzidos por dia pela população brasileira, 5,4 bilhões de litros não recebem qualquer tratamento e são despejados no meio ambiente diretamente, provocando estragos incalculáveis no solo, nos rios, nos mananciais e até nas praias de todo o País. Mas não é só a falta de tratamento de esgoto. Em muitos casos, há falta da coleta do esgoto; em outros, há falta de água tratada.

Lamentavelmente, os investimentos em saneamento básico não receberam nos últimos 9 anos a atenção necessária por parte do Governo, e deveriam receber, pois estão ligados à saúde. Se mais da metade dos leitos dos hospitais brasileiros são ocupados por pessoas que contraíram doenças transmitidas pela água, é evidente que, se acreditamos que o melhor investimento em saúde é em prevenção, o melhor investimento em saúde preventiva tem de ser em saneamento básico, para diminuir o número de pessoas que contraem doenças transmitidas pela água, diminuindo assim os gastos com saúde. O investimento feito em saneamento básico é uma economia imediata - meses depois de concluídas as obras de saneamento, há uma economia fantástica nos gastos de saúde pública, de saúde curativa.

Portanto, a aprovação desta Emenda é imprescindível para que haja expansão e ao mesmo tempo modernização dos serviços públicos de saneamento básico.

PARLAMENTAR



MPV 620

00053

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>18/06/2013</b>	Proposição <b>Medida Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013</b>			
Autor <b>Dep. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)</b>	N.º do prontuário <b>332</b>			
1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva    2. <input checked="" type="radio"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="radio"/> Modificativa    4. <input type="radio"/> Aditiva    5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, artigo com nova redação:

“Art. XX. O Art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A. A contribuição devida pela agroindústria produtora de açúcar e de álcool, a que se refere o inciso I do art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será de um por cento incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção de açúcar e de álcool.

Parágrafo único. No caso de a agroindústria produtora de açúcar e de álcool comercializar outros produtos, aplicar-se-á a alíquota prevista no inciso I do art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em relação a esses outros produtos.

.....  
Anexo I

.....  
1701.13.00

1701.14.00

.....  
2207.10.10

2207.10.90

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

As agroindústrias e as indústrias produtoras de açúcar e etanol apresentam importante participação na economia nacional, contribuindo de forma significativa para a geração de postos de trabalho e de renda

Entretanto, desde o advento da última crise econômica, o setor enfrenta dificuldades, agravadas pela falta da implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao fortalecimento do setor, com o reconhecimento do aumento do custo de produção, causado em grande medida pelo aumento do preço da terra, e minimização dos efeitos negativos da fixação artificial do preço da gasolina. Tal realidade vem desestimulando os investimentos no setor, com forte impacto negativo em toda a cadeia produtiva, especialmente na do etanol combustível.

Nesse contexto, assim como propõe o texto original da Medida Provisória nº 613, iniciativas que busquem reduzir a carga tributária do setor sucroalcooleiro constituem instrumentos rápidos e eficazes para a retomada do crescimento da produção de açúcar e álcool. Desse modo, esta Emenda propõe a inclusão de tais produtos na lista daqueles beneficiados pela substituição da tributação da folha de salários pela receita bruta, além de reduzir a alíquota da contribuição devida pela agroindústria produtora de açúcar e de álcool, referida no inciso I do art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

PARLAMENTAR



MPV 620

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00054

Data 18/06/2012	Proposição Medida Provisória n.º 620, de 12 de Junho de 2013
--------------------	---

Autor Dep. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	N.º do prontuário 332
---	--------------------------

1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva	2. <input checked="" type="radio"/> substitutiva	3. <input checked="" type="radio"/> modificativa	4. <input type="radio"/> aditiva	5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global
--	--	--	----------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, artigo com a seguinte redação:

"Art. XX. A União dará subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível, a partir da Safra 2011/2012 e até o encerramento da safra 2016/2017, baseada no volume efetivamente produzido por elas e comercializado para fornecedores de etanol devidamente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ou distribuidores de combustíveis.

§ 1º A subvenção de que trata o caput será concedida diretamente às unidades industriais, ou por intermédio de suas cooperativas, no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) por litro de etanol efetivamente produzido e comercializado em cada safra.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da subvenção de que trata este artigo, inclusive mediante o uso dos dados de comercialização enviados pelas unidades industriais mensalmente à ANP."

## JUSTIFICATIVA

Propomos a modificação do artigo 2º da Medida Provisória 615/2013 para que a subvenção nele prevista, concebida como instrumento para a reparação dos danos sofridos pela indústria de etanol combustível pela notória perda da produtividade agrícola nos últimos anos, com a conseqüente retração da quantidade de cana-de-açúcar disponível para a produção de etanol, adquira também instrumento indutor da expansão e renovação de canaviais que sejam destinados à produção de etanol para uso como combustível.

De fato, com amplamente reconhecido por diversos especialistas, cientistas e órgãos ambientais, inclusive americanos, o uso do etanol combustível reduz a emissão de gases causadores de efeito estufa em até 90% se comparado com o uso da gasolina.

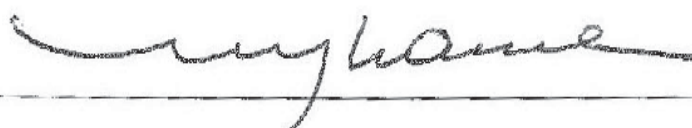
Estudos recentemente publicados indicam que, apenas com a redução destes gases, o mundo economiza cerca de R\$ 0,40 por cada litro consumido de etanol com medidas mitigadoras ou compensatórias decorrentes das mudanças climáticas.

Como recentemente, com a edição da Medida Provisória 613, o Governo Federal já desonerou o etanol combustível em cerca de R\$ 0,10 por litro comercializado das contribuições COFINS e PIS, entendemos que a subvenção se torna mecanismo adequado para internalizar no preço do etanol a externalidade ambiental positiva que não é valorada pelo consumidor no momento do abastecimento ou é limitada pelo controle artificial do preço da gasolina nas refinarias de petróleo.

Aliás, deve-se ressaltar dois pontos: (a) os R\$ 0,30 equivalem ao benefício concedido às refinarias de petróleo, que tiveram a CIDE sobre a gasolina reduzida nos últimos anos em R\$ 0,28 por litro exatamente para permitir o aumento do seu preço sem impactar o preço de bomba; no entanto, esta redução da CIDE reduziu a competitividade do etanol na bomba na mesma dimensão; (b) além disso, estes mesmos R\$ 0,30 corrigem efetivamente a perda de competitividade do etanol em virtude do controle artificial de preços da gasolina no mercado interno, que ficou defasado na mesma dimensão em relação ao preço internacional dela (a gasolina é uma commodity e, portanto, o preço interno deveria acompanhar o preço internacional, como era feito na primeira metade dos anos 2000).

Desta forma, concedendo a subvenção para todas as indústrias pelo prazo adicional de 4 safra, ou seja, até 2017, a União garantirá a possibilidade de uma rápida recuperação da indústria brasileira, que batalhará pela recuperação, ou mesmo superação, de sua produtividade, inclusive em virtude pela expectativa do fim da subvenção em 2017.

PARLAMENTAR



MPV 620

00055

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data  
18/06/2013Proposição  
Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013Autor  
**DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)**n.º do prontuário  
**332**1.  Supressiva    2.  Substitutiva    3.  Modificativa    4.  Aditiva    5.  Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couber, os artigos à Medida Provisória Nº 620, de 12 de Junho de 2013:

Art. O art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido de incisos com a seguinte redação:

"Art. 8º . .....

XII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de advocacia;

XIII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários."

Art. O art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido de incisos com a seguinte redação:

"Art. 10 .....

XXVIII - as receitas decorrentes da prestação dos serviços de advocacia;

XXIX - as receitas decorrentes da prestação dos serviços de Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários."

**JUSTIFICAÇÃO**

As Lei nºs 10.637, de 2002, e 10.833, de 2003, que instituíram a não cumulatividade na cobrança da Contribuição para o PIS/Pasep, e para a COFINS, respectivamente, contribuíram para o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro. Mantido o

faturamento mensal como fato gerador e como base de incidência, o regime não cumulativo passou a permitir a apropriação dos créditos relativos às etapas anteriores do processo de produção, transformando aquelas contribuições em um tributo sobre o valor adicionado. Como regra geral, a alíquota da contribuição para o PIS/PASEP foi elevada de 0,65% para 1,65%, e a da COFINS de 3% para 7,6%. A não cumulatividade beneficiou sobretudo o setor industrial e o varejo, até então muito onerados pela incidência em cascata sobre os seus insumos ou sobre os produtos a serem comercializados. Contudo, algumas atividades sofreram forte aumento de carga tributária, sobretudo da COFINS, razão pela qual, conforme Lei nº 10.833, de 2003, foram mantidos no regime cumulativo os serviços de telecomunicações; das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros; de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior; prestados por hospitais, pronto socorro, casas de saúde e de recuperação sob orientação médica e bancos de sangue. Em alterações posteriores, o regime cumulativo foi mantido também para os serviços prestados por clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia e de fonoaudiologia, laboratórios de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia; vendas de jornais e periódicos; transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo; edição de periódicos e de informações neles contidas, relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia; serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB); prestados por empresas de call center, telemarketing, telecobrança e de teleatendimento em geral; receitas auferidas por parques temáticos, hotelaria e organização de feiras e eventos; execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2015; serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias; agências de viagem e de viagens e turismo; serviços de informática; revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003. Por meio da presente Emenda, estamos propondo que voltem a se sujeitar ao regime cumulativo de incidência das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins as receitas relativas à prestação dos serviços de advocacia, e de propaganda e publicidade. Entendendo estar resgatando a justiça tributária para os prestadores desses serviços especializados, contamos com o apoio dos nossos pares.

PARI AMENTAR





MPV 620

00056

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
18/06/2013Proposição  
Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013Autor  
DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)n.º do prontuário  
332

1. Supressiva      2. Substitutiva      3. Modificativa      4. X Aditiva      5. Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couberem, artigos à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com as seguintes redações:

“Art. **“X”** Ficam as instituições financeiras autorizadas a prorrogar para 15 de fevereiro de 2015 o vencimento das parcelas vencidas e vincendas entre 1º de janeiro de 2012 e 14 de fevereiro de 2015 das seguintes operações em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2011, contratadas por produtores rurais, ou suas cooperativas, e destinadas à produção de laranja, mantendo-se os encargos financeiros pactuados para a situação de normalidade e as mesmas fontes de recursos:

I - custeio da safra 2011/2012, contratadas com Recursos Obrigatórios (Manual de Crédito Rural – MCR 6-2), recursos equalizados da Poupança Rural (MCR 6-4), outros recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento;

II - custeio de safras anteriores à safra 2011/2012, prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou ao amparo do MCR 2-6-9, inclusive aquelas ao abrigo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento, do Proger Rural ou do Proger Rural Familiar;

III - investimento, contratadas com Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) ou recursos equalizados da Poupança Rural (MCR 6-4), ou no âmbito do Pronamp, do Pronaf, dos Fundos Constitucionais de Financiamento, do Proger Rural ou do Proger Rural Familiar, inclusive as parcelas prorrogadas por autorização do CMN ou ao amparo do MCR 2-6-9;

IV - investimento, contratadas no âmbito do Pronaf, do Programa Finafme Agrícola Especial ou com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e equalizados pelo Tesouro Nacional, de programas coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), inclusive as parcelas prorrogadas por autorização do CMN ou ao amparo do MCR 2-6-9.

Parágrafo único. Para efeito das prorrogações previstas neste artigo, as instituições financeiras ficam dispensadas da análise caso a caso da comprovação da incapacidade de pagamento do mutuário por dificuldades de comercialização de laranja, bem como de observar o limite de 8% (oito por cento) de que tratam o **caput** e a alínea "a" do MCR 13-1-4 e a alínea "f" do MCR 10-1-24, e as exigências constantes no MCR 2-6-10-"a", 13-1-4-"b" e "d" e 10-1-24-f-II e IV.

Art. **"XX"** Para as operações enquadradas no art. **"X"**, cujos mutuários comprovem a incapacidade de pagamento por dificuldades de comercialização de laranja, conforme avaliação das instituições financeiras, ficam estas autorizadas a:

I - renegociar o saldo devedor das operações de crédito rural de que trata o inciso I do art. **"X"**, para reembolso em até 5 (cinco) parcelas anuais, com o vencimento da primeira parcela fixado para até 1 (um) ano após a data da formalização da renegociação;

II - prorrogar até 100% (cem por cento) das parcelas das operações enquadradas nos incisos II e III do art. **"X"**, para até 1 (um) ano após o vencimento da última parcela prevista no cronograma de reembolso vigente;

III - renegociar, com base nas condições do MCR 13-1-4, até 100% (cem por cento) das parcelas prorrogadas de principal das operações enquadradas no inciso IV do art. **"X"**, mediante a incorporação ao saldo devedor e redistribuição nas parcelas restantes, ou prorrogação para até 12 (doze) meses, após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, ficando as instituições financeiras dispensadas de observar o limite de 8% (oito por cento), de que tratam o **caput** e a alínea "a" do MCR 13-1-4, e a exigência contida no MCR 13-1-4-"d".

Parágrafo único. Para efeito das renegociações e prorrogações previstas neste artigo, fica estabelecido o prazo de formalização até 31 de outubro de 2013, e as instituições financeiras estão dispensadas do cumprimento do disposto no MCR 2-6-10-"a".

Art. **"XXX"** O beneficiário final que renegociar ou prorrogar os débitos ao amparo do art. **"XX"** fica impedido, até que liquide integralmente as parcelas pactuadas e repactuadas para pagamento em 2013, de contratar novas operações de crédito de investimento rural destinadas à cultura da laranja com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ou com recursos controlados do crédito rural, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)."

### JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é o maior produtor e exportador de suco de laranja, respondendo por oitenta por cento do comércio mundial. Cerca de oitenta e cinco por cento da produção nacional de laranja — concentrada no Estado de São Paulo — destinam-se ao processamento de suco, que é quase totalmente exportado. Essa indústria é dominada por reduzidíssimo número de empresas, decorrente do processo de concentração econômica verificado no setor desde a década de 1990.

Sucessivas fusões de empresas e verticalização da produção —

mediante o investimento das indústrias em produção própria — assumem características de cartelização e têm acarretado dificuldades econômicas aos fornecedores autônomos e provocado a gradual expulsão de pequenos e médios produtores do mercado de frutas cítricas.

Analistas do mercado afirmam que a safra de frutas cítricas 2012/2013 foi uma das piores da história desse cultivo no Brasil. Dificuldades de comercialização, decorrentes da ausência de compradores e/ou de baixos preços, resultaram na perda de quase 80 milhões de caixas e de receita de aproximadamente R\$ 850 milhões, além da exclusão da atividade de milhares de citricultores e de trabalhadores rurais. O IBGE estima em 13,8% a redução da área colhida no Brasil e em 21%, no Estado de São Paulo, o que equivale a 115 mil hectares.

Ademais, a citricultura paulista foi prejudicada por estiagem no período de setembro a novembro de 2012, reduzindo a produção, que não deve chegar a 300 milhões de caixas nesta safra.

Em razão dos problemas mencionados, um grande número de fruticultores não tem conseguido pagar os financiamentos de custeio contraídos junto ao sistema financeiro. Faz-se necessário que as parcelas vencidas e vincendas em 2013 e 2014 de operações contratadas em 2011 e 2012 sejam renegociadas, de modo a que os mutuários possam reequilibrar-se economicamente, voltando a pagar os empréstimos em 2015.

PARLAMENTAR



MPV 620

00057

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013
--------------------	--

Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do prontuário 332
---	--------------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 620, de 12 de Junho de 2013, com a seguinte redação:

“Art. . O Anexo I à Lei n.º 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido dos seguintes itens:

## “ANEXO I

(Acréscimo ao Anexo I à Lei n.º 12.546, de 14 de dezembro de 2011)

## NCM

.....
69.07
69.08
.....

## JUSTIFICAÇÃO

O segmento de revestimentos cerâmicos integra o ramo de produtos minerais não metálicos da indústria de transformação, fazendo parte, juntamente com outras indústrias, como as de cerâmica vermelha, sanitários, indústria cimenteira e vidreira, do conjunto de cadeias produtivas que compõem o Complexo da Construção Civil. Engloba a produção de materiais no formato de placas usados na construção civil para revestimento de paredes, pisos, bancadas, em ambientes internos e externos, recebendo designações comerciais como pastilha, porcelanato, grés, lajota, piso, etc. O Brasil é hoje o segundo maior produtor e consumidor mundial de placas cerâmicas, superado, em termos de volume, apenas pelo imenso mercado chinês. Fatores como a elevada produtividade, custos baixos de produção, disponibilidade de insumos minerais e energéticos, frente a um mercado consumidor doméstico em franca expansão, sustentaram, nos últimos 15 anos, o vigoroso crescimento dessa indústria no país, e que consolidaram três dos mais importantes clusters brasileiros de base mineral – Santa Gertrudes (SP), Criciúma (SC) e o Nordeste do Brasil, de forma bastante pulverizada. Com instalações em 18 estados do país, o parque industrial brasileiro de revestimentos

cerâmicos engloba cerca de 100 empresas, com aproximadamente 120 plantas industriais, com capacidade de produzir perto de 900 milhões de metros quadrados, gerando 30 mil empregos diretos. Com respeito à concorrência com materiais alternativos, o consumidor brasileiro tem clara preferência pelos revestimentos cerâmicos. A tecnologia construtiva brasileira baseada principalmente em projetos com estrutura de concreto armado e vedações em alvenaria de blocos cerâmicos e de cimento, aliado as condições climáticas predominantemente tropicais garante um elevado potencial de uso de revestimentos cerâmicos, tanto em pisos quanto em paredes. Informações recentes dão conta que as placas cerâmicas correspondem a cerca de 89% dos revestimentos de superfícies internas das construções do país. Do ponto de vista empresarial, o setor cerâmico de revestimento é composto basicamente por indústrias de capital nacional e de gestão familiar, e nesse momento sofrem grande impacto no mercado interno, dos produtos fabricados na China. Hoje aproximadamente 90% da produção de revestimentos cerâmicos brasileiros, são consumidos no mercado interno. Programas de habitação popular como o "Minha Casa, Minha Vida", nas versões I e II, indicam em seus projetos técnicos a utilização de revestimentos cerâmicos, pela qualidade do produto, preço acessível às camadas mais pobres e pelas condições de higiene e limpeza que os pisos e azulejos de cerâmica são capazes de proporcionar.

O estudo conclui, portanto, que a aplicação da desoneração da folha de pagamento junto à indústria brasileira de revestimentos cerâmicos, identificadas nos NCM's 69.07 e 69.08, impactarão positivamente sua competitividade, sob qualquer ótica que se observe. Empresas de todos os portes serão beneficiadas em todas as regiões do país, e, em especial, nos estados do Sul, Sudeste e Nordeste.

Portanto, são necessárias ações urgentes para garantir que o setor produtivo de revestimentos cerâmico brasileiro tenha maior competitividade, no sentido de beneficiar toda a sociedade, sobretudo as camadas mais pobres da população, consumidoras de pisos e azulejos, dando aos lares brasileiros maior dignidade e beleza.

PARLAMENTAR



MPV 620

00058

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 18/06/2013
--------------------

proposição Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013
--

autor Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
--

n.º do prontuário 332
--------------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 4º da MP nº 620, de 12 de junho de 2013 a seguinte redação:

“Art.4º A Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação.

‘Art. 5º. Decorrido o prazo de doze meses, contado do início de vigência desta Lei, o descumprimento de suas disposições sujeitará o infrator às sanções previstas no Capítulo VII do Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.’ (NR)

**Parágrafo único. No período a que se refere este artigo, o Poder Público promoverá orientações educativas a respeito do disposto nesta Lei, além dos regulamentos necessários à sua implementação.**

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.741 de 2012, alterada pela MP 620/2012, entrou em vigor em 8 de junho de 2013 é originária de Projeto de Lei de iniciativa popular, que recolheu mais de 1,5 milhão de assinaturas, e tem caráter informativo. A Lei não exige que cada tributo seja discriminado separadamente e sim o total aproximado. Sua principal finalidade é de garantir ao consumidor o direito às informações sobre os pagamentos efetuados, aí incluídos os tributos.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a MP, “A urgência e relevância da alteração proposta decorre da possibilidade de aplicação imediata das sanções previstas no Capítulo VII do Título I da Lei no 8.078, de 1990, com a entrada em vigor da Lei no 12.741, de 2012, em tempo insuficiente para a adaptação dos contribuintes, decorrendo enorme insegurança aos destinatários na norma.”

Assim, a presente emenda visa garantir que os consumidores possam ser informados sobre seus direitos à informação discriminada dos pagamentos efetuados, a título educativo, nesse período de prorrogação da vigência das sanções, bem como que a mesma seja efetivamente regulamentada.

PARLAMENTAR



MPV 620

00059

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data: 17/06/2013		Proposição: MP 620/2013		
Autor: Senador Aécio Neves - PSDB / MG				Nº Prontuário:
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alinea:

**TEXTO**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013:

“Art. 3º Fica a União autorizada a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento integral dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que lhe seriam devidos, referentes aos exercícios de 2013 e subsequentes, enquanto durarem as operações realizadas pelo PMCMV, para fins de cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinados às pessoas físicas do PMCMV.

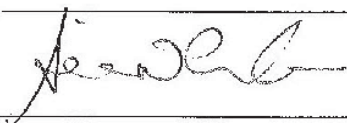
Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto no **caput**.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de uma operação de empréstimos cuja característica permite que os títulos sejam classificados como instrumento híbrido de capital e dívida. Na base desta iniciativa está o propósito de capitalizar a Caixa sem que configure uma despesa, pois se o fosse deveria aparecer com impacto negativo no resultado primário deste ano. É mais um tipo de maquiagem. De toda forma, trata-se de capitalização para que a Caixa consiga sustentar o risco de crédito, que não está sendo avaliado como risco baixo. No limite, em caso de inadimplência elevada, a Caixa perde capital, este mesmo aportado pelo Tesouro Nacional. Portanto, como o risco de crédito esperado é elevado, não faz sentido que a Caixa, para cumprir com seu papel social de agente financeiro do Tesouro, venha a distribuir dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio para a União, enquanto o programa estiver sendo operado e que a inadimplência potencial seja elevada. Os valores não distribuídos, nos termos a serem definidos pelo Conselho Monetário, devem compor o capital da Caixa, que está sob risco.

Pelo exposto, peço apoio de meus pares para esta significativa mudança que há de fortalecer a instituição da Caixa, em detrimento de outras despesas de custeio.

Assinatura



MPV 620

00060

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18.6.2013	proposição Medida Provisória nº 620/2013
-------------------	---

Autor <b>SENADOR GIM (PTB-DF)</b>	nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte § 11 ao art. 6º da Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, nos termos da Medida Provisória nº 620, de 2013:

“Art. 6º.....

§ 11 Estarão entre os bens de consumo duráveis de que trata o § 3º armários de cozinha de aço ou madeira, no valor máximo de R\$ 1100,00. (NR)”

Acrescente-se o seguinte § 8º ao art. 2º da Medida Provisória nº 620, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§ 8º Estarão entre os bens de consumo duráveis de que trata o § 5º armários de cozinha de aço ou madeira, no valor máximo de R\$ 1100,00.

## JUSTIFICATIVA

Para complementar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCV), o governo federal concederá crédito com taxas de juros subsidiadas para a aquisição de bens de consumo duráveis pelos beneficiários do Programa.

O que propomos é que estejam incluídos entre os bens de consumo



que serão financiados armários de cozinha de aço ou madeira, no valor máximo de R\$ 1100,00, pois não há nenhuma garantia de que a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) o faça e os armários de cozinha são um dos grandes custos enfrentados por aqueles que vão mobiliar seu imóvel.

Em vista de todo o exposto – considerando, ainda, a importância do crédito para a retomada do nível de atividade econômica – é importante que se acolham as determinações propostas nesta Emenda.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.



Senador **GIM**

MPV 620

00061

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/06/2013
--------------------

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620, DE 12 DE JUNHO DE 2013
--

TIPO: 1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 5 [ ] ADITIVA
---

AUTOR DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN
----------------------------------

PARTIDO PDT
----------------

UF TO
----------

PÁGINA 01
--------------

## EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 6º do art. 2º, da MP 620/13, a seguinte redação:

Art. 2º .....

§6º O Conselho Monetário Nacional definirá os termos e as condições do financiamento dos bens de consumo duráveis de que trata o § 3º a serem definidos em decreto presidencial.

....." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A redação original da MP atribui competência ao Conselho Monetário Nacional para definir política pública, inclusive, com efeito extrafiscal, hipótese impossível de ser acatada pelo Poder Legislativo, sob pena de afronta a Constituição Federal que atribui esta missão ao Chefe do Poder Executivo (art. 84, II). Assim, a redação sugerida por esta emenda pretende sanar referida inconstitucionalidade, fechando as portas para eventual mau uso da norma permissiva, que pode dar ensejo ao favorecimento de determinados setores sem a devida transparência e controle que medidas como essas requerem.

DATA ____/____/____
------------------------

ASSINATURA 
--

MPV 620

00062

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620, DE 12 DE JUNHO DE 2013
--------------------	---

TIPO: 1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4  MODIFICATIVA 5 [ ] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN	PARTIDO PDT	UF TO	PÁGINA 01
----------------------------------	----------------	----------	--------------

## EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §9º do art. 6º, da Lei nº 12.793, de 02 de abril de 2013, com a redação dada pelo art. 1º da MP 620/13, a seguinte redação:


"Art. 1º. ....

§9º O Conselho Monetário Nacional definirá os termos e as condições do financiamento dos bens de consumo duráveis de que trata o § 3º a serem definidos em decreto presidencial.

....."(NR)

## JUSTIFICAÇÃO


A redação original da MP atribui competência ao Conselho Monetário Nacional para definir política pública, inclusive, com efeito extrafiscal, hipótese impossível de ser acatada pelo Poder Legislativo, sob pena de afronta a Constituição Federal que atribui esta missão ao Chefe do Poder Executivo (art. 84, II). Assim, a redação sugerida por esta emenda pretende sanar referida inconstitucionalidade, fechando as portas, inclusive, para o mau uso da norma permissiva, que pode dar ensejo ao favorecimento de determinados setores sem a devida transparência e controle que medidas como essas requerem.

DATA / /	
ASSINATURA	

MPV 620

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00063

DATA		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013		
DEPUTADO JOÃO ARRUDA			Nº PRONTUÁRIO 455	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (x) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<b>TEXTO</b>				
<b>Emenda MODIFICATIVA</b>				
<p>Modifique-se o § 5º da Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, com a seguinte redação:</p> <p>“§ 5º Os recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do <i>caput</i> serão destinados ao financiamento de bens de consumo duráveis às pessoas físicas do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, bem como às pessoas físicas responsáveis por unidades familiares com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos.”</p>				
<b>JUSTIFICATIVA</b>				
<p>A presente emenda visa incluir as pessoas físicas responsáveis por unidades familiares com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos dentre os beneficiários dessa linha de financiamento de bens de consumo duráveis, para ampliar a quantidade de famílias beneficiadas com essa importante medida social.</p> <p>A inclusão da parcela mais carente da população brasileira contribuirá para que o Programa Minha Casa Melhor atinja o objetivo de ser um instrumento eficaz para o crescimento com inclusão social.</p>				
ASSINATURA				
				

MPV 620

00064

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	-------------------------------

TIPO				
1 [ ] SUPRESSIVA	2 [ ] AGLUTINATIVA	3 [ ] SUBSTITUTIVA	4 [ x ] MODIFICATIVA	5 [ ] ADITIVA

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
SENADOR (A) VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	1/1

**redação:** Acrescente-se artigo à Medida Provisória 620 de 12 de junho de 2013, com a seguinte

**alterações:** O art. 5º-A da Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 5º-A .....

V - Nos projetos de implantação de empreendimentos no âmbito do PMCMV será garantido a instalação de lavanderias coletivas, completamente equipadas.”

#### Justificação

A emenda que ora apresentamos, tem por objetivo destinar um espaço dentro dos conjuntos habitacionais do programa federal minha casa minha vida para instalação de área comercial que conte com serviços básicos e necessários para os moradores que habitarem esses conjuntos habitacionais, como por exemplo, padarias, pequenos mercados para venda de frutas e outros produtos de primeira necessidade, dando-se preferência para os moradores .

**Sala Comissão, 18 de junho de 2013**

18/06/2013  
DATA

  
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

MPV 620

00065

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013
--------------------	-------------------------------

## TIPO

1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [x] MODIFICATIVA 5 [ ] ADITIVA

## AUTOR

SENADOR (A) VANESSA GRAZZIOTIN

PARTIDO

PCdoB

UF

AM

PÁGINA

1/1

## redação:

Acrescente-se artigo à Medida Provisória 620 de 12 de junho de 2013, com a seguinte

## alteração:

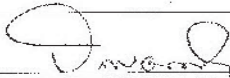
O art. 5º-A da Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte

VI - Inclusão no projeto de implantação de empreendimentos no âmbito do PMCMV de área reservada para a prática desportiva dos moradores da área do projeto”

## Justificação

A emenda que ora apresentamos, tem por objetivo destinar um espaço dentro dos conjuntos habitacionais do programa federal minha casa minha vida para instalação de área comercial que conte com serviços básicos e necessários para os moradores que habitarem esses conjuntos habitacionais, como por exemplo, padarias, pequenos mercados para venda de frutas e outros produtos de primeira necessidade, dando-se preferência para os moradores .

Sala Comissão, 18 de junho de 2013

18/06/2013 DATA	 SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN
--------------------	---

MPV 620

00066

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/06/2013	Proposição Medida Provisória nº 620/2013
--------------------	---

Autor Deputado Alfredo Kaefér	Nº do prontuário 451
----------------------------------	-------------------------

1  Supressiva    2.  Substitutiva    3.  Modificativa    4.  Aditiva    5.  Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICACÃO

Inclua-se novo artigo aonde couber na Medida Provisória nº 620, de 2013, com a seguinte redação:

Art. O art. 5º, III, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989 passa a ter a seguinte redação:

"III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, além da parte do Estado do Paraná limítrofe a esta região;

## Justificativa

A região Centro-Oeste, notadamente os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tem uma interrelação com o Noroeste do Paraná, regionalizado pelos municípios de Umuarama, Paranavaí e Guaira.


Sua produção agrícola e industrial interrelaciona-se com a região descrita no Noroeste do Paraná, sendo que até mesmo a experiência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, participa da gestão dos financiamentos pelo Fundo Constitucional do Centro Oeste no Mato Grosso do Sul.

O Mato Grosso do Sul participa ativamente das ações integradas do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, por sua integração limítrofe com o Paraná e também com os interesses de ação de fronteira internacional com Bolívia e Paraguai.

Ressalte-se que a Emenda Constitucional nº 73, recentemente promulgada, dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e acrescenta o Mato Grosso do Sul na área de atuação do órgão que será sediado em Curitiba - Paraná.

Houve na Lei nº 7.827 a incorporação de partes de Minas Gerais e do Espírito Santo, pelo caráter de desenvolvimento regional que foi garantido em lei a estes dois Estados.

CÓDIGO 451	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Alfredo Kaefér	UF PR	PARTIDO PSDB
---------------	--	----------	-----------------

DATA 18/06/2013	ASSINATURA 
--------------------	---

MPV 620

00067

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 /06 /2013	Proposição Medida Provisória nº 620/2013
----------------------	---

Autor Deputado Alfredo Kaefler	Nº do prontuário 451
-----------------------------------	-------------------------

1  Supressiva    2.  Substitutiva    3.  Modificativa    4.  Aditiva    5.  Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se aonde couberem novos artigos a Medida Provisória nº 620, de 2013, a seguinte redação:

Art. Fica a União autorizada a participar no montante de até 1% (um por cento) do capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que exercerá as funções de instituição financeira federal de caráter regional.

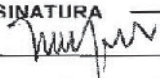
Art. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) fica autorizado, em caráter suplementar ao Banco do Brasil S.A., auxiliar na administração, operações de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, como instituição financeira federal de caráter regional, até a instalação e entrada em funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme estabelece o art. 34, § 11, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## JUSTIFICATIVA

O BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul passará a ser uma instituição financeira federal, de caráter regional, com o aporte de recursos dos Estados do Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e até após a participação da União, poderá o estado do Mato Grosso do Sul, integrante do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, participar do capital acionário e utilizar a experiência do BRDE na execução dos programas com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste de maneira suplementar ao já exercido pelo Banco do Brasil S.A, mas com total competência na matéria de alavancagem do setor produtivo nacional.

Ressalte-se que o BRDE é autarquia interestadual, uma figura única na administração pública brasileira e que tem-se notabilizado pela excelência de seus serviços aos brasileiros que habitam o sul do Brasil. Por ato federal houve a autorização para funcionamento do BRDE, através do Decreto n.º 51.617, assinado pelo Presidente João Goulart, em 5 de dezembro de 1962, sendo apenas necessário o aporte financeiro de pequeno capital acionário para que haja a instituição do caráter federal a este banco regional.

CÓDIGO 451	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Alfredo Kaefler	UF PR	PARTIDO PSDB
---------------	---	----------	-----------------

DATA 18/06/2013	ASSINATURA 
--------------------	--



MPV 620

00068

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data  
18 /06 /2013

Proposição  
**Medida Provisória nº 620/2013**

Autor  
**Deputado Alfredo Kaefer**

Nº do prontuário  
451

1  Supressiva    2.  Substitutiva     3.  Modificativa    4.  Aditiva    5.  Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte §8, na Medida Provisória nº 620, de 2013, com a seguinte redação:

Art. 2º .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 8º É vedado à Caixa Econômica Federal efetuar venda casada aos financiamentos nos termos autorizados § 5º de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, pelo por meio de aquisição de produtos de qualquer natureza ou do estabelecimento de exigências diversas daquelas consideradas normais para os contratos de financiamento.”

**JUSTIFICATIVA**


Os financiamentos concedidos da presente Medida Provisórias nº 620, de 2013, veda a venda casada a Caixa Econômica Federal, principal agente habitacional do país, o que fere as determinações do CDC (Código de Defesa do Consumidor). Entende-se legalmente por venda casada, a prática comercial em que o fornecedor condiciona a venda de um produto ou serviço, à aquisição de outro produto ou serviço.

O fornecedor quando pratica a venda casada tem por objetivo colocar, novamente, no mercado um produto ou serviço que está em baixa – ou, ainda, é possível quando ele monopoliza a venda de um determinado produto, e passa a conjugar a venda deste, à aquisição de um outro que tem similares no mercado, tornando-se, desta forma, monopolizador de dois produtos ou serviços.

Para ilustrar a venda casada, temos os exemplos de algumas agências bancárias, que agem de forma indevida na oferta de crédito condicionada à aquisição de serviços bancários outros como título de capitalização, poupança, seguro de vida, entre outros. Nessa situação, é importante observar que em um discurso persuasivo, o gerente acaba por convencer o consumidor a adquirir tanto o produto que tem necessidade, como a oferta feita pelo banco.

Possibilitando assim aumento e a efetividade do financiamento de móveis e eletrodomésticos no âmbito do Programa, que preve a Medida Provisória.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
451	Deputado Alfredo Kaefer	PR	PSDB

DATA	ASSINATURA
18/06/2013	

MPV 620

00069

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA EMENDA 18/06/2013	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620		
TIPO			
1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA			
AUTOR  Deputado Dr. Jorge Silva		PARTIDO  PDT	UF  ES
PÁGINA			

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se no art. 6º da MP 620 de 12 de junho de 2013, renumerando-se os demais, nova redação do inciso III do art. 2º da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, como se segue:

Art. 2º .....

I.....

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento, e os rendimentos provenientes do vínculo empregatício por contrato temporário de trabalho ou de contrato de experiência, que não excedam há 90 dias em um ano.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca resolver um dos maiores entraves à formalização dos trabalhadores (assinatura de carteira) que recebem o benefício Bolsa Família que é a opção por não ter registro em carteira a fim de manter os benefícios sociais.

Esse fenômeno acontece tanto no meio rural onde o emprego sazonal é um fator de indução da economia, como no urbano, onde o receio de perder o benefício é um desestímulo ao emprego formal pelo risco do vínculo empregatício não manter-se após o período de experiência.

Por isto, excluir os rendimentos concedidos por contrato temporário de trabalho ou de contrato de experiência na soma dos rendimentos para aquisição do benefício, será um indutor á formalização, introduzindo essas pessoas no mercado de trabalho, oferecendo-lhe a oportunidade de mudança de condição social, sem necessidade de auxílio do Estado.



---

**DR. JORGE SILVA – PDT/ES**

**Deputado Federal**

MPV 620

00070

**EMENDA ADITIVA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 620/2013**

Acrescenta o artigo 4º-A na Medida Provisória nº 620/2013, com a seguinte redação:

Art. 4º-A. A Lei nº 12.688, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*"Art. 23. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 1º .....*

*Parágrafo único. O atendimento ao disposto no art. 60 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, poderá ser efetuado, excepcionalmente, até 31 de dezembro de 2013." (NR)*

*Art. 25. As instituições de ensino superior não integrantes do sistema federal de ensino poderão requerer, por intermédio de suas mantenedoras, para fins do Proies, a adesão ao referido sistema até 31 de dezembro de 2013".*

**JUSTIFICAÇÃO**

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei Federal nº 12.688, de 18 de julho de 2012, abriu a possibilidade das instituições de ensino superior (IES) quitar a maior parte de suas dívidas referentes ao fisco da União, e recuperar as condições financeiras e administrativas.

Q Proies transforma as referidas dívidas em bolsas de estudo para estudantes, possibilitando assim a ampliação do acesso e da manutenção dos estudantes nos cursos de graduação das IES que aderirem ao Proies.

A Lei Federal nº 12.688, estabeleceu a data de 30 de setembro de 2012 para que as IES fizessem adesão a esse novo programa. Na época, muitas IES pelo curto espaço temporal e por terem dúvidas, deixaram de fazer a adesão.

Hoje, esclarecidas a quase totalidade dessas dúvidas, e vendo o funcionamento das IES que fizeram a adesão, outras IES tem manifestado interesse.

Assim, nossa proposta é que seja reaberto o prazo até 30 de setembro de 2013, abrindo assim a possibilidade de recuperação financeira e administrativa de outras IES e, principalmente, ampliando o número de estudantes contemplados com as bolsas previstas no programa.

Pelas razões aqui expostas, solicito os colegas Parlamentares a aprovação desta Emenda.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long vertical stroke at the bottom, positioned above the printed name.

**Deputado Federal Pedro Uczai**

MPV 620

00071

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013			
Autor <b>Dep. Carlos Sampaio</b>			Nº do Prontuário <b>54338</b>	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. (x) Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se à Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, os dispositivos com a seguinte redação:

"Art. O art. 7º da Lei nº 10.2546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido de um novo parágrafo com a seguinte redação:

'Art. 7º .....

§ 7º Fica reduzida para 1% a alíquota prevista no caput para as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal, em região metropolitana, intermunicipal ou interestadual, a que se refere o inciso III deste artigo."

" Art. . O Art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º .....

II –zero as alíquotas incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de óleo diesel e suas correntes;

.....

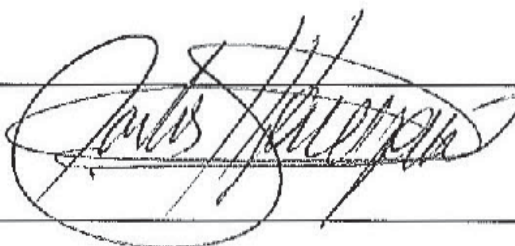
..... "

## JUSTIFICAÇÃO

O transporte coletivo urbano continua sendo um gargalo e um desafio para os gestores de todas as esferas de governo. Com o objetivo de diminuir os custos e as tarifas de transporte, foi reduzida a zero a alíquota da CIDE-combustíveis sobre gasolina e óleo diesel. Por meio da Medida Provisória nº 617, de 31 de maio de 2013, foram zeradas também as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros. Atualmente a contribuição para a previdência social está instituída em 2% da receita bruta das empresas desse setor. Ainda assim, as tarifas de transporte urbano permanecem muito elevadas. A Emenda que estamos apresentando objetiva reduzir pela metade a contribuição para a previdência social e para zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a produção ou importação de óleo diesel. Com certeza, essas desonerações são de alto interesse social, pois contribuirão para baratear a tarifa dos transportes urbanos. Pela relevância do tema, esperamos contar com o apoio de nossos pares.

PARLAMENTAR

Dep. Carlos Sampaio  
PSDB/SP



MPV 620

00072

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 /06 /2013
----------------------

Proposição Medida Provisória nº 620/2013
---

Autor Deputado Alfredo Kaefer
----------------------------------

Nº do prontuário 451
-------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo § 1º do Art. 3 da Medida Provisória nº 620, de 2013, com a seguinte redação:

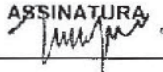
Art. 3º Fica a União autorizada a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que lhe seriam devidos, em montante definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, referentes aos exercícios de 2013 e subsequentes, enquanto durarem as operações realizadas pelo PMCMV, para fins de cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinados às pessoas físicas do PMCMV.

§ 1º Deverá ser observado o recolhimento mínimo de **setenta e cinco** por cento sobre o lucro líquido ajustado.

## JUSTIFICATIVA

A proposta também permitirá a cobertura do risco de crédito dessas operações e dos custos operacionais por parte da União, mediante a dispensa do recolhimento, pela CEF, de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a cada exercício social, respeitado sempre o pagamento do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado

CÓDIGO 451	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Alfredo Kaefer	UF PR	PARTIDO PSDB
---------------	--	----------	-----------------

DATA 18/06/2013	ASSINATURA 
--------------------	---



**Agenda do Presidente Renan Calheiros**

**19/06/2013**  
**Quarta-feira**

<b>10h30</b>	<b>Recebe o governador Teotônio Vilela, de Alagoas e o ministro Alexandre Padilha, da Saúde</b> Sala de Audiências
<b>11h30</b>	<b>Recebe o deputado distrital Agaciel da Silva Maia acompanhado de Líderes Religiosos</b> Sala de Audiências
<b>12h</b>	<b>Recebe o senador Randolfe Rodrigues e a produtora cultural Paula Lavigne</b> Sala de Audiências
<b>16h</b>	<b>Ordem do Dia</b> Plenário

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PR** - Antonio Carlos Rodrigues\*\* (S)

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Morais\*\* (S)

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Ruben Figueiró\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PTB** - Gim\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSD** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . .	PP/RS
Benedito de Lira. . . . .	PP/AL
Casildo Maldaner. . . . .	PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . .	PP/PI
Clésio Andrade. . . . .	PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . .	PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . .	PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . .	PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . .	PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . .	PP/RO
Jader Barbalho. . . . .	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . .	PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . .	PMDB/MA
José Sarney. . . . .	PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . .	PSD/TO
Lobão Filho. . . . .	PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . .	PMDB/SC
Paulo Davim. . . . .	PV/RN
Pedro Simon. . . . .	PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . .	PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . .	PMDB/ES
Roberto Requião. . . . .	PMDB/PR
Romero Jucá. . . . .	PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . .	PSD/AC
Sérgio Souza. . . . .	PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . .	PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . .	PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . .	PMDB/MS

### Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2  
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . .	PDT/RO
Ana Rita. . . . .	PT/ES
Angela Portela. . . . .	PT/RR
Anibal Diniz. . . . .	PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . .	PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . .	PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . .	PT/MS
Eduardo Lopes. . . . .	PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . .	PT/SP
Humberto Costa. . . . .	PT/PE
Inácio Arruda. . . . .	PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . .	PSB/AP
João Durval. . . . .	PDT/BA
Jorge Viana. . . . .	PT/AC
José Pimentel. . . . .	PT/CE
Lídice da Mata. . . . .	PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . .	PT/RJ
Paulo Paim. . . . .	PT/RS
Pedro Taques. . . . .	PDT/MT

Randolfe Rodrigues. . . . .	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . .	PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . .	PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . .	PT/BA
Wellington Dias. . . . .	PT/PI
Zeze Perrella. . . . .	PDT/MG

### Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . .	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . .	PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . .	PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . .	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . .	PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . .	PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . .	PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . .	PSDB/PA
Jayme Campos. . . . .	DEM/MT
José Agripino. . . . .	DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . .	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . .	DEM/SE
Mário Couto. . . . .	PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . .	PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . .	PSDB/MS
Wilder Moraes. . . . .	DEM/GO

### Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . .	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . .	PR/SP
Armando Monteiro. . . . .	PTB/PE
Blairo Maggi. . . . .	PR/MT
Eduardo Amorim. . . . .	PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . .	PTB/MA
Fernando Collor. . . . .	PTB/AL
Gim. . . . .	PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . .	PTB/PI
Magno Malta. . . . .	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . .	PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . .	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria. . . . .	28
Bloco de Apoio ao Governo. . . . .	25
Bloco Parlamentar Minoria. . . . .	16
Bloco Parlamentar União e Força. . . . .	12
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

### (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyrolino Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015 \*\*: Período 2011/2019

## **COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**

### **PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### **1ª VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

### **1º SECRETÁRIO**

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

### **2ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

### **3º SECRETÁRIO**

Ciro Nogueira - (PP-PI)

### **4º SECRETÁRIO**

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** - Magno Malta - (PR-ES)

**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)

**3ª** - João Durval - (PDT-BA)

**4ª** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

## LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSD - 2</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PT - 12</b> <b>Wellington Dias</b> (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PR - 5</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,72)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecção, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012-GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Graziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

**Notas:**

\*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

**RELATOR: VAGO**

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

#### MEMBROS

##### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(3)</sup>

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

##### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(4)</sup>

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

##### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

##### Membro da Comissão Diretora

**Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros: 5**

**Aprovação do Requerimento:** 14/02/2012

**Designação:** 28/02/2012

### MEMBROS

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )

Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Paulo Paim (PT) <sup>(3)</sup>

#### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup>

Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(4)</sup>

#### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>

#### Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB( Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

### 3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 13/11/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

\*\*\*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

**4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)****Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4,5)</sup>
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO <sup>(12)</sup>
	4. VAGO <sup>(3,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(7,9)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO <sup>(6,10,11,13)</sup>

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

**PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a ( Art. 118, § 4º, do RISF)

**Notas:**

\*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*\*. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

\*\*\*\*. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** rprado@senado.gov.br

**5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO  
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(7)</sup>

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

**Designação:** 17/04/2012

**Prazo final:** 12/06/2013

**Prazo prorrogado:** 24/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(2,4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(2,4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(5,6)</sup>	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

\*\*\*. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues martins

**Telefone(s):** 061 33033501

**Fax:** 061 33031176

**E-mail:** sscepi@ssenado.leg.br



**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Designação:** 15/08/2012

**Instalação:** 30/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 05/02/2013

**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 05/04/2013

**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 06/05/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) <sup>(2,11)</sup>
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO <sup>(8,10)</sup>
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(1,3,4)</sup>	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS**  
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012  
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012  
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

**PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)  
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)  
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

- \*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- \*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- \*\*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- \*\*\*\*\*. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- \*\*\*\*\*. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- \*\*\*\*\*. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- \*\*\*\*\*. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
  2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
  3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
  4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
  5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSJALB nº 0001/2012).
  6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
  7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
  8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
  9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
  10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
  11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE  
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

**Finalidade:** Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

**Número de membros:** 16

**PRESIDENTE:** Sidnei Agostinho Beneti  
**RELATORA:** Maria Tereza Uille Gomes <sup>(1)</sup>

**Designação:** 22/11/2012

**Instalação:** 04/04/2013

**Prazo final:** 02/06/2013

**Prazo prorrogado:** 14/10/2013

**MEMBROS**

---

Sidnei Agostinho Beneti

---

Gamil Föppel El Hireche

---

Carlos Pessoa de Aquino

---

Edemundo Dias de Oliveira Filho

---

Denis de Oliveira Praça

---

Maria Tereza Uille Gomes

---

Marcellus Ugiette

---

Roberto Charles de Menezes Dias

---

Técio Lins e Silva

---

Luís Alexandre Rassi

---

Sergio Alexandre Meneses Habib

---

Marco Aurélio Belizze

---

Maurício Kuehne

---

Augusto Eduardo de Souza Rossini

---

Luciano Losekann

---

Nídea Rita Coltro Sorci

---

**Notas:**

\*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

**Secretário(a):** REINILSON PRADO

**Telefone(s):** 33033492

**Fax:** 33031176

**E-mail:** rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR  
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** Luis Felipe Salomão

**Designação:** 22/11/2012

**Instalação:** 03/04/2013

**Prazo final:** 13/10/2013

---

**MEMBROS**

---

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

---

**Notas:**

\*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

\*\*\*. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

\*\*\*\*. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

\*\*\*\*\*. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A  
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mário Couto (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>

**Aprovação do Requerimento:** 28/11/2012

**Instalação:** 17/04/2013

**Prazo final:** 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Requião (PMDB) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Mário Couto (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(1,3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
VAGO <sup>(5,8)</sup>	1. Senador Magno Malta (PR) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** ssepi@senado.leg.br

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

**Número de membros:** 19

**PRESIDENTE:** João Otávio de Noronha

**VICE-PRESIDENTE:** Alfredo de Assis Gonçalves Neto

**RELATOR:** Fábio Ulhoa Coelho

**Instalação:** 07/05/2013

**Prazo final:** 17/11/2013

**MEMBROS**

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

**PRAZOS**

**11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)****Finalidade:** Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

**Número de membros: 8****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)**RELATOR REVISOR:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)**Ato do Presidente do Senado Federal:** 28/05/2013**Instalação:** 13/06/2013**MEMBROS**

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Morais (DEM)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO**

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

**PRAZOS****Notas:**

\*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues Martins**Telefone(s):** 61 33033501**Fax:** 61 33031176**E-mail:** sscepi@senado.leg.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(58)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(13,68)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) <sup>(10,14,61)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) <sup>(33)</sup>
José Pimentel (PT) <sup>(9,10)</sup>	3. Anibal Diniz (PT) <sup>(41,42)</sup>
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(57)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(34,35,46,47,70)</sup>	6. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(8,70)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(62,65)</sup>	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(62,66)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(60)</sup>	1. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(60)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(60)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(17,22,60)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(36,37,49,50,60,73)</sup>	3. VAGO <sup>(60)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(60,64)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(60,63)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(60)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(60)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(60,63)</sup>	6. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(3,7,16,26,27,60)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(60)</sup>	7. Ana Amélia (PP) <sup>(60)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(60)</sup>	8. Ciro Nogueira (PP) <sup>(60)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(11,12,18,20,60)</sup>	9. Benedito de Lira (PP) <sup>(5,60)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(23,25,43,44,55,59,60)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(1,56)</sup>	1. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(56)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(56)</sup>	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(2,56)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(56)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(56)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(30,31,32)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(30)</sup>	5. Wilder Morais (DEM) <sup>(4,15,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(29,45)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(67)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(67,74)</sup>
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(67,74,78)</sup>	2. Alfredo Nascimento (PR) <sup>(48,67,75,78)</sup>



Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5,6)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(7)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).

5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.

7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).

\*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

\*\*\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

**Notas:**

\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

**Notas:**

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(36)</sup>****VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(36)</sup>**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(8,42)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) <sup>(26)</sup>
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(18)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,17,23,30,35)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(2,23,35,37)</sup>	2. VAGO <sup>(49,23,30,35)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(3,4,23,35)</sup>	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(23,30,35,37)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	5. Romero Jucá (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(14,15,16,21,23,35)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(10,23,30,35)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(23,25,30,35)</sup>	7. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(23,30,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(34)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(34)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(34)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(9,11,13,34)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(40,43,44,7,9,34)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(34)</sup>
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(22,27)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(41,45,46,31,38)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(41)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,1,5)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(41,24)</sup>
Vicentinho Alves (PR) <sup>(39,41,47,48,28,29,32)</sup>	3. VAGO <sup>(41,19,20,33)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:**

**Instalação:** 07/03/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (2)</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

### Notas:

- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
  - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
  - Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
  - Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- \*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- \*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)****VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (23,83)</b>	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfê Rodrigues (PSOL) (87)	8. Paulo Paim (PT) (92)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (38)</b>	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (38,59)</b>	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

\*\*\*\*\*. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Morazildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1.
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(63)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(63)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(15,68)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(36)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) <sup>(47)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(13,23)</sup>
Randolfê Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(16)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <sup>(30)</sup>
	9.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(41,60)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(2,19,41,44,60)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(26,27,28,38,41,60)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(41,44,54,60)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(6,12,25,41,60)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(41,60)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(29,31,37,41,60)</sup>	4. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(41,44,60)</sup>
VAGO <sup>(17,41,60,74)</sup>	5. Pedro Simon (PMDB) <sup>(41,44,75)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(41,44,60)</sup>	6. VAGO <sup>(20,41,44)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(41,44,45,46,52,53,60)</sup>	7. VAGO <sup>(10,41)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(41,44,60)</sup>	8. <sup>(41)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(41,44,60)</sup>	9. <sup>(41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(3,59)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(32,59)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(14,22,59)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(5,59,70)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(59)</sup>	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,59)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18,51,59)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(8,42,43,59,61,62)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(39,48)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(66)</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(55,64,66)</sup>
VAGO <sup>(66,71,72,73)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(1,40,66,67)</sup>
VAGO <sup>(11,24,66)</sup>	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(34,35,57,66,73)</sup>
VAGO <sup>(24,58,66)</sup>	4. VAGO <sup>(49,50,56,65,66)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Graziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG)
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(58)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(58)</sup>**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(11,64)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(63,67)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(8,12,35,36,43,44)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) <sup>(62)</sup>	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) <sup>(60)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(33)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(13,55)</sup>	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(37,38,47,48,55)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(16,17,34,55)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(55)</sup>
Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(55,57)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(17,18,55)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(4,55)</sup>	4. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(14,55,61,68)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(55)</sup>	5. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(28,29,31,57)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(9,10,19,21,55)</sup>	6. VAGO <sup>(6,25,26,27,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(50,52)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(50)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7,50,53)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(50,54)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(15,23,24)</sup>	3. VAGO <sup>(23,45)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(33,40)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(1,22,46,59,65)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(2,56,59,65)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,42,49,51,59,65)</sup>	2. VAGO <sup>(39,59,65,69,70,71)</sup>
Fernando Collor (PTB) <sup>(65)</sup>	3. Armando Monteiro (PTB) <sup>(65,66)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.



\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

**Secretário(a):** Estevão Hagel Ledur  
**Telefone(s):** 3303-3519  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (3)</b>	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (10)</b>	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (10)</b>	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
  6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
  7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
  8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
  9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
  10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
  12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
  13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
  14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- \*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/2012-GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(18)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) <sup>(18)</sup>

**RELATOR:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(18)</sup>

**Instalação:** 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(7,16)</sup>
VAGO <sup>(16)</sup>	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,1)</sup>
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO <sup>(7,9,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(11)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(20)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(8,19)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(16,20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(7,12,3)</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(7,13,14,15,17)</sup>

### Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Estevão Hagel Ledur

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>

**RELATOR:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(13)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	1. Anibal Diniz (PT) <sup>(6,9)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO <sup>(14)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,3,4,7)</sup>	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(10)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(8)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(5,9,12)</sup>	1. VAGO <sup>(14)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Estevão Hagel Ledur

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

**Finalidade:** Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

\*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

**Secretário(a):** Estevão Hagel Ledur

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(60)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(60)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(14,66)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(47,50,59)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(12,23)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(68)</sup>	4. Anibal Diniz (PT) <sup>(13,24,26)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(10,37,38)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB) <sup>(21,59)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(41)</sup></b>	
VAGO <sup>(58,67)</sup>	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(6,8,25,32,58)</sup>
VAGO <sup>(2,11,27,28,29,40,58,70)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(36,58)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(31,33,39,58)</sup>	3. VAGO
VAGO <sup>(16,30,58,62)</sup>	4. VAGO <sup>(19)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(18,58)</sup>	5. VAGO <sup>(11)</sup>
VAGO	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(3,7,15,34,44,61)</sup>	1. VAGO <sup>(5,22,57)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(56)</sup>
VAGO <sup>(17,35,43,52)</sup>	3. Wilder Morais (DEM) <sup>(46)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(41,49)</sup></b>	
Magno Malta (PR) <sup>(1,54,65)</sup>	1. VAGO <sup>(45,53,65)</sup>
Gim (PTB) <sup>(9,42,64,65,69)</sup>	2. VAGO <sup>(63,65)</sup>
VAGO <sup>(65)</sup>	3. VAGO <sup>(48,51,55,65)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (2)</b>	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (5)</b>	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1,6)	1.

**Notas:**

- Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
  - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
  - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
  - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
  - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

**Notas:**

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

\*\*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA****Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1)</sup>**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



#### 6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

**Notas:**

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes****PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)****VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (7,48)</b>	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (22)</b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (22,29)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,47)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. VAGO (19,20,37,47)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(3)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) <sup>(8,9,10,11,12)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(5,6)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfé Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*\*\*. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (2)</b>	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (5)</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
  4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
  5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
  7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
  8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
  9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
  10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- \*\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.



#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (6)</b>	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (13)</b>	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (13)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
  16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
  17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
  18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
  19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
  20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
  21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
  22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(52)</sup>****VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(52)</sup>**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(59,8)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(19,20)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(30,31,43,44)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(18)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(24)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(25,32,33,46,47,54)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(25,54)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(10,25,54,2,3)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(25,54)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	4. Roberto Requião (PMDB) <sup>(9,25,54)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(25,54,58)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(11,21,22,25,54)</sup>
Jader Barbalho (PMDB) <sup>(25,54,64)</sup>	6. Ivo Cassol (PP) <sup>(25,54)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(25,54)</sup>	7. Francisco Dornelles (PP) <sup>(15,16,17,23,25,54)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(26,29,38,39,49,50,53,54)</sup>	8. Kátia Abreu (PSD) <sup>(12,14,26,27,29,50,53,54,5,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(51,55,65)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(51)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(51)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(51)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(51,1,4)</sup>	3. VAGO <sup>(51,61,4,7)</sup>
Wilder Moraes (DEM) <sup>(28,36)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(28,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(24,40)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB) <sup>(60)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(60)</sup>
Blairo Maggi (PR) <sup>(35,45,57,60)</sup>	2. Armando Monteiro (PTB) <sup>(60)</sup>
Vicentinho Alves (PR) <sup>(34,60,62,63)</sup>	3. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,42,48,56,60)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(60)</sup>	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(60)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB)

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

**Notas:**

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

\*\*\*. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

**Notas:**

\*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(46)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(46)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(10,49)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(1)</sup>	1. João Capiberibe (PSB) <sup>(44)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(43)</sup>	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(7,11)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(45)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT) <sup>(2,47)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(32,33,38,39)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(42)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(14,42)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(20,21,22,28,31,42)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(42)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(42)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(3,37,42)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(15,34,42)</sup>	4. Ivo Cassol (PP) <sup>(26,42)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(42)</sup>	5. VAGO <sup>(8,9,16,18)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(42)</sup>	6. VAGO <sup>(23,24,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(5,12,19,41)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(41)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(41)</sup>	2. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(6,41)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) <sup>(4,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(29,36)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(40,48,50)</sup>	1. VAGO <sup>(50)</sup>
VAGO <sup>(30,50,51,52,55)</sup>	2. VAGO <sup>(50)</sup>
Vicentinho Alves (PR) <sup>(50,53,54)</sup>	3. (50)

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que – tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim <sup>(3,4,5,7,8)</sup>	

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (4)</b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (8)</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) (2)</b>	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (9)</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
  5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
  8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
  9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(64)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(64)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(15,65)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Ângela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(7,10,22,23,57)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(67)</sup>
Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,16)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(38,47)</sup>	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4,67)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(37)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(62)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(28,29,35,52,62)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(62)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(62)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(25,26,27,36,49,62)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(39,40,51,53,62)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(62)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(62)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(12,13,19,21,62)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP) <sup>(62)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(62)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(17,62)</sup>
Kátia Abreu (PSD) <sup>(31,59,61,62)</sup>	7. Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(32,43,44,58,59,61,63)</sup>
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(24,33,34,46,66,68,69)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,60)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(60)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(60)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(3,9,14,60)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,18,48,70)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(37,45)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(1,8,49,50)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6,54)</sup>
	2. Blairo Maggi (PR) <sup>(24,41,42,55,56)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.



\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(34)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) <sup>(34)</sup>**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(7,38)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(32)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(33,40)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(10,12)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(8,9,17)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) <sup>(40)</sup>	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,19,20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(21)</sup></b>	
Lobão Filho (PMDB) <sup>(31)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2,4,11,31)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(22,23,27,28,31)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(31)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(31)</sup>	3. Ivo Cassol (PP) <sup>(31)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(31,36)</sup>	4. Benedito de Lira (PP) <sup>(26,31)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(31)</sup>	5. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(5,6,13,15,35)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(30,37)</sup>	1. VAGO <sup>(30,37)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(30)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(30)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(21,24)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(25,39)</sup>	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(39)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(3,16,39)</sup>	2. VAGO <sup>(16,29,39)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(39)</sup>	3. <sup>(39)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

### **Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

**Finalidade:** Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

**Notas:**

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTR/SF).

\*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 11/03/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br



**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes****PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
<b>PT</b>	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
<b>PTB</b>	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

**Notas:**

\*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) <sup>(1)</sup>	PR

Atualização: 11/03/2013

**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

**SECRETARIA GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

**6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

**PT**

Angela Portela (RR)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**

VAGO

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**

VAGO

**PSB**

Lídice da Mata (BA)

**DEM**

Maria do Carmo Alves (SE)

**PR**

VAGO

**PSD**

Kátia Abreu (TO)

**PC DO B**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

---

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

---

**Atualização:** 24/04/2013

**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCEB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

**PT**

Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Cyro Miranda (GO)

**PTB**

Armando Monteiro (PE)

**PP**

Ivo Cassol (RO)

**PDT**

VAGO

**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

---

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

---

**Atualização:** 14/03/2014

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLP/PCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

**PT**

Paulo Paim (RS)

**PSDB**

Cícero Lucena (PB)

**PTB**VAGO <sup>(2)</sup>**PP**

Ana Amélia (RS)

**PDT**

VAGO

**PSB**

João Capiberibe (AP)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

VAGO

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PC DO B**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)



**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**MEMBROS****PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

**PT**

Anibal Diniz (AC)

**PSDB**

Cyro Miranda (GO)

**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**

VAGO

**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

Wilder Morais (GO)

**PR**

VAGO

**PSD**

Kátia Abreu (TO)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>

**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLP/PCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

**10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

**PT**

Jorge Viana (AC)

**PSDB****PTB**

João Vicente Claudino (PI)

**PP**

Ivo Cassol (RO)

**PDT****PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

Wilder Moraes (GO)

**PR**

Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Kátia Abreu (TO)

**PC DO B**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Representante da sociedade civil organizada****Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

**COMISSÕES MISTAS****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**  
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>**COMPOSIÇÃO** <sup>3</sup>

**Presidente:** Senador Lobão Filho (PMDB/MA) <sup>8</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) <sup>8</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>8</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) <sup>8</sup>

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)  
**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)  
**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. <sup>6</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>
Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>7</sup>	2. <sup>5 e 7</sup>
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) <sup>5</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) <sup>4</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
<b>PSOL</b> <sup>1</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) <sup>7</sup>
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) <sup>4</sup>
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) <sup>4</sup>
<b>PSDB</b>	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) <sup>2</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) <sup>3</sup>
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
<b>PP</b>	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) <sup>5</sup>
<b>DEM</b>	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
<b>PSD</b>	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
<b>PR</b>	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) <sup>6</sup>	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
<b>PDT</b>	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSC</b>	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
<b>PCdoB</b>	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
<b>PTdoB<sup>1</sup></b>	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>RELATOR SETORIAL</b>
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)



**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**  
(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin<sup>15, 20 e 27</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro<sup>15, 20 e 27</sup>  
**Relator:** Deputado Sarney Filho<sup>16, 20 e 27</sup>

**Instalação:** 27-2-2013<sup>15, 20 e 27</sup>

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23 e 26</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
<sup>22</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3, 14 e 29</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 29</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 29</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 29</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	3. <sup>3 e 29</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. <sup>3, 19 e 29</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 24</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6, 10 e 28</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
	2.
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2 19</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
<sup>14</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 13</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 13</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 20</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 20</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 18</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>2 e 17</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13 e 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 16</sup>	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2 16</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

**Notas:**

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino <sup>4</sup>**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço <sup>4</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>1</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA) <sup>2</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>3</sup>

(Atualizada em 10.04.2013)

**Notas:**

- 1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
 Senado Federal – Anexo II - Térreo  
 Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258  
 E-mail: scop@senado.gov.br  
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**  
(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores<sup>18</sup> e 13 (treze) Deputados<sup>18</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

**Leitura:** 13-7-2011  
**Designação:** 14-12-2011  
**Instalação:** 8-2-2012  
**Prazo Final:** 19-8-2012  
**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013<sup>17</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013<sup>21</sup>

**Presidente:** Deputada Jô Moraes  
**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota  
**Relatora:** Senadora Ana Rita

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) <sup>20</sup>	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>10 e 11</sup>
<sup>11</sup>	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
<sup>16</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>14 e 15</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>3, 4, 9 e 13</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>2, 8, 12 e 16</sup>
	3.
	4.
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) <sup>7</sup>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
<sup>5</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cediada uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cediada uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Nilda Gondim <sup>14 e 16</sup>	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) <sup>9 e 12</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSD</b>	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10 e 11</sup>	1.
	2.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. <sup>2, 4 e 13</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Magda Mofatto (PTB/GO) <sup>15</sup>	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

## Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

## Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende <sup>1</sup>
Luiz Pitiman <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho <sup>1</sup>	1. João Bittar <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br



**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013  
**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Notas:**

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.  
 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**  
 Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho  
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514  
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013 <sup>2</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

**Notas:**

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.  
 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.  
 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**  
 Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho  
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514  
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

**CONSELHOS E ÓRGÃO****CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> André Vargas (PT-PR)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Décio Lima (PT/SC)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** <sup>1</sup>

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** <sup>2</sup>Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** <sup>2</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
 sscn@senado.gov.br  
 www.senado.gov.br/ccs

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Deputado Newton Lima <sup>2</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer <sup>2</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling <sup>2</sup>

Designação: 07.05.2013

**Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
<b>PMDB</b>	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedit
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha <sup>3</sup>
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
<b>PSD</b>	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Luís Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
<b>PR</b>	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>PTB</b>	
Paes Landim	Jorge Corte Real
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire	Antônio Roberto
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
João Ananias	Chico Lopes
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

**Senadores**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz <sup>4</sup>
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares <sup>4</sup>	Humberto Costa
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

